

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Rogério Saldanha Corrêa

**ATRAVÉS DA PALAVRA: A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE
CATÓLICOS E PROTESTANTES BATISTAS ATRAVÉS DE
JORNAIS IMPRESSOS DO CAMPO RELIGIOSO, RIO GRANDE DO
SUL (1909 - 1950).**

Santa Maria, RS
2021

**ATRAVÉS DA PALAVRA: A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE CATÓLICOS E
PROTESTANTES BATISTAS ATRAVÉS DE JORNAIS IMPRESSOS DO CAMPO
RELIGIOSO, RIO GRANDE DO SUL (1909 - 1950).**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em História**.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha
Coorientadora: Profª Drª Marta Rosa Borin

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Correa, Rogerio
ATRAVÉS DA PALAVRA: A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE
CATÓLICOS E PROTESTANTES BATISTAS ATRAVÉS DE JORNAIS
IMPRESSOS DO CAMPO RELIGIOSO, RIO GRANDE DO SUL (1909 -
1950). / Rogerio Correa.- 2021..
242 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz Da Cunha
Coorientadora: Marta Rosa Borin
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2021

1. Reconhecimento 2. Midia Impressa 3. Católicos de
Garibaldi e Região 4. Batistas Alemães do Rio Grande do
Sul I. Da Cunha, Jorge Luiz II. Rosa Borin, Marta III.
Titulo.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFRN. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patra CRM 10/1728.


Declaro, ROGERIO CORREA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Rogério Saldanha Correa


**ATRAVÉS DA PALAVRA:
A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE CATÓLICOS E
PROTESTANTES BATISTAS ATRAVÉS DE JORNAIS IMPRESSOS DO CAMPO
RELIGIOSO, RIO GRANDE DO SUL (1909 - 1950)**

Tese apresentada e aprovada junto ao Curso de Doutorado da Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovado em 23 de setembro de 2021



Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)
(Presidente/orientador)



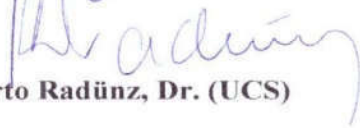
Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)



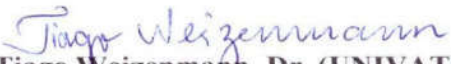
Eduardo Lopes Cabral Maia, Dr. (UFSM)



Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)



Roberto Radünz, Dr. (UCS)

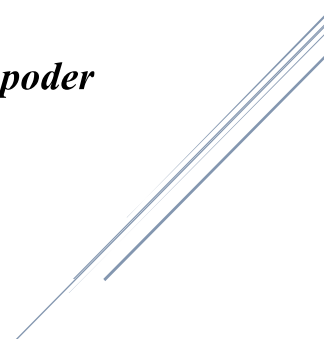


Tiago Weizenmann, Dr. (UNIVATES)

**Santa Maria, RS
2021**

*Dedico este esforço a minha mãe e ao meu pai,
pelo carinho, pela doação e pelo amor.*

*“Calma...mãe tá indo trabalhar para poder
comprar as coisas pra ti” (Noeli).*



AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato maravilhoso e tenho certeza que devo fazê-lo mais vezes. Agradeço a Deus que me deu tantas oportunidades, que me guiou em caminhos difíceis e me mostrou que somos pequenos perante sua grandiosidade.

Agradeço aos meus pais, Noeli e Benhur, por todo apoio, pelas horas de sono perdidas, pela preocupação, pelo amor, pela vida... Meus pais são a base da minha trajetória. Hoje, aos 29 anos, eu agradeço por voltar a morar com vocês, por poder compartilhar nossa vida depois de 11 anos distantes.

À minha melhor irmã (e única), Viviane, que, mesmo se houvesse outras mil, seria a melhor do mundo. Tu és como uma mãe para mim. Minha amiga, companheira. Por toda a dedicação, obrigado!

Aos meus sobrinhos e afilhados, Gabriel e Miguel, meus bebês. Que, nos momentos difíceis, mesmo sem saber, me ergueram com seus carinhos e amor.

À minha companheira, Gabriele, que eu, depois de seis anos, continuo chamando pelo segundo nome. Tu estás gravada em minha trajetória, tu és força quando fraquejo, companhia quando estou me sentindo triste. Por todos os incentivos, por todos os momentos: obrigado!

Ao meu orientador, Jorge Cunha, por todos os ensinamentos e parcerias, pelas palavras de incentivo e por mostrar que a pesquisa não tem endereço... ela é múltipla e que a beleza da pesquisa está em dialogar com várias áreas de conhecimento.

À minha coorientadora, Marta Borin, por tudo. De verdade, por tudo. Pela leitura atenta, pela paciência, pelo carinho, pelo zelo e por acreditar em nossa pesquisa. Tu és um exemplo de dedicação e atenção, de profissionalismo e amizade. Obrigado, professora!

À CAPES pelo incentivo a pesquisa, sem a bolsa seria muitíssimo mais difícil a execução deste trabalho, nesses últimos momentos, os quais concilio trabalho com escrita, percebi, ainda mais, o quão é importante o fomento à pesquisa em nosso país. Ter o tempo e a saúde mental e física para pesquisa é fundamental! Que outro aluno receba o incentivo que recebi, outro após ele e sempre alguém mais.

Agradeço à Banca de Doutorado, tanto de qualificação, quanto de defesa final, pela leitura atenta, pelos caminhos indicados, pelos conhecimentos compartilhados.

Deus não precisa castigar as pessoas pelos pecados. O pecado já é o próprio castigo, devora as pessoas por dentro. O objetivo de Deus não é castigar, Sua Alegria é curar.

A Cabana

RESUMO

ATRAVÉS DA PALAVRA: A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE CATÓLICOS E PROTESTANTES BATISTAS ATRAVÉS DE JORNAIS IMPRESSOS DO CAMPO RELIGIOSO, RIO GRANDE DO SUL (1909 - 1950).

AUTOR: Rogério Saldanha Corrêa

ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

COORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Esta tese estuda a busca por reconhecimento de católicos e protestantes batistas através do discurso na mídia impressa do Rio Grande do Sul, os Pioneiros, com veiculação em Ijuí, Santa Rosa, Panambi, dentre outras localidades e os Capuchinhos com circulação na serra gaúcha, Garibaldi e Caxias do Sul, no período de 1909 a 1950. Para isso, analisamos as estratégias das agremiações para obter (batistas) ou manter (católicos) a hegemonia do campo religioso midiático. Ao mesmo tempo, objetiva-se perceber as transformações que ocorreram nessas instituições no transcorrer das enunciações, considerando-se aspectos culturais, como política e sociedade, que interferiam diretamente na conduta daqueles atores sociais. O cerne desse embate encontra-se nos dispositivos impressos eleitos como fontes primárias de pesquisa, sendo: *O Jornal Batista* (1901), órgão oficial da Convenção Batista Brasileira —, *O Correio Riograndense* (1909), periódico administrado por católicos e com forte cunho legitimador do catolicismo e, por fim, *O Jornal Batista Pioneiro* (1919), órgão oficial da Convenção Batista do Rio Grande do Sul, também conhecido como *Batista Pioneira*. Com o aporte da Historiografia, Sociologia da Religião e com o respaldo da Análise de Discurso, dentre outros aportes teóricos e metodológicos, a fim identificar e analisar os discursos produzidos, em jornais impressos, por católicos e protestantes batistas, no final do século XIX até metade do século XX. Os capítulos aqui apresentados versam sobre a formação do protestantismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir da chegada dos batistas, como também sobre o catolicismo no Brasil, seus desdobramentos, conflitos e reconhecimentos a partir dos jornais católicos e, por fim, o posicionamento e as intenções de cada grupo no campo religioso midiático do Rio Grande do Sul. A tese tem como fonte os jornais mencionados, interpretados através da perspectiva da Análise de Discurso, em conjunto com a análise de conteúdo. A tese está vinculada à linha de pesquisa “cultura, migrações e trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O Estudo teve, por dois anos, a CAPES como órgão financiador em sua bolsa CAPES/DS.

Palavras-chave: Reconhecimento; Mídia Impressa; Católicos de Garibaldi e Região; Batistas Alemães do Rio Grande do Sul

ABSTRACT

Through the word: The Search for Recognition of Catholics and Baptist Protestants Through print media In Religious Field, Rio Grande Do Sul (1909 - 1950).

This thesis aims to study the search for recognition through the discourse of Catholics and Baptist Protestants in the print media of Rio Grande do Sul, the Pioneiros, with broadcasting in Ijuí, Santa Rosa, Panambi, among other locations and the Capuchinhos with circulation at mountain range of the Rio Grande do Sul, Garibaldi and Caxias do Sul, the period of analysis is from 1909 to 1950. For this, we seek to analyze the strategies of sects to obtain (Baptists) or maintain (Catholics) the hegemony of the religious media field. At the same time, the objective is to perceive the transformations that occurred in these institutions in the course of the enunciations, considering cultural aspects, such as politics and society, which directly interfered in the conduct of the churches. The core of this clash is found in the printed devices chosen as primary sources of research, which are: Jornal Batista (1901), official organ of the Brazilian Baptist Convention —, O Correio Riograndense (1909), a periodical administered by Catholics and with a strong legitimizing stamp of Catholicism and, finally, O Jornal Batista Pioneiro (1919), official organ of the Convention Batista do Rio Grande do Sul, also known as Batista Pioneer. With the contribution of Historiography, Sociology of Religion and the support of Discourse Analysis, among other theoretical and methodological contributions, the aim is to identify and analyze the speeches produced, in printed newspapers, by Catholics and Baptist Protestants in the late XIX century up to half of the XX century. The chapters presented here deal with the formation of Protestantism in Brazil and Rio Grande do Sul, from the arrival of the Baptists, about Catholicism in Brazil, its consequences, conflicts and recognition from Catholic newspapers and, finally, the position and the intentions of each group in the religious media of Rio Grande do Sul. The thesis has as source the newspapers, which were interpreted through the perspective of Discourse Analysis, together with content analysis. The Study, for two years, a CAPES funding agency in its CAPES/DS grant

Keywords: Religion; Recognition; Print; Catholics from Garibaldi and Region; German Baptists from Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Protocolo analítico proposto.....	29
Figura 2 – Mapa da colônia Conde D’Eu.....	67
Figura 3 – O Caxiense.....	84
Figura 4 – Maçons como inimigos.....	90
Figura 5 – A defesa.....	98
Figura 6 – A qualidade de alguns jornais.....	122
Figura 7 – A tipografia católica.....	126
Figura 8 – Primeiro Libertá sob direção de Giovanni Fronchetti.....	131
Figura 9 – O primeiro Colono Italiano de Fronchetti.....	134
Figura 10 – Propagandas do IL Colono Italiano.....	137
Figura 11 – A despedida de Fronchetti.....	143
Figura 12 – A união dos Jornais – o monopólio da palavra católica na mídia.....	152
Figura 13 – Vargas surge como figura central.....	155
Figura 14 – Primeiro exemplar de O Jornal Batista – janeiro de 1901.....	179
Figura 15 – O Jornal Baptista passa a ser órgão oficial da Convenção Batista Brasileira – janeiro de 1910.....	181
Figura 16 – Karl e Frida Feurharmel.....	188
Figura 17 – Primeira Igreja Batista do Rio Grande do Sul - Li-nha Formosa – maio de 1910.....	189
Figura 18 – Primeira convenção batista do Estado.....	190
Figura 19 – Último Grüss Gott e primeiro Der Missionsbote.....	193
Figura 20 – Pátria Nova uma revista do bem.....	206
Figura 21 - A Junta Nacional da LEC.....	209
Figura 22 - A história dos batistas pelo O Jornal Batista.....	218
Figura 23 - O destaque da guerra.....	222
Figura 24 - A igreja e o Estado.....	228
Figura 25 - Nossa pátria, Brasil.....	229

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O CATOLICISMO NO BRASIL: O ALICERCE DAS ESTRUTURAS DISCURSIVAS DA IGREJA CATÓLICA.....	41
1.1 REFORMA CATÓLICA NO BRASIL.....	47
1.2 PERÍODO REPUBLICANO E O CATOLICISMO	53
1.3 CENÁRIOS DO CATOLICISMO NO RIO GRANDE DO SUL	55
1.4 AS RELAÇÕES SOCIAIS DO CATOLICISMO NO ESTADO	62
2. O FAZER JORNALÍSTICO E A IMPRENSA CATÓLICA.....	73
2.1 CONFLITO E RECONHECIMENTO NOS JORNAIS CATÓLICOS.....	80
2.1 JORNAL O COLONO ITALIANO.....	87
2.2 NARRATIVAS DE LIBERDADE? O INÍCIO DO JORNAL O CORREIO RIOGRANDENSE.....	104
2.3 O COLONO ITALIANO: NÃO MAIS UM JORNAL CATÓLICO	135
2.4 A REPRESENTATIVIDADE E O RECONHECIMENTO DO FASCISMO NAS PÁGINAS DE UM JORNAL CATÓLICO.....	144
3. O PROTESTANTISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS	159
3.1 OS PROTESTANTES: REVENDO SUA GÊNESE E CONCEITOS.....	159
3.1.1 Os “rastros” conceitos de origens da religião batista.....	164
3.2 CENÁRIOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL	167
3.3 O PROTESTANTISMO MISSIONÁRIO NO BRASIL.....	170
3.3.1 Os Batistas no Brasil	175
3.3.2 O jornal Baptista.....	180
3.4 PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL	182
3.4.1 Os Batistas no Rio Grande do Sul: os pioneiros.	187

3.4.2 A Muckerização Dos Pioneiros Batistas	197
3.4.3 O jornal O Batista Pioneiro	199
4 A PALAVRA É MINHA! A BUSCA DO RECONHECIMENTO DE IDENTIDADES NO RIO GRANDE DO SUL (1930 A 1950).	201
4.1 O CATOLICISMO E SUA REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA.	201
4.2 A BUSCA POR RECONHECIMENTO DOS BATISTAS PIONEIROS NA ERA VARGAS	211
4.2.1 Batistas de missão no Brasil	213
4.3 ESTADO NOVO (1937 – 1945) MEDO ANTIGO.	218
4.3.1 Os batistas e o fechamento de seu dispositivo impresso	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	235

INTRODUÇÃO

Alguns ditos populares classificam como inviáveis as reflexões acerca da religião, por exemplo, “religião, futebol e política não se discute”. Contudo, tal afirmação pode ser refutada. Corroborando para isso, existem numerosas investigações que abrangem a temática da religião como um espaço de tensões, conflitos e disputas de poder.

Esta tese tem como enfoque identificar a luta por reconhecimento discursivo de católicos¹ e protestantes batistas através da mídia impressa, com ênfase nos Batistas Pioneiros e Católicos de Caxias do Sul e Garibaldi. Com base na historiografia referente a religião e política e com o aporte teórico da Sociologia da Religião respaldada na Análise de Discurso, visamos identificar e analisar os discursos produzidos por católicos e protestantes batistas, no final do século XIX até metade do século XX na mídia impressa, a fim de analisar como o campo religioso é afetado pela mídia impressa e como as igrejas, tanto católicas, quanto protestantes, utilizam-se do ambiente midiático para buscar o seu reconhecimento, legitimando-se e buscando o controle do capital simbólico.

Segundo Dreher (2003), a Proclamação da República no Brasil teve um duplo impacto para o país, primeiro, uma grande naturalização dos imigrantes (concessão generalizada da cidadania brasileira) e segundo, a separação entre igreja e Estado, ou seja, o Estado passa a ser laico.

A República introduz no Brasil uma liberdade religiosa nunca vivenciada, embora algumas Constituições do Império, como a primeira de 1824, já garantissem, mesmo com restrições, direitos à prática religiosa para outras crenças que não fossem a católica, como abordaremos com mais profundidade no primeiro capítulo. De fato, é no período republicano que o campo religioso se expande para outras igrejas, fomentando as disputas pelo monopólio do sagrado. Neste cenário de abertura do campo religioso que, em meados do século XIX, chegam ao Brasil (1882)

¹ Utilizaremos durante o trabalho a palavra Católicos para nos referir ao grupo religioso advindo, principalmente, da imigração italiana na região de Caxias do Sul e Garibaldi. O Correio Riograndense é de lá e faz sua representatividade focada na região. O catolicismo, assim como o protestantismo, teve diversos desdobramentos e caminhos no Brasil e no Rio Grande do Sul, por isso, seria negligente tratar o grupo como homogêneo.

os batistas norte-americanos oriundos do protestantismo missionário, ou seja, com o intuito de propagarem sua religião, rompendo com a hegemonia católica de três séculos no país.

Giumbelli (2008) ressalta que, a partir da República, há uma guinada na laicidade no país. Segundo o autor, isso ocorre quando se adota um modo assumido de separação entre Estado e igreja, ou seja, quebra-se um acordo em que se mantinha a Igreja Católica vinculada ao poder estatal. Com isso, o ensino é declarado leigo, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados etc. Mas, de fato, o que proporciona o espaço de disputas pelo campo religioso no país são os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais perante a lei, o que dá legitimidade ao pluralismo espiritual.

Neste sentido, podemos identificar a presença de protestantes batistas no Brasil e, nesta pesquisa com ênfase no Rio Grande do Sul, quando, por exemplo, Karl Feuerharmel e sua família, imigrantes alemães batistas instalam-se em Santa Cruz do Sul, fato que, doze anos depois, resultaria na primeira Igreja Batista em solo gaúcho.

Diante de um quadro em transformação do mundo contemporâneo, especificamente no perfil religioso do protestantismo brasileiro, que novas expressões de espiritualidades assumem posições sólidas e intensificam sua importância na sociedade brasileira, criando um ambiente de disputas de espaço, poder e supremacia religiosa, que nos jornais impressos, ganham ainda mais notoriedade, há, portanto, a criação de uma ramificação do campo religioso, o campo religioso midiático. Não é de nossa intenção criar reflexões sobre um novo campo social, ou seja, o campo religioso midiático é tratado nessa tese como as estruturas religiosas atravessadas pelos jornais impressos. Ou seja, uso de mídia pelas igrejas não implica numa simbiose entre campos, assim como referências religiosas na mídia também não. O recurso midiático usado pelas igrejas e o discurso religioso eventualmente usado por atores midiáticos são recursos técnicos e não relação entre campos, certamente que, o discurso midiático de católicos e protestantes é carregado de intenções e buscam a legitimação. Essa distinção é importante para o trabalho, pois, alicerça o toda a construção teórica do mesmo. Não há um novo campo social.

Sendo assim, pretende-se demonstrar, através das trajetórias narradas na mídia impressa, que as disputas entre católicos e protestantes batistas no Rio Grande do Sul davam-se pela busca de reconhecimento, sobretudo, no campo religioso midiático. Cada organização religiosa estrutura seus enunciados de maneira particular, os católicos através de um discurso alicerçado no conflito e os batistas de imigração por enunciados mais brandos. Porém, ambas congregações têm o mesmo objetivo: o reconhecimento. Por isso, sendo a mídia impressa é o principal dispositivo para esse fim, em função do seu alcance e poder de legitimação. Sendo assim, é imprescindível analisar como as trajetórias narrativas na mídia impressa podem ser problematizadas e contribuir para a compreensão dos gerados entre católicos e protestantes batistas no Rio Grande do Sul, neste caso, através do *Jornal Correio Riograndense*, *Jornal O Batista Pioneiro* e *O Jornal Batista*.

Para articular a problemática da pesquisa é necessário compreender, mesmo que de maneira breve, a teoria dos campos, assunto que será abordado novamente no quarto capítulo da tese, onde o aporte teórico será utilizado para dar base à reflexão central do capítulo.

Em resumo, a teoria representa uma forte vertente acerca de discussões sociológicas, históricas e antropológicas. No cerne desses questionamentos, está a divisão do trabalho e suas funções sociais, como aponta Bourdieu (1997, p. 97): “o ethos específico de cada campo especializado é a forma própria (conforme lei de cada campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho”.

Há, pelo menos, dois eixos cruciais na teoria dos campos. O primeiro relacionado à exclusão dos que não têm acesso às atividades profissionais, ou seja, estão à margem do campo social do trabalho. O segundo reflete acerca da manutenção do campo e as posições de poder dele. Desse modo, quem tem o prestígio² (capital simbólico) possui certa influência no campo. Podendo, portanto, existirem disputas pelas posições de poder nos campos sociais, como assinala Lahire (2002).

Acerca desse problema, Borin (2010), ao refletir sobre as disputas no campo religioso gaúcho, tensiona o incentivo e o triunfo da devoção mariana, demonstrando

² Ver: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrant, 1997.

as estratégias do clero para uma legitimação da identidade católica no estado frente a seus opositores protestantes. Expresso em outros termos, as disputas pelo reconhecimento identitário permeiam diversos campos sociais, sobretudo o religioso. Os agentes sociais que detêm o capital simbólico são, em grande medida, os que dominam o campo religioso.

A autora supracitada ressalta que a lógica do campo religioso se dá em função da distribuição do capital religioso, ou seja, há uma concorrência pelo monopólio dos bens de salvação e pelo poder simbólico da fé. Portanto, as organizações religiosas são instituições sociais, que atuam na moralização e programação da conduta do indivíduo, a partir da autoridade legitimadora da própria igreja e de seus agentes autorizados.

Observando os desdobramentos que a reforma protestante causa, em um primeiro momento na religião, e, conseqüentemente, na sociedade, fica evidente que o ambiente religioso é um local de disputas de poder, sobretudo na mídia, sendo assim, pergunta-se: quais são os temas dos embates discursivos de católicos e protestantes batistas no Rio Grande do Sul? Quais os resultados dos conflitos no campo religioso midiático para os batistas no sul do Brasil? Quem são os sujeitos responsáveis por esses discursos?

Temos como hipótese que diversas foram as disputas ocorridas entre católicos e batistas com a abertura da religião protestante no estado. Com isso, embates surgiram em terras gaúchas, sobretudo, nas páginas dos jornais impressos da época, que, a partir da república, desempenham um forte papel legitimador da religião. Coube aos batistas, através da mídia, buscar a sua solidificação e fortalecer seus laços culturais e políticos para ganhar cada vez mais adeptos e, aos católicos, lutar para reaver o poder e manterem-se com a hegemonia do poder simbólico religioso.

Assim, percebe-se que o campo religioso é marcado por conflitos, principalmente discursivos, visto que, quando uma religião “ganha espaço”, na maioria das vezes, a outra “perde” e mobiliza-se. Esses conflitos publicizados em jornais e revistas retratam o cenário religioso e social da época a qual pertencem.

Motivações e escolhas.

Para dar base à pesquisa, realizamos um estudo criterioso acerca de produções que envolvem a temática abordada nesta tese. Para tanto, optamos por iniciar com cinco palavras-chave, sendo: protestantes batistas, imprensa protestante, reconhecimento ou embate e batistas no Rio Grande do Sul.

O primeiro item busca refletir sobre o tema central do nosso trabalho, procuramos contribuições de teses e dissertações que fizessem alusão ao termo. O segundo e o terceiro decorrem da articulação com o primeiro, buscando compreender quais são os estudos acerca do protestantismo e da imprensa protestante brasileira. Por fim, buscamos pesquisas específicas do nosso objeto de estudo.

A união dos termos batistas, protestantes e imprensa protestante foi realizada com o intuito de distinguir os estudos que não tivessem a ver com o escopo deste trabalho, bem como pretendemos afunilar os resultados, evitando, assim, que trabalhos de diversas áreas e com palavras isoladas surgissem na ferramenta de busca.

Foram utilizadas três bases de dados para o presente levantamento, sendo elas: Periódicos CAPES³, Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴ e o The DART⁵.

Encontrou-se 180 itens com a palavra-chave *Batista*, sendo eles 130 dissertações e 50 teses. Com o termo protestante, o número aumentou exponencialmente, sendo mais de 1000 dissertações e 800 teses. Mídia protestante e imprensa protestante ficaram em torno de 20 mil trabalhos entre teses e dissertações. Nota-se o número elevado de produções encontradas com as palavras isoladas, em vista disso, realizamos uma combinação entre elas, por exemplo: batistas e mídia protestante, imprensa e imigração, batistas no Rio Grande do Sul. Chegou-se a um corpo total de 15 trabalhos, sendo que cinco deles foram ao encontro da tese. Vale ressaltar que existe apenas uma pesquisa de doutoramento

³ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: 30 de setembro de 2017.

⁴ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/> Acesso em: 20 de junho de 2017.

⁵ Disponível em: <http://www.dart-europe.eu>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

com a temática dos batistas no estado do Rio Grande do Sul e ele não prioriza e pouco utiliza as fontes que serão consultadas neste trabalho.

A primeira pesquisa de relevância foi a tese “*O debate sobre a história das origens do trabalho batista no Brasil: uma análise das relações e dos conflitos de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos 1960 – 1980*”, de autoria de Alberto Kenji Yamabuchi e orientação do Prof. Dr. Ferris, James Reaves. A tese foi apresentada no programa de pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Metodista de São Paulo em 2009.

A tese analisou os conflitos ancorados pelas questões de gênero e poder observadas durante o debate acerca do início da Igreja Batista no Brasil. No cerne desse embate está o pastor (Pr.) José Reis Pereira, que era líder da Convenção Batista Brasileira (CBB), nos anos de 1960 a 1980 e, de outro lado, a pesquisadora Betty Antunes de Oliveira. O trabalho teve seu foco na análise discursiva, principalmente com a mediação de gênero. A pesquisa teve como principal propósito dar visibilidade aos conflitos velados na CBB pelos direitos de liberdade e igualdade sociais.

Como ineditismo, o autor traz que a pesquisa oferece uma nova perspectiva ao debate sobre as origens do trabalho batista no Brasil, a partir do uso da categoria de gênero como instrumento de análise, o que complementa, desse modo, as pesquisas acadêmicas já publicadas sobre o tema.

O debate sobre as origens do trabalho batista brasileiro, que ocupou o cenário político da Convenção Brasileira entre 1960 e 1980, foi encabeçado por duas figuras, de um lado, o Pastor José dos Reis Pereira, líder da Convenção Brasileira, e do outro, a pesquisadora e jornalista, Betty Antunes de Oliveira. Em 1969, a Convenção Brasileira decidiu em assembleia pela tese de Reis Pereira, que foi, a partir daquele ano, considerada a narrativa histórica oficial do início do trabalho dos batistas brasileiros.

Metodologicamente, a tese aporta do método hipotético-dedutivo para a elaboração da pesquisa, segundo o autor, esse método “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (YAMABUCHI, 2009, p. 31). Como fontes, a pesquisa buscou o

levantamento e a seleção de fatos históricos documentados a partir de fontes primárias (anais da Convenção Brasileira) e secundárias (edições de *O Jornal Batista* e do *Batista Paulistano*) para a compreensão do problema.

O segundo trabalho intitulado: “*Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*” é de autoria da pesquisadora Elizete da Silva, com orientação do professor doutor Augustin Wernet. A tese foi apresentada no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, em 1998. Nele, a autora dispõe-se a realizar um estudo das representações construídas pelo protestantismo na Bahia, no período de 1880 a 1930, privilegiando, segundo ela, os aspectos sócio-políticos. Em outras palavras, de que formas os grupos protestantes elaboraram sua visão de mundo e a interpretação que fizeram da realidade sociocultural que guiaram as suas atitudes e práticas coletivas na sociedade brasileira.

Dentre os muitos grupos protestantes estabelecidos em Salvador, os anglicanos foram eleitos como modelo por serem considerados como o mais representativo e antigo grupo no bloco do protestantismo de imigração que se instalou no Brasil na primeira metade do século XIX. Como exemplo de protestantismo missionário, foram tomados os batistas, incluindo a Missão Batista Independente, grupo dissidente que se organizou em 1910, de forma autônoma do comitê de Richmond.

Como problema de pesquisa, a autora salienta:

Sendo os protestantes, nas suas mais diversas expressões, grupos minoritários no cenário religioso baiano, estabeleceram mecanismos próprios de coesão interna na tentativa de preservação e sobrevivência das comunidades e de garantir a expansão do grupo. O cenário religioso encontrado na Bahia pelos protestantes no século XIX era definido majoritariamente como católico, pois desde 1824 a Igreja Católica foi religião oficial do Império brasileiro, no entanto, o quadro religioso baiano estava fortemente marcado pelas religiões de origem africana. É nesse sólido bloco afrocatólico que anglicanos e batistas conquistariam o seu espaço, tendo como interlocutor privilegiado e, ao mesmo tempo oponente, principalmente do lado batista, o catolicismo. (SILVA, 1998, p. 25).

Metodologicamente, a tese aporta-se pela análise de conteúdo, embora não deixe explícito em seu texto. Como fonte de pesquisa, a autora utiliza fontes

manuscritas e impressas, eclesiásticas e não eclesiásticas, além de uma bibliografia específica de apoio. Esses materiais estão disponíveis na cidade de Salvador

O terceiro trabalho intitulado “*Imprensa protestante na primeira república: evangelismo, informação e produção cultural — O Jornal Batista (1901 – 1922)*” foi desenvolvido pela doutora Anna Lúcia Collyer Adamovicz e orientado pela Profa. Dra. Maria Inez Machado Borges Pinto. A tese foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, em 2009.

A autora salienta que, a partir do século XIX, as missões batistas norte-americanas tornaram-se presentes no Brasil através de campanhas evangelizadoras, com a intenção de promover sua religião e conquistar fiéis, num cenário onde a doutrina-ideológica dominante é a da Igreja Católica, que durava mais de três séculos.

Segundo Adamovicz (2009), a criação de um dispositivo de informação de alcance nacional contribuiria para o crescimento qualitativo e quantitativo da organização religiosa, isso viabilizou a fundação do Jornal Batista, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1901. Adamovicz (2009) utiliza, como material de consulta, o Jornal Batista, órgão oficial da Convenção Batista Brasileira. Embora a pesquisa use uma das fontes de nosso trabalho, a temática abordada é bastante divergente, dado que seu intuito é perceber o crescimento da imprensa protestante e o nosso é analisar os conflitos em busca do crescimento no campo religioso do Rio Grande do Sul.

“*Batistas no Rio Grande do Sul: uma introdução a sua história*” é de autoria de Daltro Keidann e possui orientação do Prof. Dr. Mártin Dreher, tendo sido apresentado como tese na Escola Superior de Teologia da IECLB, no ano de 1998. Ele ajuíza, em sua tese, os primórdios da história batista, tratando sobre a teoria do rastro de sangue, dos batistas gerais e particulares. O trabalho tensiona a formação da religião batista no Rio Grande do Sul e utiliza, como fonte, atas e registro de assembleias batistas desde a primeira igreja na Linha Formosa, em 1893. Algumas menções ao Jornal *Batista Pioneiro* são feitas, porém, não é a fonte central da investigação. Como metodologia, a tese alicerça-se na análise de conteúdo como principal aporte metodológico.

Segundo Keidann (1998), no Rio Grande do Sul, os precursores do movimento batista, imigrantes alemães, eram perseguidos e sofriam fortes punições. Esse cenário de criação de novas igrejas e, sobretudo, a divisão do cenário religioso propiciaram novas disputas, tanto no ambiente religioso quanto no político, uma vez que, após ser proclamada a república, essas disputas saem de um espaço “legal” desempenhado pelo Estado e ganham outros campos, sendo a mídia impressa um dos principais dispositivos, que formam um campo onde se legitimam e são reconhecidos católicos e protestantes.

“Die debatte amerikanischer kirchen über den eintritt der vereinigten staaten in den zweiten weltkrieg” tem autoria de Christian Georg Werner, orientada por Dr. Knud Krakau e foi defendida em 2016, no programa de pós-graduação da *Freien Universität Berlin*.

A tese aborda a questão da crescente ameaça do Estado nacional-socialista da Alemanha na década de 1930 e a entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial. Em conformidade com a autora, o debate sobre a guerra não foi apenas sobre as questões políticas e sociais, mas também intenso dentro das igrejas americanas.

O trabalho discute a relação das igrejas alemãs e suas “idas” para os Estados Unidos. Uma parte do segundo capítulo aborda as convenções batistas do sul dos Estados Unidos da América. A tese aborda, de forma criteriosa, a formação das igrejas batistas em solo americano e a influência das igrejas alemãs em sua estruturação.

A pesquisa compreenderá o fluxo cultural, principalmente entre igrejas, da Alemanha para os Estados Unidos e o hibridismo cultural que a guerra proporcionou a essas instituições, que, embora de lados opostos, sofreram influências diretas em sua base.

As fontes são atas e documentos de igrejas batistas e metodistas, tanto dos Estados Unidos como da Alemanha, tratando-se de uma metodologia que busca o estudo comparativo dessas diferentes convenções.

Por fim, Marta Rosa Borin, em 2010, defendeu sua tese de doutoramento junto ao programa de Pós-graduação em Estudos Históricos e Latino-Americanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sendo que a sua pesquisa intitulada: *“Por*

um Brasil Católico: tensão e conflito no campo religioso da República (Rio Grande do Sul, 1900-1950)” teve orientação da Profa. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos.

A tese refletiu acerca das disputas do campo religioso de Santa Maria do final do século XIX até metade do XX, a partir do Projeto de Restauração Católica no Rio Grande do Sul. Tendo como foco a devoção à Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças na cidade, como sendo uma estratégia para legitimar o catolicismo em Santa Maria, fazendo-o conquistar o monopólio do campo religioso local.

De acordo com o trabalho, Santa Maria, perante a sua pluralidade religiosa, foi cenário de vorazes disputas entre os católicos, maçons e protestantes pelo capital religioso. A tese utiliza-se da imprensa para analisar essas disputas, sobretudo entre católicos e anticlericais como metodistas e maçons.

A autora apresenta seu trabalho, elucida os conceitos que serão utilizados nele e traça um panorama da cidade de Santa Maria no período do estudo. Ao decorrer dos capítulos, a pesquisa apresenta o catolicismo no Rio Grande do Sul e, depois, em Santa Maria. Posteriormente, aborda a questão dos embates entre católicos e protestantes, principalmente, metodistas e outro grupo anticlerical: os maçons. O clero foi representado pelo impresso Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria e do jornal confessional O Santamariense. por sua vez, *O testemunho* e a revista *Reacção* foram os dispositivos impressos utilizados para analisar os protestantes e os maçons, respectivamente.

Além disso, o trabalho aborda as questões das disputas pelo campo educacional local e, por fim, a coroação da Restauração Católica e a legitimação da Nossa Senhora Medianeira como padroeira dessa restauração.

Enfim, apresentados os trabalhos, vale salientar que a escolha do tema deve-se à identificação teórica, iniciada em 2016, a partir de minha⁶ participação no projeto de pesquisa “A educação confessional: o projeto dos batistas no Rio Grande do Sul”, no qual participei como bolsista FIPE/UFSM. Durante o desenvolvimento do projeto, através de coleta de dados, revisão bibliográfica e das orientações com a professora

⁶ Em alguns trechos da tese, utilizo a primeira pessoa do singular para descrever passagens pontuais da pesquisa, como passagens sobre o percurso metodológico, minha trajetória para chegar ao objeto da pesquisa, dentre outros.

Marta Borin, responsável pelo projeto, despertou interesse em investigar quais foram os processos para a estruturação da Igreja Batista no Rio Grande do Sul, bem como os conflitos que isso provocou no campo religioso gaúcho e, principalmente, qual a utilização da mídia impressa nessa disputa.

O surgimento da pesquisa deu-se a partir de um árduo trabalho de investigação, primeiramente, como bolsista do projeto citado, descobrindo as origens e os primeiros passos dos batistas no Estado. Posteriormente, entrando em contato com a Primeira Igreja Batista de Santa Maria, descobrimos o jornal impresso *O Batista Pioneiro*, dispositivo impresso da instituição Pioneira, responsável pela administração de grande parte das igrejas batistas no Rio Grande do Sul desde 1910. A partir desse momento, comecei a problematizar a importância da mídia impressa para os batistas gaúchos e o papel dela como legitimadora dessa religião protestante.

Com isso, encontrei o ponto central de meu estudo, analisar as disputas por reconhecimento no campo religioso gaúcho de católicos e batistas, sendo a mídia impressa, *O Batista Pioneiro*, posta como a principal ferramenta de estruturação, legitimação e poder batista no Rio Grande do Sul.

Para analisar as estratégias dos agentes sociais, buscaremos subsídios em Bourdieu (1997), pois, para o autor, os especialistas do sagrado são responsáveis por engendrar os sentidos e os consensos em torno dos sentidos da vida religiosa, atuando sobre as diferenças sociais e as diferentes formas de apropriação do capital religioso por parte dos fiéis, reforçando as funções de integração e desintegração, inclusão e exclusão da religião enquanto sistema simbólico.

O estudo proposto tem sua justificativa alicerçada nas questões culturais e históricas referentes à construção dos discursos de católicos e protestantes batistas, principalmente no Rio Grande do Sul a partir de 1909. Os dados encontrados em pesquisas anteriores apontam para a existência de diferentes confissões religiosas no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, que, ao desestabilizar a hegemonia católica, geraram tensões e conflitos no campo religioso.

Neste sentido, interessam-nos as interações discursivas e os conflitos na mídia impressa, entre batistas e católicos, visto que a Proclamação da República

teria não somente ensejado a liberdade religiosa, mas também a disputa pelo espaço cultural.

A proposta que norteia esta pesquisa tem como princípio a noção de processo, ou seja, não é intuito aqui apenas descrever os fatos que ocorreram em um passado longínquo, mas tensionar a presença dos batistas no Rio Grande do Sul com episódios importantes, que contribuíram para moldar a história gaúcha.

Sendo assim, considera-se necessária a problematização das disputas de poder que se instalaram no campo religioso midiático a partir do posicionamento discursivo de católicos e batistas, representados pela imprensa a partir do século XX, por meio do *Jornal Batista* (1901), *O Batista Pioneiro* (1919) e *O Correio Riograndense* (1909).

A partir do que foi apresentado na revisão de teses e dissertações, destacamos a escolha pelo programa de pós-graduação e o vínculo à linha de pesquisa “cultura, migrações e trabalho”: em primeiro lugar, pelas questões culturais e históricas que envolvem a análise dos discursos de católicos e protestantes batistas, sujeitos que, a partir de seus deslocamentos, estruturaram-se no Rio Grande do Sul. Em seguida, pela diversidade cultural e religiosa que se instaura no estado a partir desses movimentos, balizando relações sociais e hierarquias de poder na sociedade, sendo que essas temáticas vão totalmente ao encontro do eixo de estudo da linha de pesquisa. O Estudo teve, por dois anos, a CAPES como órgão financiador em sua bolsa CAPES/DS.

Posto isso, a razão que guia o trabalho constitui-se de justificativas que envolvem desde a motivação pessoal, como também a relevância do estudo para o campo da História. Pode-se dizer que trabalho diferencia-se, quando busca complementar os conhecimentos obtidos em investigações anteriores em dois aspectos: primeiro, na reflexão do objeto de estudo sobre a ótica da religião, da história e sua relação com a mídia. Segundo, no ineditismo do enfoque, Souza (2004) afirma que o historiador só pode trabalhar com documentos que existem, não podendo inventá-los, porém, pode reinventá-los, lançar seu estudo à luz de outros temas e teorias, analisar com um novo olhar.

Os Jornais que analisamos são datados a partir de 1901, embora outros estudos tenham trabalhado com essas mídias impressas, sobretudo com *O Jornal*

Batista e o Correio Riograndense, conforme demonstramos no “estado da arte”, a proposta da pesquisa visa contribuir para área da história a partir de um viés inédito, articulando esses dois materiais com o *Jornal Batista Pioneiro*, fonte nunca utilizada para compreender os posicionamentos discursivos e a busca por reconhecimento de católicos e protestantes batistas no Rio Grande do Sul. Salientamos que, com o levantamento de trabalhos realizado, fica claro que não há texto que aborde esta temática e nem utiliza nossas fontes para realizar tal observação.

Expresso isso, objetiva-se com esta tese: analisar a formação discursiva religiosa na mídia impressa, mais especificamente, os discursos produzidos entre católicos e protestantes batistas e os conflitos gerados a partir desse *ethos* religioso midiático no estado, retratado através da mídia impressa.

Para tanto, realizamos uma análise do contexto cultural e sociopolítico, que resultou no surgimento dos movimentos Batista no Brasil e no Rio Grande do Sul, montando o cenário social que o movimento enfrentou desde sua chegada até a fixação no estado com o *Jornal Batista Pioneiro*. Também pretendemos identificar quais os elementos escolhidos para representar protestantes batistas e católicos em cada um dos jornais analisados e investigar quais características das religiões ganham maior destaque nos jornais e por quê.

A seguir, trazemos um breve apanhado do que será trabalhado nos capítulos da tese, primeiro, mostrando bases teórico-metodológicas e, logo em seguida, os alicerces teóricos eleitos para dar seguimento ao trabalho. No primeiro capítulo, o trabalho articula a base discursiva do catolicismo, descrevendo, então, o panorama do catolicismo no Brasil, tais cenários são importantes para compreendermos quais as estruturas discursivas pertinentes ao grupo católico de Caxias do Sul e região. Para isso, iniciamos as reflexões num ambiente macro (Brasil) e deixamos o escopo focado no Micro (Rio Grande do Sul – Caxias do Sul e Garibaldi). No segundo capítulo as discussões englobam a mídia, um dos objetos centrais de nossa pesquisa. Nele, abordamos a relação da imprensa e do reconhecimento e trouxemos questões que aparecem nas fontes de pesquisa. No terceiro capítulo, a ótica dos estudos se dá a partir do protestantismo e seus desdobramentos, seguindo a lógica do macroambiente para o micro, também são apresentados e analisados os jornais protestantes. Por fim, na última parte da tese, analisamos a busca por reconhecimento e a estruturação do campo religioso midiático de 1930 a 1950, os

episódios narrados pelos jornais e nossas interpretações a partir da Análise de Discurso.

Caminhos e Escolhas Metodológicas

A metodologia do trabalho está circunscrita ao aporte dos estudos culturais, em concomitância com a análise documental e a análise do discurso. Neste sentido, é necessário conhecer a teoria da cultura, que, conforme Williams (2003), forma-se a partir das relações entre os elementos culturais que, no que lhe concerne, compõem os modos de vida de uma sociedade.

Williams (2003) destaca três categorias gerais que caracterizam uma análise social, são elas: a “ideal”, que se refere ao estado de perfeição humana. Nesse modo, a análise da cultura faz-se através do “descobrimento” e descrição das vidas e dos valores que podem compor uma ordem atemporal ou fazer referência permanente para uma condição de vida universal.

Por um segundo viés, articula-se a categoria “documental”, que, por sua vez, busca avaliar o pensamento e da experiência; assemelha-se com a ideal, no sentido que situará a pesquisa no espaço e tempo em que o objeto estudado está inserido. Para (OLIVEIRA, 2007), os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos acontecimentos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações. Buscam, desse modo, reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo.

Considera-se, como cultura, a junção de obras intelectuais e registros da experiência e do pensamento humano, para tanto, analisam-se produções fundamentais de cada época como livros e jornais, por exemplo. Por essa segunda definição, analisar a cultura vale-se da atividade crítica, que, além da obra, considera

também as relações históricas, das tradições e sociedades em que foram desenvolvidas.

A terceira definição é a “social”, que entende cultura como um modo determinado de vida, que busca elencar significados e valores não somente na arte e no aprendizado, mas também pelo comportamento ordinário. Assim sendo, a análise da cultura sob a visão social apoia-se nos significados e valores dos modos de vida específicos.

Os modos de analisar a cultura e a sociedade não são excludentes, pelo contrário, uma definição “documental” que dê somente valor aos registros escritos, negando as relações do homem em coletividade, não é suficiente. Dessa forma, a análise do campo religioso midiático deve considerar o contexto social, reforçando-se ainda que as relações devam ser estudadas na sua dinamicidade, com o olhar atento às peculiaridades do período histórico em questão; visto que a organização “cambiante” da sociedade permite que sejam observados os diferentes sentidos produzidos entre as distintas atividades, dependendo do contexto nas quais estão inseridas, ou seja, é preciso situar a pesquisa em um espaço e tempo, ou buscar compreendê-los, para que não haja “falhas” na análise do campo.

Johnson (2006) salienta a importância da análise da cultura, ainda mais quando é potencializada pela mídia, quando ela promove uma reorganização dos modos sociais. Entretanto, para fazer uma análise cultural da mídia que dê conta de observar o produto na sua totalidade, é preciso inserir-se nesse contexto de produção, não ficar restrito aos elementos das obras estudadas.

Também como alicerce metodológico, temos a Análise de Discurso, segundo definição de Pêcheux (1997), os textos não apenas mostram algo, mas, principalmente, remetem a um “mundo” de significados, uma vez que apontam diferentes modos de referência, em que reflexionam sobre si mesmo e as informações que oferecem inscrevem-se no próprio ato de oferecê-las. Sendo assim, a análise discursiva não busca por unidades isoladas, ela anseia pelas relações que existem entre o texto e os seus significados.

Ademais, Pêcheux (1997) afirma que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há indivíduo que é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar

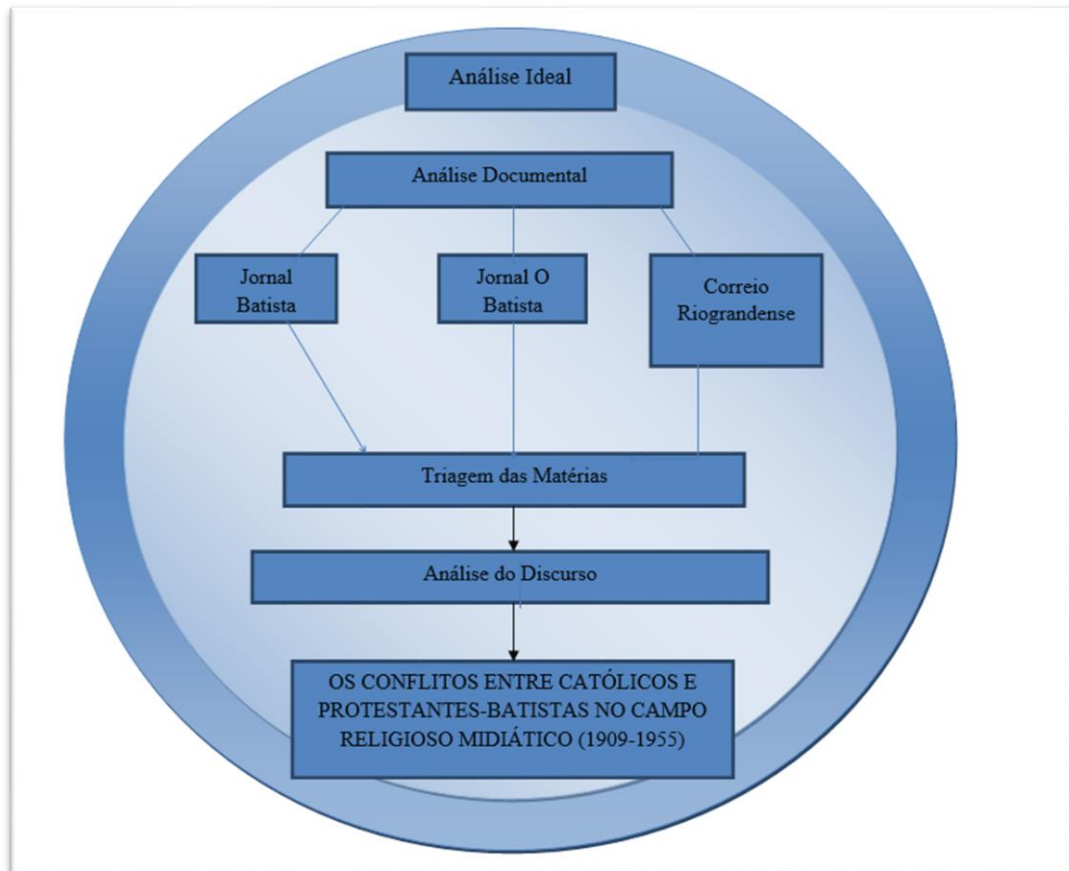
essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos. O texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. A intenção do método é justamente tornar visível a reunião, raramente aparente, das forças que compõem o texto. Assim, existem, no texto, duas camadas: uma mais visível (camada discursiva) e outra que só se torna evidente quando aplicado o método (camada ideológica).

Para Orlandi (2009), a noção de formação discursiva é basilar na Análise de Discurso, porque permite compreender o processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia, e estruturar regularidades no funcionamento de cada discurso. Para definir uma formação discursiva, o analista precisa trabalhar com regras de formação do discurso, ou seja, as condições a que estão submetidos os elementos de uma repartição. A formação discursiva é definida por certo número de enunciados que apresentam semelhante sistema de dispersão e a que corresponde uma regularidade entre os objetos, as categorias de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Tais regras definem como um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos. É alicerçado nessas articulações e em conjunto com a análise documental que o estudo compreenderá o sentido nos textos dos jornais e outras fontes secundárias selecionadas para a tese.

Articulando a metodologia proposta para a pesquisa, com os objetos pesquisados, propõe-se um esquema de análise:

Na Figura 1, tem-se a aplicação metodológica do conteúdo trabalhado até aqui. A análise cultural é ponto de partida e embasa o processo analítico, em que os itens abordados são: a análise documental, realizada a partir da averiguação dos Jornais *O Batista*, *O Batista Pioneiro*, *Correio Riograndense*. O contexto (político) social trata de descrever a maneira de viver ou modos de vida da sociedade. É fundamental ressaltar que tais averiguações serão estruturadas também a partir da Análise do Discurso, sendo que, com o decorrer da pesquisa, serão criadas subcategorias de análise.

Figura 1 — Protocolo analítico.



Fonte: protocolo elaborado pelo autor.

Para analisar o campo religioso atravessado pela mídia, é necessário também identificar a representação dos sentidos que são produzidos através dos discursos. A partir desses discursos, constroem-se os significados. Como explica Hall (1997, p. 15), a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas”. As diferentes linguagens estabelecem significações, por meio das representações construídas, atribuindo sentido às coisas. Esses sentidos tornam-se parte da cultura de um determinado grupo social, quando partilhados pelos sujeitos. A instância da representação presente no trabalho diz respeito aos sentidos produzidos através dos discursos. Por fim, a partir dessas interpretações e tensionamentos pode-se pensar

que os conflitos no campo religioso, em específico no RS, entre Católicos e Batistas, ganham grande representatividade a partir dos jornais referidos.

Durante a segunda semana de maio de 2018, viajei a Ijuí/RS para realizar a coleta de dados e registro de *O Batista Pioneiro*. Durante a estadia na Faculdade Batista Pioneira, instituição que detém o acervo completo do periódico, registrei, por fotografia, o dispositivo de 1919 a 1958. Ao todo, foram cerca de três mil imagens.

Além disso, foi disponibilizado pelo diretor da instituição, Claiton Kunz, registros de atas, reuniões, livros, entrevistas, dentre muitos outros materiais, incluindo breves fichamentos dos jornais da igreja. Tais fontes foram organizadas por André Reink e seu pai, Alfredo Reink, e serão utilizadas como secundárias em nosso trabalho.

Para este estudo, lançamos três categorias de análise: o campo religioso, Mídia e religião, Hibridismo Cultural e Imigração, as quais serão descritas a seguir:

A primeira delas, o campo religioso, será abordada segundo Bourdieu (2007), pois o autor destaca que a essência do campo religioso remete ao processo de aparição e desenvolvimento das cidades na Idade Média, acompanhado pelo gradual desaparecimento da relação racionalista do homem com a vida, relação que passaria a orientar a busca do “sentido” da existência.

As observações de Lahire (2002) acerca dos campos são importantes. Ele afirma que os campos correspondem a, pelo menos, dois eixos: o primeiro, às esferas das atividades profissionais, que exclui quem não tem acesso à atividade profissional. O segundo diz respeito às atividades profissionais ou públicas que abarcam prestígio (o capital simbólico). Pode, portanto, organizar os espaços sociais em virtude dessa categoria geradora de disputa pelo poder e, por conseguinte, geradora de conflitos.

Bourdieu (2007) afirma que o dominante em um campo religioso é os agentes sociais que detêm o capital simbólico específico dele, que, por sua vez, é constituído por regras, técnicas, crenças, histórias etc. Ao fazer uso desse capital, o agente social dominante busca manter-se no poder, fundamentando sua autoridade nele. Desejando a manutenção de seu *status*, o(s) agente(s) dominador(es) busca(m) a exclusão dos recém-chegados que, então, adotam estratégias de subversão como as da heresia, para construir a sua legitimidade própria. Para o autor, a troca do

capital religioso depende de uma correlação entre produção e recepção desse bem simbólico, ou seja, do interesse daquele que enuncia e na predisposição de quem recebe o enunciado. Nas palavras do autor:

Tendo em vista que uma prática (ou uma ideologia religiosa) só pode exercer o efeito propriamente religioso de mobilização (correlato ao efeito de consagração) enquanto o interesse político que a determina e a sustenta subsiste dissimulado em face tanto daqueles que a produzem como daqueles que a recebem, a crença na eficácia simbólica das práticas e das representações religiosas. (BOURDIEU, 2007, p. 54).

Sendo assim, o autor salienta que o funcionamento do campo realiza-se em função da distribuição do capital religioso, na concorrência pelo monopólio e na gestão de bens de salvação.

A mídia é vista como um lugar de visibilidade e de legitimação para os diversos campos, e não é diferente com o campo religioso. A apropriação do discurso e operações midiáticas operada pelo campo religioso contribui para integrá-lo à sociedade midiaticizada. Neste aspecto, Rodrigues (1999) aponta esses primeiros cenários da midiaticização. O autor ainda destaca: “É pela imposição de uma enunciação? simbólica própria que os campos sociais asseguram a sua visibilidade pública” (RODRIGUES, 1999, p. 22).

Neste sentido, há duas categorias de enunciação simbólica: a formal e a informal. A formal é regulada por regras constitutivas e normativas, representada por rituais, fardas ou insígnias, a chamada — modernidade. Já a informal refere-se ao apagamento de marcas distintivas - o que o autor chama de modernidade tardia. E é com base neste último aspecto que Luís Mauro Sá Martino (2003) retrata o funcionamento dos campos na situação midiática. O autor compreende os campos sociais como um espaço estruturador de posições, em que agentes vivem em competição. Indo além ao afirmar que o real sentido dos conflitos é a legitimação perante a sociedade e a divulgação de ideologias. Estão em jogo, nessa disputa, dois bens: o simbólico, referente à satisfação mental e espiritual; e os bens materiais, dos quais depende o funcionamento da igreja. “Para a conquista do campo religioso, as instituições oferecem bens simbólicos, recebendo em troca bens materiais que

permitem a subsistência e expansão de seu alcance doutrinário” (MARTINO, 2003, p. 12).

A noção de campo na sociedade, em vias de midiaticização, evidencia o debate entre agentes no interior do espaço religioso. A busca por legitimidade, poder e reconhecimento, dentro do próprio campo, tem como objetivo melhorar a posição e a relação estabelecida nesse ambiente. Esses espaços sociais delimitados estruturam a noção de campo, que é, nas palavras de Martino (2003, p. 32), “[...] como espaço, lugar abstrato, onde age o pessoal especializado no jogo pela conquista da hegemonia, prerrogativa de determinar as práticas legítimas em cada campo”.

Segundo Valduga (2007), a imprensa católica, na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, surgiu no final da década de 1890, período em que a população local já contava com 80 mil habitantes. O crescimento da população e o processo de emancipação, que ocorriam nas colônias no período, impulsionaram a busca de informações sobre a vida regional, fomentando o desenvolvimento de uma indústria jornalística local. Ademais, três grupos eram detentores da mídia local: os maçons, os austríacos e os católicos. Os católicos, mais numerosos, eram favoráveis à causa papal e abertamente contra o governo liberal italiano. Eles agrupavam-se em torno da Igreja que, com sua influência, disputava o poder da representatividade local, protagonizando a maioria dos atritos ocorridos na região.

Neste sentido, WEIZENMANN (2015) contribui de forma substancial para os trabalhos historiográficos sobre a imprensa no Rio Grande do Sul, segundo autor, durante a passagem do século XIX para o XX os dispositivos impressos estavam associados à luta política que se estruturava na província. Os equipamentos também mudavam, aumentando a tecnologia na produção e distribuição dos jornais, O formato predominantemente utilizado pelas tipografias, a partir de 1870, que remete também a uma maneira industrializada de produção é o *standard*.

Segundo Klauck (2009), o século XIX é marcado por um cenário de grandes embates no campo discursivo midiático. Para a Igreja, as modificações oriundas do processo da modernidade fomentam os primeiros impactos na sua estrutura, marcada por um discurso conservador.

O autor supracitado, ao referir-se ao Brasil, destaca que, nas primeiras décadas do século XX, os veículos de informação católicos tornam-se uma “imprensa de opinião”, assumindo o papel de aparelho crucial na reestruturação da Igreja Católica e como uma solução capaz de viabilizar sua influência na sociedade. Naquele momento, caracterizado pela separação entre Igreja e Estado formalizada na primeira constituição republicana, assiste-se a uma pluralização dos títulos católicos no país, que buscam expressar sua contrariedade aos chamados “jornais liberais anticlericais”, em evidência no período. Nota-se que a Igreja Católica se aporta na mídia, pois, esse canal assegurava sua hegemonia perante outras denominações religiosas que vinham se organizando no estado.

O movimento protestante foi associado às questões educacionais, uma vez que, para eles, a escola tinha suma importância no plano de evangelização. Isso corrobora para a justificativa de algumas igrejas, ao se estabelecerem no país, fundarem as escolas paroquiais, que serviam tanto para o ensino bíblico quanto para a alfabetização.

Tantos imigrantes vindos dos estados, com intuito missionário, quanto alemães viam, no jornal impresso, uma importante ferramenta para propagar as ideias religiosas, que precisavam ser disseminadas, utilizando o dispositivo como canal de evangelização. Todavia, esses jornais não tinham apenas a pretensão de anunciar suas religiões, embora fosse a sua maior missão, visto que, em suas páginas, também eram encontradas questões políticas e assuntos relacionados ao modo de vida da sociedade brasileira, como destaca Martino (2003).

Vale afirmar que, a ótica sobre reconhecimento que se utiliza neste trabalho, é baseada, principalmente, em Axel Honneth, sobretudo, em sua obra *Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, de 2003. Porém, vale antes enfatizar que estes escritos de Honneth, amparam-se prioritariamente no conceito de reconhecimento de Hegel e na Psicologia Social de George Herbert Mead, com foco na Teoria da Justiça Social.

O jovem Hegel, em seus apontamentos em Jena, resumidamente, relaciona o reconhecimento com a forma intersubjetiva de uma relação social. Em outros termos, uma dialética afetiva, no que ele, metaforicamente, exemplifica numa relação entre senhor e escravo, em seu livro *Fenomenologia do Espírito* (Phänomenologie des

Geistes – 1808). Esta relação estaria relacionada a necessidade de os sujeitos possuírem um reconhecimento mútuo, para, assim, ter a totalidade de sua consciência.

O conflito é entendido pelo autor como o motor das relações sociais, sendo uma reação diante das experiências de desrespeitos que afetam as identidades coletivas ou individuais. Partindo desse pressuposto, a luta pelo reconhecimento torna-se um ato social.

Nessa relação de reconhecimento e singularidades, surge o que autor chama de “reconhecimento de vida ou morte”. Para sobrepor-se e afirmar sua singularidade frente ao outro, por meio, é claro, da diferença, cada indivíduo tenta colocar-se na consciência do outro, mas não para buscar a alteridade, ao revés, de maneira abusiva e violenta, o que acaba ameaçando a existência do outro.

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles coletivamente, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2003, p. 207-208).

Além disso, Honneth, analisando as obras de Hegel e Mead, busca construir uma teoria social acerca das lutas por reconhecimento, que, para o autor, é intrínseco à formação dos sujeitos. O autor ressalta que o conflito não é conduzido apenas pela lógica da conservação de um status quo, como mencionado anteriormente, e rompida também por Hegel. À luz dessa nova perspectiva, a luta por reconhecimento é uma luta moral, em que diariamente os sujeitos buscam suas representações. Os indivíduos, através de embates, muitas vezes discursivos, constroem a imagem de si mesmo.

Assim, a mídia atua como dispositivo fundamental para as lutas de reconhecimento, uma vez que, a partir de seu alcance e legitimação, apresenta o desconhecido, o estranho, medeia e aproxima diferentes ideologias. Corroborando para tal afirmação, Orlandi (2009) ressalta que, pensando sobre a visibilidade proporcionada pela mídia, podemos compreender a importância dos dispositivos midiáticos na estrutura social, visto que, ao refletirmos sobre quem tem direito de ser reconhecido, representado, também entendemos as hierarquias de poder presentes nos discursos das mídias e suas ideologias presentes no discurso. Nas palavras da autora:

A diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no mundo como é individualizado pelo Estado (através das instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida, hierarquizada pela simbolização das relações de poder. São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isso constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades. (ORLANDI, 2016, p.26-27)

Neste sentido, pretende-se demonstrar o poder da mídia nas ações e na busca pelo reconhecimento, através dos impressos confessionais. Podemos afirmar, a partir da reflexão anterior, que, para Honneth (2003), os sujeitos procuram o reconhecimento como algo essencial para a construção de um senso de estima própria, por isso, a mídia é fundamental nesse processo de reconhecimento e legitimação, pois, o jornal impresso é o maior difusor de ideias e representações do período analisado. Salientamos que é, diante do outro, mesmo que haja a aprovação ou rejeição, que eles procuram posicionar-se para alcançarem um status de valorização de suas identidades.

No decorrer do trabalho e da análise dos jornais, exemplos denotam que o dispositivo impresso é a maior ferramenta das organizações religiosas para obter seu reconhecimento e legitimidade. Por isso, compreender as estratégias discursivas é um dos principais passos para analisar o campo religioso midiático à luz desses dos jornais impressos escolhidos.

Com esses conceitos, pretendemos analisar os discursos de batistas e católicos no Rio Grande do Sul através da mídia impressa. Neste quesito,

destacaremos, do lado católico, a articulação dos padres Carlistas e Capuchinhos, pois, segundo Valduga (2007), a estruturação do catolicismo nas colônias italianas no Rio Grande do Sul deu-se através de dois grupos, os Carlistas e Capuchinhos, sendo que os Capuchinhos desempenham papel fundamental na formação do *Correio Riograndense*, já que, desde 1910, possuem parte na edição do jornal, sendo que, em 1917, assumem-na por completo.

A vinda dos missionários católicos concretizou-se em 1896, quando chegaram ao Rio Grande do Sul os três primeiros membros: Frei Bruno Gillonnay, Frei Leão de Montsapey e o Ministro Provincial Frei Raphael de La Roche. Valduga ressalta que D. Cláudio José Ponce de León, primeiro bispo no período da república, ao recebê-los, propôs que escolhessem entre duas localidades, Alfredo Chaves (Veranópolis) e Conde d'Eu (Garibaldi). Todos elegeram a última.

Segundo o autor, Alberto Victor Stawinski dividiu a atuação capuchinha em cinco fases: começando com as Missões Populares (1896 - 1898), que teve, além da pregação junto aos imigrantes italianos, a fundação da Escola Seráfica, em Garibaldi, em 1898. A segunda fase é tida como a Missão-Asilo (1898 - 1902), pontuada pela transferência do Teologado e do filosofado do seminário de Ghazir para o Rio Grande do Sul. A terceira etapa é marcada pelo Comissariado Provincial (1902-1911) e teve, como fato principal, a administração do Seminário Diocesano de Porto Alegre, entregue aos frades pelo bispo D. Cláudio. A quarta fase (1911 - 1924) ficou conhecida pela integração dos capuchinhos à província de Saboia. Sendo que, a última etapa, foi a afirmação dessa província por estar bem estruturada, com muitas paróquias, alguns conventos e um jornal.

Percebemos que a trajetória da Ordem é de afirmação no catolicismo, principalmente no Rio Grande do Sul. Em Garibaldi, foi onde instalam e ali conquistam esse espaço, justamente onde, em 1910, o jornal *Correio Riograndense*, chamado de *Il Colono Italiano*, passa a ser editado e produzido.

Salientamos que, após a república e o rompimento entre Estado e Igreja, o catolicismo perde muito de sua ligação política e precisa encontrar outras estratégias para alcançar essa esfera e aumentar sua influência na sociedade gaúcha. A imprensa católica brasileira e gaúcha foi um artifício crucial para a igreja disseminar

seus ideais e conquistar fiéis, além de, como pontua Valduga (2007), lutar contra os inimigos que ela própria reconhecia por todos os lados.

Os jornais apresentados contêm subsídios para a nossa tese, pois demonstram o posicionamento de cada igreja, sendo cruciais para a representação de cada religião analisada e do campo religioso gaúcho, visto que, ao decorrer das publicações evidenciam o cotidiano desse campo.

O Catolicismo e a Comunidade

Para compreender a representação dos impressos católicos no Rio Grande do Sul, sobretudo, nas colônias italianas do estado, que é preciso dissertar sobre os Capuchinhos, ordem que foi vital para o dispositivo impresso Correio Riograndense e que o administrou por mais de um século, que representa um dos objetivos desta tese.

A ordem dos Frades Menores foi fundada no século XIII, por São Francisco de Assis, e ao decorrer do tempo, ela sofreu diversas reformas, dividindo-se em três ramos: os Frades Menores Conventuais, os Frades Menores Franciscanos e os Frades Menores (DE BONI, 1996).

Segundo os autores, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos foi aprovada pela igreja em 1528, a partir da reforma proposta por Mateus de Bascio e Ludovico de Fossombrone. Inicialmente, a organização difundiu-se pela Itália, mais tarde, por todo os continentes.

No Brasil, eles chegaram através da invasão francesa, em 1612, em São Luiz do Maranhão. Os franceses ao serem expulsos, em 1614, levaram consigo os frades capuchinhos, encerrando, então, a primeira presença deles no país.

Durante o Império, frades italianos foram muitas vezes solicitados, um fim de atuarem junto aos índios, de pregarem missões populares e de servirem como capelães no exército. Coube-lhes a direção da capelania militar na Guerra do Paraguai, organizaram diversos aldeamentos de índios na Amazônia e no Nordeste, tornaram-se a principal presença da Igreja em diversas localidades do Centro-Oeste do país, e celebrizaram-se como missionários populares. Entrementes, seus confrades de Sabóia (França), foram desviados a dirigir o seminário maior da diocese de São Paulo, lá permanecendo entre 1854 e 1878. (ibid., p. 16).

O trabalho missionário é uma característica da Ordem Franciscana, os frades mantiveram-se ligados aos objetivos evangelizadores, espalhando-se pelo continente sul-americano e estruturando moradia em diversos locais, inclusive no Rio Grande do Sul.

A ordem dos capuchinhos da Sabóia, localizada na França, tem um papel fundamental no catolicismo gaúcho, ela foi constituída em 1576, fundada pelo Frei Matias de Bellintani de Salló, ligada aos Frades Menores Capuchinhos. O grupo desenvolveu-se ao decorrer do século XVIII, somando inúmeros conventos e um significativo quadro de devotos.

Na segunda metade do século em questão, os frades começaram a ser perseguidos, tendo seus bens confiscados e proibidos de buscarem novos adeptos, fazendo que, inevitavelmente, o grupo entrasse em declínio. De acordo com o autor supracitado, Frei Eugênio de Rumilly foi um agente crucial para a restauração da ordem. Ele reuniu adeptos que estavam espalhados pela província gaúcha e, em um esforço conjunto, retomou antigos conventos. Os que vieram para o Rio Grande do Sul foram formados pela Escola Seráfica, criada em 1875.

Em 1890, na França, novos conflitos ocorreram, obrigando a mudança deles para o Líbano. Posteriormente, em 1898, o seminário seria transferido para o Brasil na colônia Conde d'Eu. O bispo, Dom Cláudio José Ponce de Leão, primeiro epíscopo do período republicano brasileiro, foi o grande responsável pela importação de um clero internacional, ele foi o grande responsável pela iniciativa. Em 1893, pediu ao comissário geral dos capuchinhos no Brasil, Frei Fidélis de Ávora, que mandasse alguns sacerdotes para dar auxílio aos colonos italianos que se instalavam no recém-criado estado do Rio Grande do Sul.

A vinda dos novos missionários ocorreu em 1896 e, de acordo com Valduga (2007), Dom Cláudio recebeu os frades pessoalmente, sendo eles: Frei Bruno Gillonnay, Frei Leão de Montsapey e o Ministro Provincial Frei Raphael de La Roche. Os capuchinhos poderiam escolher entre dois locais para fixarem moradia, Conde d'Eu foi escolhida como morada dos novos religiosos.

Um fato que merece destaque é que Dom Cláudio tinha preferência por um clero italiano para auxiliar na reforma católica do estado, porém, a vinda deles era

impossível naquele momento, por isso, a solução foi trazer os capuchinhos franceses.

Acerca da chegada ao Rio Grande do Sul, De Boni (1996) destaca:

O Papa Leão XIII, informado por Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, da situação de abandono em que viviam os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, propôs ao superior geral dos capuchinhos que designasse missionários para esta região, conforme escreveu Frei Mateus de la Roche em 8-5-1890. O próprio Dom Cláudio (30-7-1893) propunha aos capuchinhos se instalarem no Rio Grande do Sul e realizarem a experiência cancelada em São Paulo. (DE BONI, 1996, p. 20)

Zagonel (1975) destaca que o bispo queria os frades como missionários, pregadores de missões populares junto às colônias italianas, ele desejava que os italianos tivessem o mesmo zelo que os alemães. “Os jesuítas estão encarregados da colônia alemã, e vós bem o sabeis como são zelosos em seus empreendimentos. Minha intenção, ao dirigir-me aos capuchinhos é de constituir para os italianos o que os alemães já gozam.” (Carta de Dom Cláudio ao Provincial apud ZAGONEL, 1975, p. 124). Fica evidente que os capuchinhos desempenhariam um papel fundamental junto aos italianos no Brasil, deveriam fixar moradia no local, erguer conventos no centro da região e, porventura, ter alguma paróquia para praticar o ministério missionário. “Sereis os primeiros missionários da Colônia italiana. Mais tarde, se quiseres pregar aos brasileiros ou colonos, chegando o tempo iremos providenciar. Mas, meu projeto, por enquanto, é confiar-vos a missão no meio dos italianos. (Carta de Dom Cláudio ao Provincial apud ZAGONEL, 1975, p. 124)

Os frades atuaram no Rio Grande do Sul, primeiramente, com as missões populares, que foram de 1896 até 1898, nesse período, também foi fundada a Escola Seráfica em Conde d’Eu.

De 1902 a 1911, o Bispo Dom Cláudio entregou o Seminário Diocesano de Porto Alegre para os capuchinhos administrarem. Os frades iam aos poucos ganhando a confiança do bispo e destaque nas colônias italianas, portanto, iam ascendendo de posição no campo religioso do estado. Contudo, como destaca Valduga (2007), todo o processo de crescimento da Ordem envolveu muitas dificuldades. Os frades somente com a atividade missionária não prosperavam

economicamente, tendo que, muitas vezes, solicitar esmolas e doações dos imigrantes italianos.

Outro ponto fundamental era o da administração paroquial, logo que os capuchinhos a obtiveram, acirraram-se as disputas entre o clero. O ciúme do clero local, sobretudo o italiano, não compactuava com a ideia de franceses nas colônias.

Esses embates estenderam-se por meses nas colônias italianas, um espírito nacionalista tomava conta dos ideais italianos, segundo eles, os frades, embora esforçados com os imigrantes, não possuíam sentimentos e zelo pela pátria italiana. De acordo com a revista *Italica Gens*, citada por Zagonel (1975), a formação oferecida pelos frades era prejudicial, pois não seguia os princípios nacionalistas dos colonos.

O enfrentamento ocorria, em sua maior parte, entre carlistas⁷ e capuchinhos, o primeiro grupo não admitia a presença ou a evangelização de colonos por outro clero que não eles. As estratégias para expressar essa realidade e atuar no campo religioso foi estendida para imprensa, que atuava como um instrumento moralizador e conseguia alcançar regiões além do alcance da fala. A imprensa, sobretudo, em forma de seu dispositivo impresso, passa a ser um elemento de disseminação de ideias, ideologias e posições culturais.

Os jornais nas colônias resultam de um processo imigratório, seus surgimentos estão ligados no poder de disseminação de ideias que os jornais alcançam. Esse tipo de dispositivo ocupa um espaço relevante dentro da sociedade brasileira e gaúcha, independentemente de suas estruturas físicas e periodicidade.

⁷ A organização Carlista foi fundada por Dom João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza na Itália em 1887. Os primeiros quando chegaram ao Brasil estabeleceram-se nos estados do Espírito Santo e Paraná. Depois foram para São Paulo e Rio Grande do Sul. O desprezo pelo clero e pela religiosidade brasileira era marcado por uma visão de superioridade que os missionários carregavam, o que dificultava as suas relações com a Igreja nacional. Ver: ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: EST, 1975.

1. O CATOLICISMO NO BRASIL: O ALICERCE DAS ESTRUTURAS DISCURSIVAS DA IGREJA CATÓLICA.

Neste primeiro capítulo, é necessária uma retomada da situação do catolicismo no Brasil, remontando cenários e apresentando desdobramentos não abordados na introdução desta tese. Após essa primeira etapa, abordaremos a reforma católica no Brasil, os cenários do catolicismo no Rio Grande do Sul, a influência da imigração para o catolicismo no estado e, por fim, a religião católica representada nas páginas do Correio Riograndense. Tais reflexões são guiadas pela tese, a utilização da mídia impressa como principal forma de busca e manutenção do reconhecimento, tanto em sua abordagem política, quanto pelo prestígio social. Esse tópico atua como a base de nosso recorte temporal, elucidando temas que são pertinentes para entendermos os *habitus* sociais antes e depois da Proclamação da República. Vale salientar que as análises irão até a década de 30, do século XX, período em que se modifica, substancialmente, a relação da religião com o país, o que será abordado no quarto e último capítulo da tese.

A ligação entre igreja e Estado perdurou por séculos no Brasil. É inegável a relação estabelecida entre o clero e a Cora, como salienta Hoornaert (1974, p. 13): “O catolicismo brasileiro assumiu nos primeiros séculos de sua formação histórica um caráter obrigatório”. Era praticamente impossível viver no Brasil sem seguir ou, pelo menos, respeitar a religião católica. Contudo, o vínculo entre Roma e o clero brasileiro não era forte, embora existisse. Antes da independência do país, fato marcante e impactante para a igreja, a comunicação entre Roma e suas igrejas dava-se por intermédio de Lisboa, ou seja, a primeira instância reguladora do catolicismo no Brasil era o império, não Roma. Até mesmo as bulas papais poderiam ser revogadas, bastava o imperador assim decidir.

Todas essas relações e estruturas políticas ganhavam legalidade e respaldavam-se na religião católica, fato que é muito particular da sociedade brasileira. Essa relação entre patriarcado e religião deu-se por alguns episódios importantes, como apontam diversos autores: a fragmentação do poder da metrópole que estendeu sua administração a senhores locais, o pouco interesse que Portugal tinha no Brasil, antes do século XVIII, e a frágil estruturação Católica no período colonial contribuíram para a relação mencionada.

A coroa portuguesa mantinha relações estratégicas com a igreja católica e adaptava-se conforme o cenário do Brasil, por exemplo, o casamento entre fidalgos e índias foi regulamentado pelo decreto real de 4 de abril de 1975⁸.

De forma geral, o catolicismo, em seu início no país, como afirma Soares (2014), pode ser definido como “tradicional”, não havia uma separação clara entre o sagrado e profano, nas palavras do autor: “a vida religiosa era marcada pela constituição de Ordens Terceiras, procissões e romarias. Porém, esse fato não significou que havia uma participação do laicato na Igreja Católica.” (SOARES, 2014, p.14). Sendo assim, possuindo uma estabilidade, o catolicismo apoiava-se no Estado e era protegido por ele, não sendo necessária e, como Bruneau (1979) afirma, pouco provável, a criação de estruturas independentes que dessem liberdade às igrejas católicas. Como mencionamos anteriormente, a religião católica estava arraigada às normas e estruturas sociais do país desde sua formação. Isso justifica a despreocupação da igreja em fomentar um laço “emocional” entre igreja e fiéis.

O padroado e a estrutura de proteção que este sistema oferecia, somente foram abalados a partir do século XVIII, tendo, como oposição, os ideais do iluminismo, como afirma SOARES (2014, p.16)

Parte da estrutura, fruto do Padroado foi abalada somente a partir de meados do século XVIII, quando Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, simpatizante das ideias iluministas, foi nomeado ministro do rei D. José I, e começou a tomar medidas contrárias aos interesses da Igreja Católica.

Ainda neste sentido, a estrutura cultural do Brasil no período era local, como afirma Soares (2014), as comunidades vivam seu dia a dia no campo, nos engenhos, nas fazendas de gado, nas lavouras de algodão e café, ou seja, a relação estrutural das sociedades dava-se pelo convívio em comunidade, muitas vezes isoladas. Nas palavras do autor: “Mesmo nas fazendas de café do século XIX assim como nas usinas de açúcar o século presente ainda reconhecemos os traços básicos de uma

⁸ “Os meus vassallos deste reino e da América que se casarem com as índias dele não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de minha real atenção e nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas e seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade, sem necessitem de dispensa alguma”. (*Apud* HOORNAERT 1974 p. 70).

cultura que foi qualificada como patriarcal” (HOORNAERT 1974, p. 66). Sendo assim, o que, de fato, configura o catolicismo patriarcal? O autor responde que ele significa a sacralização da sociedade implantada no país, ou seja, é uma maneira de organizar e sacralizar a ordem estabelecida pelos portugueses no Brasil. Percebemos, mais uma vez, a relação basilar que a religião católica promulga na sociedade, ela gere, estrutura e legitima o Estado.

A partir desse marco, o Brasil teve breves mudanças em sua estrutura religiosa, portanto, as modificações foram pequenas se comparadas a países europeus. O liberalismo de cunho francês não vingou em terra tupiniquins, o fato, como assinala o autor supracitado, deu-se principalmente pela ideologia de emancipação do Estado, cuja preocupação era central na revolução francesa, contudo, no caso luso-brasileiro, a inquietação maior era com a estruturação do poder e com a manutenção da legitimidade. Nesse caminho, a reforma de Pombal restringiu-se a uma reformulação do ensino e algumas medidas para economia.

Ainda neste sentido, um marco para os ideais do iluminismo no país foi a criação do Seminário de Olinda, em 1798, na cidade de Pernambuco, cuja fundação foi de Dom José Joaquim de Cunha Azeredo Coutinho. Como simpatizante dos pensamentos de Pombal, D. Azeredo implantou diretrizes educacionais no Seminário de Olinda inspiradas nas ideias pombalinas. Por esse motivo, o Seminário de Olinda pode ser considerado o ambiente precursor do liberalismo presentes nas revoluções pernambucanas antes e após a independência.

Pombal buscava estabelecer um tipo de monarquia pelo viés iluminista, ou seja, embasada nos modelos espanhóis e, principalmente, franceses. A partir disso, a Companhia de Jesus, ou os jesuítas como os principais defensores da monarquia tradicional, foram expulsos de Portugal e das respectivas colônias do Reino. Em 1760, Pombal cortou relações com o Vaticano e a Igreja católica de Portugal passou a adquirir um caráter estritamente nacional. Em 1770, o ministro Marques de Pombal reatou com o Vaticano e conseguiu o reconhecimento, por parte do Papa Clemente XIV, do controle da Igreja pelo Estado.

Já em São Paulo, o símbolo que deu sustentação aos ideais do iluminismo foi a Associação de Padres de Itu, fundada pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo. Após perder sua esposa, em 1793, optou por seguir uma carreira eclesiástica, estudando

com padres franciscanos, em São Paulo. Ainda em São Paulo, assumiu a construção da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, sendo que o Pe. Antônio Joaquim de Melo, posteriormente, nomeado bispo de São Paulo e o padre Diogo Antônio Feijó, futuro ministro do Império, participaram também desse grupo. Após a morte de Jesuíno, Feijó, familiarizado com o pensamento e filosofia kantiana, deu início a um curso focado na filosofia de Immanuel Kant.

Ainda assim, apesar de todos os esforços para que o iluminismo e seus ideias tivessem voz no catolicismo brasileiro, eles só tiveram êxito após a morte de D. Antônio da Madre de Deus, bispo que governou a sede episcopal da capitania de 1749 a 1769, e que era totalmente a favor dos pressupostos jesuíticos. Com seu substituto, D. Frei Manuel da Ressureição (1771 – 1789), a reforma pombalina e o pensamento iluminista ganharam força.

As mudanças nos hábitos e diretrizes da igreja já apareciam, por exemplo, com D. Manuel da Ressureição, na direção da diocese de São Paulo, a estrutura de formação dos seminaristas mudou, não havia mais um internato, pelo contrário, os futuros sacerdotes moravam na cidade, alguns em casas de amigos ou de famílias conhecidas, outros, em casa de parentes. Frequentavam as aulas dadas no Palácio Episcopal, famoso centro que reunia diversas obras de vertente iluminista e ante escolástica. As estruturas de ordem no catolicismo vinham sofrendo substanciais modificações. Esse período de formação dura até 1851, ano em que o governo da diocese passa para D. Antônio Joaquim de Melo. Tais fatos mostram a fragilidade nas estruturas que organizavam a igreja no Brasil.

Sendo assim, a influência do liberalismo atingia um ponto crucial no clero urbano do Império, parte dele passa a atuar diretamente nos movimentos contra a Coroa. Nesse mesmo período, começam a ocorrer revoltas de cunho regionalista no Brasil, como a Inconfidência Mineira, dentre outros. O sentimento de nacionalismo, como afirma Bruneau (1979), começa a existir após a independência.

Contudo, um ponto de dualidade existia: em alguns momentos, esse “novo” clero colocava-se contra o poder monárquico, em outros momentos, sobretudo quando havia ameaças externas ao país, apoiava a monarquia. Vale salientar que muitos deles apoiavam a liberdade religiosa no Brasil. Notamos uma luta contra os antigos privilégios que remetiam à dependência do Brasil com Portugal, ou seja,

eram adeptos da Independência, estavam ansiosos por ela. Por isso, temiam uma volta ao antigo regime, sobretudo com a queda de Napoleão Bonaparte, que trazia um conforto político a Portugal. O clero tinha medo e acreditava que o absolutismo poderia retornar, por isso, começou a preparar-se e, de certa forma, lutar politicamente para a proibição da entrada de novas entidades religiosas, como afirma Valduga (2007). Tal estratégia vinha, lentamente, desestruturando as outras ordens, nas palavras do autor:

Essa medida decretava a extinção gradual das ordens brasileiras, pois, como não se renovava o quadro de religiosos, após a morte do último membro da congregação, os bens passavam para as mãos do Estado – dessa maneira, elas deixavam de existir. Havia, portanto, um imperativo econômico por trás dessa ação. Entretanto, à medida que se extinguíam as antigas ordens, Dom Pedro II autorizara a entrada de novas congregações, que estariam, porém, sob o controle mais estrito do Estado, o que as impediria de adquirir patrimônio como as antigas. Essa atitude de D. Pedro II visava, também, reformar o clero nacional, seguindo uma linha europeia, fato que surtiu efeito contrário em sua política e que lhe trouxe problemas ao final de seu reinado, como será tratado mais adiante. (VALDUGA, 2007, p. 29).

Havia, então, uma relação de maleabilidade política nas relações estabelecidas entre o Clero e a Coroa. Os conservadores defendiam a união do trono ao altar e a sacralidade da monarquia lusitana. Acentuavam, ainda, o paternalismo do rei em relação aos seus súditos que deviam obediência e submissão à sua autoridade. Como decorrência da detenção de um poder emanado diretamente de Deus, cabia ao rei distribuir favores e benefícios aos seus súditos, os quais tinham obrigações a cumprir e não direitos a exigir. Dessa forma, reafirmava-se uma ordem hierárquica da sociedade comandada a partir de uma autoridade superior emanada pelo poder divino.

Esse conflito gerou uma separação na Igreja Católica em duas vertentes, o clero iluminista de um lado e o clero conservador de outro. Como já apresentado, o de vertente iluminista buscava uma legitimidade maior da igreja frente a Roma, inclusive propondo a construção de uma igreja nacional, sendo que, neste caso, Padre Antônio Feijó foi um dos idealizadores e defensores do projeto. As ideias iluministas conflitaram intensamente com a ideologia conservadora, principalmente na proposta que pretendia acabar com o celibato entre os padres.

Essa relação conflituosa arrastou-se por quase todo o século XIX, quando o cenário ganhou um novo revés, uma vez que D. Antônio Joaquim fundou o Seminário Episcopal em 1856, para o qual trouxe, como professores, frades Capuchinos franceses, de formação ultramontana. Tal ponto é crucial para a história do catolicismo brasileiro, visto que muitos autores, nomeiam o acontecimento como “a reação ultramontana”. Com essa nova tendência, surgiu, no clero conservador, o Ultramontanismo Vertente que, ao procurar tornar a Igreja cada vez mais ligada à Santa Sé, conquistou parte do clero para um processo conhecido como a reforma católica.

Ainda assim, a estrutura da igreja sofria fortes revezes, sendo, inclusive, identificada por alguns autores como uma religião privatizada. Isso porque não havia uma unidade estrutural, muito menos um regimento que unisse a igreja, como exemplo disso, temos diversas capelas que não tinham muita relação com dioceses, ficando subordinadas aos proprietários das terras em que estavam construídas. O padre, então, desenvolvia uma certa dependência em relação aos senhores das terras e acabava por integrar-se aos sistemas familiares. Vivendo junto à família, recebia o seu sistema de valores e costumes.

De outra forma, na cidade, o modelo de administração era de confrarias e irmandades. Basicamente, eram associações que se incumbiam de organizar procissões, festas ou qualquer tipo de movimento que proovessem sustento ao templo que participavam. Ademais, os pagamentos dos padres também eram de responsabilidade desse sistema de administração. Vale ressaltar que, nesse período, antes da República, os padres, em sua maioria, não possuíam condições de viver somente do que ganhavam da atividade eclesiástica, com isso, muitos possuíam outra atividade remunerada.

De maneira geral, a religião católica permaneceu muitos anos como sendo a religião nacional com mais adeptos, sobretudo, nesse período, em vista disso, ela também servia como instrumento de reconhecimento dos sujeitos, ou seja, a partir da religião católica que, por exemplo, negros e indígenas buscavam introduzir-se na sociedade dominante. Hoornaert (1974) destaca que, dentre suas múltiplas funções, o batismo tinha a função de ser o canal de entrada para o racionalismo católico.

Sendo assim, o catolicismo no Brasil tem sua formação diversa, sendo influenciado também por distintas religiões. Esse hibridismo forma a religião católica brasileira, representando uma importante característica dela. Neste sentido, Valduga destaca:

A hierarquia eclesiástica reconhecia o desconhecimento por parte do povo dos elementos básicos do Cristianismo, como, por exemplo, os dogmas. Participavam da liturgia, porém não compreendiam o sentido dela; rezavam sem saber o que diziam; cultuavam santos cristãos, como São Benedito, e, ao mesmo tempo, divindades africanas, como Ogum; nas celebrações, usavam atabaques, dançavam, utilizavam o simbolismo da cruz em suas práticas sincréticas - uniam ao ritual católico expressões típicas de suas crenças de origem. Esse quadro causava horror aos bispos, que julgavam a religiosidade popular ignorante e prenhe de traços supersticiosos. Mesmo quando havia um esforço de catequização, os ensinamentos não passavam da memorização de alguns preceitos, o que, no mais das vezes, era logo esquecido. (VALDUGA, 2007, p. 39).

Dois pontos fundamentais são encontrados nas palavras do autor sobre esse catolicismo popular, primeiro, a falta de consciência de muitos adeptos sobre o próprio cristianismo, ou seja, havia um distanciamento evidente entre a religião e seus fiéis. Muitos desconheciam os dogmas da própria igreja, mostrando o distanciamento que havia entre eles e o catolicismo. Outro ponto a ser considerado é a percepção dos bispos em relação ao catolicismo popular, eles não viam com bons olhos essa relação distante entre o catolicismo e seus adeptos.

De modo geral, a maneira que o Brasil construía sua religiosidade era visto como uma afronta ao “verdadeiro” cristianismo, que alicerçava sua estrutura em um modelo europeu. O que levou a alguns conflitos entre Roma e o clero brasileiro.

1. 1 REFORMA CATÓLICA NO BRASIL

Nesse ponto, seguindo a lógica do trabalho, apresentamos a Reforma Católica no Brasil, iniciada na segunda metade do século XIX, tal movimento procurou restaurar e mobilizar a Igreja Católica no país. De acordo com Valduga (2007), basicamente, o clero buscava erradicar as tendências liberais e introduzir uma maior disciplina em seus comportamentos morais, principalmente, em relação ao celibato.

Nesse viés, a reforma buscava uma racionalização religiosa, promovendo um desencantamento das manifestações profanas nos cultos e estruturar uma hierarquia na igreja. A Reforma buscava também uma independência maior da Igreja em relação ao Estado, já que, segundo ela, o país deveria ser submetido a religião católica e não o contrário. Esse novo movimento reformador buscava vincular a igreja a Roma, erradicando catolicismos de outras matrizes. Portanto, a reforma desenvolveu-se numa perspectiva política e cultural, transitando de 1840 a 1848 com mais força, período que o papa Pio IX administrava o Vaticano.

Com a administração de Pio IX, o Vaticano busca frear as modificações oriundas da modernidade, com uma ação de centralização do poder papal e uma filosofia conservadora, destacando-se o dogma da infalibilidade papal. Como salienta Matos (2010), 40 bispos latino-americanos assumiram uma postura ultramontana e defenderam a infalibilidade que, a partir daquele momento, centrava todo o Catolicismo mundial na figura do papa.

Roma, então, começou a exercer maior controle sobre a igreja brasileira. Pio IX escreve diversas Encíclicas, ou seja, cartas papais direcionadas aos bispos de todo o mundo, em que apontava a direção do catolicismo. Dentre elas, a *Qui Pluribus*, de 1848; a *Nullis Certe Verbes*, de 1860; a *Quanta Coficiamur Moerore*, de 1863 e a *Quanta Cura*, de 1864 com seu anexo de 80 erros, o *Syllabus Errorun*. Todas as encíclicas tinham como objetivo combater a modernidade, e a última, sendo a mais incisiva de todas, listou os erros da modernidade que significavam um grande perigo para a Igreja.

O Sílabo de erros da *encíclica Quanta cura* teve rápida difusão e avançou contra a maçonaria, numa época em que os principais estadistas brasileiros e o próprio imperador estavam ligados a essa associação. Isso acabou desencadeando um sério confronto entre a igreja e o governo. No período conhecido como a “questão religiosa”, tal embate operou como forte agente enfraquecedor da ligação entre Igreja e Estado.

Durante a república, o Estado brasileiro oficializou sua independência frente à Igreja, modificando parte de sua organização que foi se tornando cada vez mais romanizada, trazendo até mesmo padres e bispos europeus ao país. Bruneau (1974) destaca que o catolicismo, de forma geral, estava enfraquecido após a

independência, perdendo muitos fiéis e, conseqüentemente, a legitimidade do campo religioso. Os bispos começaram a perceber a diminuição da evangelização durante o episcopado, em função disso, buscavam mudanças, como salienta o referido autor. O território brasileiro estava sem o controle da igreja naquele período. O clero não aumentava comparado ao crescimento da população, o que resultava, em alguns locais, na ausência de padres.

Salientando essa questão, vale dizer que, no Brasil, até 1889, existiam somente onze dioceses. Era uma situação de carência de unidades e abrangência eclesiástica. Esse valor modifica-se após a Proclamação da República, de onze passa para 58 dioceses, de um para treze o número de prelazias, de acordo com o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). (Anuário Católico do Brasil, v. 8, 1989, apud SOARES, 2014, p.20).

Neste sentido, como aponta Valduga (2007), o movimento da questão religiosa tem sua raiz em uma luta entre o clero ultramontano e a maçonaria. Segundo ele, há muito tempo Roma vinha condenando maçons. O ecumenismo obtido pela maçonaria despertava desdém da Igreja Católica, que a condenou em diversas bulas papais. Porém, o que despertava maior revolta da instituição católica era o viés republicano encontrado nos maçons, que, especialmente no Brasil, pregavam por um Estado laico, em que a igreja e o poder estatal eram separados.

De acordo com Azzi (1994), com todos os movimentos republicanos no Brasil, o futuro da igreja era incerto, o governo imperial fragilizado caminhava rumo a sua queda, ao passo que o movimento liberal e republicano avançava, o clero ultramontano reforçava seu apoio ao trono, com receio de perder a proteção do Estado, caso sobreviesse o regime republicano. O cenário religioso no Brasil torna-se instável de uma maneira antes nunca vista. Com a república e sua laicidade, o país fica ainda mais aberto a receber novas religiões.

Com isso, o clero passa a reivindicar uma presença mais contundente, buscando impor-se de forma mais acentuada e, como destaca Valduga (2007), a romanização buscou no modelo de igreja europeia o exemplo para modernizar a religião nacional. Sendo assim, houve uma contrapartida católica ao movimento ideológico do branqueamento, ou seja, procurava-se trazer imigrantes europeus para

o Brasil, descartando o clero nacional mestiço. Tal processo fez com que a igreja, em certo ponto, perdesse sua própria identidade.

Um ponto importante surge com a romanização/europeização do clero brasileiro, como elucida Hoornaert (1974), a romanização traz consigo diversas características racistas, principalmente, ao rejeitar e discriminar o clero nacional compostos por negros e mulatos. Sendo assim, importando essa romanização, o clero rejeita e retira de seus quadros ativos seminaristas negros e mulatos. Vale lembrar que, no Brasil, o clero estrangeiro era quase que insignificante até o período republicano, a partir dele, passaram a vir, em grande quantidade, congregações europeias, que começaram a chegar em grande número no país

Como exemplo disso, conforme destaca Bruneau (1979), os jesuítas seriam os membros dessas congregações que começaram a retornar ao Brasil, de onde foram expulsos. Ainda no período do império, capuchinhos e salesianos instalaram-se no Brasil. A vinda dessas congregações tinha apoio direto de Dom Pedro II, que buscava desestruturar e, em certa medida, neutralizar a força do clero liberal que crescia no país e, por óbvio, fazia oposição ao trono do imperador. Sendo assim, Dom Pedro II buscava, com isso, ter um clero mais diversificado e de formação múltipla, que, além de exercer suas funções ministeriais, pudesse ensinar nas escolas. Porém, Dom Pedro, patrocinando a ida de diversos clérigos para estudar na Europa, permitindo-lhes o contato com ideais ultramontanos, fato que gerou diversos problemas ao imperador no futuro.

Antes da república, a política do Segundo Reinado foi marcada por conflitos entre o clero e missionários protestantes. Como exemplo disso, D. Pedro II era tolerante às diversas posturas religiosas, se, de um lado, incentivava o processo de Reforma Católica, trazendo ao Brasil bispos condescendentes com esse ideal, o imperador também encorajava a introdução de instituições protestantes, que, no mínimo, alarmava o clero conservador do país.

Neste sentido, em seu livro *Economia das trocas simbólicas*, Pierre Bourdieu afirma que, as transformações sociais modificam as estruturas dos campos religiosos, o bem simbólico, o mercado dos bens de salvação é rearticulado com a inserção de novas doutrinas, o que ocorre com a sinalização positiva do imperador para a propagação de novas doutrinas religiosas no país. Nas palavras de Bourdieu:

Em virtude da autonomia relativa do campo religioso como mercado de bens de salvação, as diferentes configurações historicamente realizadas da estrutura das relações entre as diversas instâncias em competição pela legitimidade religiosa podem ser encaradas como momentos de um sistema de transformações. E em seguida, é preciso captar a estrutura das relações invariantes que podem ser observadas entre as propriedades associadas aos grupos de especialistas ocupando posições homólogas em campos diferentes, sem ignorar que somente no interior de cada configuração histórica poder-se-ia caracterizar de maneira exaustiva as relações em diferentes instâncias. (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Percebemos que o movimento de reforma católica no Brasil é amplo e que não há uma competição pelos bens simbólicos religiosos que seja apenas entre o clero e instituições protestantes, ou seja, as instituições utilizam-se de diversas metodologias para alcançar o controle, o poder do campo religioso. Vale salientar que, essas disputas, não precisam ser conflituosas. Quando as organizações religiosas oferecem seus serviços, como, a salvação (soteriologia), a disputa no mercado de bens simbólicos pode ser, por exemplo, de quem oferece o menor “preço”, o melhor resultado em menos tempo, entre outras. É a mídia impressa que dá uma visibilidade exponencial para as ofertas, por isso ela é fundamental para compreender a luta e as buscas por reconhecimentos sociais.

Como exposto anteriormente, a igreja católica no Brasil passa a lutar por posições que lhe pertenciam, tanto em estruturas políticas, quanto sociais, por isso, busca-se ainda uma hierarquia em meio a população, sendo que a igreja se inspirava num modelo europeu para modernizar a religião no Brasil. Como salienta Hoornaert (1974), tal processo fez com que a igreja descartasse três séculos de história no país, abdicando de seus costumes, suas antigas hierarquias e seus dogmas.

Tendo Dom Pedro II adotado uma postura mais liberal, parte desse postulado protestante criticava severamente o clero brasileiro, afirmando que ele era ultrapassado. Por outro lado, Roma buscava exercer uma influência maior sobre suas dioceses e, com isso, sobre toda sua estrutura no Brasil. Parte das ordens católicas preocupavam-se em disseminar os ideais ultramontanos no país. Tal abordagem, tendo maior dispersão, trouxe rupturas na própria igreja, conforme salienta Bruneau (1974).

Uma parte da igreja acreditava que a autoridade divina devia concentrar-se na mão do líder, do monarca. Já a parte ultramontana, considerava que a legitimidade estava centrada nas mãos do representante de Deus na terra, ou seja, do papa. Sendo assim, com a ruptura da igreja, os bispos migravam seu “lado” de defesa, deixando de seguir o trono para a fidelidade papal.

Durante o período ultramontano, não era mais a ideia de uma Igreja particular com características brasileiras que predominava, mas uma concepção de universalidade calcada nas características romanas.

Neste sentido, Bourdieu (2007, p. 69) assinala:

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem.

A romanização da igreja brasileira, cada vez mais distanciava-se dos demais campos sociais, perdia sua força no campo político, galgava ascensão social, mas era barrada por novas ideias “libertadores” iluministas que surgiam. Bourdieu (2007) destaca a atuação do campo religioso atravessando outras esferas do poder, como a política, porém, os sistemas políticos e religiosos mostram-se em constante relação desde a formação do Brasil. A relação entre política e religião é permanente e sempre mutável.

Para buscar a centralidade e o poder, a igreja busca posicionar-se como o papel de uma instituição que luta contra o mal. Entende-se que a igreja, fragilizada com a perda de poder, aponta um inimigo: o liberalismo. Na concepção ultramontana, a luta entre o liberalismo e o conservadorismo era uma disputa entre o bem e o mal, sendo Roma enfocada sob a ótica da concepção ultramontana e representando o bem, enquanto o liberalismo seria a encarnação do mal.

1.2 PERÍODO REPUBLICANO E O CATOLICISMO

Proclamada a república no Brasil, a igreja busca reorganizar-se, como aponta Azevedo (1975), de modo que, procura restaurar as ordens religiosas cujas comunidades haviam sido quase extintas devido ao fechamento dos seus noviciados nas últimas décadas do século XIX. Para isso, o clero precisou estabelecer ligação com os estrangeiros, por exemplo, nas zonas de imigração, principalmente nos estados do Sul do Brasil, sendo que a igreja utilizou muitos padres estrangeiros, que tinham como incumbência dirigir as populações rurais. Somando isso com as tendências laicistas da nova legislação nacional, que a igreja era totalmente contra. Porém, não se deve acreditar que a igreja havia se tornado uma unidade e todos os participantes eram contra o liberalismo e a maçonaria, como salienta Soares (2014, p.27)

Seria errôneo afirmar que todos os membros do clero brasileiro comungavam com as ideias do magistério da Igreja Católica, tanto foi assim que, uma boa parte do clero ainda participava do movimento maçônico, o qual era condenado veementemente pelo Magistério, desde a época da Questão Religiosa.

Com a república, 400 anos de união entre Estado e Igreja estava desfeita. Restava a instituição buscar reaver sua legitimidade e representatividade, fato que serviu para que ela se ligasse cada vez mais ao Vaticano, já que não havia mais tutela do Estado. Nesse contexto, a partir de 1909 e, principalmente, com a midiatização promovida pelos jornais impressos, a igreja procura seu reconhecimento para manter e reaver seu prestígio social. Porém, as derrotas políticas não paravam de ocorrer para o clero, que sofria um golpe após o outro. O primeiro ocorre em 1890, quando Rui Barbosa redige o decreto 119A, em sete de janeiro de 1890, quando determina a separação entre igreja e Estado e garante a liberdade religiosa de outras instituições, garantindo os direitos jurídicos de possuírem bens, extinguindo, assim, o antigo regime de padroado.

Como podemos ver:

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, DECRETA:

Art. 1º E' proibido a autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes a propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover a congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.⁹

Vale observar que o decreto garante também uma liberdade ao clero no Brasil, assegurando que ele se autogerisse. Contudo, os bispos não entendiam isso como um topo de libertação da igreja frente ao estado e, principalmente, não aceitavam um Estado Leigo. Além disso, as “derrotas” da igreja não pararam na laicidade do Estado, outro ponto fundamental foi que o governo provisório impôs a obrigatoriedade do casamento civil, sendo que ele deveria ser celebrado antes mesmo do casamento religioso, quem desacatasse a ordem era severamente repreendido sob pena de prisão e multa para os párocos que desacatassem a ordem oficial da república. As reformas de cunho religioso do governo republicano foram devastadoras ao clero. Ademais, no projeto da nova constituição, estava prevista também a lei da “mão morta”, em que os bens eclesiásticos poderiam passar para o

⁹ Texto original consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm com acesso em 15/02/2020.

estado. Isso acompanhado da laicização do ensino, a expulsão dos jesuítas, dentre outras medidas, foi arrasadoras ao catolicismo brasileiro.

Por outro lado, se a proposta de 1890 foi radical, a constituição de 1891, bem menos. Não trouxe grandes mudanças, porém manteve o Estado “Laico” em seu artigo 72. Ademais, o restante da constituição trouxe a liberdade de todos os cultos, o casamento civil como único válido judicialmente e a secularização dos cemitérios. Por tudo isso, a Igreja Católica não ficaria satisfeita com a constituição, como salienta Soares (2014, p.29), “D. Macedo Costa escrevia em 1889, ainda como Bispo do Pará: Não desejo a separação, não dou um passo, não faço um aceno para que se decrete no nosso Brasil o divórcio entre o Estado e a Igreja.”.

Azzi (1994) relata que, o ultramontanismo latente no Brasil não representava o sincretismo cultural e religioso que existia no país. Como as decisões partiam de Roma, do papa, cabia ao clero brasileiro adaptar-se. A realidade vivida na Europa, por certo, era totalmente diferente da brasileira, sendo que as decisões tomadas unilateralmente, não refletiam as necessidades do clero brasileiro, embora Roma estivesse atenta ao catolicismo no Brasil e na América Latina. Como exemplo disso, o Vaticano, representado pelo papa Pio IX, reunia os Cardeais para o concílio para discutir e projetar o processo de romanização da América Latina.

Como salienta Valduga (2007), o concílio proposto pelo papa continha teólogos de diversos países da Europa, mas nenhum do Brasil. Todas as decisões buscavam romanizar o catolicismo tendo por base às encíclicas dos dois últimos papas, Pio IX e Leão XIII. Cabia ao clero brasileiro adaptar as normas impostas pelo papa, organizando-o com a realidade do país. Por esse viés, salientamos que, apesar de ter uma vertente direta de Roma, a religião católica incorporou vários aspectos da cultura indígena do Brasil, conforme apontam Dreher (2002), Hoornaert (1974), Beozzo (1992). Isso somado à religiosidade africana torna os sincretismos religiosos ainda mais severos.

1.3 CENÁRIOS DO CATOLICISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Como Rambo (1998) aponta, a difusão do catolicismo no Rio Grande do Sul não é tão diferente como no resto do país. Apesar de algumas congregações

ganharem mais destaque na historiografia que outras, como, por exemplo, a ordem dos capuchinos, tema que será debatido ao decorrer deste capítulo.

Como indica Isaia (1998), o Rio Grande do Sul é um lugar onde as diretrizes da igreja adquirem forte incidência nas tessituras sociais, ou seja, no cotidiano dos sujeitos. Segundo o autor, isso se deve principalmente pela figura do padre nas populações coloniais, pela sua importância como profeta, utilizando a terminologia empregada por Bourdieu (2007). Além disso, outros fatores tiveram muita importância nesse processo de penetração da igreja no cotidiano social, sobretudo pela sua inserção nos meios de educação e imprensa católica. Antes da liberdade religiosa, como mencionado anteriormente, a igreja possuía uma absoluta hegemonia sobre a sociedade civil.

Conforme ressalta Dreher (1998), a população do Rio Grande do Sul tinha dois polos fundadores, primeiro, os de origem paulista, que formam a classe de senhores da campanha, parte de elite, que, basicamente, forma uma sociedade latifundiária, e uma segunda corrente quando o governo brasileiro trouxe muitos casais açorianos para a província do Rio Grande do Sul.

Esses casais imigrantes buscavam arranjar uma sociedade na pequena propriedade e no manejo da agricultura familiar, como destacam Dreher (1998) e Isaia (1998). Segundo os autores, a população média rio-grandense cultivava basicamente tabaco, algodão, centeio, cevada, milho, arroz e trigo. Contudo, surgia, na época, a mercantilização da pecuária, momento em que os açorianos iniciaram a implementação desse cultivo pecuário. Como muitos trabalhos já ressaltaram, a vida militar no Sul acabou por absorver grande parte dos açorianos. Isaia (1998) reflete sobre a dificuldade da igreja em permear o cotidiano dos gaúchos, afirmando que a familiaridade com a vida militar, como mencionado anteriormente, tornava o povo gaúcho pouco propenso a qualquer maneira de restrição ou norma, ou seja, a religião ocupava, *a priori*, um lugar relevante na vida e no cotidiano que pouco ligava para as normas, ensinamentos e determinações, como se evidencia no trecho a seguir:

A produção da formação histórica do Rio Grande do Sul, tipo humano socializado numa forma de existência que valorizava a força física e a habilidade nas 'lides campeiras', repugnava tudo quanto pudesse cercear a liberdade que desfrutava, detectada como peculiar por Saint-Hilaire. Essa ausência da absorvência e rígidos princípios axiológicos como norma de

conduta marcou sobremaneira a formação do ethos mental do homem Rio Grandense do Sul pelo recurso a violência e a falta de respeito as normas estabelecidas. (ISAIA, 1998, p. 32).

A familiaridade com a vida militar, porém, coincidiu com o momento de mercantilização da pecuária e da implantação das charqueadas. Os açorianos começaram a ocupar suas terras com atividades pecuárias e a incluir-se no processo militar da província. Outro ponto destacado pelo autor são os casamentos mistos, entre açorianos e sujeitos que compunham a classe senhorial da província.

Ademais, o processo de imigrantes sul-rio-grandenses era adequado de acordo com os interesses das classes senhoriais, como destacam autores como Cunha (1996) Gertz (1996), Piccolo e Padoin (2019), Arendt, Ramos e Witt (2012), dentre outros. Desde o povoamento do Rio Grande do Sul, existiam dois tipos de correntes imigratórias, cada uma formando um tipo de sociedade gaúcha. De um lado, a corrente lagunista, de vertente paulista, que se estabelecendo no interior do Continente de São Pedro, originou uma sociedade pastoril e latifundiária da campanha, já a corrente açoriana, segunda vertente, dedicou-se a cultura familiar, e formou centros estáveis de povoação. Cunha (1996, p. 43) “destaca: as estâncias, que se constituem em enormes latifúndios, empregam poucos braços para a predação de animais selvagens, para o rodeio e para o tropeio”.

Compreender o processo de formação do estado rio-grandense ajuda a entender o processo de formação do catolicismo, suas minúcias e peculiaridades. Em razão disso, a Igreja, sobretudo no Rio Grande do Sul, tem sua marca histórica de uma formação alicerçada em disputas de terras e, como consequência, na vida militarizada.

Os modos de vida peculiares do povo gaúcho exerceram dificuldades para a fixação da igreja no Estado. De acordo com Dreher (1998), até meados de 1800, havia somente uma Vigaria Geral, localizada na cidade de Porto Alegre. Além da vigaria geral, ainda existiam seis comarcas eclesiásticas (Rio Grande, Vacaria, Rio Pardo, Piratini, Cachoeira e Missões, Viamão e Triunfo), 25 paróquias e cinco curatos. Todo o processo e administração eclesiástica do estado era feito pelo bispado do Rio de Janeiro.

Por ser tão pouco, comparado à extensão de terra, não havia como o bispo compreender a necessidade de toda a província gaúcha. De acordo com BRUNEAU (1974), o clero gaúcho estava envolvido com muitas funções extras e, muitas vezes, dedicava-se ao mínimo da burocracia: batizar, realizar casamentos, entre outras atividades.

Para contornar a situação, projeto de restauração católica iniciado em Roma chega à Província, em 1847, na diocese de São Pedro, autorizada pela assembleia legislativa do Império e por Pio IX, em 1848. Em 11 de fevereiro de 1853, o bispo do Rio de Janeiro declara a formação do novo bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo Rubert (1998), a nova diocese tinha cerca 283.000 km² e possuía cerca de 460 mil habitantes. Contava ainda com 48 paróquias e 12 comarcas eclesiásticas. A diocese foi oficialmente instalada em 3 de julho de 1853, com a posse do primeiro bispo: D. Feliciano José Rodrigues Prates. Feliciano foi formado no Rio de Janeiro em 1804, veio ao Rio Grande do Sul como capelão da Cavalaria Miliciana de Rio Pardo. No período da Revolução Farroupilha, foi fiel ao Império. Por isso e por outros feitos, Dom Pedro II indicou-o como primeiro bispo da nova diocese.

D. Feliciano, em sua primeira Carta Pastoral, de 02 de julho de 1853, define o programa de seu episcopado, estruturando medidas e reformas que deveriam ser feitas. Mas, de fato, é em 16 de dezembro do mesmo ano que ele lança novas diretrizes pastorais. Dentre os pedidos, ele ressalta que seu ministério seja santificado, que o clero dedique-se à pregação e à catequese, cuide o celibato e administre de forma disciplinada os sacramentos religiosos.

Em sua primeira carta, mencionada anteriormente, ele já argumenta a favor e cita a necessidade de um Seminário Tridentino¹⁰ na diocese. Aos 78 anos de idade, o bispo faleceu, no dia 27 de maio de 1858, em Porto Alegre.

Rubert (1998, p. 198) aponta sobre a situação da diocese de Porto Alegre:

Como não havia cabido, a nomeação de Vigário Capitular foi feita por D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo metropolitano da Bahia, por provisão de 14 de julho de 1858 na pessoa do Padre Juliano de Faria Lobato, que tomou posse do cargo a 28 de agosto. Nesse meio tempo tinha sido apresentado pelo Imperador para suceder a D. Feliciano o virtuoso cônego Francisco Xavier Augusto de França, pároco colado de Catas Altas,

¹⁰ Seminários que seguem o modelo do Concílio de Trento, realizado no século XVI, cujos princípios vigoraram até o início da década de 1960, quando se realizou o Concílio Vaticano II.

diocese de Mariana, Minas Gerais, que não aceitou por sua idade avançada e outros incômodos.

Dada a negativa de Francisco Xavier, o Pe. Juliano de Faria administrou a diocese, realizando todos os procedimentos administrativos, inclusive, fazendo visitas canônicas a muitas paróquias. Porém, o trabalho era difícil, Pe. Juliano chegou a pedir demissão do cargo, porém o pedido não foi atendido. Somente em 1859, por problemas de saúde, o arcebispo da Bahia viu-se obrigado a substituir o padre de suas funções. Em janeiro de 1860, o arcebispo nomeou Pe. Fidêncio José Ortizz da Silva, que também recusou o cargo. O novo bispo só assumiria o cargo em março de 1860.

O segundo bispo nomeado do Rio Grande do Sul foi Dom Sebastião Dias de Laranjeira, nascido em 20 de janeiro de 1820, na Bahia. Teve seus estudos realizados no Seminário da Bahia e foi ordenado presbítero em 11 de março de 1844 por D. Romualdo, seu arcebispo. De acordo com Rubert (1998), D. Sebastião sentiu desejo de desenvolver seus estudos em Roma. Aprovado por seu Arcebispo e, em 1857, é autorizado a interromper seu ministério para ir a Roma.

Ao ser escolhido por D. Pedro II, em março de 1860, encontrava-se em Roma onde complementava seus os estudos. Dessa forma, foi sagrado bispo pelo próprio papa Pio IX, em 7 de outubro de 1860, tomando posse na diocese em 29 de julho de 1861. De acordo com Rubert (1998), Dom Sebastião manteve o projeto reformador ainda mais próximo a Roma, apoiou fortemente o movimento ultramontano, participando, inclusive do Concílio Vaticano I. Ainda lutou pela construção do seminário diocesano, que se tornou uma escola frequentada por alunos que tinham vocação para o sacerdócio. D. Sebastião, após vinte e sete anos de episcopado, veio a falecer, em 13 de agosto de 1888, com 68 anos de idade.

Em 1890, tomou posse o terceiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Ponce de Leão, primeiro epíscopo do período republicano brasileiro, que deu segmento ao processo de reforma do catolicismo no estado. Embora os esforços da igreja e de seus bispos anteriores, no Rio Grande do Sul, o catolicismo estava em desordem, com um clero despreparado e fora dos padrões de conduta elencados no Concílio de Trento. Coube a Dom Cláudio a tarefa de organizar e, em grande medida, reformar a igreja no estado.

Dissertando sobre o tema, Isaía (1998, p. 34-35) destaca:

Era preciso uma respeitabilidade à igreja no Rio Grande do Sul. Essa tarefa será acampada, principalmente, pelo terceiro bispo do Rio Grande do Sul, D. Cláudio José Ponce de Leão, que tomou posse em 1890. D. Cláudio integra o elenco dos chamados bispos 'reformadores', que tentarão reverter o quadro de decadência apresentado pelo catolicismo ao alvorecer do século XX. À situação apresentada pelo clero do Rio Grande do Sul muitos testemunhos creditavam o pouco viço do seu catolicismo. (ISAIA, 1998, p. 35).

A situação era tão calamitosa para o clero que o próprio D. Cláudio, em troca de cartas com padre Ambrósio Schupp, escreveu: “se eu quisesse suspender, dos meus 100 padres – serão tantos- todos os indignos- só restariam 10 e desses 1- não teria a certeza de que mais algum houvesse de merecer a suspensão. Quão desolador ser bispo em tais condições”. (RABUSKE, 1978, p. 245)

O bispo repensou o seminário gaúcho, tornando-o de exclusivo para atividades eclesiais, sendo que os primeiros diretores foram os jesuítas, depois os lazaristas e, por último, os capuchinhos. Durante o período de administração do bispo, não ocorreram maiores problemas em decorrência dessa onda de imigração italiana, fato que se modifica nos anos posteriores. Dentre as maiores preocupações do bispo, que ele empunha seus esforços para romper, estão a não-observância do celibato e a procura pelo enriquecimento fácil. Mais uma vez, a estrutura social e raízes do catolicismo luso-brasileiro colocavam-se em confronto com os ideais de uma reforma católica pensada pelo Vaticano. Isaía (1998, p. 36) pontua:

A indisciplina do clero do Rio Grande do Sul deve ser vista dentro de um contexto mais amplo. O clero atuante não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil na segunda metade do século XIX, formou-se numa tradição visceralmente oposta aos ditames ultramontanos requeridos por Roma nesse período. Era um clero de formação regalista, no qual ainda ecoava a influência da reforma pombalina. Essa formação, eivada de naturalismo universitário e teologicamente próxima ao jansenismo levava a um tipo de padre secularizado e pouco sujeito as determinações de Roma.

Concordamos em parte com a afirmação do autor, obviamente que a reforma pombalina e seus princípios iluministas geram uma modificação substancial na sociedade brasileira, contudo, a estrutura social brasileira e, conseqüentemente, de

seus padres já tinham moldes avessos à ideologia ultramontana. Outro ponto importante a ser destacado relaciona-se ao que o autor menciona como secularização dos padres. O conceito de secularização, à luz de uma abordagem sociológica, de acordo com Pierucci (1998), compreende o processo de decadência da religião na sociedade moderna, em suas esferas sociais, ou seja, ela perde seu valor e importância cultural e deixa de exercer uma de suas principais funções, a coesão social.

A secularização, por sua vez, nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica no mundo moderno declínio da religião como potência *in temporalibus*, seu *disestablishment* (vale dizer, sua separação do Estado), a depressão do seu valor cultural e sua demissão/liberação da função de integração social. Encavalando-se ambos os processos no processo de modernização, o efeito deste sobre a religião não pode não ser senão negativo, já que consolida e faz avançar o desencantamento do mundo através de uma crescente racionalização da dominação política. (PIERUCCI, 1998, p.9).

O processo de secularização é complexo e demanda, necessariamente, a desvinculação da religião das esferas sociais. Por isso, o padre, mesmo que não pratique os dogmas impostos pela igreja ultramontana, não deixa de ser fiel e, por isso, não secularizado. O que ocorre é que, naquele período, no Brasil, duas vertentes do catolicismo entraram em conflito, o Catolicismo Liberal e o Conservador, que, de acordo com Azzi (1994).

Para compreender a religião, faz-se necessário entender o papel central que a secularização desempenha no campo religioso, principalmente, no ocidente. De acordo com Maia (2016, p.4)

Através da noção de secularização é possível acessar uma importante ferramenta compreensiva que permite entender o modo como a religião teve reduzido o seu papel de principal fonte de legitimação nas diversas esferas das sociedades ocidentais. A compreensão do processo de secularização como emancipação das instituições em relação a princípios religiosamente orientados permite um melhor entendimento dos processos que levaram ao estabelecimento dos Estados laicos no Ocidente.

A respeito da secularização, Berger refere-se como:

o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das

igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. (...) Assim, como há uma secularização da sociedade e da cultura, também há uma secularização da consciência. Isso significa, simplificando, que o Ocidente moderno tem produzido um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas (BERGER, 1985: 119-120).

Outros fatores também foram determinantes para a existência de um catolicismo mais liberal, conforme destaca Isaia (1998), como a localização geográfica do Rio Grande do Sul em conjunto com precários meios de transporte, isolavam o estado do Rio de Janeiro, que, até 1848, era onde residia o bispo responsável pela região sul do país. Portanto, é natural que o clero sul-rio-grandense desenvolvesse hábitos e normas diferentes das que Roma propunha. Somavam-se ainda às inúmeras revoluções, guerras e conflitos que ocorriam por aqui, o clima não era dos melhores para uma nova ideologia católica.

A estruturação da reforma católica no Estado sofre, no início de sua implementação, como maneira de efetivação da nova cultura, a igreja adota uma estratégia de trazer padres italianos, ultramontanos, que ajudaram a alicerçar e foram parte fundamental da reforma católica no Rio Grande do Sul.

1.4 AS RELAÇÕES SOCIAIS DO CATOLICISMO NO ESTADO

É importante contextualizar a sociedade gaúcha antes do período de imigração italiana, que inicia por volta de 1870. Tal contexto serve como alicerce para entendermos a relação dos italianos com a sociedade riograndense.

Ao decorrer do século XIX, desenvolviam-se as ondas imigratórias para o Rio Grande do Sul, o imigrante começa a ocupar as terras, desenvolver sua cultura e relacionar-se com a sociedade gaúcha. Os imigrantes instalam-se na província, desenvolvem sua estrutura social e começam a organizar-se de uma maneira diferente da estrutura latifundiária e de charqueadas que dominou a região por um longo período. Sobre a estrutura social do Rio Grande do Sul e o domínio de uma economia latifundiária.

A dominação dessa estrutura latifundiária inicia-se próximo ao final do século XVIII, os imigrantes eram subordinados a uma classe senhorial, que dominava a região. Nesse contexto, o autor destaca que a formação da sociedade gaúcha desencadearia uma classe social dominante, alicerçada no latifúndio e na charqueada. A descrição dessa ordem dominante, em autores como RUBERT (1998), ZAGONEL (2001), RAMBO (2000), PADOIN (2019), PICCOLO (2019), entre outros, é narrada como sendo elitista, excludente e detentora de grandes fortunas.

Essa cultura dominante era a base do Rio Grande do Sul quando os imigrantes açorianos chegaram, eles cultivavam seus modos de vida a partir da pequena e da média propriedade e seu trabalho era familiar. A colonização com famílias açorianas ocorre no final do século XVIII, sendo que chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de dois mil açorianos destinados, inicialmente, para ocupar a região da Lagoa dos Patos. De acordo com Cunha (1996), em 1764, após os espanhóis invadirem as Capitanias, os açorianos migram para outras regiões, como: Rio Pardo, Santo Amaro e Taquari. Eles buscavam terras férteis para o cultivo, principalmente, do trigo.

A economia açoriana, baseada no cultivo de uma diversificada lavoura, sofreu fortes sanções e foi castigada pela ferrugem. Manter-se como pequenos produtores era insustentável para os açorianos, o fim do cultivo das lavouras, a utilização dessas terras para a criação do gado e comércio da carne deu início ao período das charqueadas no Rio Grande do Sul, no fim do século XVIII.

Os vários problemas que a produção gaúcha de trigo começa a enfrentar a partir de 1810: o aparecimento da ferrugem; as guerras contra os espanhóis da Banda Oriental (Uruguai), que deslocam homens e produção no esforço de guerra; o avanço da criação de gado graças ao desenvolvimento das charqueadas e aumento do prestígio político dos estancieiros; e, finalmente, o que parece ser o mais importante: a concorrência americana que põe fim à produção gaúcha de trigo e transforma o próprio Rio Grande do Sul em consumidor de seu cereal e de sua farinha. Incapaz de sobrepor-se aos problemas surgidos, o cultivo do trigo gaúcho cede seu lugar à criação de gado. A crescente rentabilidade da criação de gado *vacum* determina a reconversão das áreas antes ocupadas pelo trigo em pastagens e o desvio de parte da mão-de-obra (escrava, ou não) para as charqueadas. (CUNHA, 1996, p. 47).

Para o autor supracitado (1988), os estancieiros desempenham um papel importante na defesa dos interesses da Coroa, colocavam à disposição dela

esquadrões, milícias e guerrilhas comandadas por eles, as quais formavam a primeira linha de defesa das fronteiras. Sendo assim, os estancieiros transformaram-se na classe dominante, tanto economicamente como socialmente.

Da mesma maneira que ocorreu com os demais povos das colônias do Brasil, a população sul-rio-grandense, de menor poder econômico, foi levada ao militarismo, que serviu como forma de coerção aos padrões ditados pela elite latifundiária. Essa estrutura social perduraria por longos anos.

Zagonel (1975) e Padoin (2019) afirmam que a política de imigração retoma fôlego em meados do século XIX e até o final daquele século divide-se em três fases bem distintas. Em 1870, o Ministério da Agricultura concedeu à Província, buscando o loteamento e inserção de imigrantes no país, dois territórios, a Colônia Dona Isabel e Conde d'Eu, que são Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Além disso, pretendia-se atrair uma população considerada branca, a fim de substituir a mão de obra escrava para a livre e propiciar o "branqueamento" da população. Trata-se, neste aspecto, da mesma estratégia utilizada na imigração alemã.

A primeira fase de imigração italiana fracassa:

Não obstante a boa vontade do Governo Provincial, o empreendedorismo não prosperou e a Companhia de Imigração fracassou. Além da hostilidade europeia à política imigratória brasileira, as novas colônias estavam demasiadamente isoladas, distantes dos centros já povoados e desprovidos de estradas. O Governo Imperial se havia reservado o direito de recrutamento de imigrantes na área italiana onde a Guerra da Unificação Italiana criara condições insuportáveis de sobrevivência. Os agricultores, principalmente do Norte, estavam dispostos a enfrentar o mistério dos Estados Unidos da América à procura de pão e uma vida nova. (ZAGONEL, 1975, p. 36).

O Governo Imperial tomou conta da iniciativa de imigração e procurou realizá-la em conjunto com a administração Provincial do Rio Grande do Sul. A Província acusava o Império de não saber administrar os núcleos colonizadores e de fracasso ao selecionar os colonos, já que muitos fugiam para Rio Grande e Porto Alegre. Os imigrantes eram largados nas colônias e não havia nenhuma assistência dos governos. O número de imigrantes variou de 119 mil a 508 mil saídos da Itália, segundo os autores.

Em função das promessas do governo brasileiro em conjunto com as províncias e das companhias privadas, que não foram cumpridas, poucos imigrantes vieram ao Brasil nessa primeira leva.

Sobre a leva de imigração, conforme Padoin (2017, p. 92)

a historiografia clássica costuma colocar seu ponto inicial no ano de 1874 com a chegada do primeiro navio de imigrantes pertencente a Expedição Tabacchi, o La Sofia. Contudo, quase dez anos antes, ainda na década de 1860, na cidade de Bagé, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o número de italianos radicados já se mostrava bastante expressivo, tanto que a 1870 ainda quatro anos antes da chegada daqueles “primeiros” imigrantes chegarem a Vitória no Espírito Santo— foi fundada na localidade a Societa Italiana de Soccorso Mutuo e Beneficenza in Bagé, hoje a Sociedade Italiana de Beneficência Anita Garibaldi.

A autora demonstra que o movimento imigratório italiano para o Rio Grande do Sul já se articulava antes mesmo da data tida como oficial pela historiografia clássica.

Iotti (2001) disserta acerca da precariedade das condições dessas colônias, segundo o autor, Conde D’Eu e Dona Isabel foram criadas em maio de 1870, os imigrantes estavam receosos devido à mata virgem, aos terrenos desnivelados e inférteis e ao isolamento com as demais localidades. As condições eram realmente complicadas, os caminhos estavam obstruídos, não havia estradas, os colonos deveriam abrir o caminho e levantar seus abrigos a pau-a-pique.

Os colonos iniciaram a preparação das lavouras de feijão, milho e outros produtos, mas, como o trabalho estava em fase inicial, eles também caçavam. “Algumas vezes, a venda da madeira e, eventualmente, o trabalho assalariado, durante quinze dias por mês, na abertura de estradas e caminhos, financiavam os colonos até a primeira colheita (IOTTI, 2001, p. 78).

Após reformulações na política imigratória, ocorre um aumento considerável na imigração italiana para a região sul do país. Aumentou a confiança de famílias italianas nas condições de vida e oportunidades de cultivo de suas pequenas plantações.

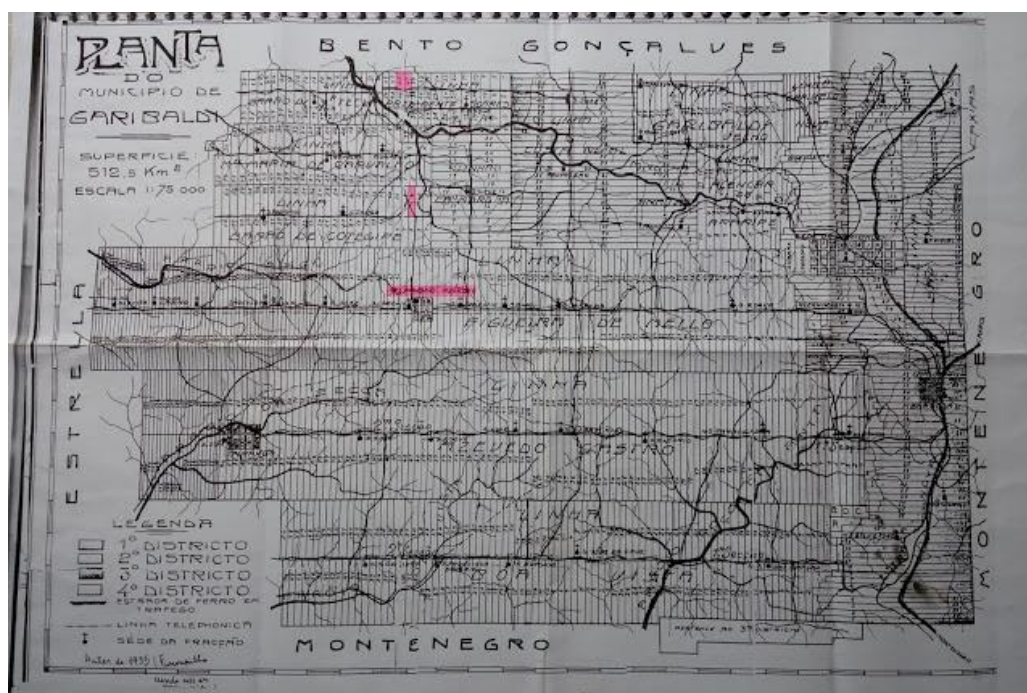
A migração italiana em larga escala para o Rio Grande do Sul ocorreu em duas etapas, ambas no final do século XIX. Primeiro, em 1875, chegaram as

primeiras famílias à região serrana gaúcha, posteriormente, em 1877, uma nova onda imigratória rumo ao centro da Província. Muitas foram as levas de migrantes italianos, eles vieram, predominantemente, do norte da Itália, em sua imensa maioria, eram camponeses pobres, não letrados e católicos. Assim como os imigrantes alemães de 1824, os motivos que os atraíram para o Brasil eram as promessas e os sonhos de uma vida melhor, com condições de trabalho e cultivo da terra, oportunidades que não tinham em uma Europa em modernização, cuja Igreja Católica perdia seu poder e a pobreza afligia os mais humildes.

Segundo Iotti (2001), na época, a única estrada ainda estava em péssimas condições, ela ligava Montenegro a Conde D'Eu, passando por Maratá. Foi por esse caminho que, a partir de 1874 e 1875, começaram a chegar novas levas de imigrantes.

O contato para a vinda desses povoadores foi feito por agentes que, através de uma campanha de aliciamento, promoveram a vinda de um contingente de europeus. Também não havia necessidade de se pensar em estratégias complexas, era apenas necessário compreender a situação do povo diante das guerras que aconteciam na Europa, para a Unificação da Alemanha, a agitação política para estabelecer a Unidade Italiana e as lutas na Áustria e Polônia, trazendo de roldão a falta de trabalho nos campos e o empobrecimento das regiões urbana e rural.

Figura 2 - Mapa da colônia Conde D'Eu.



Fonte: www.garibaldi.rs.gov/a-cidade/história-de-garibaldi/

A grande Revolução Industrial, em simbiose com o capitalismo, expandia-se pelo velho continente, transformando os modos de vida e as relações sociais de seu povo. Esse aumento dos números de imigrantes foi resultado de novos decretos e oportunidades para os colonos, essas medidas atraíam, cada vez mais, os italianos para o Brasil. Entre os anos de 1886 e 1913, mais de 222 mil deixaram a Itália a cada quatro anos, atingindo cerca de 600 mil no início do século XX, de acordo com Iotti (2001).

Para incentivar a imigração ao Brasil, em 16 de maio de 1818, o governo implementa uma série de medidas que visavam proporcionar a vinda de imigrantes para país, o documento regia acerca do estabelecimento de imigrantes suíços. Ao longo do século, a política de imigração sofreu inúmeros reajustes. Já no período republicano, entre os anos de 1889 e 1915, planos foram formulados neste sentido, ocorrendo diversas mudanças no perfil político-brasileiro de imigração e colonização, sendo um deles a delegação aos estados e setores privados todo o processo imigratório. Contudo, a maioria dos Estados não possuía muitos recursos, por isso, o governo brasileiro financiava as passagens dos imigrantes.

Em relação aos outros Estados do Brasil, o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina possuíam dificuldades para manter a colonização em suas terras. Por isso, o governo brasileiro resolve intervir novamente no processo, publicando dois Decretos, um de 19 de abril de 1907 e outro em 03 novembro de 1911.

Artigo unico. Ficam aprovadas as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas. Neste caso, o Estado auxiliará a discriminação, si preciso, nos termos da sua legislação de terras; o permittirá que sejam effectuados os trabalhos preparatorios e definitivos: - estudos preliminares para a melhor repartição em lotes, e para o traçado das linhas de comunicação interna e externa; medição e demarcação dos lotes ruraes; obras de saneamento, quando necessarias; construcção de casas, estradas e caminhos; preparo, em cada lote rural, da área destinada ás primeiras culturas; organização da séde do nucleo, si convier, com os competentes lotes urbanos; e localização dos immigrants.

V. O Estado fornecerá gratuitamente aos immigrants ferramentas e sementes, como auxilio ao primeiro estabelecimento, podendo tambem a União conceder-lhes iguaes favores, além de vantagens outras, constantes destas bases.¹¹

Para pôr em prática as novas diretrizes de povoamento, o Governo Federal firma um acordo com os estados, articulado também com companhias provadas. O processo garante melhores condições aos imigrantes, tanto em seu traslado para o país, quanto em infraestrutura. As medidas funcionam muito bem, aumentando o fluxo de pessoas para o Brasil, que só entraria em declínio em 1914, devido a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Zagonel (1975), o governo brasileiro veiculou diversas propagandas acerca das vantagens do estabelecimento de famílias no Sul. Não só as publicidades do governo brasileiro fizeram com que os imigrantes se instalassem nas colônias do Rio Grande do Sul, mas também os convites feitos a eles através de amigos e parentes que já estavam instalados nas novas terras.

De acordo com Isaia (1988), a situação de isolamento e abandono do poder público em que se encontravam os imigrantes italianos gerava não só problemas físicos, como culturais. A perda de sua identidade era um sério risco àquelas populações que habitavam o sul do Brasil. Em vista disso, o catolicismo tem um papel

¹¹ Decreto nº 9081, de 03 de novembro de 1911, composto por 277 artigos que beneficiavam os imigrantes tanto nos setores de seleção e embarque, quanto no estabelecimento de novas colônias.

fundamental na formação de suas novas vidas. Com os laços culturais abalados, afastados de sua pátria-mãe e em novas terras, o reconhecimento de suas identidades guiava-os à manutenção do catolicismo. A religião, de acordo com De Boni (1980), agiu como um vínculo entre os colonos, como a maioria eram católicos, foi no catolicismo que eles organizaram suas existências e identificaram-se como italianos, por isso, no Rio Grande do Sul, os imigrantes atuavam de forma a preservar a religião católica.

A igreja apoiava a manutenção desse catolicismo, uma vez que, de muitas maneiras, buscava cristianizar uma sociedade que passava por transformações da modernidade. A igreja apoiava a estruturação de uma comunidade que absorvesse mais facilmente seus ensinamentos. Desse modo, o catolicismo nas colônias italianas do estado, foi o “celeiro das vocações religiosas no Rio Grande do Sul” (ISAIA, 1998, p. 45).

Dom Cláudio busca um clero formado dentro dos parâmetros reformistas e, por isso, apoia a imigração de um clero estrangeiro, principalmente regular, para preencher as necessidades de um clero dedicado e reformado, aos moldes das determinações romanas.

A falta de sacerdotes para atender aos imigrantes italianos dará com que esses apelem para homens da própria comunidade para organizar o culto e a catequese das crianças. Era a finalidade do “padre leigo” que chegava a dizer a própria missa, obviamente, omitindo a Consagração do pão e do vinho. Em breve, todavia, tanto a zona colonial alemã e italiana quanto todo o Estado já era mais bem servido de sacerdotes e religiosos. (ISAIA, 1998, p. 44).

Com o incentivo da vinda de católicos europeus para o Rio Grande do Sul, o bispo Dom Cláudio acaba incitando a chegada do clero estrangeiro e, como ressalta Isaia (1998), com novas ordens chegando ao Estado, outras companhias começaram a disseminar-se pela região, como os palotinos, os carlistas, os capuchinhos, dentre outros. Tais ordens passaram a ganhar legitimidade pelo Rio Grande do Sul, formando diversas associações e congregações religiosas.

Neste sentido, há uma administração estrangeira no seminário, fato que culmina com uma onda imigratória constante para o estado, sobretudo italiana. Da

Itália, também vinha o clero, com a função de dar orientações para a administração da diocese.

Conforme destaca Valduga (2007), as imigrações foram um fator determinante para a mudança do catolicismo no estado, a vinda de alemães, italianos e poloneses deu força para o processo de restauração do catolicismo, sobretudo, no século XIX e início do XX. Com isso, o padre era a autoridade máxima e indiscutível no campo religioso eclesiástico, suas afirmações eram inquestionáveis.

A vinda de imigrantes muda significativamente o catolicismo no Rio Grande do Sul, pois, eles não apenas reproduziam o catolicismo de seus países de origens, como recriaram novos modos de práticas. Por exemplo, como destaca Steil (2004), os imigrantes, na ausência do pároco da aldeia, eram dispostos em torno das capelas. O culto e as festas religiosas eram organizados por leigos, situação parecida com as dos batistas, discutida no primeiro capítulo deste trabalho.

Portanto, a chegada de ordens europeias ao estado permite um avanço no processo de um catolicismo ultramontano. Esses imigrantes traziam consigo um catolicismo já romanizado, ou seja, estavam de acordo com um movimento de restauração promovido por Roma. Como mencionado anteriormente, a romanização trata-se de um movimento que busca a reforma/restauração do catolicismo tanto no plano nacional, quanto em um plano local, no caso, do Rio Grande do Sul.

A religião ocupava um lugar central na organização das colônias Italianas, sendo parte do princípio de sua organização. De certo modo, a religião servia como um alicerce para a comunidade. Radünz (2008), ao problematizar o luteranismo em solo gaúcho, abordou essa relação entre religião e comunidades de imigrantes. Embora, na análise do autor, ele abordasse o luteranismo e a imigração alemã, a estrutura social, em relação com a religião, nas colônias italianas é a mesma. No caso:

A existência de comunidades organizadas se justificava na razão direta das necessidades espirituais de seus membros. Com algumas exceções, es colonos eram religiosos. Explicavam sua vida a partir dos desígnios divinos, quer na sorte de dias bons, quer nas mazelas que o mundo lhes impunha. A mensagem que o púlpito trazia os reconfortava para seguirem adiante num cotidiano marcado por grande esforço. Além do atendimento das necessidades espirituais, as comunidades também atuavam num espaço sociorreligioso (batismo, confirmação/primeira comunhão,

casamento enterro) grande importância para organização dessas colônias. (RADÜNZ, 2008, p. 49).

Por outro lado, como destaca Valduga (2007), a preocupação do clero gaúcho está, de certa maneira, voltada para os imigrantes, a vontade do clero era segregar os imigrantes em comunidades rurais, buscando não colocar em risco os vínculos culturais e tradicionais daquelas comunidades, que tinham fortes laços com o catolicismo.

A tentativa de segregação e de manter os laços italianos era tamanha que foi vetado o contato com alemães e brasileiros. O primeiro grupo era acusado de ser praticante de uma religião herética, ou seja, praticante de uma doutrina contrária aos dogmas da igreja ou declamação ofensiva à religião católica italiana.

Por outro lado, a relação com brasileiros também era vista de forma pejorativa, pois eles eram praticantes de uma religião considerada degenerada, indigna e de poucos laços com o Vaticano. Em suma, o clero italiano buscava construir na América um espelho de uma sociedade longe dos perigos da modernidade, onde o catolicismo fora colocado em xeque.

Como mencionado anteriormente, o movimento de romanização buscou controlar antigas crenças, elegendo modelos e condutas que deveriam ser seguidas por todos os devotos. Percebemos que há um movimento de racionalização da igreja, enquadrando suas atitudes em um grande modelo de administração.

Por outro lado, no Rio Grande do Sul, tendo em vista o contexto imigratório, o movimento de romanização, de forma geral, teve um significado e uma recepção diferente daqueles que obteve em outras regiões do país, onde a estrutura do catolicismo popular tradicional tinha um peso muito maior, como ressalta Isaia (1998). De maneira geral, os imigrantes mostraram-se positivos à modificação proposta por Roma, identificando-se com ela. Ademais, as ordens e congregações tiveram uma excelente oportunidade quando os italianos solicitavam e inclusive iam a Roma para solicitar padres italianos para as colônias, como aconteceu na Quarta Colonia, por exemplo. O mesmo acontecia nas de colonização alemã, padres alemães. Já os filhos desses imigrantes encontraram, nos seminários que surgiam, uma oportunidade, não somente vocacional, mas também como única de ascensão social.

Esse movimento de ascensão, de acordo com o autor, dá ao Rio Grande do Sul um capital intelectual muito expressivo, sendo a base desse capital, justamente, os camponeses que cursaram os seminários. Assim sendo, a classe média do estado tem uma forte ligação com o campo, haja vista que muitos deles saíram de lá. Nem todos os camponeses ingressaram nos seminários, muitos continuavam no campo cuidando de suas famílias e de suas terras, o que não diminuía a ligação que tinham com os que saíram de lá.

O Catolicismo romanizado dos imigrantes e o Catolicismo popular brasileiro entraram em conflito. Como exemplo disso, Valduga (2007) retrata o caso de imigrantes que tiveram embates com populações locais, como foi o caso na localidade de Pinheirinho, em que havia um monge, seu nome era João Francisco Maria de Jesus, ele circulava na região, benzia lavouras e prescrevia remédios aos moradores.

Como destacamos neste trabalho, os conflitos ocorrem de formas diferentes, por vezes, através da violência física ou a partir de discursos publicados em dispositivos impressos, nesse caso relatado, o conflito terminou da pior forma possível. Mesmo o monge tendo sido retirado das terras dos imigrantes, eles acionaram a Brigada Militar, que saiu de Porto Alegre para averiguar o caso, com sessenta soldados e muita munição. Os homens de João Francisco Maria foram cercados, sua comunidade massacrada, poucos conseguiram fugir. Alguns sobreviventes foram forçados a cavar uma grande cova e enterrarem seus familiares. João Francisco Maria foi enterrado de cabeça para baixo, com os pés para fora, para que, de forma alguma, ele ressurgisse.

O episódio descrito demonstra os conflitos presentes nas regiões de imigração, em que o desconhecido é visto como perigoso. As diferenças não estavam presentes apenas na língua, na nacionalidade ou em qualquer característica física, havia um conflito sobre as práticas e as concepções sobre o catolicismo, ou seja, a diferença também estava na forma que imigrantes e brasileiros praticavam sua doutrina católica. A ideia de salvação não era a mesma, as práticas, os rituais e os modos de vida eram díspares. Percebemos que a igreja tem papel fundamental nessa relação com os imigrantes, é a presença do padre que torna possível todas as práticas descritas anteriormente, sendo que o padre constitui o grande potencializador e o centralizador do bem da salvação.

Neste sentido, Bourdieu ressalta:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um 'corpus' deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (ou profanos, no duplo sentido do termo) destituídos do capital religioso (BOURDIEU, 2007, p.39)

Por outro lado, os excluídos desse rito de salvação, aos olhos dos imigrantes, são os que estavam aqui antes de sua chegada, pois eles não seguiam as normatizações do campo religioso, por isso, eram vistos como estranhos, diferentes, profanos.

2. O FAZER JORNALÍSTICO E A IMPRENSA CATÓLICA.

Há diversos tipos de mídias impressas católica desde o final do século XIX, desde jornais, revistas, boletins ou manuscritos, variando de médias, pequenas a grandes empresas jornalísticas. Nem todos os tipos de dispositivos impressos são iguais, alguns estão restritos à colônia, com baixa tiragem, que alcançavam quando muito sua região, já outros, com grande número de exemplares. Os tipos de linguagem também eram distintos, alguns com linguagem popular, outros mais eruditos. Nesse contexto, nasce o *La Libertà*, jornal de circulação na colônia, de poucas tiragens, que, mais tarde, viria a tornar-se, depois, de várias modificações em seu nome e sua administração, um dos jornais mais importantes do Rio Grande do Sul, O *Correio Rio Grandense*.

Contudo, como esta tese busca compreender o processo de formação da luta por reconhecimento no campo midiático religioso gaúcho, será necessário entender o desenvolvimento desse jornal impresso, seus idealizadores e as condições em que foram pensados, só assim, compreenderemos a formação discursiva de cada periódico. Neste sentido, retomaremos algumas discussões sobre a imprensa católica propostas por Zagonel (1975), Lustosa (1983), De Boni (1996), entre outros.

No início do século XX, a Igreja Católica intensificou sua política em defesa de um serviço que resguardasse a moral, a ética e a fé cristã, por isso, encontrou, na mídia impressa, uma forte aliada para esse serviço. Por isso, passou a incentivar a comunidade católica a juntar esforços na difusão e preservação de um jornalismo que protegesse e disseminasse a verdadeira fé católica através da “boa imprensa”, que combateria um jornalismo que disseminava a imoralidade por meio da “má imprensa”.

Assim sendo, a grande missão da imprensa católica era restituir a verdade, livrar o mal que a vida moderna trazia ao homem, o qual era influenciado por leituras que os tornava violentos e em desarmonia com Deus. Segundo Lustosa (1983), essa imprensa era como um vírus que propaga a ideia de uma vida de liberdade sem a fé, que leva, inevitavelmente, à perdição.

Dentre as preocupações eclesiais, estava o uso dos periódicos para a propagação dos ideais católicos em um mundo cada vez mais secularizado. Como aponta o autor:

A imprensa não podia faltar no rol dos recursos ou instrumentos significativos e eficientes a serem empregos a fim de viabilizar a missão eclesial e, também, a fim de opor, com as mesmas armas, um dique ao que se via como uma avalanche de males, carregados pelos “maus” periódicos (LUSTOSA, 1983, p. 22).

Apropriar-se da tipografia para expandir seu domínio do capital religioso é uma estratégia que passa a ser vital para a igreja. Lembramos que, a partir do século XX, a imprensa protestante inicia um processo de proselitismo muito poderoso frente à imprensa, tornando o jornal impresso sua principal ferramenta de persuasão. Dessa feita, o clero católico julga de extrema importância o contradiscurso da Igreja, para tentar evitar o declínio de sua influência.

Tomar as formas de discursos existentes, ditando regras de seu funcionamento para manter seu controle é uma maneira de controlar, selecionar, distribuir e organizar os conhecimentos de uma esfera social.

Sobre o discutido, Martino (2016, p. 113) reflete:

A progressiva inserção da religião nos ambientes midiáticos, em certo sentido, exigiu das instituições religiosas igualmente uma articulação com a lógica de produção empresarial da comunicação. [...] A prática religiosa, nesse sentido, baseia-se em uma perspectiva de fazer o indivíduo entrar em contato com uma esfera diversa daquela encontrada nas práticas cotidianas e, a partir daí, compartilhar as prerrogativas atribuídas às consequências desse contato. Essa relação é estabelecida quando se pensa que o ato de Comunicação, como lembra Marcondes Filho (2002), tem entre suas dimensões a participação entre os sujeitos. Dentro dessa perspectiva, o indivíduo que entra em contato com o sobrenatural participa, conforme cada prática religiosa.

A religião através da mídia ganha espaço no novo contexto de disputas e passa a ser apoiada pela igreja, principalmente após a separação ocorrida no período republicano. Gonçalves (2008) chama atenção para esse fenômeno, que, segundo ele, é um esforço sistemático para a formação de uma imprensa inspirada em estratégias modernas de propaganda e distribuições de ideias, preocupada em estabelecer conceitos e políticas que definissem um mundo social edificado sob fundamento católico.

De acordo com a orientação, que vinha diretamente de Roma, os líderes eclesiais brasileiros deveriam atuar junto à população do Brasil, além das formas tradicionais de conversão, deveriam usar a publicação de jornais para alcançar esse objetivo. Em meio a essa nova forma de articulação religiosa, os periódicos passam a ser a principal forma de coerção social e religiosa.

Conforme o autor supracitado, a imprensa ocupava um lugar de destaque. Muitos congressos nacionais e regionais passam a utilizar os periódicos como ferramenta importante. Isso se torna evidente nas conferências dos bispos de norte a sul do país.

Os primeiros jornais católicos são do início do século XIX, sendo, em sua maioria, pequenas gazetas, com circulação mensal ou quinzenal. (LUSTOSA, 1983). A imprensa desenvolve-se, em uma primeira fase, de maneira que era uma cópia da imprensa europeia. Posteriormente, a imprensa católica passa por dificuldades financeiras para manter-se, visto que o número de jornalistas e militantes católicos eram escassos e tinham de trabalhar sem receber nenhuma remuneração.

O autor divide os períodos da imprensa católica em quatro fases, baseando-se em jornais e cartas pastorais:

Primeira fase: de iniciação (1830 a 1870), sendo dominante o empirismo, o artesanato e a dispersão da iniciativa.

Segunda fase: fase de consolidação. A Imprensa Católica toma dimensões (1870 a 1900) mais amplas, torna-se mais informativa, sempre sobre a vida interna da Igreja e entra em uma perspectiva polêmica.

Terceira fase: organização e articulação (1900/1945). Os responsáveis do jornalismo católico se preocupam mais com a infraestrutura do jornal. Funda-se o Centro da Boa Imprensa e a Liga correspondente. Há tentativa de centralização de informações com a agência de notícias católicas.

Quarta fase: especialização (1945 a ...) ampliação dos meios de comunicação social, as inovações tecnológicas, os desafios levantados na área do periodismo, especialmente, provocam uma tomada de consciência da hierarquia e dos jornalistas católicos sobre a necessidade de reformular a política eclesial sobre este problema (LUSTOSA, 1983, p. 12).

Podemos notar que a primeira fase da imprensa católica é o período mais difícil para a produção dos periódicos, que se mantinham graças a doações e trabalho dos clérigos. Por esse motivo, a duração dos jornais era curta, o alcance ínfimo se comparado aos jornais produzidos posteriormente. A fase inicial foi caracterizada pelo nascimento dos primeiros impressos, ainda no período do padroado e ligada ao estado, a igreja ficava impossibilitada de difundir em larga escala seus periódicos. O autor afirma que a escassez de recursos limitava a circulação e difusão dos jornais. Quanto ao conteúdo, veiculavam “questões do culto, da piedade, da doutrina, nada mais pretendiam do que estender aos fiéis os ensinamentos eclesiásticos do púlpito” (ibid., 1983).

De 1870 a 1900, inicia-se a consolidação da imprensa, os números de dispositivos impressos crescem exponencialmente, segundo o autor, os jornais produzem discursos contra o liberalismo e atuam de maneira contundente na sociedade, ou seja, esse momento é crucial, pois, a igreja toma consciência da importância da imprensa e do papel que ela desempenha. Por isso, há um aumento significativo nos pequenos periódicos católicos, dentre eles *O Apóstolo* (1866 – 1901), *A Pátria* (1893), entre outros. Esse período de afirmação está associado às muitas transformações que ocorreram no país, na esfera econômica, social, política e religiosa. O episcopado, preocupado com a expansão da Boa Imprensa, leva a igreja a expandir sua atuação para o campo jornalístico. Houve, então, uma articulação em nível nacional para que os dispositivos impressos alcançassem maior impacto no campo religioso, por isso, a proliferação sem precedentes desses

periódicos, que tinham, como adversários, a imprensa protestante, a qual também se expandia pelo Brasil.

A terceira fase marca a criação da Liga da Boa Imprensa, cuja função seria de subsidiar o Centro da Boa Imprensa Católica, que tinha o objetivo de auxiliar os jornais e revistas que quisessem difundir a boa imprensa. O período republicano e, conseqüentemente, a separação da igreja e do Estado impulsionaram o clero católico a reaver seus poderes. A imprensa passou a atuar como meio de mobilização da sociedade brasileira, de modo a demonstrar o quão importante era a organização religiosa para a sociedade. Essa aproximação, inevitavelmente, uniria a igreja à esfera do poder político novamente. Portanto, não se trata apenas de atuar em um sistema midiático, todas as intenções nas publicações de cada dispositivo visavam reaver o status que fora perdido. Não é meramente mídia, não é apenas um jornal. São disputas de poder na esfera religiosa do país.

Muitas das fricções ocorriam porque a imprensa católica agia como herdeira dos princípios reformistas, seguindo à risca o projeto de uniformização e normatização do catolicismo romano. Por mais de um século, tal projeto de “boa imprensa” foi um importante aliado para definir, com clareza, os potenciais inimigos do catolicismo. Desse modo, teria colaborado para a formação de uma identidade católica oposta ao catolicismo devocional do período colonial e às ideias liberais republicanas que dominaram o Brasil.

Com a propagação dos impressos, houve também um aprimoramento nas técnicas e nas tecnologias de produção e, como decorrência, mais consumidores.

O episcopado, apoiou e aplaudiu a Boa Imprensa, especialmente nas assembleias em que foram ditadas as normas para o bom andamento da comunidade eclesial brasileira. Tomados singularmente, os bispos se alinharam no mesmo diapasão, ainda que em momentos e sob formas diferentes. Disso temos provas nas portarias e circulares, além dos mandamentos, que foram expedidos nesse período sobre a imprensa. (Lustosa 1983, p. 22).

De acordo com Valduga (2007), no Rio Grande do Sul, a imprensa católica inicia sua trajetória somente com a nomeação do seu primeiro bispo, D. Sebastião Dias Laranjeira. O primeiro jornal a surgir é o Estrela do Sul, em 1863. Em 1875,

nasce, em Porto Alegre, a Revista da Sociedade de Ensaios Literários, cuja administração era de João Becker.

O autor elucida questões pertinentes de luta por reconhecimento, que vão ao encontro do abordado neste trabalho, ao retomar o surgimento de dois periódicos, o primeiro de origem italiana: *Corriere Cattólico* (1891 – 1895), o segundo, *Deutsches Volksblatt* (1871 – 1960). O segundo periódico, em 1895, publicou uma matéria que definia a Itália como uma “nação desprezível, baixa, torpe, miserável” e os italianos como “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis”. (VALDUGA, 2007, p. 70). Obviamente, os italianos sentiram-se ofendidos e partiram em ofensiva contra o jornal alemão. Porém, o *Corriere*, embora fosse publicado em língua italiana, criticava veementemente a unificação da Itália, em razão de uma publicação crítica e que ofendia a pátria dos imigrantes, na manhã de 29 de setembro de 1895, cerca de 200 pessoas invadiram e destruíram a tipografia do periódico.

Esses acontecimentos evidenciam a existência de fricções políticas e ideológicas, envolvendo grupos étnicos distintos que encontravam na imprensa uma forma de expressão eficaz a fim de sustentar os seus interesses e lutar pelo seu espaço na sociedade. A imprensa católica, embora muitas vezes definindo-se como não-política e voltada apenas aos interesses da fé e aos assuntos comunitários, não conseguia escapar dos problemas políticos que envolviam o mundo da época, invariavelmente entrando em atrito com os setores sociais que sustentavam uma linha de pensamento contrária à sua. (VALDUGA, 2007, p. 70).

No episódio descrito pelo autor, podemos elencar alguns pontos muito interessantes e de extrema relevância para este trabalho. Em primeiro lugar, a relação direta que a mídia começa a ter com a esfera pública.

Especificamente sobre o papel da imprensa católica, o autor reflete:

Dois papéis foram exercidos pela imprensa católica em Alagoas, neste período: (1) a partir de 1900, a organização do recente bispado de Alagoas deu-se dentro do modelo tridentino e ultramontano (romanização); neste caso, a centralização da vida católica na diocese foi intensificada, com uma forte divulgação na imprensa das devoções e da doutrina católica romana, propagando conjuntamente uma visão social de mundo conservadora a respeito da ordem social e moral. E, as tensões e conflitos no campo religioso alagoano, tendo o catolicismo como polemizador frente a outras visões de mundo. Tal imprensa pode ser identificada, portanto, como militante, polêmica e apologética, acompanhando a identidade católica do período ((VALDUGA, 2007, p. 76).

Embora o autor esteja discutindo a ação da imprensa católica em Alagoas, não obstante, seu papel no Rio Grande do Sul é semelhante. A ideologia de funcionamento do dispositivo é a mesma. Vejamos uma das principais atividades da imprensa católica, como refletido aqui no trabalho, reside no seu papel de legitimação do catolicismo conservador. Por isso, ela age diretamente nas relações do campo religioso midiático com a esfera pública.

Por fim, através da mediação do campo religioso, Martino (2010) disserta sobre o processo de midiatização do campo religioso. Conforme o autor, a visibilidade e a interferência que a mídia tem sobre vários nichos sociais é imprescindível para o seu destaque sobre como ela opera e interfere em assuntos de outros campos.

O assunto de midiatização do campo religioso será tratado a seguir, mas vale ressaltar que, para o autor supracitado, a midiatização pode ser vista também como uma estratégia das religiões para obter maior influência para atuar nas disputas por novos adeptos, pelo poder de opinar em outras áreas, como a política, e poder definir o que é certo dentro do campo religioso “Potencializada pelas relações com a mídia, a religião parece ganhar força como um jogador atuante dentro dos espaços políticos, posicionando suas perspectivas e pontos de vista” (MARTINO, 2010, p. 61).

Martino (2010, p. 70) retrata a visão de Bourdieu acerca da mídia, em que o autor a entendia mais como um campo jornalístico:

vale destacar que o próprio Bourdieu não parece falar necessariamente em um “campo midiático” ou em um “campo das mídias”, no sentido dado, por exemplo, por Rodrigues (1996; 1997) em sua caracterização dos processos midiáticos e de comunicação. Ao que tudo indica, Bourdieu refere-se sobretudo a um “campo jornalístico” pensado como o espaço das instituições – ou, em termos mais específico, nas empresas de comunicação, não propriamente em uma “comunicação” ou na “mídia” com contornos mais vagos.

O modo de experienciar a fé e a pregação religiosa foram modificadas pela midiatização das práticas religiosas. Se, antes, o domingo era dia de se arrumar para

sair de casa e encontrar a comunidade na igreja, o protocolo é modificado com a emergência dos novos dispositivos midiáticos.

2.1 CONFLITO E RECONHECIMENTO NOS JORNAIS CATÓLICOS.

A formação da identidade católica na Primeira República está relacionada ao reconhecimento constitucional de liberdade religiosa que se instaurava, ou seja, as estratégias utilizadas anteriormente, não serviriam mais como elo entre igreja e estado. A igreja encontra, na mídia, uma ferramenta imprescindível para articular o campo religioso e obter o reconhecimento. Neste sentido, vamos observar que a igreja se afirmava e se autocompreendia romana e simultaneamente nacional. Porém, o processo de amadurecimento da imprensa católica foi penoso, nas primeiras décadas do século XX, pois quando ela buscava a reafirmação de uma suposta identidade católica “única” (totalizante), não contemplava as demais formas de expressão do catolicismo de pessoas que residiam nas cidades, pois, as principais características dessa primeira imprensa católica italiana do Rio Grande do Sul são de vínculos patrióticos com a Itália, amor incondicional ao papa e desdém do povo gaúcho. Fato que se modifica no decorrer dos anos, por exemplo nas administrações do Correio Riograndense, publicado por Fronchetti, no seu *Il Colono Italiano* (1910) e pelos capuchinhos com a *La Staffeta Riograndense* (1917) e o *Correio Riograndense* (1941).

Por outro lado, no Rio Grande do Sul, a dinâmica dos periódicos católicos? seguia uma lógica própria, ela estava relacionada aos interesses das comunidades italianas. Podemos observar, nessa relação, o caráter central que ocupa a mídia impressa; os jornais buscavam representar¹², orientar e, de certo modo, formar a imagem do colono e sua religião.

¹² Representar, como afirma Minayo (1995) envolve uma teia de sentidos, tal teia relembra o vivido, o sentido, ou seja, toda a história do sujeito. As representações sociais estão associadas e são construídas a partir dos significados sociais que elas assumem, visto que são “[...] fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade quanto senso comum” (MOSCOVICI *apud* MORIGI, 2004, p.5). Segundo Minayo (1995), as representações sociais ocorrem num espaço comum, público, onde o grupo social constrói e mantém conhecimentos e experiências sobre determinado assunto. O processo de representação não ocorre de maneira isolada, é dinâmico e moldado pelo espaço onde foi elaborado, ou seja, pelo grupo social. Porém, é importante salientar que as representações sociais não afetam somente o grupo onde foram forjadas, elas ultrapassam essas barreiras, ganhando força na vida individual de cada sujeito e afetando inclusive outros grupos sociais.

Os jornais católicos desempenharam um papel fundamental na representação da identidade dos grupos imigrantes. Como ressaltam Valduga (2007), De Boni (1996), Zagonel (1975), dentre outros. O emprego da mídia, ao menos nos seus primeiros anos de funcionamento, protegeria os interesses dos colonos, isso é válido tanto para dispositivos católicos, quanto para protestantes.

Assim, a mídia impressa começa a formar e integrar a opinião pública, ou seja, a atuação dos meios de comunicação social impacta diretamente a sociedade. Outro fator fundamental é a ação política da imprensa católica, embora ela não fosse classificada como um instrumento político, muitas vezes, atuou no sentido de promover conflitos políticos, principalmente, nas disputas por legitimidade e reconhecimento social. Os conflitos ocorriam porque os interesses apresentados não se ajustavam aos da elite dominante local e suas diretrizes políticas.

Esses conflitos, são as lutas por reconhecimento no campo religioso midiático do Rio Grande do Sul. Explicitamos, neste aspecto, que o tema central deste trabalho é compreender e evidenciar como a mídia impressa, através dos seus jornais impressos, foi um dos principais campos de disputas da esfera religiosa. Dissertar sobre essas lutas por reconhecimento é fundamental para compreender a dinâmica do campo religioso.

O avanço que a reforma católica ganha com o advento dos dispositivos impressos, torna a busca pelo reconhecimento católico crescente nas páginas dos periódicos. A imprensa católica contribuiu também para o registro das atividades paroquiais e comunitárias, nas quais surgem tensionamentos entre as diferentes vivências do catolicismo.

O *Correio Riograndense* e seus antecessores, instalam uma disputa acirrada pelo poder da palavra local em Caxias do Sul e região. As disputas pelo poder local envolviam praticamente três grupos: os maçons, os austríacos e os católicos, como resalta Adami (1971). Essas relações de disputas ocorrem no cerne do campo religioso da mídia. De acordo com e De Boni O primeiro grupo, maçons, era pequeno na região, porém possuía bastante apelo político, por isso, era influente na sociedade gaúcha; brasileiros que ocupavam os cargos políticos e administrativos das colônias, ou seja, os maçons representavam a elite regional e estavam ligados ao governo republicano estadual. Por outro lado, os austríacos compunham cerca de

30% da população local. Esses imigrantes pertenciam ao império austro-húngaro, antes de ele fazer parte da Itália, como destaca Adami (1971). Esse grupo era majoritariamente católico, porém, as grandes desavenças ocorriam em função da representação de sua identidade, que, por vezes, chocava-se com a italiana. O último grupo eram os católicos, que ocupavam a maior parte da região, como já articulado anteriormente, a maioria era favorável à igreja e às causas papais, portanto não seriam maçons. Segundo Valduga (2007), a maioria desses imigrantes ítalo-brasileiros eram contra a reforma liberal italiana. O catolicismo na região travava disputas contra a maçonaria, as quais eram pautadas pelo domínio do campo político da região, mostrando, mais uma vez, a estreita ligação entre religião e política.

Essas disputas saíram das esferas sociais “comuns” para ganharem destaque na mídia impressa, sobretudo, no comando do padre Nosadini, como afirma Valduga (2007). Pedro Nosadini era pároco da igreja de Santa Tereza, em Caxias, 1896 e rivalizava com o então intendente municipal José Cândido Júnior, nomeado em 1895 por Júlio de Castilhos, que era grão-mestre da loja maçônica local, Força e Fraternidade. Os embates traçavam o perfil local de Caxias do Sul: um ambiente hostil de embates entre católicos e maçons. Por exemplo, Nosadine acusou a maçonaria de todas as desordens administrativas do município. De acordo com Cavagnoli, Reis e Onzi (2011), com a Proclamação da República, republicanos e federalistas estiveram em disputa constante pelo poder dirigente. O fechamento do Congresso Nacional, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, levou a manifestações contrárias em todo o país. No Rio Grande do Sul, as disputas entre o grupo republicano, que tinha viés positivista e era amplamente amparado pela maçonaria, apoiava Júlio de Castilhos, e o grupo federalista, liderado por Assis Brasil, geraram conflitos que repercutiram em Caxias.

No município também havia dois grupos: um deles, formado pela maioria dos comerciantes, apoiava o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e outro grupo se alinhava aos federalistas. Em novembro 1891 - iniciaram os conflitos pela liderança política de Caxias do Sul¹³, de um lado a Junta Governativa e, do outro, um grupo revolucionário descontente com a administração e com a cobrança de impostos. Com a república, o Estado se transformou numa das regiões politicamente

¹³ Caxias do Sul tornou-se município no dia 20 de junho de 1890.

mais instáveis do Brasil. O Rio Grande do Sul passou pelo governo de dezesseis presidentes, nomeados pelo presidente da república brasileira. As disputas constantes entre republicanos e federalistas resultaram na guerra civil conhecida como Revolução Federalista que, entre os anos de 1893 a 1895, provocou milhares de mortes.

O padre Nosadini entrou em uma desfigurada luta pelo poder simbólico do campo religioso, fundando as Ligas Católicas, que objetivavam lutar pela retomada do poder da igreja. Para isso, eram constantes os ataques ao poder local, que viam como ultrajantes o que era produzido e veiculado pelo padre. Bourdieu (2007, p. 60) reflete acerca do gerenciamento do capital religioso da seguinte maneira:

A gerenciamiento do depósito de capital religioso (ou sagrado), produto do trabalho religioso acumulado, e o trabalho religioso necessário para garantir a perpetuação deste capital garantindo a conservação ou a restauração do mercado simbólico em que o primeiro se desenvolve, somente podem ser assegurados através de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como, por exemplo a Igreja, de exercer duradouramente a ação contínua (ordinária) necessária para assegurar sua própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos, a saber, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a estes bens, a saber, os leigos (em oposição aos infiéis e aos heréticos) como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (hábitos religiosos) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos.

Pelo viés desta teoria, Nosadini lutava para manter a hegemonia da igreja e a manipulação desse capital simbólico. Ele considerava hereges e sem direitos aos sacramentos os que não se filiassem às ditas Ligas, incitando os católicos contra os maçons. No que lhe concerne, o Intendente Municipal José Cândido de Campos Júnior (1895 a 1902), cuja filiação era PRR, portanto republicana e que apoiava a maçonaria, trabalhava no intuito de desfazer as Ligas e de retirar o pároco de Caxias. O padre era acusado de incitar a discórdia entre os católicos, as articulações chegaram a ser comparadas à criação de uma organização semelhante aos Muckers.

Os conflitos ganham forma e tipografia na mídia, sobretudo no jornal *O Caxiense*, fundado em 15 de outubro de 1897 e foi o primeiro jornal a circular pela cidade. O periódico era órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e vinculado à

Intendência. De propriedade do Doutor Diana Terra e dirigido por Júlio Campos, era uma mídia mais partidária do que religiosa, de fato.

O periódico em questão circulava quando a população regional de Caxias chegava a cerca de oitenta mil habitantes, as colônias já não eram menores, haviam se tornado distritos, inclusive, se emancipando (como Caxias, em 1890). Essa liberdade política, somada ao grande número de possíveis leitores de *O Caxiense*, cujo propósito era defender o regime republicano. O primeiro periódico foi impresso em forma de tabloide, com seis páginas ao todo, sendo delas quatro em italiano e duas em português.

Logo em sua apresentação, o jornal já mostrava sua estrutura discursiva, conforme pode ser observada na figura 3, embora a fonte esteja em péssimo estado de conservação e a leitura tenha sido dificultosa, utilizou-se um software para leitura de alguns caracteres e completou-se com outros arquivos de edição para melhorar a imagem do arquivo. No trecho a seguir, podemos ter ideia do posicionamento do periódico reafirmando o poder da imprensa “imparcial”, “pura” e “justa”, elucidada nas páginas do periódico republicano.

Comparecendo perante a opinião, pública, e assumindo a responsabilidade d'um órgão dela, alentá-los a esperança de que, bem cumprindo & nosso dever, os nossos concidadãos acolherão benévolos a publicação que vamos iniciar. O desenvolvimento dos povos, o seu grau de adiantamento, a sua civilização, seu progresso moral e industrial revela-se pelas manifestações públicas, das quais incontestavelmente é um de seus órgãos primordiais a imprensa livre, independente e sincera. (O CAXIENSE, 1897, p. 1)

Figura 3 - O Caxiense.



Primeiro Jornal de Caxias do Sul – 17/10/1897.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Como o próprio nome indica, era órgão do Partido Republicano, ligado à política do governador Júlio de Castilhos. O primeiro número circulou no dia 15 de outubro de 1897, que se tornou o marco do jornalismo regional. Embora a página esteja muito prejudicada pelos mais de 123 anos de existência, conseguimos retirar algumas informações importantes que validam esta tese. E por que é importante trazer o jornal *O Caxiense* para o debate da problemática? Porque ele foi um dos precursores dos jornais impressos na região serrana do estado e incitou a criação do jornal italiano de Caxias e região, *O Colono Italiano*, cuja história será problematizada adiante no texto.

Antes, porém, de continuar a análise do material, é válido ressaltar que um dos principais conflitos, que resultou na expulsão de Nosadini de Caxias, o incidente com o governo ocorreu no dia 7 de setembro de 1897, segundo Adami (1971),

Nosadini foi acusado de tentar atrapalhar a festa italiana. Como segue o trecho publicado pelo periódico:

Italianos e brasileiros – confraternizados – festejaram, a gloriosa data de 20 de setembro, aniversário não só da Unificação italiana como a Proclamação da República Riograndense. Não obstante, os embaraços que o padre Nosadini pretendeu pôr em prática, teve a festa grande imponência. (ADAMI, 1971, p. 73)

Muitos conflitos ainda vieram antes da expulsão de Pedro Nosadini da cidade. Seguindo com a apreciação do periódico do dia 17, na terceira página do jornal, em 15 de outubro de 1897 o título: *Cattolici Caxiensi!* (Católicos de Caxias), foi dado um espaço a Nosadini, que se despedia como Vigário:

E o que vou dizer para vocês: Católicos e Caxienses? Se vocês pudessem ler meu coração, veriam quão grande é a plenitude do carinho que tenho por vocês. Foi uma época em que muitos de vocês se alinharam contra mim por minha causa. Obedecendo a uma ordem do Bispo, li um documento na Igreja que muitos consideraram falso. Acredite, não sofri a maior dor quando me vi abatido, da maneira que todos vocês sabem ao me ver forçado a deixar Caxias, na madrugada de 8 de fevereiro de 1897. [...], Mas Deus tem me consolado, percebo que pela leitura daquele documento minha absoluta irresponsabilidade. (Nosadini, O Caxiense, 1897, p. 3).

Nesse fragmento textual, percebemos a relação do padre com a administração política de Caxias durante a República Velha, o vigário foi obrigado a retirar-se da cidade na madrugada de 8 de fevereiro de 1897, acusado de incitar os católicos contra o governo. O destino do Padre era a morte. Porém, ele conseguiu fugir para São Sebastião do Caí. Algum tempo depois, ele retorna à paróquia, de certo modo, causando euforia nos fiéis católicos, como aponta (ZAGONEL, 1970). Por essas medidas tomadas contra ele e por perceber a influência que *O Caxiense* exercia sobre a sociedade, que, em janeiro de 1898, Pedro Nosadini cria o jornal *O Colono Italiano*, o dispositivo é um sistema de luta contra o poder local e a maçonaria, rivalizando diretamente com periódico *O Caxiense*, fazendo, assim, que o campo midiático seja, mais uma vez, um lugar de disputas por reconhecimento.

2.1 JORNAL O COLONO ITALIANO

Conforme mencionado anteriormente, *O Colono Italiano* serviu como exemplo para o jornal *La Libertà*. O periódico era editado na Tipografia do Centro, em Porto Alegre, e tinha circulação mensal, com foco de distribuição em Caxias do Sul e arredores. O *Il Colono* teve um breve período de existência, lançado em 1898, encerrou suas atividades no mesmo ano. Como dito anteriormente, o dispositivo atuou como uma resposta de Nosadini aos ataques que sofria, por isso, o jornal possuía a mesma fundamentação ideológica de seu fundador, ou seja, dedicou-se a proteger os interesses dos católicos na região e tornou-se vanguarda na defesa das Ligas Católicas, divulgando as festividades religiosas e defendendo os interesses dos colonos frente às autoridades locais. Como pode ser analisado no trecho a seguir:

Il Colono Italiano será o amigo, o conselheiro, o guia, o advogado dos católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias circunvizinhas. Fornecerá a eles interessantes notícias da querida e bela Itália. Com tal propósito tem prazer de anunciar que tem um distinto correspondente em Roma e que encontrará outros nas principais cidades italianas. “*Il Colono Italiano*” não se ocupará de política, já que existe em Caxias “*O Caxiense*” – ao qual se envia uma saudação fraternal –, sem se ocupar de política “*Il Colono Italiano*” não cessará de recomendar a seus leitores a obediência às leis e às autoridades legitimamente constituídas. (*O Colono Italiano*, 1 jan. 1898, p. 1, grifo do autor)

Claramente, nesse primeiro manifesto do periódico, percebemos sua relação com *O Caxiense*, Nosadine, apesar de escrever “ao qual se envia uma saudação fraternal”, critica, em certo ponto, o jornal ao afirmar “[...] não se ocupará de política, já que existe em Caxias ‘*O Caxiense*’”. Pôr o mapa discursivo apresentado anteriormente, notamos que a luta por reconhecimento de Nosadini e do seu jornal reside no cerne da questão: religião católica *em relação ao* coronelismo gaúcho e na relação política dos imigrantes italianos em solo gaúcho. Portanto, ao afirmar “nosso jornal será o guia, o conselheiro, o amigo do católico imigrado da Itália”, o editor delinea a ação discursiva do jornal. A ação no campo religioso midiático fica nítida nessa relação: há um “cabo de guerra” pelo domínio do capital simbólico. De um lado

os católicos, de outro, como afirma Valduga (2007), a maçonaria e algumas religiões protestantes. Neste sentido, o jornal deixa clara sua posição ao lado do colono. Envoltos nesse discurso de reconhecimento, está a ideia de oposição frente as autoridades gaúchas. Um ponto crucial nessa afirmação está no jorramento de fidelidade ao papa, ligando também o periódico ao setor conservador da Igreja Católica, como podemos observar a seguir:

Il Colono Italiano” está jubiloso de ver a luz hoje, quando todo mundo católico festeja o Aniversário da 1ª Missa do Pontífice Reinante o sapientíssimo Leão XIII, aos pés de seu trono a humilde felicitação e votos de homenagem e de seus leitores dizendo lhe: Padre Santo, os católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias vizinhas vos juram devoção e obediência ilimitada e fazem votos para que o senhor Vos conserve por longos anos à frente da Igreja Católica que purifica a Itália, da qual sois a maior glória. (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p. 1,).

A linha editorial do jornal marcava os lugares de disputas, apoio incondicional a romanização do catolicismo. Os representantes políticos de Caxias ficaram extremamente incomodados com a presença de *O Colono Italiano*, a mídia impressa desestabilizou a estrutura social antes posta. Como dito anteriormente, o jornal nasce num momento de instabilidades no funcionamento do campo religioso gaúcho e, embora o discurso de Nosadini seja de imparcialidade política, de fato, não é isso que acontece.

Outra proposta do dispositivo é de informação acerca da colônia, que também está presente na apresentação do jornal: “Dará a relação do desenvolvimento das Sociedades Católicas, de suas festas e ações de modo que sirvam de exemplo de ânimo fervoroso aos covardes e aos indiferentes. Publicará novelas, contos, estórias e romances divertidos e honestos”. (ibid., p.1). Por um lado, no discurso anterior, temos duas vertentes fundamentais: primeira, a relação com a sociedade católica imigrante de Caxias, percebamos que, para Nosadini, a identidade italiana está em xeque nessa relação. Ao afirmar “a relação do desenvolvimento das Sociedades Católicas, de suas festas e ações de modo que sirvam de exemplo de ânimo fervoroso aos covardes e aos indiferentes”, o editor coloca em exposição a supremacia católica, que ele entendia existir, as ações católicas deveriam atuar como exemplo para uma sociedade que estava em

decadência, ou seja, “servir de exemplo de ânimo fervoroso para os covardes e indiferentes”. Outro ponto fundamental é o do entretenimento, atualmente, é clássico nos jornais as sessões de entretenimento, através de colunistas, editorial de moda, notícias, fofocas etc. *O Colono Italiano* utilizava essas práticas jornalísticas já em 1898, obviamente que todo o sistema de produção e pautas era muito diferente dos atuais. Essa base discursiva é muito diferente da apresentada em *O Batista Pioneiro*, como veremos no decorrer do trabalho, no jornal protestante batista, raramente, tinha espaço para notícias em geral e entretenimento, como novelas e contos. Essa vertente apresentada pelo periódico católico pode ter sido decisiva para o seu sucessor e, posteriormente, para a criação de uma empresa jornalística em Caxias, sobretudo, com o *Correio Rio Grandense*.

Em relação à atuação política dos imigrantes, o folhetim deixava claro que os colonos deveriam obedecer às leis e às autoridades. Como destaca Valduga (2007), a relação com a sociedade caxiense era boa, inclusive, a Federação Católica Caxiense promoveu a Exposição Agrícola e Industrial da cidade. Em tal feira, participaram os principais comerciantes de ambos os ramos, a feira buscava mostrar o desenvolvimento que havia e estava ocorrendo em Caxias do Sul.

Um inimigo a ser combatido, sem dúvidas, era a maçonaria, o jornal manifestava o repúdio do editor a organização e tentava de vários modos depreciar a imagem dos maçons frente à sociedade caxiense, como pode ser observado também na figura 4.

O campo religioso, como podemos observar, estava em constante mutação e adequação ao processo na sociedade, o que exige a adoção de novas técnicas e processos para a manutenção do poder da igreja, principalmente, com o avanço das formas de interação e consumo dessa religião. Dessa forma, apontam-se os diferentes sentidos que a midiatização adquire a partir de distintos contextos. Salientamos que, por não ser um processo totalmente instituído, o seu entendimento passa por perspectivas diversas.

Figura 4 - Maçons como inimigos.



O Colono Italiano Primeira Edição – 01/01/1898.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Os debates estendiam-se pelas páginas, a base de críticas católica envolvia diversos acontecimentos, tanto no Brasil, quanto fora dele. Um ponto crucial na narrativa centra-se na crítica ao marquês de Rudini, que morava na Itália e lá escreveu circulares que condenavam a Igreja Católica. Na parte inicial do texto Nosadini, assim, colocou: **“As cinco circulares de Rudini.** Segundo o jornal o *Caxiense*, em sua segunda edição, na data de 06 de novembro, se dizia de pleno acordo com o vigário Nosadini sobre a fundação de um colégio” (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p. 1). Mais adiante o texto continua:

Ficamos em quarentena e chamamos a atenção para o telegrama que foi publicado *Correio do Povo e o Caxiense*, na sessão telegramas estrangeiros. O marquês de Rudini dirigiu circular aos prefeitos de polícia, ordenando que as associações clericais fossem tratadas como o são os centros anarquistas e socialistas e que combatessem nesse sentido a propaganda papista. Devido à absoluta falta de espaço, não nos seria possível conquistá-lo, seria nosso desejo publicar na íntegra as cinco circulares do Marquês de Rudini que levam as datas 18, 27 a 30 de setembro, 7 e 8 de outubro. (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p.2).

O restante da publicação não foi possível traduzir na íntegra, o jornal encontrava-se, em partes e algumas ilegível. Mas, com o trecho destacado, ficam claras as críticas do jornal ao marquês Rudini. Outro fator discursivo fundamental nesse trecho é a nítida insatisfação com *O Caxiense*, de acordo com o fragmento utilizado, concordava-se, inclusive, com as ideias de Nosadini acerca da criação de escolas. Mas veiculou as críticas de Rudini na sua edição de janeiro de 1898. Obviamente que essas relações positivas foram abaladas pela publicação de tais circulares.

Nosadini respondia através de seu jornal, evidentemente, colocava-se contra a declaração do marquês. O jornal defendia ferozmente o catolicismo e rechaçava qualquer ideia contrária a ele. Ao seguir da matéria, o vigário defendia a fé católica, inclusive, argumentando que, na Itália, muitas pessoas saíram em defesa do catolicismo. Ainda na mesma página, o jornal elucida:

O Colono Italiano envia saudações fraternas aos frades da Itália atos dignos de servir pela justiça expressa seu voto de que *O Caxiense*, depois da (quarenta) que se impôs, quer se pronunciar também a favor da Federação Católica Caxiense. (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p. 1).

Após esse trecho, mais uma vez, mostrando sua ligação com a Itália, com o campo e com o cultivo, o periódico publica “*Il Canto del Lavoratore*” – O Canto dos trabalhadores, ou O Canto dos operários. A canção pode ser interpretada como, primeiro, retorno às origens e uma ligação com a igreja, uma vez que, em parte do hino, ressalta: “Deus me sustenta; o Cândido/Vigia do Vaticano/Levanta sobre mim a sua mão, Me cobre com seu amor/Viva o trabalho!” (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p. 4.). A canção exalta, sobretudo, Deus e o trabalho, que é o cultivo, a lavoura, o ser colono. Essa que é a segunda interpretação, o trabalho é o alicerce do hino, sendo

que, ao final de cada estrofe, vem a frase “viva o trabalho”. Esse também era o Hino da Federação Católica Caxiense, segundo Valduga (2007).

Além disso, a canção retrata, em partes, o propósito do jornal, sua abordagem e intenção frente à sociedade caxiense. Como abordado, o folhetim enaltece, principalmente, o colono católico, aquele que, na visão de Nosadini, trabalha no campo e traz o progresso ao estado. Ainda sobre a canção, ela representava a vertente que o impresso seguiria, no trecho: “No seio eu me abandono/De quem sabe a minha dor Viva o trabalho! Saco de maldades! De Satanás Caia o império dividido O sucessor de Pedro Retorne à idade de ouro: viva o trabalho!” (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p.4).

O folhetim também continha outros editoriais, um que merece destaque é o “Nossas Correspondências”, que, geralmente, traziam recados ou relatos de padres, algumas informações da Itália, entre outras correspondências. Basicamente, o editorial desempenhava o papel de informar ao leitor as novidades católicas no estado e na Itália, como no trecho a seguir, que tratava sobre o Vigário Nosadini:

Em Nova Pádua realizou-se uma importante realização para a Seção do Comitê Paroquial. Padre Pietro Nosadini, Vigário de Caxias, que residiu por quatro meses em Nova Pádua, na noite de 22 de novembro, foi recebido, alegremente, com festejos. Segundo o Padre Jinlio Scar, atual capelão de Nova Pádua, estava marcado um encontro para o dia 24 de novembro e, embora os colonos estejam muito ocupados na semeadura do milho, o encontro foi muito rico e feliz. (O Colono Italiano, 1 jan. 1898, p.4, grifo do autor).

É imprescindível compreender o funcionamento do jornal, quais suas formas de narrar e produzir os seus discursos, como ressalta Orlandi (2005), salientando que a Análise do Discurso se estrutura como uma articulação entre a língua e seus múltiplos sentidos, que só pode ser entendida de acordo com sua historicidade. Portanto, compreender a estrutura social é vital para analisar, pelo viés que escolhemos, os periódicos. Sendo que as posições de interpretação do material devem levar ao modo do funcionamento dos sujeitos nos seus campos culturais, ou seja, considerar a bagagem cultural e social do enunciador e o contexto em que ele encontra-se.

Os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não

correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos: representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas e ideologias teóricas, e através de suas características em simultâneo “regionais” e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes (PÊCHEUX, 1997, p. 259).

Nessa seara, o processo de reconhecimento e legitimação do imigrante católico começa a ganhar força, a mídia impressa tem papel fundamental nesse processo. Toda a construção, ou boa parte dela, é realizada pelos impressos. Começa-se a entender o quão impactante é o método de inserção das colônias em um ambiente midiático. Embora *O Caxiense* exaltasse também o imigrante, o ponto crucial nessa relação entre os jornais é a religião. Para o *Il Colono Italiano*, o desenvolvimento das colônias só era possível com trabalho e religião. Percebemos, então, porque o *La Libertá* tem íntima relação e inspira-se no *Colono*. A identidade dos periódicos estabelece, na religião, seu principal sistema. O grande eixo dos primeiros exemplares, até o desenvolvimento mais “jornalístico” do *Correio Riograndense*, é a religiosidade traduzida no catolicismo.

Destoando do movimento que vinha acontecendo na Europa e, conseqüentemente, na Itália, de secularização dos órgãos e, em certa medida, da sociedade, no Rio Grande do Sul e no Brasil, a religião ainda ocupava o cerne das relações sociais. Com essa concepção que os folhetins ganham fôlego e a mídia impressa torna-se um dos, se não o maior, ferramenta do campo religioso brasileiro. Certamente que, ao falar de mídia, não se compreende ela isoladamente, mas como um componente que interliga os sistemas sociais, percorre por eles. Expresso em outros termos, ganhar o reconhecimento e a prioridade de um capital religioso significa obter mais adeptos, ganhar relevância política e social, ter o poder.

Neste sentido, as duas bases do periódico são: o catolicismo e o trabalho. Isso se desenvolve na colônia italiana no Brasil e estrutura-se em sua base. Sem dúvida, a mídia impressa tem um papel fundamental na criação de uma identidade ítalo-brasileira, o processo de mediação que os impressos tiveram no estado serviu para o arraigamento e construção de muitas culturas e mitos sobre o italiano. Indo na contramão do movimento de secularização que ocorria na Itália, o catolicismo no

Rio Grande do Sul era basilar para a cultura e sociedade gaúcha. Obviamente, que, ao referir-se ao movimento que ocorria na “pátria mãe”, o *Colono* citava-os como um processo terrível que transformaria o país em templos de perdição e só o catolicismo poderia livrá-los dessa situação, conforme também era o posicionamento do Vaticano frente à modernidade.

O *Il Colono Italiano*, ao ajudar construir essa identidade católica, como toda a representação e criação de uma identidade, deve assumir algumas características para embasar essa imagem de colono italiano. Para isso, além de utilizar a representação do trabalho no campo, utiliza o comportamento do católico, ou seja, de seu caráter. Portanto, a representação e, conseqüentemente, o posicionamento do jornal para a busca de um reconhecimento mostra o fiel como um sujeito que segue as normas, de boa índole e, acima de tudo, temente a Deus.

Entretanto, o diálogo com o Intendente de Caxias, José Cândido de Campos Junior, era difícil, os enfrentamentos eram muitos. Cândido tinha repulsa por Nosadini e mesmo que o Vigário por vezes se omitisse para evitar conflitos, eles eram inevitáveis. Biavaschi (2009) disserta também sobre as relações do campo político/social, com a esfera religiosa. A imprensa e suas tessituras costuram essas relações de conflito, em que, de um lado, o poder partidário, de outro, o campo religioso católico da colônia italiana.

Em carta, o coronel José Cândido, o intendente municipal de Caxias, expõe a Borges de Medeiros essa relação:

Estou atravessando uma crise. O padre Nosadini, essa víbora que se recolhe à sede da paróquia para morder-me, apesar de ausente, está urdindo, está conspirando contra mim por intermédio de seus sequazes. Assim é que corre sornateiramente e com grande sigilo entre os colonos ignorantes e fanáticos, um abaixo-assinado que, segundo uns, é pedindo ao bispo o regresso do padre e, segundo outros, solicitando de V. Exa. a minha destituição. (...) Açula seus espoletas pela imprensa contra mim, dirigi-me carta anônima pelo correio ameaçando-me; escreveu e fez larga distribuição pelo município daquele folheto do qual remeteu um exemplar às autoridades superiores, atassalhando a minha reputação e penetrando até no lar familiar; manda propalar pelos seus fanáticos que o bispo não mandará outro padre, isso com o fim de chamar a odiosidade sobre mim, enfim, só falta pôr novamente em prática a tentativa que fracassou na noite de 24 de março último. (José Cândido Junior, 1897, Apud BIAVASCHI, 2009, p. 2)

Com o trecho destacado pelo autor, fica evidente a relação conflituosa que cercava o periódico e Nosadini. Conseguir montar uma estrutura jornalística naquele momento foi um grande feito do Vigário. Porém, nada satisfeito ficou o Intendente da cidade. Percebemos o quão basilar é o papel da imprensa nessa relação do campo religioso e como ele está a todo o momento ligando-se com outras esferas de poder, como a política. O evento descrito na carta ocorreu antes do regresso do Vigário, porém, elucida como estava o cenário político e social na abertura do periódico.

Para mostrar certa obediência ao poder público, muitas vezes, o periódico ficou em silêncio quando era provocado pelo Intendente. Muitas ofensas eram proferidas ao *Il Colono*, como afirma Valduga (2007). Não reagir, mostrava o posicionamento de Nosadini. Claro que tal feito pode ter sido uma estratégia, pois deixava o recado que não iriam de encontro à gestão da cidade, sendo que a maioria desses discursos de José Cândido ocorria em festividades, posicionar-se contra eles, poderia ser interpretado como uma afronta ao estado e à cidade de Caxias.

Contudo, como apontam Adami et al. (1971), não houve trégua entre os dois lados, pelo contrário, no dia 24 de março de 1898, ocorreu um atentado à vida de Intendente José Campos Junior. O fato foi estopim para um embate que já era nítido na mídia impressa. Reafirmar essa identidade italiana foi alimentando nos imigrantes um sentimento de descaso. Querendo ou não, o folhetim *Il Colono Italiano* era responsável por isso. As publicações buscando uma legitimação do catolicismo e construindo uma identidade ideal de colono foram um dos alicerces para essa inflamação social. Mesmo que, em diversas publicações, negasse o envolvimento na política do estado e da cidade, como podemos observar no fragmento da edição de 01 de abril de 1898, com o título “**Aos nossos Amigos**”:

Para cumprir o desejo demonstrado por tantos amigos, abrimos para assinatura mais 12 números do nosso Boletim *Il Colono Italiano*. Aproveitamos para agradecer a toda a gentileza com que acolheram o nosso pequeno folhetim para o qual estudaremos e apresentaremos possíveis melhorias. Fiel à máxima de não nos ocuparmos da política local, mas de referir-se apenas aos nossos compatriotas e que os visitantes do Brasil devem obedecer às Leis e Autoridades Legitimamente estabelecidas, em vez disso, imprimiremos nas próximas edições de nosso boletim *uma breve revista política europeia*. (Nosadini, *O Colono Italiano*, 1 abril. 1898, p. 1).

Como referido anteriormente, o periódico tenta escapar das polêmicas, a publicação em questão foi veiculada poucos dias após o atentado ao Intendente Campos Junior. Porém, como o exemplar saiu poucos dias depois do ataque, acreditamos que não havia tempo hábil para o jornal falar sobre o assunto, uma vez que a escrita, o envio para impressão, demorariam mais do que seis dias. Contudo, fica evidente a tentativa de eximir-se de qualquer incitação da população caxiense. Porém, notícias sobre as políticas europeias seriam publicadas. Ora, estimulando os leitores contra o liberalismo europeu, sobretudo, ao que ocorria na Itália, o jornal promovia uma comoção contra os ideais liberais, isso impactava diretamente na sociedade caxiense.

Nessa publicação de 1 de abril, o jornal ainda trouxe algumas questões sobre os números de exemplares e o preço pedido pela assinatura do periódico. A ligação com a liga católica estava, mais uma vez, presente nos textos, há uma crônica chamada: Crônica da Federação Católica Caxiense, onde algumas notícias acerca dos encontros da Liga eram trazidas a público.

Sobre a Liga, o jornal publicou um artigo intitulado *Despertar católico na III Liga de Caxias*:

Não poderiam ser melhores os relatos das belas festas celebradas na III Liga no período de fevereiro, essas foram a prova do despertar católico da III Liga. A III Liga é uma das mais importantes da Paróquia de Caxias e dos seus habitantes que deram sempre provas de sentimentos católicos. Mas, devido mal-entendidos e por razões frívolas ficou vários meses apavorada depois de um certo acontecimento que agora, graças a Deus passou. (Nosadini, O Colono Italiano, 1 abril. 1898, p. 3, grifo do autor).

O texto destaca a importância da Liga Católica e aborda (não mencionando diretamente) muitos problemas que foram ocorrendo durante a formação da Liga e do periódico, mas ainda se mostrava otimista com a situação:

E para censurar tal intento (referindo-se ao medo dos colonos) o Vigário de Caxias concorda com a nova excelente construção da belíssima Capela dos Santos Pedro e Paulo e se ofereceu para pregar um breve Curso de Esperança Espiritual na solidária festa da Senhora de Lourdes. Na noite de terça-feira, 2 de fevereiro, o Vigário proferiu o sermão introdutório e nos dias 9, 10 e 11 da manhã pregou por volta das 9 horas da manhã. A concordância dos fiéis com os sermões não apenas da III Liga, foi muito grande. Depois do mal tempo, quase sempre chuvoso, Maria abençoou essa pequena

missão com cerca de 300 comunhões, 11 e 12 de fevereiro foram os dias marcados pela festa [...] (Nosadini, O Colono Italiano, 1 abril. 1898, p. 3, grifo do autor, tradução nossa).

O padre utiliza a mídia para retratar as dificuldades da formação da Liga, isso, estrategicamente, atua como força legitimadora do movimento, pois, nos trechos “a concordância dos fiéis foi muito grande”, “maria abençoou essa pequena missão”, mostra o intento do jornal em usar do aceite da população e da aprovação sagrada do movimento.

Como salientado anteriormente, a edição do jornal deu-se antes do ataque a José Campos Junior, como a circulação era mensal, respostas diretas às acusações seriam escritas apenas na edição posterior. A repercussão foi muito grande, como podemos acompanhar.

Sobre o atentado, o Intendente ficou revoltado e logo a culpa recaiu sobre os ombros de Nosadini e de seu folhetim. José Campos Júnior falou diretamente:

Levo a vosso conhecimento que às 11 horas da noite passada, estando a iluminação já apagada e achando-me à janela do pavimento superior onde resido, pois que, como é público, costume acomodar-me tarde, divulguei um vulto que vinha a cavalo de cima pelo meio da rua, e quase ao enfrentar o lugar em que me achava desfechou um tiro, que felizmente não me atingiu, disparando em seguida para o prolongamento da rua. (BIAVASCHI, 2009, p. 25).

É fato inegável que o episódio deixou uma marca no campo religioso e político de Caxias, a tensão estava em cada atitude e palavras dos que defendiam o Intendente e os que eram a favor de Nosadini, que, mesmo negando autoria do ataque, era apontado como o principal responsável, tanto pela maçonaria, quando pelo próprio Campos Júnior. As ligas católicas também foram colocadas em xeque, segundo a vítima, elas incitavam a violência contra o povo gaúcho, o catolicismo espalhava-se pela população e era o periódico do vigário o responsável por isso como afirma o Intendente: “Açula seus espoletas pela imprensa contra mim, dirige-me carta anônima pelo correio ameaçando-me. [...] atassalhando a minha reputação e penetrando até no lar familiar” (José Cândido de Campos Junior, 1897, Apud BIAVASCHI, 2009, p. 2).

No mês de junho, não houve edição de *Il Colono Italiano*, em meio a tantas ameaças e turbulências, o jornal entrou em hiato de um mês. Após muitas provocações e acusações, o vigário, através de seu folhetim, publica, na edição de 15 de julho, sua defesa, conforme podemos observar na figura 5:

Figura 5 – A defesa.



O Colono Italiano Quinta Edição – 15/07/1898.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Em sua defesa, Nosadini proferiu o seguinte discurso com o título “Revolucionários?”

Não acreditem que seja somente o José Campos Júnior que joga na cara dos sócios das Sociedades Católicas o caráter de revolucionários, tenham a bondade de ler ao texto que estamos por narrar. Um belo dia do mês de maio os bons católicos de um certo lugar estavam reunidos livremente em uma das casas para constituir um Comitê Paroquial. A distância do lugar da reunião se via um pequeno grupo de pessoas no qual estavam dois homens, um de estatura alta e outro pequena, os quais, vendo que o comitê estava por constituir-se, estudavam todos os modos para evitar tal desastre. Então, astuciosamente disseram que os membros das Sociedades Católicas

seriam chamados a pegar em armas para combater não sei quem nem o porquê. Mas há sempre há ingênuos, um homem que havia dado o nome para o Comitê se meteu em tal desespero, derramando tantas amargas lágrimas e não se acalmou se até que lhe foi assegurado que o seu nome havia sido retirado do Comitê. (Nosadini, Il Colono Italiano, 15 jul. 1898, p.1).

Ao defender-se das acusações de revolucionários, o vigário dá dimensão da complexidade do campo religioso, como ele é atravessado por outras esferas de poder, ditando seu funcionamento e sendo moldado por ele. A relação do campo religioso com a esfera política é fundamental para compreendermos o processo de articulação da mídia impressa e como ela atua nesses dois campos. Portanto, mesmo com a separação do Estado e da igreja, tornando-se laico, a religião permanecesse dinâmica, responde às demandas sociais e está sempre ou quase sempre presente no cotidiano das pessoas, mesmo nesse contexto secularizado imposto por um governo laico, como afirma Abumanssur (2016).

Obviamente, ao pensar sobre a separação dos poderes, quase que instintivamente pensamos que a religião perderia apelo e relevância na esfera pública, mas não é isso que ocorreu. Grande parte desse processo de visibilidade das religiões, como constantemente afirmamos aqui, deve-se ao poder da mídia nesse processo de reconhecimento. E muito disso se deu em função da liberdade religiosa de um estado moderno, então, o ambiente em vias de secularização atua como um lugar de disputas como as que acompanhamos nos trechos citados anteriormente. Neste sentido, Abumanssur (2016, p. 19) afirma: “A visibilidade da religião, sua presença na mídia, sua atuação no Congresso, sua importância nos debates políticos são consequência direta da liberdade religiosa que marca o Estado Moderno, democrático e secularizado.”.

A matéria de Nosadini segue argumentando:

Somos revolucionários? Digamos claramente: Sim, somos revolucionários...
E contra quem faremos a revolução? Contra o vício, contra a impiedade.
Mas quais serão nossas armas? Nos armaremos de fuzis ou de canhões?
As nossas armas serão três: a reza, a ação e o sacrifício. (Nosadini, Il Colono Italiano, 15 jul. 1898, p.1, tradução nossa).

Ao ver-se pressionado, o Vigário questiona de que modo estaria incitando ou provocando, como faria uma revolução sem armas. As armas seriam a fé e as orações. Mas, como abordado anteriormente, o discurso, sobretudo, o midiático, tem

apelo imediato na esfera pública. Sendo que os meios de comunicação revolucionam a sociedade e a indústria cultural, Gramsci (2001) ressalta o desenvolvimento da sociedade a partir da mídia impressa, chamada pelo autor de “arte da imprensa” revolucionou o mundo da cultura e, conseqüentemente, a história.

A matéria de Nosadini é basilar para compreender a organização que estrutura o cenário da imprensa católica em Caxias, o Vigário segue argumentando:

Portanto, antes de tudo, vamos pedir a Deus que nos ajude na obra de regeneração que ele empreendeu. Árdua é a nossa tarefa, mas não desanimaremos. Assim como Cristo usou 12 pescadores pobres para fundar sua igreja, esperamos que você se digne a fazer uso dela para **o triunfo da justiça**. Rezemos com confiança e coloquemos a integração válida de Sua ou Nossa Mãe Maria Santa por trás do Santíssimo Sacramento e de nosso santo padroeiro celestial e em nossas orações pedimos a conversão de nossos irmãos perdidos. Mas a oração não é suficiente para nós também. Estamos esperando um milagre? Não. **Deus vai nos ajudar** se colocarmos nosso empenho. Por isso, acima de tudo, ajamos unidos e com perseverança. Unidade faz a força. Vamos deixar os ciúmes do lado, das pessoas, das pequenas competições, das ambições, do estrangeiro, todos unidos e a vitória será nossa. Não basta orar por um algum tempo, até que o Senhor lhe dê a vitória. De seu leito de morte, deixe esta mensagem para seus filhos: nós sempre lutamos, sempre seguramos nosso medo. Faça voce o mesmo. (Nosadini, Il Colono Italiano, 15 jul. 1898, p.2, tradução nossa, grifo nosso.).

Visivelmente fragilizado pelas acusações e pelo desenrolar dos acontecimentos, Nosadini pressentia que o futuro de seu periódico e o seu próprio corriam sérios riscos. Em meio a tantas turbulências, ele tenta justificar-se perante a sociedade e reforça a ideia de “triunfo da justiça” e que “Deus vai nos ajudar”. O processo discursivo mantém-se fiel aos outros analisados, colocando o sagrado acima de tudo, o Vigário afirma com convicção que as diferenças devem ser deixadas de lado, juntos, conquistarão a vitória. Uma parte importante do discurso está presente no fragmento “vamos deixar os ciúmes de lado, das pessoas, das raças, das competições, dos estrangeiros...”, a intenção de integrar o imigrante à relação social de Caxias é notória, possivelmente, há uma tentativa de amenizar as disputas identitárias e de reconhecimento que vinham ocorrendo fortemente na região, uma vez que os embates ultrapassavam as páginas dos jornais e ganhavam desfechos de extrema violência e barbárie.

Em 21 de agosto de 1898, foi distribuído o último número do *Il Colono Italiano*, o funcionamento do jornal era o mesmo, os discursos eram de defesa dos italianos e, principalmente, do Comitê Católico de Caxias, as relações estavam cada vez mais instáveis. Como no fragmento textual anterior, o Vigário recomendava tranquilidade e cautela aos sócios-leitores, sempre utilizando intenções pacíficas ao decorrer do documento. Nosadini amparava-se na promessa, feita pelo bispo, que não seria enviado outro padre a Caxias, tendo em vista que, de acordo com o jornal, já teriam sido enviados mais de vinte sacerdotes e nenhum ficou na cidade por grandes períodos. “O Bispo está pronto a apoiar a nossa causa com todas as energias e garantiu ao nosso Presidente Geral que se eu for forçado a deixar Caxias, ele não enviará nenhum outro sacerdote” (Nosadini, *Il Colono Italiano*, 21 ago. 1898, p.3, tradução nossa). Porém, seu destino foi o mesmo. O folhetim, contudo, utilizou-se de uma abordagem mais agressiva em relação a Campos Júnior, como pode ser visto a seguir:

A lei permite que Campos implemente esses propósitos? Não, absolutamente não. A Constituição do Estado no Título IV, artigo 71¹⁴, parágrafo 16 dispõe: Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes comuns que cometer no exercício dessa liberdade. Mas alguns dirão que eu, como Ministro do Jesus que morreu na cruz, perdoadando os seus crucificadores, não deveria publicar aquela carta, em vez disso, teria (tenho) que perdoar aqueles que me caluniaram a ponto de me acusar como mandante de um assassinato. Afirmo diante de voz, que não tenho rancor contra Campos, mas que publiquei aquela carta porque tinha o direito e o dever de me defender. E de novo acrescento que tentei todos os meios para chegar a uma conciliação e como prova disso é suficiente observar que minha resposta leva a data de 15 de junho enquanto a denúncia de Campos datava de 28 de abril. (Nosadini, *Il Colono Italiano*, 21 ago. 1898, p.1, tradução nossa).

Nosadini é pontual ao afirmar, amparando-se na constituição estadual de 1891, que a imprensa teria liberdade para escrever sobre qualquer assunto, sendo ela responsável juridicamente pelos seus atos. Portanto, ele acusa Campos de estar

¹⁴ Art. 71º- A Constituição oferece aos habitantes do Estado as seguintes garantias: §16º Em qualquer assumpto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes communs que commetter no exercido d'essa liberdade. Não é permittido o anonvmato, cumprindo que os escriptos sejam assignados pelos seus respectivos auctores. Em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes á obrigação imperiosa da assignatura. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Constitui%C3%A7%C3%B5esdoRS/tabid/3107/Default.aspx>. Acesso em 21/09/2020.

cerceando os seus direitos constitucionais. As relações entre poder público e igreja, na sua representação através da mídia estão cada dia mais intrigantes. O folhetim de agosto endossa tal afirmação. Notamos que os discursos estão cada vez mais reacionários, há uma “guerra” instaurada no campo político e religioso de Caxias. Uma das reflexões mais importantes está presente no fragmento textual em que Nosadini reflete que ele seria, por seu ministro de Jesus, obrigado a perdoar aqueles que o acusaram injustamente de ser o mandante da tentativa de assassinato do intendente. Na passagem que o autor refere-se à carta, seria o documento que foi enviado para Borges de Medeiros que era Presidente do Estado na época, ou seja, a maior autoridade do Rio Grande do Sul. Nela, o padre defendeu-se das acusações feitas por Campos, principalmente: que continuamente suas falas eram contra a maçonaria, que ele falava contra a Itália e que não são católicos aqueles que não participam das sociedades eclesíásticas.

Dando segmento ao relato, mostrando o processo de apropriação e disputa local em Caxias do Sul, Nosadine ressalta pontos importantes que foram mal interpretados ou utilizados pelo intendente para o atacar:

Campos tira da minha carta conclusões equivocadas: ‘Mas o que seria Caxias sem os pobres emigrantes italianos? E, sem os emigrantes pobres, estaria Campos construindo casas em Caxias? Em Caxias chegam vigilantes com sapatos velhos e com roupas esfarrapadas, e de repente, como num passe de mágica, tornam-se cavalheiros ricos, pelo menos na aparência, e por quê? Porque os pobres emigrantes prepararam a comida para eles’. Pois bem, Campos acredita que afirmo que ele construiu a casa com dinheiro que não lhe pertence e que digo que veio para Caxias da forma acima descrita. Mas isso é falso. Eu disse que sem os pobres emigrantes italianos, Campos não teria construído casas, não porque precisasse do dinheiro dos outros para construí-las, mas porque onde hoje está Caxias era tudo mato e foram os emigrantes italianos que derrubaram aquele mato, com seu trabalho e suor deram origem à atual Villa. (Nosadini, Il Colono Italiano, 21 ago. 1898, p.1, tradução nossa).

Notoriamente, as disputas ganham outras esferas, o embate está centrado, dessa vez, não na religião, mas na legitimidade e no reconhecimento do trabalho de imigrantes italianos na região, conforme o folhetim, em que Campos está, foi construído com o suor do trabalhador italiano. Então, na visão do vigário, por que isso não era reconhecido? Outros, que chegavam a Caxias, mesmo mal trajados, mostrando ter poucas posses, em pouco tempo, já aparentavam crescimento financeiro. Isso instigava o autor, que, no que lhe concerne, questionava tal feito em

seu periódico. Compreendendo a dimensão e o poder que a mídia tem, podemos concluir que, rapidamente, essa ideia espalhou-se, o descontentamento ficou acentuado e a revolta dos imigrantes estava visível.

Dando fim à sua última coluna em *O Colono*, o vigário expressou seus desejos para a cidade, mas ciente que, com sua relação com José Cândido de Campos Júnior, pouco faria.

Se quisesse conforto, há muito teria dado adeus a Caxias, que trocou mais de 20 padres, e nenhum teve morada pacífica ali, mas preferi não me mexer para cumprir os planos que propus ao assumir a Paróquia. Sendo um dos pontos principais da qual a fundação de um Colégio para a educação cristã e civil da juventude. Esse trabalho é indispensável para Caxias. Queira Deus que as nuvens que gravitam hoje no céu de Caxias desapareçam e que se restabeleçam a paz e as boas relações entre a Autoridade Civil e a eclesiástica, entendam que o padre e os amigos do padre não querem mais nada além da prosperidade e o progresso de Caxias. (Nosadini, *Il Colono Italiano*, 21 ago. 1898, p.2, tradução nossa).

Mesmo adotando um discurso mais afável em relação ao governo estadual e buscando amenizar o descontentamento da sociedade imigrante, a relação entre o Vigário e o Intendente permaneceu insustentável. Ainda que, com seu jornal *Il Colono Italiano* parado desde agosto de 1898, em dezembro do mesmo ano, Pedro Nosadine deixou Caxias do Sul e retornou ao seu país de origem.

Todo o processo descrito anteriormente formou a base social para o jornal *La Libertà (A Liberdade)*, primeira edição do que viria a ser *O Correio Riograndense*, em 1952. Como afirmado ao decorrer deste trabalho, compreender a formação discursiva, isto é, localizar o discurso temporalmente, politicamente e socialmente, é fundamental para a execução de uma análise mais fidedigna possível do contexto. Apesar de intensa, toda a trajetória do início da imprensa católica na região de Caxias do Sul durou poucos meses. Como observado durante a análise do *Il Colono Italiano*, mesmo que, em um primeiro olhar os discursos no periódico estavam isentos de política, deixando a tarefa para seu “rival” *O Caxiense*, mas, não foi isso que ocorreu. Os campos político, social e religioso entrelaçavam-se recorrentemente, sendo que a luta por reconhecimento do imigrante italiano através do folhetim católico foi marcada por ameaças, violências e revoltas. O principal adversário foi a maçonaria,

representada, muitas vezes, pelo poder estatal, sendo quase que fio condutor para as ações de seus simpatizantes.

Sendo assim, apesar de breve, a influência de Nosadini no campo religioso midiático foi fundamental para o alicerce de uma imprensa católica na região. Certamente, cada dispositivo impresso tem sua lógica de funcionamento, age segundo o meio em que está inserido e suas linhas editoriais, porém seu trabalho serviu como modelo para a formação de outros jornais, baseados nos seus mesmos ideias: representação de um colono forte, trabalhador, sempre temente a Deus e à igreja. Compreender a trajetória de tais publicações é fundamental para o entendimento dos discursos propagados pelos jornais e seus posicionamentos ao decorrer das publicações, figurando a busca pelo reconhecimento social.

Como salienta Valduga (2007), as primeiras duas décadas do século XX presenciaram o aparecimento de dois jornais católicos de grande importância na região colonial: *La Libertà* e *Il Corriere d'Italia*. O primeiro jornal será analisado, pois, como mencionado, faz parte de *O Correio Riograndense*, o outro documento não integra o material de pesquisa e não é objetivo deste trabalho analisá-lo, pois, a tese versa sobre o posicionamento dos jornais no campo religioso midiático do Rio Grande do Sul, pelo viés do *Correio Rio Grandense* e de *O Batista Pioneiro*.

2.2 NARRATIVAS DE LIBERDADE? O INÍCIO DO JORNAL O CORREIO RIOGRANDENSE.

Na mesma linha editorial do jornal *Il Colono Italiano*, com forte apelo evangelizador e de enaltecimento a italianidade, o *La Libertà* teve sua primeira edição publicada em 13 de fevereiro de 1909, sendo propriedade do padre Palotino Carmine Fasulo, que atuava como pároco de Caxias do Sul. Segundo Valduga (2007), o Palotino sabia das dificuldades de manter o periódico e, por isso, convidava o clero a apoiar a sua iniciativa, além disso, definia seu jornal como único italiano e francamente católico da diocese. Na estrutura do impresso já figurava uma, dentre as várias diferenças com o *Il Colono*, *La Libertà* possuía tipografia própria, ou seja, poderia atuar de forma mais presente na sociedade, os números de tiragens e periodicidade são maiores que seu antecessor, mostrando a força e a representatividade que o folhetim teria.

Em relação à organização do jornal, ele funcionava da seguinte maneira: sua publicação era semanal, geralmente com distribuição às terças-feiras e, em grande parte, possuía quatro páginas. O jornal possuía formato *Standard*, ou seja, suas dimensões são de 600mm x 750mm. O formato era muito popular na época por ser mais barato, por suas dimensões maiores se comparados aos de formato *tabloide*, era possível imprimir mais conteúdo em menos folhas. Segundo Barros (2017), o formato era muito popular na Inglaterra, pois o país estipulava impostos por página publicada. O preço de assinatura variava de 6\$000 (seis mil réis) para o ano e 4\$000 (quatro mil réis) para o semestre. Ao longo do trabalho, faremos um comparativo entre os preços e os custos de cada jornal, tanto para os católicos de O Correio Riograndense, quanto para os batistas de O Batista Pioneiro.

Sobre a distribuição para outros locais é destacado:

O próprio assinante deve receber o jornal. Nos locais onde temos mais agentes, todos são solicitados a enviar a lista de assinantes que dependem dele. Para evitar muitos transtornos aos nossos zelosos agentes, ressaltamos que assim que obtivermos o acima exposto, enviaremos os pacotes de jornais diretamente para as estações de correio individuais de onde os assinantes devem recebê-los, exceto no caso de algum agente entender que seria mais adequado continuar a distribuí-lo pessoalmente, caso em que é necessário fazer uma menção especial no final da lista que nos envia. Não temos a intenção de derogar de forma alguma os poderes já conferidos aos nossos sempre agentes de caridade, que continuarão em todos os aspectos a fazer como no passado, incluindo a coleta de assinaturas. Aproveitamos esta oportunidade para fazer elogios e agradecimentos públicos a todos os nossos agentes, correspondentes e colaboradores, porque todos indistintamente se mostraram muito zelosos em divulgar e ajudar a nossa modesta *Libertá*. (La Libertá, 10 de abril de 1909, p. 2, tradução nossa.).

Com o aumento das assinaturas, Fasulo e sua organização começam a compreender e pensar melhor sobre a logística de um jornal, como as regiões ao redor também gostariam de consumir o jornal. Antes das edições de abril, os periódicos eram entregues pessoalmente pelos agentes, como chama o autor, com o aumento do consumo, era mais prático e menos oneroso deixar os jornais em um local, onde o assinante pudesse retirar seu exemplar.

Fasulo sabia do que acontecera ao seu conterrâneo Nosadini, então, também compreendia os desafios que enfrentaria, o padre mantinha os ideais de seu

antecessor, mantendo forte discurso evangelizador e de saudosismo à Itália, por isso, sofreu os mesmos problemas do antigo vigário.

Em sua primeira edição, o jornal deixa claro seu posicionamento quanto a um jornal católico, que apoiava o ultramontanismo, no intuito de reforçar seu vínculo com Roma e a Itália. A liberdade, reforçada pelo nome do jornal, está na relação do cristão com a fé, a liberdade só pode ser alcançada em Cristo. As citações a seguir serão referentes à matéria “O nosso programa”, publicado na primeira página do folhetim:

Tendo em vista as normas seguidas por aqueles que nos precederam, cumprimos o dever de manifestar neste primeiro número qual será o programa por nós proposto a desenvolver e o diremos em poucas palavras. **O nosso jornal será semanal de índole essencialmente católica, apostólica, romana, será papal no mais estrito sentido da palavra.** Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1, grifo nosso).

Como articulado anteriormente, partindo do pressuposto da reciprocidade, o periódico busca posicionar-se como a ferramenta de interlocução entre o catolicismo ultramontano e os fiéis, ou seja, entre papa e os imigrantes, garantindo assim legitimidade e prestígio entre os católicos.

Mais adiante, o jornal explica que não trará somente assuntos de cunho religioso, mas também fará divulgações de empreendimentos comerciais, tratará sobre agricultura, dentre outras coisas, mas, logo reafirma sua ideologia católica:

Não se deve compreender que o nosso jornal tratará somente de assuntos sobre religião. Também escreveremos tudo o que os possa interessar aos nossos ilustres leitores. **La Libertà realizará desejos do Papa.** Nós não queremos iludir ninguém. **La Libertà nasce católico, viverá católico e, se um dia morrer, será consagrado ao Vaticano, lugar de Cristo na Terra. La Libertà poderá morrer, mas Deus nunca morrerá.** (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1, grifo nosso).

A alusão a “morte” do jornal pode ser considerada indício do reconhecimento dos embates e “sacrifícios” empreendidos pelos seus antecessores em prol do catolicismo sendo ele um dispositivo que tem a missão de estar sempre ligado à

igreja e ao papa. Em contrapartida, ainda em sua primeira edição, buscando o reconhecimento daqueles que eram católicos, mas, não tão praticantes, oferecia diversas outras informações. Além de reconhecimento pelo prestígio religioso, o jornal circulava por toda a colônia e poderia informar diversos campos, ou seja, realizar a articulação dos campos sociais. Esse ponto é fundamental para compreender que a estrutura midiática católica estava, para além de um folhetim religioso, assumia e publicava notícias de outros temas, o que colocava o *La Libertà* em posição central no rol dos jornais de Caxias do Sul e região. Se seu antecessor negava o posicionamento político e assumia-se apenas como um instrumento ecumênico, o atual vencera essas barreiras, embora afirmasse que seria totalmente apartidário, desse modo, Fasulo estava disposto a enfrentar os conflitos resultantes disso, ou assim ele imaginava que conseguiria.

Na sequência da apresentação do jornal *La Libertà* deixava claro que seria também um porta-voz de notícias mundiais, evidentemente, a maioria seria sobre a Itália. O discurso patriótico era fortemente marcado pelo devotamento ao país de origem, o jornal defendia que o bom católico de verdade era o italiano ou, ao menos, ítalo-brasileiro.

La Libertà será rico em notícias mundiais e mais especialmente **da Itália e deste Estado do Rio Grande do Sul**. Com amor à religião queremos consolidar em nossos leitores o amor à pátria de origem (Italia) e está de adoção (Brasil), convictos como um bom católico será sempre um ótimo cidadão. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1, grifo nosso).

A relação das práticas religiosas católicas, para o impresso, está diretamente ligada à uma boa conduta social, como pode ser visto no trecho citado anteriormente. Neste sentido, o líder religioso atua como forte condicionante à moral e, por isso, ao comportamento dos sujeitos em sociedade. Compreendemos, então, que possuir o monopólio legítimo do campo religioso permite que os líderes das instituições religiosas alcancem o poder simbólico e, assim, atuem hegemonicamente ou sem maiores resistências. (Bourdieu, 2009a).

Essa relação entre os campos sociais e religioso é fundamental para o periódico, sabendo propositalmente ou não, Fasulo coloca sua mídia impressa como um mediador das relações sociais de Caxias do Sul e região. Seu jornal possui um

grande público católico, por isso, há demanda no consumo de informações dessa natureza, no entanto, mesmo tratando-se de um jornal católico, havia interesse de seus opositores o que, de certa maneira, fortalecia o monopólio na criação de conteúdo. Portanto, há uma estratégia na estrutura de produção e consumo.

Em relação ao consumo é importante salientar que este pode ser pensado pela ótica do capital econômico, na obtenção do lucro, todavia, ao menos nos anos iniciais, o periódico de Fasulo não conseguiria números significativos que justificassem sua produção pelo viés monetário. Contudo, ao pensar o consumo pela via do capital simbólico, formado pelo reconhecimento social, justifica-se o investimento e a produção do folhetim. É intento da igreja também, através desse dispositivo, alcançar o prestígio resultante do consumo de seu produto, obtendo, assim, o reconhecimento e o poder. Para endossar tal afirmação, o jornal escreve:

Atingiremos nossos objetivos? Não sabemos. O que podemos dizer, porém, é **que esperamos encontrar, especialmente da parte dos católicos, a generosa correspondência ao qual se devem aos homens de boa vontade.** Se tanto obtivermos, até agora podemos afirmar que a nossa modesta *Libertà* é destinada a glória de um longo futuro, glória que deverá representar a honra das opiniões que haveremos extensamente de justificar no atual e presente programa inspirado no reinante pontífice: *instaurare omnia in Cristo (resuma tudo/todas as coisas em Cristo)*. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1, grifo nosso).

A relação de consumo fica clara, obtendo o monopólio do exercício legítimo da imprensa, as bases católicas propostas ficariam arraigadas na região, criando até mesmo um *habitus* religioso¹⁵ particular, ou seja, um modo de agir e pensar conforme os princípios articulados pela instituição. (BOURDIEU, 2009a).

Observamos também, assim como no *Il Colono Italiano*, um discurso ideológico muito intenso, pois, Bourdieu (1998) afirma que o discurso religioso é um meio condutor de poder e política, quando ele está carregado de ideologia, assim como em outros campos, os posicionamentos e ideias são apresentados como se fossem universais, mas, na verdade, não há um favorecimento igual, quem adquire o capital é quem se molda aos interesses da instituição religiosa. Expresso em outros

¹⁵ “Habitue é compreendido por Bourdieu como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (SETTON, 2002, p. 6).

termos, o discurso ideológico também é uma forma e estratégia de poder. Por um lado, temos o que o autor (2011) chama de “administrador dos bens de salvação”, que, como o próprio nome diz, gere o campo e, por outro lado, os que não têm essa função. A produção de sentidos, através da mídia, também atua propagando tais discursos, que sempre são justificados como sendo “em nome da religião” ou “em nome de Deus”. Certamente, nem toda a produção em periódicos católicos possui esse apelo ideológico, mas são muito recorrentes tais estratégias discursivas.

Como expresso anteriormente, a liberdade está ligada como a libertação em Deus, exclusivamente aquela que vem de Roma. Nessas cruzadas em busca de reconhecimento, há inimigos declarados do jornal, além da maçonaria, velha rival dos católicos, a modernidade é repetidamente rechaçada pelos periódicos. Carregados de sentidos, o combate ao avanço da modernidade justifica-se na ideia de que ela romperia o sagrado, converteria o homem em pecador e o desvirtuaria do real caminho da fé. Seria, então, função da igreja e de seus representantes enfrentar esse mal que avançava rapidamente sobre o mundo. Como na Itália, o processo de modernização e, junto a ele, o de secularização já haviam tomado corpo e invadiam grande parte das esferas sociais, no Brasil, isso ocorria ainda em passos lentos. Tal feito motivou os dispositivos impressos confessionais a apostarem suas ações contra o processo de modernização nas colônias, então, como defensores do sagrado e da boa família, caberia a Boa Imprensa combater o mal que ameaçará a sociedade caxiense. Para o folhetim de Fasulo, a verdade é somente a eterna palavra de Cristo, outros jornais, que não os católicos, levariam ao corrompimento da verdade e das qualidades do homem, levando-o para o mal. A modernidade andava lado a lado com a corrupção moral e, tal qual a decadência da antiga Roma.

La Libertá trata do papel da imprensa na sociedade gaúcha, segundo o autor, “a imprensa pode trazer vida e pode trazer morte, depende de sua vontade e qualidade” (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1). O folhetim, antes de ser impresso e distribuído, passou pelo crivo do clero e de algumas autoridades. “julgamos oportuno imprimir, como dissemos, uma dirigida ao venerável clero e a outra a pessoas respeitáveis dos leigos. [...] Muitos padres e ilustres expressaram grande satisfação com nosso jornal”. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.2) Certamente, o padre sabia do ocorrido de seu antecessor, por isso, tomou algumas precauções, entre elas, buscou a aprovação de seu produto.

Ao dar segmento ao jornal, ele pede apoio de seus leitores para divulgar o *La Libertà*, “o único jornal italiano francamente católico em todo o estado do Rio Grande do Sul”. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.3). Ainda, durante a matéria, o folhetim agradece o acolhimento que vinha tendo do povo gaúcho e dos outros veículos de comunicação “Agradecemos aos jornais caxienses: Gazeta Colonial, Correio do Municipio e o Brazil por nos terem a delicada gentileza de anunciar com antecedência a publicação de *Libertà*” (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.3).

O que chama atenção no novo dispositivo é a “seção em português”, na terceira página da primeira edição, há uma coluna destinada ao público que não sabe ler em italiano, o que, de certo modo, também demonstra uma preocupação em “agradar” outros leitores, não somente os imigrantes, sendo que, na passagem a seguir, a liberdade do homem é racionalizada pelo jornal, que abarca questões como moral e bondade. Aliás, esse é um dos pilares do dispositivo de Fasulo, discorrer sobre como um cidadão ideal deve agir, ou seja, ele também atua como uma função moralizante:

Liberdade! palavra magnética, palavra electrizadora! O que é, porém, a liberdade? Será livre o homem porque não soffre impecilhos para comer, beber e divertir-se, sem outro cuidado mais nem a seu respeito, nem a respeito de seu semelhante? Esta não é liberdade humana, mas a liberdade dos brutos de qualquer especie. Será livre o homem porque pode vagar por toda parte, sem outra lei mais que a da força, da qual se, prevalece para satisfazer os seus instinctos? Esta será a liberdade do selvagem, a liberdade do bandido! Será livre o homem porque não encontra obstáculos para proferir absurdos, sofismas, loucuras, blasphemias? Essa é a liberdade dos inquilinos de hospício. O potro só cuida em pastar, beber, correr e saltar pelos campos. Ninguém extranha. Está no gozo da liberdade de potro. O selvagem só cuida em percorrer a floresta em luta, muitas vezes com as feras tornando elle mesmo outra fera, ninguém se admira: está no gozo da liberdade do selvagem. O demente só se occupa em dizer disparates, ninguém o repreende o vê sente compaixão. Está no gozo da liberdade dos loucos. Mas, o homem o que o constitú tal é a razão, segundo aquella antiga e verdadeira definição: o homem é um animal racional. E, pois, objecto proprio das tendencias de sua natureza a verdade e o bem. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.1)

A distinção entre homem e selvagens é realizada para justificar as ações do homem, o papel que ele deveria exercer segundo as normas da igreja. Os dois pilares dessa estrutura social ideal são a verdade e o bem. A liberdade não é direito de todos, mas o direito de quem pratica o que a igreja considera como sendo a vontade

de Deus. Assim sendo, de fato, o que o jornal defendia não era a liberdade, o que se evidencia no trecho a seguir:

Liberdade n'outro sentido é uma cilada perversa para precipitar o homem no báratro profundo de todos os males. Destruíram a Bastilha, enrouquecendo aos gritos de viva a liberdade [...] O que é, de fato, ser livre? É o ato de praticar livremente o que quiser, desde que seja seguindo as normas católicas “Garcia Moreno, que morreu nas mãos dos sicários, mártir da liberdade; «haja liberdade para tudo e para todos, menos para o mal e para os malvados». Eis a liberdade da «Liberta»” (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.3)

Quem são os malvados? O que configura o mal? O problema está no “outro”, um sujeito ou uma crença imaginada para podermos justificar nossas ações ou nossos discursos. Por isso, o folhetim elenca o “outro” como aquele detentor de todo o mal do mundo, que pratica injúrias, por isso, devemos combater a qualquer custo essa abominação. Às vezes, fazendo as mesmas coisas que o suposto ser imaginário faria. Essa é uma lógica discursiva, a qual segundo Pêcheux (1997), onde o indivíduo imagina o mundo a partir de suas crenças e verdades, por isso, essas relações do constructo social atuam como lentes para decifrar o mundo e relacionar-se com o outro – aquele que não pensa igual a mim.

Neste sentido, o folhetim ressalta seu pretenso esforço em reconhecer o outro, na “seção português”, mas adverte que será sem bajulações:

No novo ano que começa, em *La Libertà* toma o seu modesto lugar na arena dos combatentes que propugnam o progresso e a civilização da sociedade humana — os diversos órgãos da imprensa jornalística — temos a honra de saudar, reverentes, os distintos e provecos colegas, que, com abnegação empregam suas energias em tão nobre certamen, e o prazer de augurar a todos os leitores e amigos paz, tranquilidade e todas as venturas. Encarregado da secção portugueza do novo periódico Caxiense, faremos esforços para bem servir aos leitores, sempre na brecha em defesa da liberdade, no sentido que acabamos de explicar, dizendo e manifestando sempre a verdade sem bajulação nem temor: pois é sabido que «obsequium amicos, veritas odium parit), que a bajulação e certas contemplações facilitam a prática da vida, mas são incompatíveis com a verdade e com a verdadeira liberdade. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p. 4, grifo nosso)

A construção do discurso de *La Libertá* é reveladora já em suas primeiras páginas, além de ser um jornal que defenderia sempre os ideais católicos e do papa, serviria também como um norteador para os bons costumes e para a prática do bem.

Notamos, na primeira e segunda linha da citação anterior, que o impresso entra na linha de batalha, na arena de combate, ou seja, evidencia claramente que há uma severa disputa pelo reconhecimento e pela administração do campo religioso e das esferas políticas em Caxias. Como Honneth (1996) evidencia, a estima social, uma das três esferas de reconhecimento elaboradas pelo autor, é fundamental para compreendermos o posicionamento do jornal católico.

A estima social, para Honneth (1996), poderia levar ao monopólio dos bens sagrados. Conforme Bourdieu (2009a), de forma geral, as categorias de reconhecimento buscados são variados, mas, para a imprensa ter o prestígio social e a estima precisaria de uma aceitação maior e uma hegemonia no campo religioso. Essas questões serão aprofundadas no próximo capítulo do trabalho, porém, considerou-se necessária a abordagem, devido as fontes mostrarem essas articulações.

Embora na apresentação, o dispositivo tenha informado que não seriam abordados temas políticos, já em sua quarta página faz críticas ao governo:

Exposição Nacional de 1908 - Opinião valiosa de um trabalho apresentado à Câmara dos Deputados por um dos primeiros vultos do Congresso Nacional, o sr. dr. Américo Wernek, extraímos o seguinte: «Corranios pela Exposição Nacional uma vista rápida, e ponhamos em destaque as licções contidas em seus mostruarios, pomposamente annunciaos pela imprensa diaria. Foi um dinheiro gasto sem nenhuma utilidade. [...] O Governo, pois, gastou milhares de contos, e continua na ignorância de tudo quanto devera saber de real interesse para as classes laboriosas. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p. 4).

Se a intenção não era expor-se e declarar afronta ao governo, digamos que ela foi um fracasso. Os ataques do jornal à administração, liderada por Vicente Rovea (PRR), de Caxias eram muitos, variavam desde gastos desnecessários por parte do governo até acusações de má administração. As afrontas, obviamente, não ficaram sem respostas e a reação do governo gerou, um ambiente hostil em Caxias do Sul.

Outro fator fundamental, já mencionado anteriormente, é a tipografia própria da empresa, além de garantir uma periodicidade maior, também avaliza ao periódico uma independência maior em suas publicações, tanto que eles mesmos afirmam isso:

Podemos informar aos nossos leitores que "La Libertà" se publica na tipografia que de mesmo nome e que lhe pertence para permitir a realização de qualquer trabalho. Por isso, pedimos ao Clero, aos Reitores e Superiores de Colégios e Institutos, bem como aos católicos em geral que nos honrem com as suas ordenações. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.3)

La Libertá possuía também um editorial de *cartas dos leitores*, como o nome bem diz, era um espaço que o jornal dedicava para publicar as mensagens dos leitores, teoricamente, enviadas por correspondências, algumas com os comentários do editor. Na primeira edição, há um relato de um leitor do município de Lagoa Vermelha, o assunto diz respeito às relações entre católicos da região e os índios, por não os considerarem cristãos. Notavelmente, o discurso é carregado de preconceitos e reafirmam-se os ideais católicos: “em tempos bastante remotos, foram catequizados (os índios), primeiro pelos Jesuítas e depois pelo Pe. Branco, antigo Vigário desta freguesia, que trabalhou imensamente pela sua civilização” (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p. 4). A narrativa toda é construída sob esse alicerce: de um lado, a liberdade em Cristo e, do outro, os pecadores. “A vida deles é bastante miserável. Eles têm um local onde residem uma parte do ano, todos reunidos de um lado da rua que passa no meio de seu Toldo (acampamento)” (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p. 4)

Em relação ao comportamento dos índios, o periódico ressalta:

São muito gulosos por gaiofa (cachaça), bebem até morrer e muitas vezes, embriagados, brigam, ferem-se e cometem homicídios. Quando um deles vai visitar os amigos de outro Toldo, o patrão o acompanha ao Território, pedindo o passaporte de seu súdito, do qual tem certeza de boa conduta. Há um casal de índios na cidade, possuem 22 anos, logo serão batizados e encontrarão o caminho do senhor. (LA LIBERTÀ, 13 fev. de 1909, p.2)

É imprescindível perceber a construção narrativa, a carta do leitor não é somente um instrumento de narrativa, mas de construção de sentido. Além de conformar uma representatividade negativa sobre o índio, o impresso católico deixa nítida a ideia de que, somente convertendo os índios, eles seriam realmente civilizados.

Em sua segunda edição, em 20 de fevereiro de 1909, *La Libertá* mantém suas críticas ao mundo moderno, sobretudo, ao jovem da “nova geração”. Seguindo uma vertente ideológica ultramontana, a qual rechaça veementemente o processo de

modernização mundial, o folhetim argumenta sempre nesse sentido. O novo é carregado de pecado e de desordem, é profano.

Em nenhum momento, falemos tanto sobre destruição como no presente; hoje é um dilúvio de histórias, preceitos, livros que inspiram cultura, civilização, progresso, filosofia; um luxo de escolas, de métodos, tanto que parecemos ter chegado à idade de ouro que nos prometia, o novo roupão de felicidade doméstica e social que tudo repousa, dizem eles, na educação, como alicerce inquebrável. **No entanto, inúmeras reclamações surgem de todos os lados, deplorando o homem depravado da jovem geração - arrogante, insolente, ineficaz na contenção. - Como isso?** - A resposta não é tão difícil como parece à primeira vista: é verdade que hoje trabalhamos com uma atividade febril para instruir, mas não o fazemos para educar; não há dúvida de que a sociedade de hoje se orgulha muito na parte material: as artes, as indústrias, as ciências estão em progresso real e indiscutível, mas o homem moral foi esquecido. (La Libertá, 20 fev. 1909, p. 1, grifo nosso).

O mundo moderno, o mundo do pecado, o mundo em vias de secularização, assim sendo, o medo de perder o espaço representativo e, portanto, de legitimidade da religião, fez com que inúmeras matérias fossem no sentido da citação anterior. Criticar a modernidade é uma estratégia para reafirmar a religião. Se a sociedade está imersa no pecado, quem poderia salvá-la? A religião, certamente. Esses recursos discursivos não são encontrados apenas no catolicismo, mas é a lógica de funcionamento do campo das crenças, somado a isso, a exaltação do passado é uma estratégia para manter comportamentos residuais, como explica Williams (2009). A imprensa atuando como extensão do campo religioso é fundamental, não só pelo alcance de pessoas, mas pela legitimidade que o dispositivo em si proporciona.

No seguimento da matéria, intitulada “educação”, o folhetim dá a solução para combater o mal da modernidade:

A religião cristã, que salvou o mundo dos horrores do antigo paganismo e a única que pode salvá-lo da barbárie dos modernos, pensa de maneira bem diferente. - Estar satisfeito apenas com a educação é como construir na arena. Nós, cristãos, que sabemos que carregamos em nós uma vontade rebelde e paixões tremendas, sabemos que se não se reprimirem no tempo, acabam tiranizando o intelecto, a ponto de dar-lhe o impossível. Jamais nos persuadiremos de que para formar o povo na virtude, no dever, basta instruí-lo. (Ibid., p. 2).

Na linha de frente, nesse embate contra a modernidade, assumia tal papel a Boa Imprensa, nesse contexto, não só o avanço tecnológico e a “corrupção” da sociedade eram combatidos, a liberdade religiosa que o país propusera e que, de fato, era incontestável e expandiu os campos religiosos do Brasil. As diversas congregações religiosas que vieram para o Rio Grande do Sul, foram fortemente criticadas pela imprensa católica.

Uma de nossas bases para análise são as publicações em português, justificamos essa escolha, pois, o jornal expressa para os gaúchos suas ideias e narrativas. Dessa maneira, podia engajar-se com a sociedade em geral, tanto com imigrantes, quanto com os outros moradores de Caxias do Sul e região. Os embates entre imigrantes e governo, sobretudo na representação dos Intendentes, já eram esperados, visto o exemplo do jornal *Il Colono Italiano*, Fasulo tinha conhecimento das consequências em desafiar o governo e, junto a isso, a maçonaria. Porém, como narrado anteriormente, seu periódico era polêmico, realizava constantes publicações, rivalizando com ambas as instituições. No folhetim de 10 de abril de 1909, muitas notícias eram com a temática vinculadas da Páscoa, mas não deixando de lado as estruturas discursivas da empresa. Damos destaque para o seguinte trecho:

A paz é também um fructo da victoria que alcançon sobre o inferno, sobre o peccado e sobre a morte. Estes tres inimigos exerciam um crudelissimo império sobre os homens: o demonio, como diz S. João Chrysostomo, seduzia, o peccado matava, e a morte sepultava no inferno. Veiu, porém, Jesus Christo ao mundo e logo destruiu a tyrannia destes inimigos e deu à terra a paz e alegria de que hoje gosa. **Quebrados os grilhões da escravidão**, dissipadas as trevas do erro e do peccado, que são os grandes inimigos da paz, **o mundo respira emfim na luz pura da liberdade**. Mas para isso cumpria que o Rei pacifico subisse à cruz e do alto delia concluísse o solemne tratado de paz entre Deus e os homens, expulsando da terra as discórdias e dissensões que a retalhavam, e estabelecendo a paz que hoje **illumina a Igreja** com o esplendor da sua belleza, como o sol enche o mundo com o brilho de sua luz. Procuremos, pois, conservar o thesouro da paz: paz com Deus, aproveitando os meios de sauctificação que Jesus Cristo nos deixou; paz com o proximo, pela pratica da caridade, que faz de todos os homens uma só familia de irmãos; paz de cada um comsigo mesmo, destruindo o império das paixões, e procurando conservar sempre uma boa e san consciência. São estes os votos que fazemos para a felicidade de nossos **leitores**, aos quaes apresentamos cordealmente as nossas saudações e boas festas. (LA LIBERTÁ, 10 de abril de 1909, p. 2, tradução nossa.).

O texto referenciado trata de alguns pontos importantes e que demarcam a narrativa e a intenção do *La Libertá*. Primeiro, a narrativa cristã de vitória sobre o pecado e o mal. Jesus, sacrificando-se, trouxe harmonia entre Deus e os homens, criando a paz que ilumina a igreja. No enunciado discursivo, fica ressaltado que a paz está na igreja, outrora, talvez fosse de todos, mas, no momento, a igreja é a detentora da iluminação divina. No fragmento “procuremos manter o tesouro da paz”, basta realizar um raciocínio lógico, se a paz está na igreja e temos que procurar mantê-la, onde a encontraremos se não na própria igreja? E mais, que seria a instituição que traria a harmonia e a felicidade entre os homens se não a igreja...

Nos textos anteriores, quando o folhetim tratava do mal da modernidade e da corrupção entre o homem, ele também dá a solução: entregue-se à igreja. A lógica da construção do discurso não se altera, mesmo em uma publicação festiva. Há um claro discurso Moralizador e Normativo. Ao final da matéria, está posto “são esses os votos que fazemos aos nossos leitores”, ou seja, continuem assinando o jornal e mantenham-se católicos praticantes.

Dentre os editoriais, ainda não bem definidos, as cartas dos leitores, por vezes, eram substituídas por contos ou relatos, sendo que, na página 3 de *La Libertá* de 10 de abril de 1909, encontra-se uma passagem interessante, ela inicia assim:

Conto verídico: vivia numa cidade de Baviera um joven funcionario que não queria ir à igreja apesar dos pedidos e insistências da piedosa mulher. Tinha tres interessantes filhinhos que faziam toda a sua unica alegria. Em certa reunião com seus amigos, tão escrupulosos como elle, disse com grande desprezo: «Eu nunca mandei meus filhos à escola, para que se lhes não ensine que há Deus» Os amigos que não cuidavam ser tão impios como áquelle funcionario, ficaram calados e ninguém apoiou. A sua primeira filha tinha seis annos de idade, estava sadia e robusta, mas adoeceu repentinamente, e em poucos dias morreu. Da mesma maneira a segunda criança morreu ao chegar aos cinco annos e meio; e o último apenas completou os cinco annos. Tirou-as Deus no tempo da innocencia, antes que seu pae as pudesse seduzir.

Diversos autores, como Durkheim (1973), Weber (1974), Berger (1985), dissertam sobre a regulação da igreja e a coerção social que ela exerce. Dentre vários instrumentos dessa coerção, está o medo, ou melhor, o discurso para causar medo, as estratégias de enunciação, ou seja, o modo que o locutor ou o enunciador

formula seu discurso. Há uma pluralidade de estudos sobre enunciação¹⁶, porém, o trabalho relaciona-se mais com a vertente francesa. O discurso é pensado na reação do outro, como ele receberá essas informações. Benetti (2008) reflete sobre o conceito de formação imaginária, ou seja, o sujeito projeta seu discurso com a intenção de algo.

No caso citado, a produção do sentido está claramente ligada ao controle através do medo. Outro fator de destaque é o termo “conto verídico”, essas estratégias estão presentes em diversas edições do folhetim e buscam legitimar o que será narrado. Explicitamente, a narrativa retoma o que já fora discutido, o poder de Deus e da igreja, porém, temos duas perspectivas no discurso: o de viés de punição e o de piedade. Ao afirmar que suas filhas não irão a igreja, vem a punição ao pai, todas elas morrem. Desafiar o sagrado, desvirtuá-lo, tornar-se profano, resulta na punição. Contudo, ao final: Deus as tirou do pai em tempo da inocência, antes que ele as pudesse seduzir. Nesse sentido discursivo, como Deus não pode ser mal e é o salvador (obviamente, nunca o será em jornais cristãos), ele salva seus filhos das mazelas, neste caso impostas pelo pai, esse, sim, pode ser perverso.

Essa função moralizante que é sempre trazida pela **assimetria discursiva**, estrutura o jornal na sua função de polarização entre o certo e o errado, o bem e o mal. Alfaro (2005) argumenta que o discurso religioso possui algumas características básicas, ele sempre ou quase sempre estabelece uma distinção radical entre a dimensão do sagrado e a do profano, os lugares de Deus e o do homem. Além disso, Orlandi (1987a) evidencia que as relações entre leitor e locutor são realizadas em lugares diferentes: Deus está na ordem espiritual e os homens estão na terra. Várias são as construções narrativas que elucidam, o divino e o homem. Como mencionado, essa dicotomia proposta pelo jornal católico é uma característica dos discursos religiosos e, por um longo período, foi o alicerce de muitos enunciados católico e de muitas outras instituições religiosas. Essa estrutura vai para além de separar o sagrado do profano, é uma hierarquia entre emissor (jornal) e receptor (leitores), o

¹⁶ Ver BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1989. _____ Problemas de linguística geral II. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas/SP: Pontes, 1991. ORLANDI, E. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

folhetim situando-se em um ponto de divulgação da palavra e disseminação do bem e os leitores, que devem seguir essas recomendações.

O texto católico de *La Libertá* está situado num contexto em que o leitor ideal (aquele que é imaginado pelo emissor da mensagem), como o imigrante ou seu descendente, que é subordinado ao emissor da mensagem de Deus, configura ponto fundamental na construção e na legitimidade da narrativa dos jornais católicos. A legitimidade é atribuída ao dispositivo por ele ser considerado um órgão oficial da igreja. Essa relação expressa um caráter assimétrico a sua mensagem, o que mostra uma estratégia que busca credibilidade e autoridade.

Em sua edição de 17 de abril de 1909, o jornal publica, em sua primeira página, a matéria com o seguinte título “*La Libertá – Resumos da impresa*”, em que se encontra o posicionamento muito claro daquele periódico em relação à organização dos outros jornais. Basicamente, a notícia trouxe um compilado de matérias de vários dispositivos acerca da inauguração da imprensa católica de Caxias. Presentes no discurso estão algumas características importantes que alicerçam os discursos da maioria dos periódicos analisados, como **negação, salvação, conflito, não-reversibilidade, legitimidade, intertextualidade e autoridade**, que serão apresentados a seguir:

muitos jornais deste e de outros Estados anunciaram a publicação de Libertá. Destacamos os jornais caxienses Gazeta Colonial, Correio do Município e O Brasil. De Porto Alegre. Juntos a outros distinguiram-se A Federação, órgão do Governo deste Estado e Estrela da Itália, mas o que mais nos incita a perseverar no caminho que percorremos é o juízo que os jornais têm manifestado refiro-me àqueles jornais francamente católicos, que, como nós, militam à sombra da bandeira vinte vezes centenária de nossa religião. (LA LIBERTÁ, 27 de abril de 1909, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Como explicado anteriormente, trata-se de artigos de diferentes jornais, que abordam o periódico de Caxias. Interessante que, embora o jornal fosse órgão oficial do estado, o que mais importa são os folhetins francamente católicos. Orlandi (2005) observa que o discurso é um objeto sócio-histórico, sempre à mercê da interpretação. A autora supracitada entende que existem, ao menos, três tipos de discurso, o autoritário, o polêmico e o lúdico, o que, de acordo com a autora, está diretamente ligado com a noção de reversibilidade, sendo a condição do discurso, que trata de não poder fixar o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. O

discurso polêmico realiza a reversibilidade em certas condições, o lúdico pode suspendê-la e o autoritário busca suprimi-la. O discurso religioso tem suas peculiaridades, sendo que Petean (2006) afirma que o discurso religioso impede a reversibilidade, pois locutor e leitores não estão no mesmo plano, Deus está no espiritual e os cristãos no plano material.

Sobre isso, Orlandi (1996) destaca que quem fala e quem ouve pertencem a mundos diferentes, são afetados por um lugar hierárquico, mundos e planos diferentes. Sendo um jornal católico e representante de Deus, de acordo com a crença católica, ele é infalível, todo-poderoso, os leitores, humanos e falíveis, devem seguir as ordens, pois, Deus domina os homens. Essa categoria de não-reversibilidade dá margem para uma série de acontecimentos narrados anteriormente, como os embates, como os atentados cometidos pelos italianos ao Intendente de Caxias, entre outros. Mas, aqui, o ponto central é a afirmação de “mas o que mais nos incita a perseverar no caminho que percorremos é o juízo que os jornais têm manifestado refiro-me àqueles jornais francamente católicos” (LA LIBERTÁ, 27 de abril de 1909, p. 1, grifo nosso, tradução nossa). Ora, claramente, o jornal interpreta-se como esse representante divino, detentor da palavra de Deus. Ao afirmar o que importa é as opiniões de jornais católicos, deixa isso em evidência - apenas dispositivos que também são representantes de Deus podem julgá-los.

Aqui, entende-se o poder do *capital simbólico*, através do domínio do campo religioso midiático. Dessa maneira, qual o maior bem simbólico das religiões cristãs? São os bens de salvação. Na alternativa de dizer “somos um jornal que representa deus”, afirma “somos um jornal que representa o papa”, afinal, o papa é a representação máxima para um catolicismo ultramontano.

Essas disputas são relações diretas de poder e os sistemas simbólicos, conforme reflexão do autor:

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Ao usar a enunciação, buscamos a legitimação através do sagrado. O processo de legitimação inicia quando há identificação, ou seja, reconhecimento social de um discurso. No campo religioso, por exemplo, quando o folhetim anuncia que a modernidade está destruindo o mundo criado por Deus, a aceitação dessa narrativa garante a legitimidade do campo discursivo, ou seja, a legitimidade do jornal.

Dando segmento aos relatos de outros periódicos sobre o *La Libertá*, temos:

O Hebdomadário Católico do Rio de Janeiro, que **merecidamente se pode chamar de príncipe dos jornais católicos brasileiros** e que é dirigido por aquela alma extraordinariamente grande e ardente que é o eminente e venerável católico. O Sr. Dr. Felício dos Santos, assim se expressou: A Liberdade, jornal semanal com primeiro número publicado na 13 de fevereiro em Caxias (Rio Grande do Sul). A Liberdade será católica romana, mas, para bem servir à colônia italiana do Sul do Brasil, se ocupará de todos os assuntos importantes e dará como notícias mais interessantes de todo ou mundo. Terá sempre uma seção em português. O número que temos é muito bom e cumpre perfeitamente seu programa anunciante, compondo-se de uma leitura interessante e variada. Desnecessário é dizer que estimamos um ótimo futuro a este periódico. São sinceros os nossos votos pela sua prosperidade e desenvolvimento. La Squilla em São Paulo e La Libertá no Rio Grande do Sul demonstram que uma colônia italiana no Brasil não é composta apenas **por ateus e anarquistas como um desejariam os sectários anticristãos** de lá e de cá. Nosso fraternal abraço à Liberdade, e ser ela - "um missionário manso e invencível na conquista das almas, consolo e consolo dos fiéis discípulos de Jesus Cristo" como deseja ou virtuoso Padre Cláudio, bispo do Rio Grande, na carta de aprovação e benção ». (La Libertá, 27 de abril de 1909, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

A priori, é apenas uma série de relatos sem muita importância, relatos de outros sobre o periódico. Porém, estão presentes no texto algumas informações importantes, além de utilizar os relatos como uma forma de legitimação, na parte destacada onde ressalta as colônias italianas no Brasil, registra-se que não são compostas apenas por ateus e anarquistas. Mais uma vez, a menção do “outro” está presente, ou seja, uma relação de intertextualidade, ou seja, o texto responde, remolda e retrabalha textos passados, ajuda a fazer história, pois articula o passado com o presente e enuncia para o futuro, antecipando e tentando moldar textos que serão produzidos: “ao falar e/ou enunciar seu discurso, o sujeito enunciador está sempre se remetendo ao já dito, a outros discursos” (ORLANDI, 1983, p. 22”).

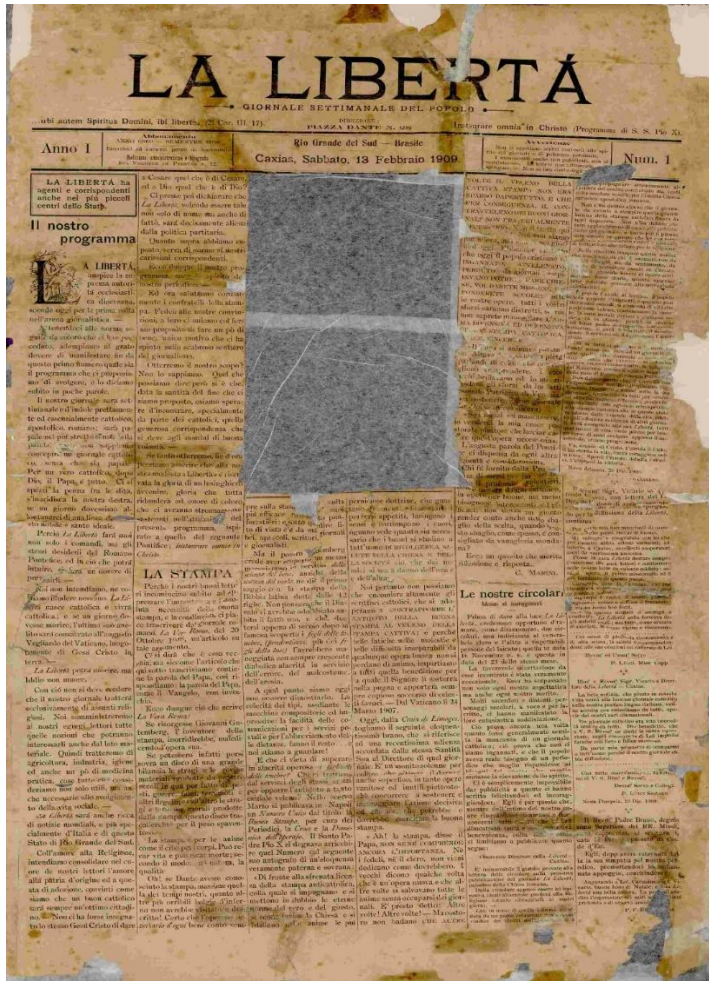
Portanto, é uma atividade dialógica, sendo que cada discurso faz parte de um campo discursivo, assim sendo, muitas vezes, é uma estratégia do periódico analisado realizar essas menções intertextuais. Quase sempre essa dialogia é em resposta a algo negativo dito sobre ele, seu produtor ou seus leitores, como no caso referido anteriormente. Essas relações “entre textos” demarcam um campo de conflitos, onde o capital simbólico e as lutas por reconhecimento estão em jogo.

La Squilla, um jornal católico italiano sem mal-entendidos e sem implicações e que se publica na populosa e industrial cidade de S. Paulo, honrou-nos com as seguintes palavras encorajadoras: La Libertà publica na cidade de Caxias, estado de Rio Grande do Sul (Brasil). É um semanário com programa católico romano, bem executado e, portanto, digno de todos os elogios e apoio. Convencidos da grande necessidade de bons jornais nos tempos atuais, alegramo-nos com o aparecimento deste novo confrade, a quem desejamos sinceramente grandes triunfos no apostolado que empreendeu para o bem-estar espiritual e material da industriosa colônia italiana. do Rio Grande do Sul (La Libertá, 27 de abril de 1909, p. 4, tradução nossa).

Seguindo a lógica discursiva, segundo Orlandi (1996), podemos categorizar esse discurso como polêmico, pois há, sem dúvida, um embate discursivo entre o lado católico e os outros jornais. O jornal tem ganho de visibilidade e legitimidade com essa estratégia enunciativa.

Os dias 27 de agosto, 03 e 09 de setembro de 1909, apresentaram as mesmas características dos demais, não tendo nenhum destaque aparente, no que foi possível ler, já que boa parte do material estava em mal estado, partes, praticamente ilegível e outras cobertas por colagens, como mostramos na figura 6. Essa característica do acervo não é exclusiva das edições referidas, ao longo do trabalho, há muitas, incontáveis páginas que estavam nessas condições, o que gerou um atraso considerável para a leitura e, com isso, a tradução do material. Ao longo do trabalho serão expostas mais situações como essas.

Figura 6 - A qualidade de alguns jornais.



La Libertá. Primeira Edição – 13/02/1909.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Discursivamente, *La Libertá* assume, da fala de Deus, do sagrado, ou seja, a enunciação do jornal é a transmissão da palavra de Deus para o leitor. Discursivamente, para que isso ocorra, uma série de gêneros é empregada, conforme demonstrado anteriormente. Esses recursos que buscam o reconhecimento e a legitimidade que advém dele são ampliados com as publicações **polêmicas, os embates e o uso do capital simbólico**. No complexo enredo de um campo religioso midiático, novos jornais surgem, desafios políticos também são rivais do folhetim. O texto está situado num contexto em que o leitor se encontra subordinado ao emissor da mensagem de Deus e, com isso, o discurso imprime um

caráter assimétrico a sua mensagem, o que resulta numa estratégia que confere credibilidade e autoridade. Portanto, com isso, reforça-se a posição de poder e domínio do campo. O papel desejado é o da boa imprensa, o resultado é as desavenças.

Um fator que merece destaque foi registrado em dezembro de 1909, Carmine Fasulo deixa a direção do jornal, acusado dos mesmos acontecimentos que seu antecessor Pedro Nosadini. Claramente, as desavenças políticas e as polêmicas dos folhetins foram determinantes para isso, já que o Partido Republicano Rio-Grandense não tolerava qualquer tipo de afronta, Vicente Rovea era o intendente da cidade na época e o máximo representante da política local. O jornal, por exemplo, de 27 de novembro de 1909, não contém nenhuma matéria que almeje algum conflito, podia-se dizer que, comparada as outras, o folhetim é extremamente pacífico e a maioria das reportagens versa sobre notícias do Brasil e do mundo, considerando-se que parte disso se deve a ao pároco Francisco Baldassarre, que comprou o periódico de Fasulo, em julho. Porém, Fasulo recomprou o folhetim em dezembro. Como anuncia o *La Libertá*:

Tendo Carmine Fasulo, **novamente adquirido a Tipografia e o Jornal La Libertá, livre e desembaraçado, por enquanto, declaro que o cargo do Senhor Francisco Baldassarre**, fica qualquer compromisso existente, relativo ao jornal e tipografia referida na sua gestão, encerrada hoje, findo e bem assim, ressalvo que cabe ao Baldassarre, os serviços extra jornal, efetuados até essa data, com ele deverão se entender os respectivos devedores. Caxias, 30 de novembro de 1909. De Carmine Fasulo. (*La Libertá*, 04 de dezembro de 1909, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Fasulo tem a preocupação em deixar claro que todas as dívidas e as promessas realizadas por seu antecessor cabem somente a Nosadini, ele isenta-se de quaisquer responsabilidades ou dívidas. Mesmo sendo uma nota curta, que anuncia a transição de propriedade, na verdade, a retomada do antigo pároco, o texto chama atenção pelo elemento elucidativo e empresarial que adota. Não se menciona religião, não se fala em Deus ou no sagrado, há uma quebra na lógica de construção, que, anteriormente, era constantemente utilizada. Ao menos nesse fragmento, o jornal ganha evidência de ser um dispositivo midiático, em essência, comercial.

Ainda nessa abordagem, o jornal continua:

Em acordo com os representantes legais do P. Carmine Fasulo vendemos a tipografia. A nossa aceitação à rescisão do contrato de compra e venda foi motivada não só pela forma conciliatória dos experientes advogados deste fórum, Sr. Michele Muratori e Bento Siqueira, mas um ato de alta comissão, frutífero de elevados pensamentos cristãos de mérito, aconselhou-nos a transferir a prensa para o Pe. Carmine Fasulo. Qualquer explicação que possamos dar seria exacerbação, portanto, basta-nos declarar que desistimos da tipografia como pura caridade e caridade cristã e fazer saber que em nosso peito não há um coração que ame alegrar-se com os infortúnios dos outros, mas apenas reclamar nossas asas retas e sem mais, e quando pudermos fazer melhor! "Nós identificamos tudo o que somos, o efetuamos de boa vontade. Apenas evitamos mal-entendidos que nos julguem e lembramos como um homem depois da caridade pode se tornar cruel novamente. (La Libertá, 04 de dezembro de 1909, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

As advertências publicadas pelos antigos donos e proprietários também da tipografia são conflitantes. Eles afirmam que a venda se deu em função de caridade e por força maior. Essa força, certamente, é a pressão do clero católico, que prefere que Fasulo seja o editor e dono do jornal. Dessa maneira, não foi um ato de caridade cristã, mas resultado da hierarquia eclesiástica, mostrando que as lutas discursivas e por poder não estão presentes somente no externo da organização religiosa, mas também estão no seu cerne. Há um modelo e uma preferência de publicações e de editores, isso fica nítido com a volta de Fasulo. O poder simbólico e, acima de tudo, o seu manejo estava sujeito aos sacerdotes e ao prestígio deles, (BOURDIEU, 2007). Desse modo, a antiga administração não possuía esse apelo de Fasulo. Esses jogos de poder internos estão mais presentes nas edições de outubro a dezembro de 1909:

Os nossos sinos passaram mais de dois meses parados desde a descoberta da Vila de Caxias, como nos últimos três dias da Semana Santa, quando a Santa Igreja silencia os bronzes sagrados em sinal de duelo, rito muito triste "lembrando a morte de nosso Senhor. Mas aqueles dias que passei aqui em Caxias não foram dias dolorosos. A Intendência municipal prudentemente ordenou que se rasgasse a velha carcaça deformada que chamava de torre sineira, mas não igual a de três sinos nem mesmo um tinha que ter vivido o fiel das funções sagradas, da saudação angelical, do sufrágio. Mesmo que os sinos tivessem que ser presos a uma madeira, eles teriam que vibrar. E então é tolice reunir aquelas madeiras pútridas, remendá-las novamente e refazer o pombal de madeira deformado? E tudo isso você sabe por quê? Porque há indivíduos que, em troca de pensarem no lar, se entregam indevidamente, e não sem interesse pessoal, por coisas que não lhes pertencem. Para os assuntos da Igreja, existe o responsável autorizado pela autoridade diocesana que é responsável por ordenar na sua casa, que é a Igreja. (La Libertá, 04 de dezembro de 1909, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

No relato de Fasulo, há reclamação do tempo que os sinos da igreja ficaram sem soar, para ele, isso é inaceitável, uma vez que o rito de tocar os sinos, principalmente no final na Semana Santa, é um rito indispensável para o catolicismo. Ao final da reflexão, o autor deixa claro que muitos querem mandar na Igreja, mas, para isso, há um responsável autorizado pelo vigário, a autoridade da igreja local. Percebe-se a intenção da legitimidade através do discurso e, portanto, dos enunciados. O jornal, diversas vezes, remete ao poder da igreja e de Deus para ganhar legitimidade, versando sobre a importância do dispositivo e da religião na sociedade de Caxias do Sul e Garibaldi.

Porém, ao decorrer do ano, pela troca de donos do jornal e, até mesmo, por um certo abalo de representatividade que isso causou, os textos de *La Libertá* forçavam esse reconhecimento. Há de se pontuar o que Bourdieu (2007) sinaliza como o domínio do campo, além de manusear-se os bens simbólicos, há a separação entre os sacerdotes, aqueles sendo responsáveis pela administração e os leigos, como o grupo que não toma as decisões sobre a manutenção da religião.

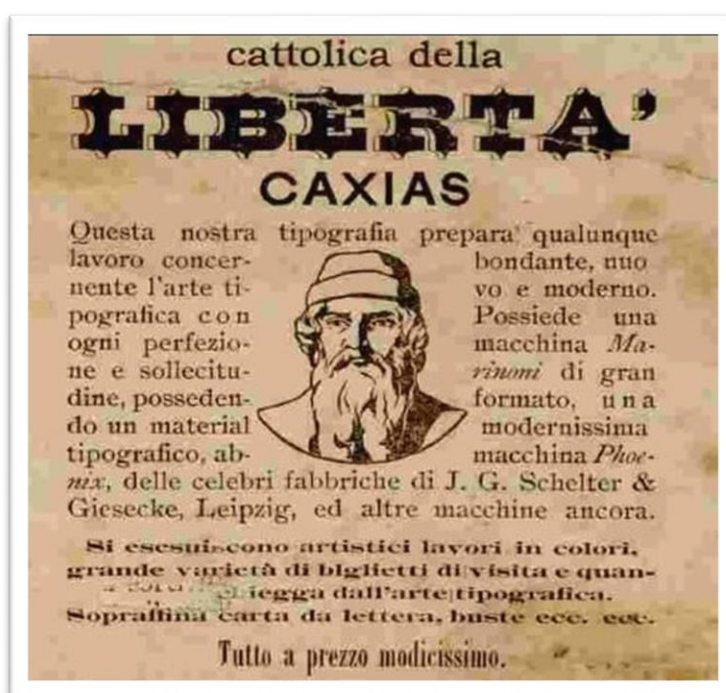
Na matéria do jornal, isso é nitidamente, “existe o responsável autorizado pela autoridade diocesana”, ou seja, leigos devem respeitar as decisões do vigário, pois sua autoridade advém da sua formação, da sua união, do seu conhecimento. Esse fragmento é crucial para entender o processo histórico e de legitimação da religião na região de Caxias do Sul, o embate em torno das decisões tecem as páginas de várias edições.

A luta pelo reconhecimento é, primeiro política e social, é engrenagem perfeita para compreender e analisar o campo religioso midiático do estado. Com a perda dessa legitimidade, claramente, registrada no periódico, os conflitos emanam pela sociedade caxiense.

Na seção em português, pondera-se sobre o primeiro congresso mineiro, mas sem grandes novidades no discurso. Logo após isso, o dispositivo impresso faz uma propaganda de sua tipografia, que atendia também trabalhos de outras cidades. Isso demonstra a parte comercial da empresa, inerente a qualquer negócio mesmo que com função religiosa, como podemos observar no anúncio e na figura 7:

Nossa tipografia prepara qualquer trabalho referente à arte topográfica e com todo esmero de perfeição, possuindo um material tipográfico abundante, novo e moderno. Ele possui uma máquina de grande formato, uma máquina muito moderna *Phoenix*, do célebre fabricante J. G. Schelter & Giesecke, Leipzig, e outras máquinas. Trabalhamos com grandes quantidades de artes e cores. (La Libertá, 04 de dezembro de 1909, p. 4, grifo nosso, tradução nossa).

Figura 7 - A tipografia católica.



La Libertá: 04 de dezembro de 1909.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Em dezembro do mesmo ano, o pároco Carmine Fasulo deixa a cidade devido a seus problemas com a política local e sua influência com os imigrantes católicos, ou seja, mesmo motivo que levara Pedro Nosadini a deixar Caxias do Sul, nos anos anteriores. Segundo Adami (1971), após a saída de Fasulo, quem fica responsável pelo periódico é o padre João Fronchetti, pároco de Conde d'Eu, que, com mais dois sócios, Adolfo Morreau e João Carlotto, adquire o maquinário, transferindo-o àquela localidade. Sendo assim, a cidade-sede do jornal é alterada, o que muda, de forma sutil, as abordagens e enunciados do dispositivo midiático. Ainda assim, acreditamos

ser interessante analisar o último exemplar publicado ainda na gestão de Fasulo, para compreender se essa viagem já estava programada ou se os discursos foram modificados nessa última publicação, antes da troca de país do editor chefe e, até então, dono do folhetim.

As estruturas de publicação continuam as mesmas, ou seja, os editoriais, formados por notícias da igreja, notícias da Itália, lembrando que esse último ocupa quase sempre toda a primeira página do jornal em formato *standard*, calendário religioso e notícias religiosas em geral, seção em português, carta do leitor e anúncios.

Na seção em português, temos uma importante matéria, intitulada de “parabéns”, que relata a gestão de Fasulo, enaltece-a, registrando as seguintes palavras:

Está desde hoje a frente da direcção desta folha um homem, cuja prudência e virtude animarão de nova e firme esperança todos os leitores que o conhecem. Por nossa parte, na redacção desta seccção, declaramos que em tudo e por tudo nos sujeitaremos a sua direcção. Congratulamo-nos effusivamente com todos os verdadeiros amigos de La Libertà. (La Libertà, 11 de dezembro de 1909, p. 1).

A princípio, o destino de Fasulo era conhecido. Se não fosse, qual seria o motivo de enaltecer o editor? Quando a matéria narra “nos colocamos inteiramente à disposição”, mostra uma evidente tentativa de gerar um sentimento de poder e importância ao diretor, como se eles fossem em defesa de seu empregador.

Porém, no artigo “contrates notável”, as discussões mais diretas começam a ocorrer novamente. O campo midiático, mesmo a beira da partida de Fasulo, não deixa de ser um campo de extrema relevância para os católicos. No decorrer da notícia, são pontuados dois fatos importantes, primeiro, as escolhas de representantes católicos em países protestantes, o que desenvolve um argumento dos católicos do jornal: são falsos católicos. Ao analisar-se a estrutura do discurso, é notável a construção de uma ideia de dúvida, seriam esses representantes verdadeiramente católicos, como isso seria possível se eram apoiados pela maioria protestante? Como vemos a seguir:

[...] O que poderia a maçonaria, se, bem-organizada, internacionalmente, se ela não encontrasse tantos elementos subservientes, prontos ao seu aceno, no falso catholicismo tão propagado nas nações latinas? De pleno accordo, pois, com o aludiu o escriptor: o falso catholicismo, eis o verdadeiro inimigo! E este será o assumpto principal desta secção. Para reforço mais um facto recentíssimo e luminoso. Na Dinamarca também há um seculo era commum o grito da alla protestantes: fora os papistas, morram os papistas. Pois bem, foi a pouco escolhido pelo soberano da Dinamarca primeiro-ministro o conde Holstein-Ledreborg, integro catholico, papista em tudo e por tudo: escolha essa aplaudida pelos protestantes, que lá formam maioria. (LA LIBERTÁ, 11 de dezembro de 1909, p. 3, tradução nossa).

Como característica discursiva, temos, mais uma vez, o uso da autoridade, reais católicos, ou seja, papistas, detêm o poder do campo, para apossar-se disso, falsos católicos, ainda mais aqueles apoiados por protestantes, ao simular, mentir que seus representantes são fiéis à ideologia ultramontana utilizariam desse poder legítimo que provém a religião católica. Esse enunciado anterior garante a característica de um discurso de superioridade e autoridade. No restante do jornal, não se fala diretamente na saída iminente de Fasulo, talvez para não criar mais alarde ou para não ser vergonhoso ao padre.

Ao decorrer de todos os exemplares, raros foram os que não abordavam a questão da pátria e do cristianismo. Essa categoria de matéria permeia todo o jornal em seu primeiro ano. O sentido de pátria é atribuído à pátria Itália e tem sentidos sempre de nostalgia, chegando a ser tão importante quanto a figura do papa. No campo religioso de Caxias do Sul, a figura do imigrante é central para um discurso engajado, ou seja, utilizam estratégias discursivas que gerem representatividade ao jornal. Por isso, questões como vida e trabalho do colono, a identidade italiana e, acima de tudo, a pátria Itália e o papa. Nos sentidos, além de ser o lugar em que a maioria do povo dali veio, a pátria é um lugar de conforto do imaginário social, mas, além disso, ela é o sentimento de amor aos antepassados, ou seja, pátria ganha, aqui, um sentido sobrenatural, pois diz respeito não só ao lugar geográfico, mas, também, ao espaço simbólico de sentimentos como amor, infância, educação e espiritualidade.

Por isso, alguns autores atribuem essa relação também ao cultivo da língua, assim, publica-se em italiano, aprende-se o idioma em casa como o primeiro, depois o português. A herança sentimental, religiosa, portanto, simbólica, é de desmedida

valoração para o dispositivo e seus leitores, tendo conhecimento disso, a organização utiliza esses aspectos para sua formação discursiva. Em busca de legitimar seu discurso, o periódico enunciava que não há separações entre os cristãos desde que eles sejam verdadeiros, o que unia e identificava a fé desses católicos era o papa e a Itália.

Até dezembro de 1909, um italiano administrou o jornal, em maior tempo, Fasulo, por outros, Baldassare. Encerrando o ciclo do italiano no jornal, Fronchetti, austríaco e cônsul honorário em Conde D'Eu, altera os discursos produzidos pelo folhetim, principalmente em relação aos italianos.

Como ressalta Valduga:

Ao assumir a direção do *Il Colono Italiano*, o austríaco João Fronchetti o deu uma nova direção editorial: se as notícias de Roma ainda figuravam no noticiário internacional, elas agora disputavam espaço com as vindas de Viena e das províncias irredentas, pertencentes à Áustria. (VALDUGA, 2007, p.111).

Obviamente, não era interesse de um cônsul austríaco ficar difundindo ideais de uma pátria italiana, o que causou bastante controvérsias em outros jornais das colônias italianas ao redor de região, como *Il Corriere D'Itália*, jornal católico, e *Stella D'Itália*, gazeta maçom. Esses conflitos serão pontuados ao decorrer da análise, mas não serão o foco dela, tendo em vista que foge à temática do trabalho.

Giovani Frochetti nasceu em Torra (divisa entre Áustria, Itália e Suíça), em 1863. Estudou no seminário diocesano, sendo formado padre em 1887. Viajou ao Rio Grande do Sul, em 1889. Foi vigário da Linha Figueira de Melo, em 1890. Mesmo tendo domínio fluente da língua italiana, o padre era cidadão austríaco e admirador confesso do imperador da Áustria, tendo sido, inclusive, vice-cônsul da Áustria e, em 1911, recebendo a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Imperador, de acordo com Rubert (1977).

Na primeira edição de 1910, o jornal destaca:

Approvamos a fundação fio jornal, escripto em lingua italiana cora secção portugueza, francamente e puramente catholico. **Recomendamos aos Reverendos sacerdotes das colônias de lhe darem todo seu apoio, sendo este um dos meios mais eficazes da propaganda da nossa santa Religião, e ao mesmo tempo muito próprio para conservar a fé entre os fiéis, e para afervorar ainda mais os mais fervorosos.** Queira Deus

abençoar esta santa empreza e fazer do novo jornal um verdadeiro missionário manso e invencível na conquista das almas, conforto e consolação dos fiéis discípulos de Jesus Christo. Porto Alegre, 26 de outubro de 1908. Claudio José, Bispo do Rio Grande. (LA LIBERTÁ, 15 de janeiro de 1910, p. 1, grifo nosso).

O destaque narrativo é dado a duas situações: primeiro, mais uma vez, o reconhecimento da mídia impressa como fundamental para o processo de legitimação da igreja, sobretudo, quando é referido “um dos meios mais eficazes da propaganda da nossa santa religião”. Mesmo o discurso sendo quase sempre assimétrico e de não-reversibilidade, como já mencionado anteriormente, o proselitismo advindo do dispositivo impresso é reconhecido e, mais que isso, priorizado pelos católicos em questão. O segundo destaque fica pela validade atribuída ao discurso do Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão.

O jornal continua:

O Monsenhor bispo, depois de nos ter autorizado verbalmente a assumir a direção de o *La liberta*, ainda nos enviou o seguinte comunicado: reverendo Padre Fronchetti. Muito esperamos da nova direcção do Libertá e por esta razão consideramos a licença dada ao Reverendo Padre Carmine com todo seu valor junto a nova directoria do jornal e perante as leis. Porto Alegre, 97 de dezembro de 1909. Dom Claudio, bispo do Rio Grande do Sul. (LA LIBERTÁ, 15 de janeiro de 1910, p. 1, grifo nosso).

O estilo narrativo busca o reconhecimento através da similaridade, ou seja, não há grandes mudanças na forma de escrita do jornal, algumas seções editoriais deixam de existir, como a de “preços correntes”, e a “seção portuguesa” passa para a página dois ao invés da três, como era anteriormente. Estilisticamente e, até mesmo, na formação discursiva, em um primeiro momento, não há muitas divergências entre o jornal no período de Fasulo e de Fronchetti, como pode ser analisado na figura 8, o que foi sendo modificado, com o passar dos meses, principalmente, pelo foco das notícias internacionais. Muito mais que um jornal católico, o *Libertá* era um dispositivo que identificava e gerava um sentimento de identidade italiana. A extinção de um espaço para “economia” dá-se em função do aumento de propagandas do folhetim, elas passam a ocupar a terceira e a quarta página, o que revela também a ampliação da temática das notícias com vistas aos empreendedores italianos.

Figura 8- Primeiro Libertá sob direção de Giovanni Fronchetti.



La Libertá: 15 de janeiro de 1910.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Como expresso anteriormente, o material de impressão foi comprado pelo novo diretor e mais dois sócios, por isso, a qualidade do jornal e suas propriedades continuavam as mesmas, ou seja, tamanho, fontes, papéis, dentre outros. O preço, da mesma maneira, seguia o mesmo: quatro mil réis para assinatura semestral e seis mil para a anual. Ainda continuava caro, em termos de comparação, o quilo da carne

de porco custava em média 460 réis, a banha (quilo) 610 réis, o preço de uma assinatura semestral equivalia a um saco de feijão preto, quatro mil réis, de acordo com a seção: “preço corrente” de 15 de novembro de 1909.

Em termos de comparação, na construção do sentido discursivo, temos a comparação entre descrição dos administradores do folhetim. Poucas páginas atrás, o trabalho trouxe a análise da narrativa sobre Fasulo, nas palavras de sua equipe jornalística. Neste ponto, vamos à análise sobre a descrição de Giovanni Fronchetti:

de hoje em diante dirigirá esta folha **um homem conhecido por sua prudência inatacável, virtude, força e admiração dos próprios adversários. Aquela feliz escolha há de ser um descanso para nossos espíritos, uma consolação para nossos corações, uma firme animação para nossas esperanças.** Quanto a nós na redacção d’esta secção com o maior prazer e inteira boa vontade nos sujeitaremos por completo a tão esclarecida direcção. Estamos, pois, de parabéns com todos os verdadeiros amigos do jornal »La Liberta Ferrer e a imprensa libera Telegrama do »A. B. C.« O diretor do »A. B. C.« jornal madrileno de filiação liberal, dirigida aos principais órgãos da imprensa estrangeira um telegramma expressivo, que coloca os pontos nos “is” sobre a questão Ferrer. (LA LIBERTÁ, 15 de janeiro de 1910, grifo nosso).

Fronchetti, da mesma maneira que seu antecessor, utiliza uma estratégia narrativa de associação, trazendo jornais de outros países para dar legitimidade a sua narrativa. Tal estratégia é comum no campo discursivo, normalmente, traz-se o texto de um especialista para dar base ao discurso produzido, por serem textos de outro país, na visão do diretor, cede ao jornal um sentido de empoderamento, dando status de homem convicto, prudente e que desperta admiração dos próprios adversários.

O diretor, em março de 1910, altera o nome do periódico, que passa a chamar-se *O Colono Italiano*, em homenagem ao antecessor de o *La Libertá*. Sobre o assunto, o folhetim destaca:

Muito justa consideramos a mudança do nome do jornal italiano LA LIBERTÁ; pois que a **redacção foi completamente renovada**, e ainda existem outros **motivos valiosos para alteração**. Porto Alegre, 16 de

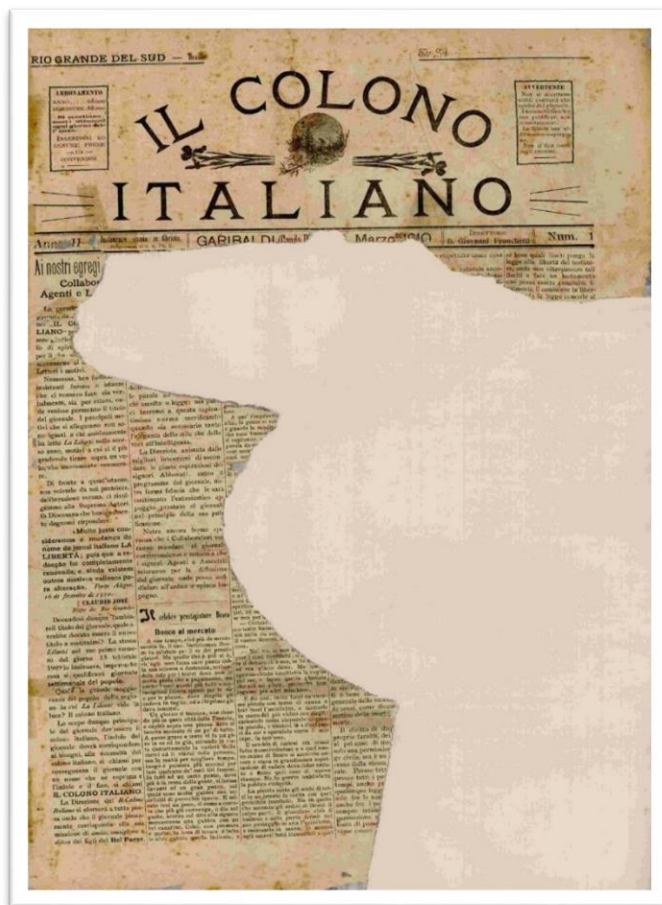
fevereiro de 1910 CLÁUDIO JOSÉ Bispo do Rio Grande. (II COLONO ITALIANO, 12 de março de 1910, p. 1, grifo nosso).

Os outros motivos destacados na passagem não foram trazidos ao público em língua portuguesa, estratégia adquirida para direcionar o discurso a um grupo específico de leitores.

Quando o título do jornal foi alterado, o que o novo título deveria ter sido para substituir? O próprio *Libertá* em seu primeiro número, de 13 de fevereiro de 1909, **insinuou-o**, jornal semanal qualificado do povo. Onde estava a grande alegria do povo da região em que *La Libertá* nasceu? **O colono italiano**. O objetivo principal do jornal deve, portanto, ser o colono italiano, a natureza do jornal deve corresponder às necessidades, às necessidades do colono italiano, conseqüentemente, chame o jornal com um nome que expresse sua natureza: O COLONO ITALIANO (II COLONO ITALIANO, 12 de março de 1910, p. 1, grifo nosso).

Dois aspectos ganham relevância, primeiro, a crítica velada ao *Libertá*, afirmando que ele se projetou como o jornal para o povo. Mas, onde estaria a alegria da região? No colono italiano, sua liberdade já estava adquirida, mas o essencial é sua representatividade. Por isso, o nome do novo periódico remete, novamente, aos imigrantes italianos. Há, de forma clara, uma tentativa de aproximação entre o folhetim e os colonos, porém, ela não acontece. Há uma grande lacuna entre o texto jornalístico e seu público-alvo. Fronchetti exalta a cultura austríaca, o que gera irritação dos italianos, como veremos a seguir. Ainda sobre a postura do folhetim, o diretor argumenta: “A direção do *IL Colono Italiano* fará todos os esforços para que o jornal corresponda plenamente à sua missão de amigos, assessor e defesa dos filhos de Bel Paese (bid., p. 1, tradução nossa)”. A estrutura narrativa do primeiro periódico é de trabalhar em harmonia com os colonos, o que se mostra contraditório ao longo de suas publicações. Maiores detalhes da primeira publicação não foram possíveis de observar, devido ao jornal estar em péssimo estado, como mostrado na figura 9.

Figura 9 - O primeiro *Colono Italiano* de Fronchetti.



IL Colono Italiano: 12 de março de 1910.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O acervo do primeiro número é bastante comprometido, as páginas estão severamente degradadas, o que impede uma leitura analítica. O jornal também traz reflexões sobre Francisco Ferrer, um dos precursores da Escola Moderna, que foi executado em 1909, acusado de incitar a Semana Trágica (embate entre a classe operária e o exército na Catalunha). O posicionamento do folhetim reflete, como seus antecessores, entre o bem e o mal, caracterizado pela **assimetria discursiva**, principalmente no trecho:

Escreve um amigo, da capital de Catalunha na aldeia onde nasceu o infeliz F. Ferrer. Foi a primeira vez que o Santíssimo Sacramento percorreu as ruas ali, depois da semana trágica de julho, a presença das autoridades locais na procissão tornou ainda mais imponente o ato de desagravo, de que participou toda a população, admiravelmente unida. Como é sabido, o

desgraçado Francisco Ferrer foi preso pelo guarda civil de sua própria aldeia natal. A família Ferrer é muito católica. As ideias perversas e perversoras que o infeliz revolucionário pregou em Espanha, bebeu-as no estrangeiro. (II COLONO ITALIANO, 12 de março de 1910, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

Com o modelo discursivo de outras publicações, de jornais anteriores, o diretor culpa o estrangeiro, o “outro” pelo desvio de Ferrer, uma família católica que projeta os costumes em seu filho e que deveria ter a garantia de “bons costumes” em seu descendente.

2.3 O COLONO ITALIANO: NÃO MAIS UM JORNAL CATÓLICO

Com a mudança no editorial do jornal, novas formas de representar o catolicismo começaram a emergir, textos que desagradam em grande escala os italianos que consumiam o dispositivo impresso. Ter a Áustria como pátria reconhecida e exaltada no jornal causa revolta entre as localidades, fazendo os moradores tecerem duras críticas a Fronchetti. As críticas eram duras, mas não infundadas, o patriotismo do diretor era latente, diversas notícias sobre o exército austríaco ascendiam em destaque, sendo que até mesmo uma campanha de mobilização em prol do exército é realizada. Em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o jornal enunciou, em sua segunda página, com o título “**Apelos de Áustria e Hungria**”:

seus interesses mais vitais, a segurança de seu desenvolvimento pacífico, estão ameaçados; nem podemos prever quanto tempo o velho monarca de nossa casa reinante, apesar de seu amor pela paz, não duvidado até mesmo por seus adversários mais ferrenhos, pode abster-se de desistir de armas para prever o futuro de seus povos. (II COLONO ITALIANO, 08 de fevereiro de 1913, p. 2, grifo nosso).

Na busca de uma poderosa, que seria a frota aérea, o jornal publica um pedido de ajuda aos austríacos e simpatizantes para doarem quantias ou bens que ajudassem a Áustria a reforçar sua frota, podendo combater as ameaças que rodeavam o país. A publicação segue nesse viés, dissertando que existem nuvens de tempestades sobre a pátria. O apelo ao ego dos leitores é ensejado, o jornal

instiga os receptores dizendo que eles não podem ser segundos em patriotismo e amor, não podem ficar para trás da Itália e Alemanha, que já estão engajadas nessa proposta de reforço da frota aérea. “As nossas ofertas devem demonstrar que também os austríacos e húngaros conseguem nutrir alto sentimento patriótico e que sabem demonstrá-lo antes de tudo pelos fatos.” (II COLONO ITALIANO, 08 de fevereiro de 1913, p. 2, grifo nosso). O que fosse doado deveria representar que austríacos e húngaros eram amantes de sua pátria, suas doações demonstrariam essa paixão.

O processo é semelhante ao adotado pelos antecessores de viés italiano, o que, distingue-se do jornal Pioneiro Batista, mais modesto em destacar o patriotismo alemão, principalmente após a Primeira Grande Guerra. Por outro lado, era o momento de os austríacos ganharem holofotes nos periódicos das colônias, eles deveriam demonstrar seu patriotismo e contribuir com o país.

No restante da edição, o dispositivo apresenta algumas publicidades, de bancos, farmácias, oficinas, clínicas médias, casas de saúde e fábricas de chapéu, como demonstra a figura 10. O cotidiano é uma importante categoria de análise das estruturas discursivas, as publicidades demonstram o apoio das empresas aos folhetins e, de certa maneira, elucidam o dia a dia da sociedade, mostrando quais lugares as pessoas frequentavam, quais eram os serviços com destaque e o valor deles. Os anúncios constituem um meio de publicidade, fazendo uma ligação entre a oferta e a procura. Além disso, como mensagem publicitária, o anúncio (em jornal, revista, outros veículos) ocupa lugar de destaque por se valer da linguagem verbal, que orienta a leitura da imagem.

A maioria dos textos possui estratégias argumentativas, em maior ou menor grau. Na produção de um anúncio, há estratégias para espelhar, fundamentar ou “criar” o real: tudo para provocar a “venda” do que se está oferecendo através de despertar a carência do enunciatário para fazê-lo querer “comprar” ou adquirir um produto ou serviço, conforme observaremos a seguir:

Figura 10 - Propagandas do *IL Colono Italiano*.

IL Colono Italiano: 08 de fevereiro de 1913.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Conforme mostrado, as publicidades veiculadas em mídia impressa são, usualmente, dotadas de linguagem verbal e não-verbal (visual), é importante notar a articulação entre essas duas linguagens para expor as estratégias manipulativas e persuasivas usadas pelo enunciador, com intenção de convencer seu leitor. Primeiramente, apenas nos elementos verbais do texto, podemos observar determinadas expressões linguísticas que são essenciais para a construção de sentido do texto. Por exemplo: “Colégio São José em CAXIAS Este estabelecimento dirigido pelas Irmãs de São José se você especialmente recomendado aos Srs. Pais

desejosos de dar às suas filhas uma boa educação religiosa e civil uma instrução completa” ((II COLONO ITALIANO, 08 de fevereiro de 1913, p. 3)

Os fatores determinantes para a revolta dos imigrantes italianos e brasileiros que moravam em Garibaldi e região são que a representatividade da colônia havia caído drasticamente, poucos assuntos sobre ela eram abordados, nem o dia 20 de setembro foi discutido no jornal. Por outro lado, as abordagens em prol da Áustria eram cada vez mais presentes, por vezes, falando diretamente no país, por outros, abordando o custo da guerra, ou seja, por um viés ou por outro, o foco do editorial não estava nem nos italianos, nem nos gaúchos.

A grande guerra, iniciada em 1914, trouxe outros embates, na região de Caxias e Garibaldi, *O Colono* sofria ataques diretos, sendo tratado como desagradável e ofensivo aos italianos da região. Ao *Correio* restava apenas a defesa, atacar diretamente o *Corriere* seria uma péssima estratégia discursiva no momento. Assim sendo, em suas edições, o folhetim discursava em prol dos italianos, dizendo ser, de fato, feito para eles, inclusive, por ser publicado na língua nativa. Outro ponto fundamental é a relação com a religião. Em sua primeira página, no dia 24 de setembro de 1914, o diretor afirmou:

Aviso Aberto – O *Corriere*, de Bento Gonçalves, em seu número 38, publicado dia 10 deste mês, depois de algumas edições sem se manifestar, colocou no título ‘aviso aberto ao *Colono Austriaco*’ da Vila Garibaldi, começou com: aquele jornal que é publicado semanalmente em Garibaldi pode ser chamado de *Colono Italiano*? Não absolutamente não. (II COLONO ITALIANO, 24 de setembro de 1914, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

O interdiscurso está sempre presente nessas relações de embates discursivos, um folhetim responde ao outro. Porém, alguns com mais ênfase ao embate, outros menos. Para defender-se do acusador, Fronchetti anuncia:

Muito bem, senhores do *Corriere de Itália* de Bento Gonçalves; até aqui vocês condenaram este jornal. Se vocês, senhores de Bento Gonçalves, nunca souberam o significado das palavras: *Il Colono Italiano*, que estão no cabeçalho do nosso jornal, aqui está, o significado, simples e objetivo: **jornal Católico Brasileiro Riograndense em italiano para quem fala ou entende italiano** e se interessa pela **prosperidade, progresso e bem-estar moral e material** daquela parte do glorioso estado do Rio Grande do Sul que é habitado por gente **boa, trabalhadora e industriosa que fala a**

língua italiana, quer tenham nascido aqui, quer tenham vindo da Itália, ou de qualquer outra parte da Europa ou do mundo. Posto isto, afirmo que o título: *Il Colono Italiano* tira o título do jornal que tão gloriosamente o trouxe até agora e que continuará a carregá-lo, sem enganar ninguém. Isso mesmo, senhores de *Corriere*, sim, isso mesmo! Afinal, não prestamos atenção ao rancoroso, desproporcional e visivelmente interessado, porque isso não nos diz respeito. (IL COLONO ITALIANO, 24 de setembro de 1914, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Os pontos principais da narrativa remetem ao caráter moralizante, muito utilizado pelo *Libertá*, “gente boa, trabalhadora e que fala língua italiana”, ou seja, ressalta-se aqueles que têm a ligação com a pátria de origem dos imigrantes, sejam eles de lá ou de qualquer lugar do mundo. Certamente, o diretor utiliza uma estratégia de texto que busca amenizar as críticas sofridas, ele, cônsul austríaco, precisa de argumentos que legitimem sua participação no campo religioso midiático católico. O jornal é rio-grandense, ligado ao povo e não pretende enganar ninguém, afirma Fronchetti. Percebemos também que ele rebate o adversário chamando o *Corriere* de ser ingrato ao Brasil, não respeitar o Rio Grande do Sul. Segundo ele, o folhetim, ao desenterrar remotos ódios, promove a divisão entre os imigrantes italianos e os gaúchos.

Com o decorrer dos anos, o periódico mantém o padrão discursivo, os textos constroem seus sentidos alicerçados em padrões de defesa do Rio Grande do Sul e dos italianos. Fronchetti sustenta sua estratégia até o fim, mesmo “com o navio afundando, o violinista não para de tocar”.

Fronchetti sofria extrema pressão, sua situação era delicada frente ao jornal. O problema tornou-se mais agudo quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os Impérios Centrais.

Ele buscava resistir e, no dia 22 de abril de 1915, dois dias antes da Itália juntar-se à tríplice aliança, assinando o “pacto de Londres”¹⁷, Fronchetti mostrava seu posicionamento:

Entre os julgamentos feitos sobre o exército austro-húngaro, ouvimos o do general italiano Gatti, publicado no *Corriere della Sera de Milano*; ele

¹⁷ O Tratado de Londres de 1915, também conhecido como “Pacto de Londres”, foi assinado em Londres em 26 de abril de 1915, através da qual a Itália entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente. O tratado foi secreto e os países signatários foram: Itália, Grã-Bretanha, França e Império Russo.

escreveu: A atual posição da Áustria-Hungria originou-se no facto de ter de travar uma guerra ofensiva contra o mais forte dos seus inimigos. A Áustria-Hungria é um Estado antigo e está bem unido. Só disso deriva sua força. O seu exército deve ser especialmente apreciado, onde ainda se deve observar que o exército austro-húngaro está sujeito à pressão popular porque é composto por muitos povos. Apesar disso, o Estado e o exército estão inabalavelmente unidos, os soldados mostraram força. Os soldados mostraram coragem e perseverança. [...] exército austríaco não pode ser abalado. Sua preparação foi cuidada da melhor maneira durante a paz e o comando superior pensou em todas as eventualidades durante anos. (*// Colono Italiano*, p. 2, 22 de abril de 1915, tradução nossa, grifo nosso).

Mesmo com a todas as evidências apontando para um posicionamento contrário da Itália, o diretor insistia em aliar a imagem da Áustria com o país supracitado, o mapa discursivo do periódico mostra que essa ferramenta já não era mais aceita pelo grande público, sendo que, cada vez mais, o *Colono* perdia popularidade e quedas em suas distribuições. A falta da ligação católica no jornal era a principal munição de seus rivais, já não havia clima para seguir. O diretor e seu posicionamento político definham a estrutura do jornal, sendo assim, o folhetim caminharia em dois sentidos possíveis, o de sua extinção ou mudança de gestão.

Um fragmento textual impressionante na narrativa aparece na edição de 06 de maio de 1915, sabendo do posicionamento da Itália aliando-se à Tríplice Coroa, imagina-se uma situação em que ela fosse à guerra. Nas palavras do diretor, isso aparece da seguinte maneira:

Se a Itália fosse para a guerra: aqui estão os cálculos feitos pelo sen. Maggiorino Ferraris na "Nova Antologia": A guerra atual parece durar muito tempo, tanto que é difícil prever em que data a Europa poderá regressar à paz. Portanto, façamos uma previsão dos sacrifícios que a Itália teria de suportar para permanecer em estado de guerra de 1º de abril a dezembro. À taxa de 400 milhões de liras e 60.000 homens colocados fora de combate por mês, o resultado passivo de nossas operações militares de abril a dezembro deste ano seria: Uma despesa de 3.600.000.000. Uma perda de 540.000 homens. Levando em consideração os abonos e pensões às famílias, ao final da guerra, a Itália deve enfrentar cerca de 4 bilhões em despesas este ano. Para uma guerra em 1915, a Itália, acima do bilhão já votado, teria que enfrentar uma nova despesa de cerca de 4 bilhões. (*Ibid.*, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

Veladamente, por receio de receber críticas ainda mais ferrenhas, o diretor aborda a guerra de maneira alternativa, pensando no prejuízo que ela traria aos cofres da Itália. Também elucida a quantidade de mortes totais do embate. Certamente, o Consul não concordava com o apoio italiano à Tríplice Entente, já que ia de encontro ao seu país de origem. Outra abordagem utilizada para persuadir os colonos a serem contra o ingresso de sua pátria à guerra faz Fronchetti abordar três pilares fundamentais, o gasto exacerbante, a morte do povo e, por fim, o aumento dos impostos que o povo teria que arcar para bancar o exército. “É claro que o único meio de obter seria um grande empréstimo de guerra” (Ibid., p. 3, tradução nossa). Seguramente, os discursos são contraditórios, quando o dispositivo buscava o apoio de simpatizantes para apoiar a Áustria, não há tais questionamentos, o embate é abordado como fundamental para honra dos austríacos e para dar limites as terras.

A região de distribuição do folhetim não aceitou a abordagem do *Colono*, o discurso era rebatido por rivais, que zombavam do diretor, que mantinha a estratégia de repudiar a participação italiana no grande confronto. Sendo assim, ele afirmava “[...] quais seriam as condições da economia nacional, das classes agrícolas e operárias, depois o novo fardo foi imposto aos ombros do país! Ainda mais graves seriam as repercussões no trabalho e nas classes trabalhadoras.” (Ibid., p. 3, tradução nossa).

Para ele, o aumento esmagador dos impostos sobre todas as classes, pobres e ricas, capitalistas e trabalhadores, diminuiria significativamente a riqueza nacional. Identificamos o *ethos* discursivo como sendo pela forma emotiva de um texto persuasivo, ou seja, tende a despertar emoções nos receptores que remetam às memórias passadas, que podem ser de felicidade ou tristeza, medo, repúdio. Como dissertado anteriormente, os colonos italianos vieram ao Brasil, em sua grande maioria, fugindo da fome, num país que não havia espaço para aqueles desprovidos de mão de obra qualificada. Ao afirmar que o povo pagaria pela guerra, o impresso desperta sentimentos de inconformidade e desaprovação. Em suma, piorariam as condições gerais da economia nacional e as condições particulares de todas as classes sociais, especialmente das carentes.

Pouco adiantou, como destaca Adami (1971), com a participação do Brasil na guerra, a situação de um estrangeiro de oposição é insustentável. Fronchetti previa

seu futuro, em 12 de abril de 1917, no último exemplar contendo seu nome como diretor, o Consul afirma, em nota discreta, sua saída da gestão da empresa:

Motivos de saúde obrigam-me a deixar a gestão do IL COLONO ITALIANO, que, hoje em diante será dirigido por Agostino Mazzini. Com todo o coração, agradeço a todos os que estiveram, gentilmente ao meu lado e me ajudaram na difícil empreitada. Espero que todos continuem a dar sua benevolência e cooperação ao jornal Garibaldi. (II COLONO ITALIANO, 20 de abril de 1917, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

O padre adota um discurso semelhante aos seus antecessores, ao perceber que estava prestes a deixar o jornal e, de fato, na edição supracitada já o tinha feito, em seu recado, como é de praxe nos jornais e já mostrados em outras edições, ele fez um pequeno texto despedindo-se dos leitores e apoiando quem continuaria no seu lugar. Vale salientar que, na maioria dos discursos, o principal pretexto pelo afastamento dá-se pela relação ou com a religião ou por afastamento em função de saúde. Com Fronchetti não foi diferente, ele desejou sucesso ao seu sucessor, pois ainda continuava sócio do jornal, ficando nos bastidores do folhetim. Um ponto discursivo fundamental no fragmento trazido anteriormente é a relação que o ex-diretor menciona ou, em termos discursivos, utiliza o interdiscurso, fazendo uma ligação com as antigas versões do *Colono*.

Como mostrado na figura 11, Fronchetti, na despedida de seu jornal, argumenta: “Espero que todos continuem a dar sua benevolência e cooperação ao jornal Garibaldi” (II COLONO ITALIANO, 20 de abril de 1917, p. 1). Analisamos, então, que o discurso não classifica o *Colono* como um periódico católico, não se associa como italiano, mas como um jornal de Garibaldi. Assim sendo, fica demarcado o afastamento ideológico e de representatividade de uma identidade italiana no dispositivo impresso. Isso afeta o campo religioso na região de Caxias do Sul e Garibaldi de forma significativa, pois a representação do colono italiano da igreja é desfeita nos anos finais de circulação, sendo que esse fato seria fundamental para a manutenção dos bens simbólicos religiosos e da gestão dos agentes.

Figura 11 – A despedida de Fronchetti.



IL Colono Italiano: 20 de abril de 1917.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Seu sucessor não teve grandes resultados em seu lugar, o jornal perde sua essência, transforma-se mais numa ferramenta divulgadora, não é mais um dispositivo de reflexão e de informação à comunidade de Garibaldi e região. Os negócios não se desenvolviam bem, crises e críticas assolavam o folhetim, algo deveria ser feito. Por isso, em junho de 1917, com a nova parceria com os capuchinhos, que passam a ser sócios do jornal, decide-se, uma nova estratégia discursiva, mudar o título do periódico, que passa a chamar-se *Staffetta Riograndense*, por certo, não é uma modificação somente no título, há uma reestruturação também no sistema discursivo dos textos apresentados. Com isso, o folhetim passa a ser mais brando em relações e assuntos polêmicos que surgiram na sociedade de Caxias e de Garibaldi naquele momento, tais sistemas textuais aproximam-se muito das estratégias tomadas pelo *O Batista Pioneiro*, as quais veremos no próximo capítulo, ou seja, há uma tentativa de união entre os imigrantes italianos e os brasileiros. Contudo, o antigo diretor ainda era sócio ativo da empresa,

o que freava o relacionamento pacificador entre italianos, brasileiros e demais imigrantes.

Em 1920, Fronchetti vende sua parte aos Capuchinhos, que passam a ser donos de todo o folhetim. Por certo, ao cessar da guerra, os ânimos acalmaram-se e a década de 20 foi tranquila, se comparada aos anos anteriores. Como ressalta Valduga (2007), os capuchinhos, desde 1910, já tinham parte no jornal, tornando-se a donos majoritários, passam a ditar as normas e reestruturam o boletim.

A década de 20 foi vital para o desenvolvimento do jornal italiano, ele funde-se com o seu antigo rival *Il Corriere d'Italia*, tornando-se a principal ferramenta de representação da identidade italiana nas colônias do Rio Grande do Sul. Italianos eram lembrados por seus envolvimento na política do estado, são festejados e lembrados. A seção em português voltou a ganhar destaque na primeira página de cada exemplar, visto que não havia mais essa preocupação.

Neste ponto, vale mencionar o estado de conservação do jornal, as digitalizações estão impecáveis, letras legíveis e ótimo contraste, facilitando, de forma essencial, a transcrição e tradução. Os padrões de estrutura quanto à organização das notícias permanecem o mesmo, primeiro, uma relação dos imigrantes com a igreja, notícias em geral, seção portuguesa e, nas duas últimas páginas, propagandas e pedidos.

2.4 A REPRESENTATIVIDADE E O RECONHECIMENTO DO FASCISMO NAS PÁGINAS DE UM JORNAL CATÓLICO.

A tese não se aprofundará em questões teóricas e ideológicas sobre o sistema político liderado por Mussolini e que dizimou milhares de famílias, principalmente em seu período de ditadura, desenvolvendo-se durante anos. Apresentamos tipos de discursos e análises textuais deles no jornal anteriormente referido, conhecendo, também, seus desenvolvimentos para o reconhecimento da identidade italiana do período.

Sendo assim, durante o ano de 1922, o folhetim deu cobertura intensa sobre o movimento político italiano, posicionando-se sempre a favor de Mussolini. Como pode ser analisado no trecho a seguir, primeiro, em um tom de informação, depois, de apoio, como mostrado, na continuidade, em dois trechos:

Esta semana, o grande evento da Itália foi o congresso dos fascistas em Nápoles. Os fascistas explicaram e exibiram suas forças. **E suas intenções de assumir o governo, mesmo pela força se necessário, são muito claras.** Os últimos relatórios mostram que eles tentaram depor as autoridades em várias cidades, que o ministério de Facta renunciou e que um decreto foi proposto ao rei declarando o estado de sedução em toda a Itália, mas que o rei não queria assinar. (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 01 de novembro de 1922, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

A abordagem informativa contém alguns aspectos que já demonstram um posicionamento favorável, mesmo que velado, do jornal. Com a aproximação de Mussolini e da igreja católica, esses discursos ficam mais evidentes nas próximas edições, sobretudo, a que relata a marcha de Mussolini em Roma. Essa tática chama atenção porque o diretor sempre posiciona essas matérias para que possam causar alguma controvérsia, colocando-as na segunda página. Atualmente e partindo de uma vertente norte-americana e dos tabloides ingleses, as notícias mais polêmicas ou que geram algum tipo de comoção são colocadas na primeira página, quando elas já são de conteúdo ou anunciadas no que se chama de capa do jornal.

Dessa maneira, o jornal mostra seu posicionamento:

Realizado pelos fascistas em Nápoles, seu líder Benito Mussolini havia dito: O governo não quer nos dar, mas pela vontade ou pela força nós o tomaremos. Com efeito, com a queda do ministério da Facta, o Rei Víttorio convidou Benito Mussolini para a constituição do ministério e Benito Mussolini **reconstituiu-o mantendo-se na presidência e no Ministério das Relações Exteriores. É assim que o novo ministério italiano é reconstituído. Benito Mussolini.** ((LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 08 de novembro de 1922, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

O editorial utiliza, primeiro, um estilo textual informativo sobre os passos de Mussolini na Itália, contudo, não se mostra contrário em nenhum momento da caminhada de Mussolini sobre Roma. Dessa forma, o folhetim prepara o leitor para informação que vem a seguir na matéria, ou seja, utiliza a estratégia de uma imitação

discursiva informativa e, depois, de campanha em prol do fascismo: “Mussolini veio a Roma e **multidão deu-lhe uma demonstração impressionante**. Acompanhou ao palácio do Quirinal, e durante todo o tempo que durou a conferência com o rei, **a multidão continuou a aplaudir**”. (Ibid., p. 2. tradução nossa, grifo nosso). Como representante principal de uma identidade italiana, ao abordar que a maioria da população: seus irmãos, vizinhos, parentes, os vínculos com suas origens, ou seja, suas relações ainda permaneciam na Itália, os imigrantes tenderiam, dessa forma, a apoiar também Mussolini, porque se a Itália apoia o fascismo, os imigrantes devem apoiar a pátria-mãe.

As raízes identitárias, assim como nos mostram Hall (1999) e Williams (1979), não derivam somente de uma diáspora direta do lugar de origem. Filhos de imigrantes, que nasceram aqui no Brasil, foram criados em uma esfera cultural e ensinados a amar a Itália, por isso, quando se fala em identidade e representatividade, são abordados os modos de vida da sociedade. Esse é o papel fundamental que a mídia exerce nas sociedades, ela transita entre os mais variados campos, tornando-se um campo de relações ou um sistema interlocutor entre culturas e dispositivos de reconhecimento.

Nas sociedades, sobretudo, as que estão no início do processo de ascensão do campo religioso midiático, os dispositivos impressos, como principal forma de mídia na época, tinham o papel de manter o funcionamento da religião com seus públicos e seus potenciais consumidores. Por isso, ao relatar o fascismo italiano, dada à proporção que o jornal alcançou, principalmente na década de 20, atinge os imigrantes e outros moradores da região, como uma ferramenta de coerção. Não se trata de uma imprensa de massa inquestionável, os leitores têm decisão e consciência sobre o que seguir ou acreditar, mas se trata de um dispositivo de amplo alcance e que modificou a lógica de funcionamento do campo religioso, isso não se há como negar.

Bourdieu (2004), compreende esse processo de representatividade e de criação de realidade que a análise do discurso possui um poder de criação de uma realidade sociocultural ou representatividade dela. É como um espaço textual, um campo discursivo, carregado de sentidos, onde parece que os atores sociais possuidores dos bens simbólicos, líderes religiosos ou até mesmo diretores dos periódicos agem de acordo com as regras, porém, guiam-se pelo seu interesse.

Essas estratégias também são simbólicas, já que líderes religiosos tanto manipulam a imagem de si como estabelecem um espaço coletivo para a construção de uma realidade social.

O campo religioso midiático desempenha sua principal função na formação de sentidos, muitas vezes, inquestionáveis para muitos, como salienta Rodrigues (1999), esse fato acontece por ser um espaço de extrema legitimidade.

Por isso, ao representar o fascismo na Itália, e como veremos no trecho a seguir, apoiando Mussolini, o jornal católico coloca-se em uma situação delicada, principalmente com a chegada da Segunda Guerra Mundial.

Os diretores argumentam:

Quando os fascistas chegaram a Roma, grupos de comunistas fizeram alguns ataques que os fascistas logo sufocaram. Houve alguns mortos e alguns feridos de ambos os lados. **Benito Mussolini ordenou a desmobilização dos fascistas, que, aliás, em muitas cidades como Verona e Florença: ocuparam os caminhos-de-ferro e as divisões públicas.** Em muitas cidades, eles ocuparam ou saquearam os jornais, escritórios e casas das associações vermelhas. As residências dos principais líderes socialistas foram ocupadas e revistadas. **Benito Mussolini disse: Quero fazer da Itália uma nação forte, disciplinada, industrial e pacífica. Não me oponho à constituição, não quero usar meios ilegais.** (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 08 de novembro de 1922, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

Claramente, o discurso entre bem e o mal está presente no texto, representado, mais uma vez, **pela assimetria discursiva.** De um lado, os fascistas e, de outro, os comunistas, sendo a figura de Mussolini central na harmonização e na contenção violenta dos fascistas. Mussolini representava, então, um líder, que configurava, dessa forma, o bem, como podemos notar no trecho **“quero fazer da Itália uma nação forte disciplinada industrial e pacífica.”**

Exijo que todos os funcionários do Estado, da primeira à última, cumpram integralmente as suas funções, com bondade e abnegação na defesa dos interesses do país, e eu serei o primeiro a dar o exemplo. Assim que Benito Mussolini assumiu o governo, os fascistas fizeram uma parada triunfal em Roma. Quanto à situação financeira, disse Mussolini era necessário suprimir aquelas repartições que não dão renda ao governo, devolvem serviços públicos à indústria privada que deixam apenas defeito para o Estado e regulam a burocracia, ou seja, as inúmeras turbulências de funcionários. A abertura do parlamento terá lugar no dia 16

de novembro. No dia 4, por ocasião do quarto aniversário da vitória trazida na grande guerra, Benito Mussolini enviou uma mensagem aos italianos da América Latina. Entre outras coisas, diz: «Os perversos dos ímpios não têm poder e não podem mutilar a grande vitória conquistada pela Itália na grande guerra ... Italianos que estão fora da Itália, sentem que ser italiano é motivo de grande orgulho para você. Eu quero firmemente que a restauração das forças nacionais seja feita com a mesma força de vontade com a qual vencemos a guerra. Precisamos da sua cooperação ... Viva a Itália! Vida longa ao rei! No geral, as ideias expressas mostram que Benito Mussolini é bem-intencionado. (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 01 de novembro de 1922, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

Dois aspectos são muito interessantes no texto referido, primeiro, Mussolini promete fazer a Itália voltar a ser uma potência econômica e bélica, mas, para isso, é preciso enxugar as despesas, desfazendo-se de várias repartições estatais que não dão lucro à Itália, ou seja, Mussolini quer se desfazer de parte do estamento e de funcionários públicos que dão despesa de tempo e de dinheiro ao país. O discurso do novo primeiro-ministro, reproduzido pelo jornal, é carregado de sentidos e de sentimentos, a busca de reconhecimento e que gera todo o alvoroço do folhetim é vinculada ao despertar da Itália, à retomada de seu prestígio. Ao expressar “o país será o grande orgulho de vocês”, analiticamente, é um discurso de persuasão, semelhante aos discursos religiosos. Como argumenta Penã-Alfaro (2005), a persuasão discursiva desempenha funções sociais através de valores ideológicos, que buscam ser legitimados e validados através do discurso, podendo ser estratégias ideológicas, argumentativas, assimétricas, entre outras. Os textos religiosos são processos que buscam a persuasão.

As estratégias são formadas para que o receptor reconheça a mensagem e como atos sociais inquestionáveis, pode ser, por exemplo, com dados científicos, através da dialógica, ou assimétricos, como o reino de Deus e dos homens, onde não cabe ao homem criticar, mas seguir a mensagem. Mussolini é resguardado e tem a aprovação de um “jornal de Deus”, “as ideias expressam que Mussolini é bem-intencionado”.

A caminhada do fascista italiano é retratada pelo folhetim, principalmente em 1923, quando afirma que Mussolini é um homem inteligente, que tornou a religião católica presente novamente nas escolas do reino e fora dela, ou seja, o jornal explicita a relação de comprometimento com o governo. Para defender o ministro, que foi criticado por um jornal italiano de Montevideo, o *Riograndense* utiliza um

fragmento que diz ser do impresso uruguaio, onde o ditador é questionado e até mesmo a religião católica é posta em xeque:

O semanário L'Italianos é contra o governo, eles publicaram que Benito teria dito que 'a figura de cristo não pode ofuscá-lo, pois cristo não pertence a uma religião, mas a uma civilização, não pertence aos cidadãos, sim aos homens, religião não se deve combater ou negar, deve-se aceitar. Cristo não pertence aos católicos.' **Eles fazem uma afirmação vazia e moderna que, ao mesmo tempo em que mente, faz o mal, eles zombam da figura e da religião de Cristo, também revelam o arrependimento de não poder resistir ao slogan de Mussolini Sem bater em qualquer relação oficial com a pátria mãe.** (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 11 de abril de 1923, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Neste sentido, o jornal faz uma defesa discursiva consistente, cheia de sentimentos que destacam a bondade de Benito:

Apesar de tudo, Mussolini foi capaz de ter coração generoso, acolheu o povo italiano, ele viu as feridas mortais que a espada nefasta da escola sem Deus a anos havia aberto nele (povo). Então, se propôs a curar chamando o doutor Jesus nas escolas: Jesus Cristo! ... Por Cristo, o grande povo italiano voltará aos ideais da fé e, portanto, às maravilhas deles, da ciência e do amor de quem sempre foi fiel e em todos os que vivem e creem nele. Mussolini realmente merece um aplauso sincero, de nós, italianos, de alma e coração, o enviamos a mais pura simpatia e admiração; enquanto culpamos amargamente as atitudes sectárias de alguns **italianos degenerados, que tiveram o pequeno constrangimento de protestar contra um ato, sem dúvida, o mais glorioso, o mais belo, o mais sublime e o mais sincero, o real italiano Benito, vai reaver nossa querida pátria.** Que Cristo volte às escolas e aos nossos jovens serão regenerados (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 11 de abril de 1923, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Ao aproximar novamente o governo da Itália à igreja, Mussolini ganhou status de salvador, quase que uma entidade responsável pela retomada e pelo **Novo Triunfo da pátria-mãe**, um homem benevolente cujos interesses estão ligados à igreja, a Deus e à verdadeira forma de ser italiano. Nesses períodos, Benito ganha mais destaque do que o próprio papa, os católicos sentem que o ministro seria a figura que retornaria o poder à mão da igreja, ou seja, faria com que ela tenha o domínio dos bens simbólicos e a legitimidade para atuar como antigamente, por isso, notamos os trechos já referidos, novamente, a figura da modernidade sendo representada como a desgraça do mundo.

A estrutura discursiva não se modifica exponencialmente ao decorrer dos anos, dependendo da conjuntura política, os folhetins católicos são aproximadamente incisivos em seus textos. É verdade que a Proclamação da República e, sobretudo, os conflitos entre os superintendentes do Rio Grande do Sul e os diretores antigos que passaram pelo correio Riograndense, especialmente, em 1910, foram amenizadas pelos diretores Capuchinhos, que mitigaram em muito a situação de conflito que havia entre católicos imigrantes e o governo do Rio Grande do Sul. Contudo, ao perceber a potencialidade que o fascista desempenhava na Itália, o impresso logo rendeu-se ao líder, realizando, durante anos, campanha em prol do fascismo, ignorando uma série de atrocidades e violências que ocorriam na Itália naquele período.

A brutalidade imposta pelos fascistas pouco apareceu nas páginas do jornal, porém, quando noticiadas, sempre havia um motivo maior para tais atitudes, considerando-as necessárias para manter o regime e para o crescimento da Itália. O crescimento do movimento é refletido na intensidade dos textos: “A religião católica não pode ser vencida ou esquecida, não se pode combater o catolicismo, ele é cada vez mais vigoroso” (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 11 de abril de 1925, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Em 1927, como abordado anteriormente, houve a junção dos dois grandes periódicos da colônia, tornando-se uma única grande imprensa católica, como percebido por Valduga (2007). Na primeira página da edição, há o seguinte relato que o jornal, a partir de então seria o maior impresso católico da região e do estado, que se uniram para poupar esforços e alcançar mais católicos. Notamos, na análise, que o teor de matérias em geral não deixa de existir, visto que eles prometem circular matérias de todos os tipos, cuidando da economia, da sociedade e da religião dos imigrantes e gaúchos. Aliás, essa marca discursiva está presente em todas as vezes que é mencionada a sociedade, gaúchos e imigrantes, havendo uma separação nítida entre a identidade italiana e a representação da identidade do Rio Grande do Sul.

Desde então, o clero tinha apenas um grande representante midiático de suas palavras, o monopólio do campo religioso midiático da região era pertencente ao jornal de Garibaldi. Um fator que chama atenção é o valor das assinaturas, em 1917, o valor anual era de 6\$000, valor cobrado desde 1910, a partir da monopolização do

espaço midiático, o preço só aumentou. Em 1926, o valor da aquisição anual passou a ser 8 mil e, no próximo ano, 10 mil, como observado na figura 12. Além disso, ao unir as duas potências midiáticas, os cenários de conflitos haviam desaparecido, ao menos entre disputas pelo mesmo bem simbólico.

Para dar maior solidez, a imprensa colonial católica se reuniu para desenvolver uma vida melhor, para tornar os jornais um ambiente vasto e de agradáveis assuntos, a redação dos dois Semanários *La staffeta Riograndense* e *I Corriere d'Italia* se uniram. Já no mês de julho, em seu exemplar número 1, o jornal será um só, ele será o apoiador de todas as competições políticas e de todo o povo católico, por favor, dê todo apoio ao nosso bravo jornal. [...] seremos o porta-voz dos sentimentos católicos, dos nossos bons colonizadores. (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 29 de junho de 1927, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A união representava “uma voz católica”, o que, mais uma vez, demonstra a importância do ambiente religioso midiático, o campo, o lugar de encontro de todos os outros campos sociais. Não se trata de um ambiente isolado, mas de um dispositivo simbólico que altera a percepção da sociedade, o ambiente de informação, o ethos midiático, que era, de maneira mais expressiva, exercido no período. O jornal possuía legitimidade, apelo e reconhecimento, o resultado de três instâncias discursivas que garantiam um poder expressivo ao dispositivo impresso.

Mesmo com a união, a opinião sobre Benito não mudará, discursivamente, ele permanece como o personagem central de uma trama de conquistas e reviravoltas, a construção narrativa do personagem ganhava tons dramáticos:

Mussolini é um pequeno e modesto proprietário agrário: apenas alguns hectares de terra que lhe foram transmitidos pela herança do pai na sua Prcdapplo natal. Mas mesmo naquela pequena palmeira de terra, encontra uma forma de realizar experiências práticas e úteis. Portanto, agora ele está experimentando diferentes sementes de trigo para fazer as seleções adequadas e manter o melhor rendimento. (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 29 de junho de 1927, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A representatividade, o combate à modernidade ganhava mais proporção com os cerca de oito mil assinantes que, naquele período, faziam parte do quadro do periódico. Unificada e fortalecida, a imprensa católica entra na década de 1930 revigorada e ocupando um lugar de destaque em meio à sociedade colônia.

Figura 12 – A união dos Jornais – o monopólio da palavra católica na mídia.



Staffetta Riograndense: 29 de junho de 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

As representações identitárias são trazidas de maneira mais intensa no período, a partir de então, tendo unanimidade entre os colonos, o posicionamento e os discursos tornam-se mais nacionalistas, o apoio incondicional à Itália e envolvimento de Mussolini com o governo italiano deflagram essa afirmação.

A identidade, que é o resultado da mescla entre o indivíduo e sociedade: “É um fenômeno com dupla dimensão — pessoal e social — cujo desenvolvimento envolve processos psicológicos, culturais, econômicos e políticos” (ORTIZ, 1994, p. 135), de modo que todo o cenário mundial e local se torna ideal para que o jornal realmente expresse seu vínculo e sua face italiana. Por certo, a identidade do

imigrante, que ficou suprimida durante um período extenso, ao ganhar o reconhecimento midiático e legitimar-se também no campo religioso. Ao decorrer dos anos, Benito Mussolini ganha centralidade nas edições, herói, reconciliador, governante, salvador eram alguns dos sinônimos usados pelo folhetim. Nada discursivamente é sem intenção, o ditador reestrutura a identidade italiana, mesmo a dos imigrantes. A aproximação dele com ritos católicos ganha evidência, ele torna-se símbolo de orgulho e prestígio da nação

A representação da cultura e da identidade dos imigrantes está alicerçada em evidenciar os modos de vida, ou seja, os traços, valores, atividades e assim por diante, podendo ser também por uma abordagem do interacionismo simbólico, um conceito de tornar presente algo, uma ideia ou valor. As representações nas mídias como parte dos discursos culturais e políticos inseridos em um meio social são vitais para uma abordagem teórica do reconhecimento, essa perspectiva remete ao fato que, nas mídias, as representações são construídas pelas ações sociais, ancoradas em campos sociais de interação, ou seja, a mídia católica ou protestante ganha destaque e alicerça-se nos padrões sociais para buscar o reconhecimento. Não se pode esquecer que o enunciador, ou seja, aquele que promove o discurso, também é afetado pela sociedade, por combinações sociais e culturais que resultaram no seu discurso. Os mapas discursivos são construídos a partir da experiência vivida pelo ator social, assim sendo, é preciso considerar a vida, a trajetória e a narrativa de um sujeito, assim como o ambiente e a história de seu texto.

Neste sentido, para compreender o significado, a intenção discursiva através do texto jornalístico, é preciso entender o contexto social e cultural ao qual o jornal fazia-se presente. Dessa forma, o momento de destaque social e de representatividade exponencial que o *Riograndense* vivenciava era, sem dúvida, um período de extrema importância para compreensão dos discursos e da construção do campo midiático religioso do Rio Grande do Sul

Ao retomar a identidade italiana, alicerçado também por Mussolini e o avanço do fascismo na Itália, a função moralizadora do jornal aparece mais do que nunca ressaltando sempre a pátria de origem.

Um movimento extremamente relevante começa a ocorrer no final da década de 20, com a ascensão de Vargas e já a sinalização da reaproximação da igreja com

o Estado, o periódico começa uma campanha ressaltando aspectos brasileiros de uma identidade ideal, ou seja, vira-se o foco para o Brasil, embora não se deixe a Itália e Benito de lado, os holofotes estão no processo de (re)protagonismo da igreja no campo religioso do país e do Rio Grande do Sul. Como destacado por diversos autores, a ação discursiva da igreja frente à possibilidade de tornar-se central no campo político gerou uma série de posicionamentos e ações.

Diferente dos Batistas de imigração, que, geralmente, tornam-se mais discretos, o jornal de Garibaldi torna-se porta-voz e vitrine para inúmeros embates e buscas por reconhecimento. Como ressalta Soares (2014), a Igreja Católica soube aproveitar-se da conjuntura política e social do período de 30, articulando suas estratégias, principalmente, na figura de D. João Becker, que, apesar de não ser objeto de nossa pesquisa, o seu papel é essencial nessa retomada católica.

Em janeiro de 1928, quando Vargas foi eleito “Presidente do Rio Grande do Sul”, o jornal trouxe a seguinte matéria, que pode ser observada na figura:

No dia em que sai esse número da *Staffetta*, um fato de suprema importância atrai a atenção de todos, **nessa gloriosa terra do Rio Grande**, a sucessão e substituição do Presidente do Estado, em todo o Brasil tamanha é a importância do Rio Grande na Federação e tamanha é realmente a extraordinária natureza do evento, os olhos estamos nestes dias estão no nosso Rio Grande. O ato assumirá um caráter de solenidade de uma notoriedade tão raramente alcançada, o que nos permite pensar que nos encontrarão no início de **uma nova era para nosso belo estado**. Eminentíssimas figuras da política carioca, de São Paulo e de vários estados da União passaram a formar ilustre estados formando uma ilustre deputação federal para aprovar e elevar os votos da União. (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 25 de janeiro de 1928, p. 1 tradução nossa, grifo nosso).

Figura 13 - Vargas surge como figura central.

IL NUOVO PRESIDENTE
del Rio Grande do Sul
Dr. Getulio Dornelles Vargas

Il giorno in cui esce questo numero della *Staffetta* un fatto di prima importanza attrae l'attenzione di tutti in questa forte e gloriosa terra del Rio Grande do Sul.

Il fatto si straordinario, che eccita l'attenzione generale è dunque la successione e sostituzione del Presidente dello Stato.

In tutto il Brasile, tal è l'importanza del Rio Grande nella Federazione e tale è realmente la straordinarietà del evento, gli occhi sono in questi giorni fissi sul nostro Rio Grande. L'atto dell'insediamento assumerà un carattere di solennità, di notorietà si poche volte raggiunto, che permette pensare che ci troviamo al principio d'una era nova per il nostro bello Stato. Personaggi politici eminenti di Rio, di S. Paolo e di numerosi stati dell'Unione sono venuti formando un'illustre deputazione federale per approvare e rialzare colle loro illustri persone e rappresentanze l'investizione del Dr. Getulio Vargas.

Se c'è da rallegrarsi veramente per un evento così nuovo nella storia attuale del Rio Grande, l'avvenire in breve lo dirà. Se il nuovo governo dimenticando i vecchi dissentimenti e gli assorbenti interessi d'un partito per scegliere le sue migliori energie dovunque si trovano, diventerà collo spirito di imparziale giustizia e di vera libertà un governo di tutti e per tutti, allora la bandiera del Rio Grande sventolerà sempre più briosa, sempre più forte e sempre più amata, ma se continuasse quello spirito partitario troppo stretto e necessariamente condannato al favoritismo e alle ar-

lotte accanite colla parola, colla penna e colla spada svoltesi in questi ultimi anni, i governanti di oggi e di domani sapranno farsi accettare e stimare dalla collettività riograndense.



DR. GETULIO D. VARGAS

Il Presidente Dr. Getulio Vargas, che assume oggi le responsabilità del potere è un uomo di alto prestigio e di nobili vedute che ha saputo per le sue rare qualità conquistarsi già in tutti i mezzi sociali vive e durevoli simpatie. Elevato a ministro delle Finanze di tutto il Brasile egli era considerato dal Presidente della Repubblica come collaboratore eminente e prezioso ausiliare.

Si distingueva tra i numerosi uomini politici di peso che possiede l'immensa nazione. Egli venne scelto dopo diversi anni di perturbazioni politiche e sociali come sendo l'uomo atto a conciliare gli animi e ad acquistare i suffragi del popolo con una savia direzione degli affari pubblici.

Staffetta Riograndense: 25 de janeiro de 1928.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O tratamento dado ao fascismo na Itália seria retomado ao getulismo aqui no estado, a igreja e o periódico enxergam, na figura política e no poder simbólico gerido por Vargas, uma oportunidade de prosperar e reaver o controle sob aquilo que perdera. A importância dos personagens nos discursos, na trama narrativa, aparece como chave para compreender o posicionamento do impresso e, da mesma maneira, entender a lógica textual ao exaltar as figuras. As narrativas constroem heróis e vilões, baseados na lógica da assimetria, o discurso religioso midiático, da mesma maneira e, neste sentido, Bucci (2000) ressalta que um material midiático, em seu

fluxo de distribuição, elege sua trama, colocando personagens fabricados e que seguem uma narrativa dramática do factual, ou seja, baseado em situações reais, com comportamentos inventados. Não se interpreta que os textos, até aqui analisados, são jornalísticos, pois eles são carregados de um proselitismo que tem, como objetivo, a reestruturação do poder da igreja. Sobre isso, podemos compreender que os folhetins têm uma estrutura confessional:

A imprensa de caráter confessional, especificamente a católica, não podia ficar à margem de todo esse movimento de fundamentação, avaliação e interpretação históricas de periodismo. Primeiramente porque, em nível religioso, a produção impressa marcou, em graus ainda a aquilatar corretamente, a presença e a ação da Igreja sobre a sociedade brasileira. E, em segundo lugar, porque a imprensa, sobretudo os periódicos, foi canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para formar e informar (LUSTOSA, 1983, p. 8).

Assim posto, os jornais católicos, produzidos pela imprensa, possuem atribuições embasadas no seu posicionamento claro sobre o interesse da igreja. Sobre outros assuntos, porém, variam as tomadas de decisões, mas, como mostrado anteriormente, o mapa discursivo é guiado pela identidade do imigrante, pela moral e pela aversão ao modernismo. Para isso, na elaboração dos folhetins católicos, houve uma estratégia para subsidiar teórica e estruturalmente esses impressos por meio da Boa Imprensa e, dessa forma, ocupar a legitimidade do campo religioso midiático.

Para estruturar essa representatividade e reconhecimento, usa-se, como estratégia, a figura de um personagem do migrante e da não simetria discursiva, para que a palavra não seja contestada, assim, surgem afirmações como o heroísmo de Mussolini, o do governo próspero que estava por vir com Vargas. O que eles têm em comum? A honra, o prestígio, o reconhecimento e a fé em Deus e na igreja

Em 1929, na edição do dia 18 de setembro, há uma evidência incontestável do que foi apresentado. Na primeira folha do jornal, há, em italiano e português, o destaque da candidatura de Vargas para 1930. Isso demonstra o início de um sincretismo cultural e o apoio a Getúlio e suas ideias, principalmente, de deliberar mais poder ao catolicismo.

Belo Discurso de um sacerdote dirigido ao Ilmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Getúlio Vargas, Candidato à Presidência.

Dentre as tantas reuniões de comissões e entusiásticas manifestações dirigidas ao Presidente do Estado para divulgar sua candidatura, **estamos falando de uma que ocorreu com grande afluência de pessoas, uma festa no grande bairro de S. João, imenso subúrbio da capital.** Tudo estava bem-organizado e mesmo à noite, a luz inundou a assembleia. Depois de um almoço leve, começaram as palestras... **Só queremos relatar aqui porque o espaço é limitado, o discurso magnífico que o Reverendo Pároco de S. Oeraldo, Padre Benjamin fez,** foi magnífico, mostrou, verdadeiramente, seu dou e sua honra. (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 18 de setembro de 1929, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

O texto deixa nítida sua intenção, o apoio a Getúlio é incondicional, sua tendência político-administrativa ia ao encontro dos interesses do clero. Ao relator o evento, certamente, seria trazido um discurso feito por um padre. O jornal segue com a narrativa, em português, da fala do reverendo e do restante do comício.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, não extranha V. que seja um sacerdote o escolhido para vos falar neste momento, em nome do districto operário por excellencia. Não pertenço a nenhum parti do político, porque o sacerdote deve ser de todos os partidos; mas sou filho desta terra e ministro da religião **por minha terra devo ser patriota.** O patriotismo não é simplesmente uma chimera; mas um verdadeiro parentesco de sangue com a terra em quo nascemos. Todos temos em nossas veias alguma coisa da majestade de nossas florestas, da grandeza de nossos rios, **Todos temos nossas veias alguma cousa da majestade de nossas florestas , da grandeza de nossos rios , do borbulhar estonteente de nossas cachoeiras, da riqueza de nossos minérios, do esplendor de nossas pedras,** e consequentemente experimentamos sentimentos semelhantes em todos os acontecimentos que se desenrolam no recinto desta grande nação E este influxo, e esta semelhança de sentimentos é que attingem tambem a este filho sacerdote do Brasil , neste momento. (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 18 de setembro de 1929, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A fala do sacerdote ganha toda a primeira página do jornal e ainda a matéria é dividida em outros subtítulos. Por isso, trazemos as principais narrativas da edição juntamente com a análise de cada uma. Há uma tentativa de distanciamento entre questões políticas e religiosas no discurso anteriormente referido, porém o campo religioso midiático está interligado com a política brasileira e estadual. Mesmo afirmando que o sacerdote não pertence a nenhum partido, somente a presença e a

representatividade que o jornal dá a Getúlio e ao discurso proferido denunciam o seu enquadramento. Ponto relevante também é a relação em que o sacerdote trata de sua identidade como patriota e brasileiro, as características elencadas como a beleza, a natureza, o minério, dentre outros, são todas marcas visuais da natureza, não da identidade e da cultura brasileira, então, exalta-se, mais uma vez, a identidade do povo brasileiro como povoado que pertence a um país muito rico, muito belo, não se trata sobre o prestígio, honra ou sobre os traços culturais e identitários do povo do Rio Grande do Sul.

O texto segue, imaginando a grande vitória:

A vossa candidatura parece-me uma victoria. E quando venceres Dr. Getulio Vargas, entre nossos applausos e palmas, vencerás. E quando tiverdes entra do Guanabara adentro, levante vosso olhar para o alto. No cimo do Corcovado estará então, O Christo redemptor de braços abertos. Que o Christo Redemptor dos braços abertos vos receba! Que o Christo Redemptor dos braços abertos vos ilumine em vosso governo! Que o Christo Redemptor vos premie vossos esforços em prol da terra do Cruzeiro! Que o Christo Redemptor nos restitua vossa pessoa coroada com os louros sublimes dele regenerador de um regimen, libertador da liberdade. (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 18 de setembro de 1929, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A vitória de Vargas era considerada certa pelo jornal e, ademais, ao vencer a eleição, o novo presidente seria recebido pelo Cristo Redentor de braços abertos e ele contemplaria e realizaria a união entre o catolicismo e o Estado. Por isso, a identidade italiana e as notícias sobre a Itália tornam-se menos recorrentes do que já foram, por exemplo, nos anos de 1922 a 1927, Getúlio passa a ser central no folhetim semanal e figura importante de articulação entre o governo e a igreja. O campo religioso midiático se intensificaria e ganharia novos traços na década de 30 a 40, como elucidado no último capítulo da tese.

3. O PROTESTANTISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A proposta deste terceiro capítulo é apresentar a trajetória do protestantismo, a fim de compreender as divergências geradoras de tensionamentos com o catolicismo desde o seu surgimento na Europa até a chegada ao Brasil e, sobretudo, ao Rio Grande do Sul. É com base na historiografia e na sociologia da religião que alicerçamos os conceitos de protestantismo de missão e imigração articulados à temática batista. Dessa forma, o arcabouço teórico contribuirá para refletir acerca da formação e consolidação da religião batista no estado. Além disso, o catolicismo também será abordado, contudo, de maneira mais concisa, visto que já foi discutido de modo mais acentuado no capítulo anterior.

3.1 OS PROTESTANTES: REVENDO SUA GÊNESE E CONCEITOS.

Segundo Dreher (2002), a formulação assim como as primeiras utilizações do termo “protestantismo” está diretamente ligada às Dietas de Espira, que ocorreram no então Sacro Império Romano Germânico¹⁸ (800 – 1806), a primeira delas no ano de 1526, em que questões religiosas decorrentes do movimento reformatório de Lutero começam a modificar a sociedade. A grande mudança é que, com a primeira Dieta, fica a critério do príncipe decidir a religião de sua área administrava. Se o príncipe fosse luterano, todos seus súditos seriam luteranos. Se ele fosse católico, todos os seus subordinados seriam católicos. Klein (2015) ressalta que esse movimento de aproximação e, em certa medida, de liberdade religiosa, foi possível pela adesão de parte da nobreza ao luteranismo. Nesse viés, Walker (2006, p. 513) destaca:

Enquanto Roma assim se fortalecia no sul da Alemanha, a causa de Lutero recebia importantes adesões. A principal delas foi, em 1524, a do conde Filipe de Hesse (1518-1571), o mais hábil político dentre os príncipes luteranos. Ao mesmo tempo, Alberto da Prússia, grão-mestre dos cavaleiros teutônicos, Jorge de Brandenburgo, Henrique de Mecklenburgo e Alberto de Mansfeld demonstravam decidido interesse na causa evangélica. Em 1524 também foram ganhas as importantes cidades de Magdeburgo, Nuremberg, Estrasburgo, Augburgo, Esslingen e outras de menor importância.

¹⁸ O Sacro Império Romano Germânico foi uma união complexa de Estados situados na Europa Central e do Norte, que teve início com o Império Carolíngio e desintegrou-se durante as guerras napoleônicas.

Nesse momento de crescimento e legitimação do luteranismo, há retaliações e embates entre católicos e protestantes. Por exemplo, como tentativa de frear a expansão protestante, em 1525, no Norte e centro da Alemanha, foi instituída a liga de Dessau pelo duque Jorge da Saxônia e outros príncipes católicos. Em contrapartida, de acordo com Walker (2004), Filipe de Hesse e o novo príncipe João da Saxônia organizaram, em Torgau, uma liga luterana.

Em janeiro de 1526, a vitória do imperador Romano-Germânico Carlos V, que era favorável ao catolicismo, sobre o então rei da França, Francisco I, garante a assinatura do tratado de Madrid. No acordo, Francisco I, em troca de sua liberdade, compromete-se a unir esforços para erradicar a heresia do luteranismo e, de fato, cumprir o que foi decidido no tratado de Worms¹⁹, que, por apoio de alguns príncipes e problemas políticos da época, ainda não fora cumprido.

O protestantismo estava a poucos momentos de ser erradicado, porém, desfechos políticos e até mesmo o Papa foram decisivos para a sobrevivência da religião. O Papa Clemente VII estava bastante preocupado com o aumento do poder imperial de Carlos V, de modo que, buscando frear seus avanços, uniu-se a Francisco I, que, por sua vez, repudiou o tratado de Madrid, suas forças reuniam-se a França, ao papa, Florença e Veneza contra o imperador.

Carlos V estava ocupado e enfraquecido demais para prosseguir sua luta contra Lutero. Em vista disso, como salienta Martina (1997), ocorre em Espira (1526) uma nova dieta, em que fica decidido que, até um novo concílio ou assembleia nacional, cada governante territorial tinha direito de conduzir as diretrizes religiosas de suas terras. A resolução mencionada foi basilar para a expansão do movimento reformatório, assim como força para a criação das igrejas territoriais.

A primeira reforma religiosa, por si só, evidencia o conflito que se formava no campo religioso. Como Dreher (2002) aponta em seu trabalho, a situação da primeira Dieta altera-se em decorrência de uma nova vitória de Carlos V sobre o até então rei

¹⁹ De acordo com Martina (1997), em Worms, 1521, diante de diversos príncipes alemães, ao ser obrigado a retratar-se de seus erros, Lutero negou-se e argumentou a seu favor. Sendo condenado, então, através do Edito de Worms, assinado por Carlos V, em de maio de 1521, banuiu-se Lutero e seus seguidores por seus "erros doutrinários" e pela rebelião contra a autoridade do Estado e da Igreja.

francês, Francisco I. Resolvidos os problemas externos, o Imperador convocou nova Dieta em Espira, ocorrida em 1529, visando reconquistar o controle imperial da questão religiosa. Isso deveria ser obtido a partir da anulação do acordo alcançado na Dieta anterior de Espira, em 1526, e a aplicação do Edito de Worms em todo território do Império.

Essa superação política fez com que o partido católico se sobressaísse, voltando, assim, a ter grande influência na Alemanha. Na segunda Dieta de Espira, resumidamente, além de eliminar as modificações provocadas pela primeira, posiciona-se contra a resolução de 1526, que garantia que os príncipes tivessem a liberdade para escolher a religião de seu povo.

Walker (2004) destaca que tal fato impulsionou uma reação dos príncipes luteranos que apresentaram um protesto oficial, tal documento foi assinado por cinco príncipes imperiais: João da Saxônia Eleitoral, Filipe de Hesse, Jorge de Brandenburgo, Wolfgang de Anhalt e Ernesto de Braunschweig, além de 14 cidades autônomas. O protesto de Espira, inspirado na posição de Lutero em Worms, além de dar origem ao termo “protestante”, criou uma separação que não viria a ser superada. Nas palavras de Dreher (2002): “(...) em 19 de abril, cinco príncipes da ‘nova fé’ e 14 cidades apresentavam uma solene ‘apelação’ e um protesto formal e oral, resumindo a ‘apelação’ fato que lhes valeu o título de protestante.” (DREHER, 2002, p. 116).

O imperador novamente havia recuperado seu poder, ainda com ainda mais prestígio, com apoio de Felipe I e do Papa Clemente VII, poderia exercer seu poder sobre os protestantes. Porém, uma nova ameaça surgira, Solimão, o magnífico, liderava um imenso exército turco e estava em Viena, decidido a invadir o império. Martina (1997) reflete que Carlos V sabia que era necessário o apoio de todos os príncipes germânicos para vencer a guerra, para isso, convocou nova dieta, em Augsburg. A Dieta iniciou sob grande tensão. Havia abertamente dois partidos. Os assim chamados "protestantes" e os católicos. Carlos V deu ordens para que os protestantes apresentassem uma confissão de fé diante da Dieta, isto é, um documento em que publicamente expusessem as doutrinas que professavam. Essa declaração foi apresentada perante a Dieta no dia 25 de junho 1530, causando grande impacto. Foi chamada de confissão Augsburgo, elaborada por Felipe Melanchton, com auxílio de Lutero. O imperador ainda desejava o retorno dos

luteranos ao seio da Igreja Católica, inclusive ameaçando-os, mas, do outro lado, estava Solimão, irredutível em qualquer negociação, disposto a pôr um fim no império Romano-Germânico, o que obrigou a Carlos V assinar um acordo de paz com os protestantes, chamado de Tratado de Paz de Nuremberg, o que se deu em 1532, e que garantia aos príncipes o direito de livre escolha religiosa, fomentando o crescimento do protestantismo.

Dreher (2003) reflete que Paul Tillich procurou tratar de um “princípio” e de uma concretização do protestantismo, levando em conta a sua pluralidade e a sua diversidade. Tendo em vista o crescimento extraordinário da religião que se espalhou pela Europa e pelo mundo, o protestantismo passa a ter aspectos divergentes com o passar dos anos, ou seja, novos significados, entrelaçando-se com outras culturas e formando novas igrejas protestantes que surgiram após a reforma, como a presbiteriana, a anglicana e a batista. Embora todas tenham o viés protestante, são diferentes em seus modos de interpretar o sagrado, evidenciando o pluralismo religioso/cultural de cada grupo religioso.

Após essa reflexão sobre origem do protestantismo, faremos um salto temporal já para o século XIX, elucidando a importância do período para a difusão das religiões protestantes. Diante disso, o referido século foi de importância ímpar para o protestantismo, em grande parte por sua difusão através das missões, período em que se expandiu o protestantismo para diversos continentes. Mendonça pondera sobre o tema:

Então, protestantes seriam aquelas igrejas originadas da Reforma ou que, embora surgidas posteriormente, guardam os princípios gerais do movimento. Estas igrejas compõem a grande família da Reforma: luteranas, presbiterianas, metodistas, congregacionais e batistas. Estas últimas, as batistas, também resistem ao conceito de protestantes por razões de ordem histórica, embora mantenham os princípios da Reforma. Creio não ser, por isso, necessário criar para elas uma categoria à parte. São integrantes do protestantismo chamado tradicional ou histórico, tanto sob o ponto de vista teológico como eclesiológico. Estes cinco ramos ou famílias da Reforma multiplica-se em numerosos sub-ramos, recebendo os mais diferentes nomes, mas que, ao guardar os princípios fundantes, podem ser incluídos no universo do protestantismo propriamente dito. (MENDONÇA, 2005, p. 51).

A reforma protestante teve impacto diferente em sua estruturação no campo religioso, como ressalta Vieira (1980), enquanto, na Alemanha, luteranos combatiam

anabatistas²⁰, na América do Norte, a igreja buscava maneiras de surgir como dominação. Notamos que o campo religioso em diferentes culturas se estrutura de maneira também diversa. Não se trata de um movimento protestante único, mas um sistema diverso que se programou de muitas formas no mundo.

Para compreendermos o protestantismo, faz-se necessário abordá-lo a partir de algum recorte histórico. Neste sentido, no presente trabalho, optamos por fazê-lo a partir do recorte denominacional, ou seja, protestantes são igrejas que surgiram do movimento da Reforma, tendo ou não ligação histórica. Mendonça (2005) salienta que o protestantismo é um dos três principais ramos do cristianismo, ao lado do catolicismo romano e das igrejas orientais ou ortodoxas.

Além disso, o autor supracitado reflete sobre o protestantismo afirmando que o cristão protestante tem sua ligação direta com Deus através da fé, não sendo intermediado por santos, por ninguém. Sua fé é o instrumento de sua salvação, que é pautada através da bíblia, leitura que também não sofre intermédio, ou seja, o homem é o centro da sua religião. Parte dele, a partir de seu esforço, ter o contato com o sagrado.

Nas palavras do autor:

[...] o protestante é um indivíduo que professa uma religião individual, de consciência, que se inspira na interpretação direta e pessoal da Bíblia, pauta suas ações na ética racional do trabalho e na moral burguesa vitoriana. Sua racionalidade procura manter a distância a interferência do extraordinário no cotidiano, assim como sua individualidade o situa nos limites mínimos do poder sacerdotal ou eclesiástico. É uma religião quase secularizada e se aproxima, mesmo quando institucionalizada, de uma religião civil. (MENDONÇA, 2005. p. 55).

Ao encontro desse viés, segundo Weber (2004), as religiões protestantes proclamam o que até então não era racionalizado antes da modernidade, a esfera privada da religião. Podemos dizer que o protestantismo anuncia uma nova

²⁰ Segundo Walker (2004), os anabatistas são seguidores do anabatismo, conhecido como um grupo mais radical da Reforma Protestante. São assim chamados porque os convertidos deveriam batizar-se na idade adulta, neste sentido, eles rebatizavam todos os seus fiéis que já tivessem sido batizados quando crianças.

possibilidade de diálogo com o sagrado, permitindo ao sujeito contrapor as ideias oficiais da igreja, a partir de sua interpretação.

3.1.1 Os “rastros” conceitos de origens da religião batista

De acordo com Pereira (1979), existem três possíveis origens da religião batista, a primeira é conhecida como JJJ, o que significa Jerusalém-Jordão-João, outra é a do parentesco espiritual com os anabatistas do Século XVI. A terceira, por sua vez, é a teoria da origem dos separatistas ingleses do Século XVII.

A primeira versão, mais teleológica, diz respeito a uma linearidade, um laço entre João Batista que efetuava os batismos no Rio Jordão, sendo que essa versão acredita que a linhagem dos batistas é interrompida desde os tempos do referido acontecimento.

Outra teoria é a relação de parentesco com os anabatistas. Ela foi desenvolvida no século XVI por David Benedict, que publicou, em 1848, “Uma história geral de dominação Batista na América”. De acordo com Pereira (1979), essa vertente é mais forte que a primeira, defendida, inclusive, por Henry Newmann, considerado um grande e importante historiador Batista.

Por último, os Batistas originaram-se a partir dos separatistas ingleses, dentre os principais teólogos estão Augustus Hopkins Strong e Henry C. Vedder. De acordo com Bettencourt (1995, p. 39), “Smyth então administrou a si mesmo um segundo batismo [...] em consequência, seus companheiros, por ele convencidos da tese anabatista, o expulsaram da comunidade; Smyth não conseguiu ser admitido nem mesmo entre os menonitas”.

Essas mútuas origens ou teorias sobre ela é o que Maia (2012) classifica como a religião como modo de cultura, entendendo-se, portanto, que a religião demanda uma série de estruturas sociais, passando, inclusive, a organizá-las. Sendo assim:

Essas práticas implicam em comportamentos específicos que caracterizam o modo de agir dos membros. Por fim, as religiões apresentam um senso de propósito, um sentido para a existência dos fiéis. Este sentido da

existência permite aos indivíduos lidarem melhor com aspectos obscuros e transcendentais da vida cotidiana (Maia, 2012, p. 23).

Cada origem, teoria, princípio, parte de organizar a sociedade a partir de uma visão, seja pelo “rastros de sangue” ou pelo separatismo inglês. De onde viemos? É uma pergunta cuja resposta é basilar para organização dos padrões de uma religião.

[...] a igreja em sua condição de depositária e administradora de um carisma de função (ou de instituição), opõe-se, portanto, a seita visto como uma comunidade de pessoas qualificadas cismaticamente, de maneira estritamente pessoal, a empresa burocrática de salvação é incondicionalmente hostil ao carisma pessoal, isto é, profético, mítico ou exótico, que pretende indicar um caminho original em direção a Deus. (BOURDIEU, 2007, p. 95).

O autor responde-nos que as estruturas são construídas a partir de determinadas socializações, vindo por meio de modos já existentes nas sociedades e há uma aceitação de conformidade, ou seja, são maneiras de compreender o mundo de maneira estruturada, fazendo com que as pessoas legitimem certas formas de dominação, ou seja, uma dimensão simbólica. Desse modo, compreender e aceitar a religião ou a igreja significa agir conforme o campo que frequenta, ou seja, engajar-se nas ações e nos sistemas sociais daquela religião.

Conforme Keidann (2006), as igrejas batistas estão espalhadas pelo Rio Grande do Sul e são lideradas por grupos ou famílias, em geral, são denominadas de convenção ou de associação de igrejas. Por vezes, correspondências de transferências são enviadas, por muitas igrejas, mas é possível observar que apenas nas igrejas cooperantes com a convenção Batista brasileira²¹ (CBB) acontece o livre trânsito de membros de uma igreja para outra. Nas igrejas do Rio Grande do Sul, os crentes trocam de organização, mas há um certo constrangimento nessa transferência. Isso demonstra também uma diferença bem significativa entre as estruturas culturais da CBB e da CBP, basicamente, uma das características

²¹ A Convenção Batista Brasileira é uma das maiores organizações batistas da América do Sul, com cerca de 8753 igrejas, 4.944 Congregações. A CBB foi fundada em 1907, A. B. Deter, Zacharias Taylor e Salomão Ginsburg, todos eram missionários norte-americanos. Por isso, a organização é missionária, considerada também como protestante de missão. Ver Pereira (1979).

basilares dos batistas de imigração são que eles não aceitavam membros de outros grupos evangélicos a não ser que eles fossem aclamados ou rebatizados.

Entre as características teológicas dos batistas, a principal é a liberdade de consciência religiosa e que está presente nas matérias do *O Jornal Batista*, representando que eles sempre zelaram pela liberdade, sem exceção alguma. Essa liberdade baseia-se na aptidão para a religião, dando à alma a competência e responsabilidade diante de Deus para ler e interpretar a Bíblia. Significa, portanto, que ninguém pode obrigar alguém em assuntos religiosos, somente a própria pessoa escolhe no que acreditar e a responsabilidade pessoal diz respeito somente a Deus.

Algumas outras características dos batistas são: o batismo e a celebração da ceia. Sobre a questão do batismo, ele é somente realizado nas águas, ou seja, não é aceito o batismo por aspensão. É fundamental que ele permita a imersão ou o mergulho de corpo inteiro por parte daquele que está sendo batizado. " Para eles somente a imersão é batismo " (SILVA, 2012, p. 21). Outro fator é que ceia não é um transmitir a graça, como afirmada no padrão cristão, ela somente é celebrada por ser considerada um rito.

Os batistas da América do Norte, em particular nos Estados Unidos da América, estão ligados a um sentimento de liberdade. Uma das principais distinções dos batistas é a liberdade religiosa, como já mencionado anteriormente. Neste sentido, os batistas norte-americanos foram vitais para a Independência dos Estados Unidos, sendo que estão presentes também na Constituição federal de 1791, em que a sua presença se relaciona com a perseguição contra os dissidentes do período do rei Jaime I, que faz com que muitos fugissem da Inglaterra e desembarcassem, 1620, nos Estados Unidos.

Os batistas pioneiros no Rio Grande do Sul serão abordados mais adiante, trazendo a peculiaridade e a importância do protestantismo de imigração.

3.2 CENÁRIOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL

Abordamos o protestantismo no Brasil a partir da independência do país, buscando “costurar” e explicar o campo religioso no Brasil, entre 1824 e 1891, quando podemos dizer que a hegemonia católica no país pode ser questionada, ao menos politicamente.

A independência do Brasil gerou uma entrada maior de estrangeiros no país (muitos deles protestantes), algumas medidas eram necessárias para proteger e resguardar as práticas religiosas dos protestantes.

Vargas (2002) afirma que, com a chegada da família real, em 1808, houve uma série de mudanças no Brasil, por exemplo, com a abertura dos portos e o fluxo maior de pessoas, as teorias europeias começaram a adentrar no país. No final do século XIX, temos o início das Ciências Sociais no Brasil e, com elas, as primeiras teorias evolucionistas.

Dreher (2002) reflete que, desde o século XIX, começaram a tornar-se influentes, no Brasil, novos conceitos e movimentos surgidos na Europa, como exemplo, o iluminismo e alguns ideais americanos, até mesmo um liberalismo religioso, além de associações como a maçonaria. Com esse fluxo de pessoas, novas teorias chegaram e foram refutadas ou acolhidas entre intelectuais, líderes religiosos e líderes políticos do país. Essa troca cultural, teórica e ideológica também atuou como fonte para o processo do enfraquecimento do catolicismo e crescimento do protestantismo.

No Brasil, a Constituição imperial de 1824 já garantia o direito à liberdade religiosa a outras religiões, além do catolicismo, apesar da união entre Estado e Igreja Católica, sendo essa a religião oficial do império. Até a Proclamação da República, os protestantes enfrentariam sérias restrições no que diz respeito ao casamento civil, ao uso de cemitérios e à educação.

Neste sentido, para Matos (2010), embora a Constituição tenha sido de grande impacto e ensejado uma liberdade religiosa, ela também, no seu artigo 5º, priorizava o catolicismo, legitimando-o como religião oficial do país. Todas as Constituições, de

certa maneira, incluía a igreja no sistema de padroado²². A Igreja Católica no Brasil foi hegemônica durante quase quatro séculos, assim, o catolicismo começou a ser “contestado” a partir do século XIX, quando o protestantismo começa a chegar ao Brasil de uma maneira mais contundente.

Por outro lado, a igreja buscava manter sua hegemonia religiosa, nesse viés, com o pontificado do papa Pio IX (1846 - 1878), Roma começou a exercer maior controle sobre a igreja brasileira. Pio IX tem diversas Encíclicas, ou seja, cartas papais direcionadas aos bispos de todo o mundo, em que apontava a maneira correta da igreja portar-se. Dentre elas, a *Qui Pluribus*, de 1848; a *Nullis Certe Verbes*, de 1860; a *Quanta Coficiamur Moerore*, de 1863 e a *Quanta Cura*, de 1864 com seu anexo de 80 erros, o *Syllabus Errorun*. Todas as encíclicas tinham como objetivo combater a modernidade, e a última, sendo a mais incisiva de todas, listou os erros que estavam em progresso e que significavam um grande perigo para a Igreja.

O *Sílabo* de erros da encíclica *quanta cura* teve rápida difusão e avançou contra a maçonaria, numa época em que os principais estadistas brasileiros e o próprio imperador estavam ligados a essa associação. Isso acabou desencadeando um sério confronto entre a igreja e o governo. O período ficou conhecido como a “questão religiosa”, de 1870, sendo que tal embate operou como forte agente enfraquecedor da ligação entre Igreja e Estado.

Durante a república, o Estado oficializou sua independência frente à Igreja, a qual modificou parte de sua organização, que foi se tornando cada vez mais romanizada, trazendo até mesmo padres e bispos ao país. Bruneau (1974) destaca que o catolicismo, de forma geral, estava enfraquecido após a independência, perdendo muitos fiéis e, conseqüentemente, a legitimidade do campo religioso. Os bispos começaram a perceber a diminuição da evangelização durante o episcopado, em função disso, buscavam mudanças, como salienta o referido autor. O território brasileiro estava sem o controle da igreja naquele período. O clero não tinha crescimento comparado à população, o que resultava, em alguns locais, na ausência de padres.

²² Conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha, assim como ao Brasil. Instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Ver Azevedo (1975).

Matos (2010) ressalta que, no período supracitado, duas correntes formam-se no catolicismo, a primeira em São Paulo, considerada liberal e que pregava a extinção do celibato, já que isso ocorria em algumas regiões do país. O outro movimento possuía um cunho mais conservador e estava ligado ao ultramontanismo, defendendo a aproximação da igreja com Roma, tornando-a mais centralizada e com fortes regimentos quanto à doutrina e à disciplina do clero, sendo totalmente contra o fim do celibato, dentre outras posições mais conservadoras.

Conforme o autor supracitado, a segunda corrente, mais conservadora, avançou de melhor forma, garantindo um forte vínculo da igreja com Roma. Dessa maneira, há uma reforma nas diretrizes da igreja no Brasil, tornando-a muito mais ativa no cenário religioso. A igreja, então, punha o Papa como o cerne, sendo o seu chefe legítimo. Essa mudança de panorama e comportamento da igreja torna a relação entre ela e o Estado cada vez mais frágil, embora tal reforma tenha sido trazida da Europa, impulsionada por Pio IX, no Brasil, teve suas peculiaridades e foi ela o grande motor da chamada Questão Religiosa.

A questão religiosa, grosso modo, envolve a luta da igreja ultramontana *versus* a maçonaria, que ganhava cada vez mais força com o império liberal, uma vez que a hierarquia permitia que ela obedecesse diretamente ao império ao invés de outro líder, como o papa, por exemplo. O império era católico, porém, sua administração contava com muitos maçons, isso despertava a repulsa do episcopado ultramontano, que começa sua reforma contra a maçonaria, ameaçando de excomunhão a todos os políticos maçons.

Vieira (1980), ao ponderar sobre o assunto, afirma que Dom Vital, bispo em Olinda, proibiu a comemoração do aniversário de uma loja maçônica na cidade e ainda ordenou a excomunhão de todo o católico que frequentasse a loja. Isso gerou um mal-estar e mais um embate entre o governo e a igreja. O império prontamente reage ao episódio, ficando ao lado da maçonaria e decretando a prisão do bispo, forçando-o a quatro anos de trabalho que, depois de um ano, foi alterado para prisão comum.

Fato significativamente importante ocorreria após esses episódios, o clero, em sua maior parte, ficou a favor dos Bispos, ocasionando uma crise aguda entre o

Estado e a Igreja. Contudo, não somente a igreja perde um forte aliado, se, por um lado, o império era de vital importância para a estruturação da igreja, ela também era um alicerce do império. Após os fatos mencionados e as relações terem ficado bastante difíceis, o clero e o império cortam laços, o que resulta em fortes críticas do catolicismo ao governo. Já sem o apoio do exército e da igreja e com a elite brasileira insatisfeita, o imperador inicia, então, uma relação insustentável para a monarquia.

O futuro da igreja era incerto, o governo imperial fragilizado caminhava rumo a sua queda. O cenário religioso no Brasil torna-se instável de uma maneira antes nunca vista. Com a república e sua laicidade, o país fica ainda mais aberto a receber novas religiões e uma nova onda imigratória contribui para isso, como veremos a seguir.

3.3 O PROTESTANTISMO MISSIONÁRIO NO BRASIL

No decorrer do século XIX, os protestantes disputaram espaços no campo religioso, reivindicando direitos ao livre culto, casamentos e batismos em solo nacional. Foram cerca de 80 anos até a conquista de seus pedidos. Em 1890, através do decreto 119-A²³, o governo republicano consolidou a separação entre igreja e Estado, assegurando a todas as crenças religiosas o direito pleno e reconhecimento legal de suas atividades. Nesse novo período, identifica-se, no Brasil, duas fases: o protestantismo de missão e o protestantismo de imigração.

²³ O decreto nº 119-a de 07 de janeiro de 1890 - proíbe a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Art. 1º É proibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto. Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público. Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas. Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto. Decreto nº 119-a de 07 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.html. Acesso em: 20/10/2018.

O processo apresentado vinha explicitando o enfraquecimento gradual da Igreja Católica como alicerce do país. Ainda no império, o enfraquecimento do padroado, em conjunto com o espírito liberal efervescente, contribuiu para a abertura de brechas e inserção do protestantismo, reflexo disso é a distribuição de Bíblias por sociedades estrangeiras, como salienta Mendonça (2008). Com isso, a Constituição Republicana não tinha outra saída a não ser renunciar ao catolicismo como religião oficial.

Nas palavras do autor:

Assim, progressivamente, da constituição de 1824 até a de 1891, foi sendo reduzida a hegemonia católica, e os protestantes foram conquistando seu lugar no espaço social brasileiro. Vieram, espalhando sua bíblia e praticando seu culto dentro das normas legais muito restritivas tanto à propaganda religiosa como às formas arquitetônicas de seus lugares de seu serviço religioso. (MENDONÇA, 2008. p. 42).

De acordo com autor, após a Independência dos Estados Unidos, o cenário religioso modifica-se no mundo todo, houve a abertura, do que se pode chamar, de um mercado missionário. Para o autor, existe um tripé que assegura o desenvolvimento da sociedade cristã norte-americana, calcado a partir do voluntarismo e alicerçado no metodismo²⁴, sendo que a base desse alicerce é a religião, a moralidade e a educação. Por esse viés normativo e por uma série de acontecimentos, incluindo a forte expansão do capitalismo, a sociedade americana torna-se um modelo a ser seguido.

Ainda neste sentido, o protestantismo espalhou-se pelo mundo de uma maneira parecida com a que ocorre no Rio Grande do Sul com os batistas. Os protestantes, segundo Pereira (1982), chegam à América com um ideal de povoamento, pois, a maioria deles saía da Grã-Bretanha com o objetivo de construir uma nova vi

A religião quase sempre está entrelaçada com a sociedade, por vezes, é ponto de partida para conflitos ou crucial para manutenção deles. A participação dos

²⁴De acordo com Weber: "A enorme repercussão do movimento metodista, [Liderado por John Wesley] primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, contribuiu para transformá-lo mais tarde numa Igreja separada [...]". (WEBER, 2004, p. 286).

batistas nos Estados Unidos foi contundente no período revolucionário, eles ajudaram a combater os ingleses e a construir o Estado americano, um dos motivos para tal adesão foi o desejo pela liberdade religiosa que isso acarretaria, o que se mostrou verdade após a independência e o aumento de seus adeptos.

Após o primeiro momento de estruturação das juntas missionárias, a expansão do cristianismo protestante expande-se pelo século XIX e começa a ser exportada para outros países. As missões de evangelização levavam consigo um desejo de salvar o mundo do que consideravam atraso do catolicismo²⁵.

Por outro lado, o protestantismo chega ao Brasil no momento da abertura dos portos às nações amigas, como já contextualizado anteriormente. Contudo, diferente dos Estados Unidos, o país fora colonizado por uma vertente católica, presente e preponderante até o início da república, enraizando-se em diversos campos da sociedade. O protestantismo, na visão das missões missionárias protestantes, surge como uma ferramenta de salvação da nação, que, na perspectiva dos protestantes, era, não somente, atrasada, mas também herética. Prometendo uma evolução cultural e intelectual, a “nova religião” ganhava força na camada mais intelectual do país. Para os protestantes, a religião católica ia contra os ideais de uma religião que representava o cristianismo, seja pela adoração às imagens ou pelos rituais durante o culto²⁶. Mendonça disserta sobre a questão:

Certo desprestígio por causa do temível adversário que era o liberalismo, que ganhava corpo nos estratos superiores da sociedade, sem dúvida ligada à expansão das nações colonialistas protestantes, a dependência do padroado – que vinculava a igreja às decisões do poder político - e a própria situação interna da Igreja Católica constituíam pontos de enfraquecimento favoráveis à atividade agressiva das missões protestantes. Outro fator relativamente importante da liberdade que essa camada gozava era a localização. Na sua maioria, ela estava longe das sedes das grandes fazendas. Como estava também distante das vilas e, conseqüentemente, das paróquias, não era alcançada nem pela ação pastoral dos párocos nem pelas missões desenvolvidas pelos padres das ordens religiosas. Foi esse o espaço geográfico, social e religioso que se ofereceu às missões protestantes. (MENDONÇA, 2008. p. 135).

²⁵ Ver Mendonça 1990.

²⁶ Por culto, entende-se o ato público de adoração a Deus realizado pela igreja.

Tratando-se do Brasil, o autor destaca que a fé protestante não era conhecida, mesmo tendo duas tentativas de inserção no país. Sendo a primeira no Rio de Janeiro, com a chegada dos franceses e outra no Nordeste com Nassau, no século XVI e XVII, respectivamente. Além disso, o autor salienta que os missionários, chegados à metade do século XIX, tiveram muita dificuldade para se fixar. Poucos adeptos foram conquistados e houve um forte embate com a Igreja Católica. Somado ao fato de a constituição imperial permitir somente cultos em casas, não podendo ter nenhum tipo de templo. A língua era um empecilho para os primeiros cultos e para o trabalho de evangelização e enfrentamento da hostilização da religião dominante. Assim, o protestantismo missionário demorou até conseguir estruturar-se de forma efetiva.

Os protestantes foram mal-recebidos pela camada mais pobre da sociedade, que teve medo desses “intrusos”, diferente do grupo mais intelectual, que os recebia como os precursores da modernidade e do progresso. Diante disso, os missionários perceberam que um movimento estratégico seria necessário: o proselitismo²⁷ na camada popular do Brasil. Porém, como distribuir livros e folhetos se os habitantes brasileiros, em sua maioria, eram analfabetos? Naquele momento, os missionários protestantes passam a investir nas construções de colégios e seminários. Conforme a chegada de novos missionários, começaram a trabalhar em três frentes para conquistar o campo religioso brasileiro, como ressalta Mendonça (2008. p. 122):

O ideológico cujo objetivo era introduzir elementos transformadores na cultura brasileira a partir dos escalões mais elevados, e o instrumental cujo objetivo era auxiliar o proselitismo e a manutenção do culto protestante na camada inferior da população. O primeiro foi representado pelos grandes colégios americanos e o segundo pelas escolas paroquiais. O proselitismo, isto é, o esforço desenvolvido pelos protestantes para converter os católicos, constituiu-se no confronto direto com o catolicismo, uma vez que se tratava da tentativa de substituição de princípios e procedimentos religiosos profundamente arraigados em três séculos de livre concorrência.

É evidente que a educação era uma estratégia das companhias missionárias americanas para conquistar novos públicos. Para converter a falta de leitores, os

²⁷ Esforço que as igrejas protestantes faziam para converter a população a sua crença, que poderia ser de várias maneiras, como fundar jornais para evangelizar, distribuir folhetos, vendas de bíblias, cultos ao ar livre etc.

grupos religiosos construíram-no nas comunidades escolas para alfabetização, tendo como público-alvo as crianças. A mulher, por sua vez, teve papel fundamental nesse processo.

A propaganda protestante foi ferramenta importante para a conquista de novos adeptos, dentre os dispositivos para isso, o jornal impresso foi o mais utilizado. Inicialmente, eles escreviam para os jornais e, posteriormente, fundaram seus próprios periódicos, buscando sua legitimação perante a sociedade brasileira. Acerca dessa questão, *O Jornal Batista* publica, em sua edição de 10 anos, a seguinte notícia com o título: “Imprensa Batista Brasileira”:

O importante papel da imprensa na obra de qualquer propaganda, mormente, na de ideias religiosas, ninguém hoje contesta. **É a alavanca mais forte; e nas ideias religiosas, é um instrumento poderoso e um auxiliar sem igual, verdadeiramente indispensável.** (GINSBURG, *O Jornal Batista*, janeiro de 1910, p. 4, grifo nosso).

Em nosso grifo, fica nítida a valorização da imprensa para os batistas, sendo ela uma ferramenta para a busca de novos fiéis e para o combate direto ao catolicismo ou, por vezes, às outras religiões protestantes que ameaçassem o controle do campo religioso. O articulista do jornal continua:

Entre as denominações religiosas, que se jacta de ser mais liberal, mais sujeita ao livre exame, appellando mais para a luz da razão e da intelligencia, é sem dúvida a BAPISTA. Não temos "**Papas**" infalliveis cujas "**Bullas**" tenhamos que aceitar sob ameaça de excomunhão, sem direito de exame ou critica. Repellimos todo e qualquer tipo de congresso que queira impôr-nós o seu decreto infallivel. (GINSBURG, *O Jornal Batista*, janeiro de 1910, p. 4, grifo nosso).

Nos termos em destaque, o dispositivo impresso faz menção direta ao catolicismo e, segundo o periódico, os batistas diferenciam-se pelo uso da racionalidade e da razão, criticando diretamente o poder “infallível” do Papa²⁸, alegando não competir a nenhuma personalidade ou instituição a concentração do poder do julgamento infalível. Sendo assim, é evidente que a organização busca uma relação mais flexível com o sagrado, como referido anteriormente, como sendo uma

²⁸ O dogma da infalibilidade papal foi proclamado na constituição dogmática *Pastor Aeternus*, promulgada na Quarta Sessão do Concílio Vaticano I, em 1870, pelo papa Pio IX.

das características do protestantismo. Como ilustra Gertz (2004), a imprensa protestante de imigração, desempenha um papel também na identificação social, à preservação e à valorização da cultura alemã ou teuto-brasileira no país, servindo como forte legitimadora da identidade e ferramenta para o reconhecimento social.

Ademais, através do proselitismo, houve combates com o catolicismo, já que os missionários buscavam obter espaço, mesmo que essas formas fossem conflituosas com a religião oficial.

Mesmo com a investida das missões, o Brasil ainda era majoritariamente católico. Porém, várias igrejas protestantes formaram-se, sendo sua diversidade um ponto crucial, tendo diferentes denominações, embora o culto e a teologia fossem parecidos. Desse modo, a liberdade religiosa e o livre culto protestante foram sendo conquistados aos poucos, com tensões, avanços e pequenos retrocessos.

3.3.1 Os Batistas no Brasil

Teóricos em suas abordagens sobre a origem dos batistas apontam a existência de algumas similaridades entre o conjunto de crenças e tradições das primeiras comunidades e os anabatistas evangélicos (que também eram contrários ao batismo infantil), mas contestam a validade da hipótese que sugere a existência de uma continuidade histórica entre os dois grupos. A formação do movimento é atribuída por eles ao grande impacto causado pelas proposições da Reforma Protestante na Inglaterra, principalmente, a partir dos movimentos separatistas durante o século XVII. Teoria que parece mais plausível e que esta pesquisa adota.

Segundo Pereira (1979), os primeiros batistas chegaram no Brasil por volta de 1860. Porém, a tentativa de se fixarem no país falhou. Thomas Jefferson Bowen, o responsável por trazer a religião para cá, estava com problemas de saúde e, por esse motivo, logo voltou para os Estados Unidos. O relatório enviado por Bowen à Junta de Richmond²⁹ foi contra qualquer tipo de evangelização em nossas terras, o

²⁹ Órgão responsável pelas missões estrangeiras batistas.

que dificultou e atrasou a vinda deles para o Brasil. Os batistas norte-americanos só retornariam algum tempo depois, após a guerra da secessão³⁰.

Ainda conforme o autor, um marco na história batista no Brasil foi a vinda para o país de imigrantes (colonos) norte-americanos após a guerra mencionada. Sendo o Sul dos Estados Unidos derrotado pelas forças do norte, muitos sulistas pensaram em reconstituir suas vidas noutra lugar e, neste sentido, o Brasil um desses lugares escolhidos. D. Pedro II acolheu-os e eles estabeleceram-se em várias regiões da então Província de São Paulo. Dos dissidentes batistas, o grupo melhor sucedido foi o que ficou em Santa Bárbara, nas proximidades de Campinas-SP. Esses colonos pertenciam a várias denominações evangélicas: presbiterianos, metodistas, batistas, dentre outras. Depois de bem assentados, buscaram estabelecer também suas igrejas, o que, posteriormente, gera um longo debate na CBB (Convenção Batista Brasileira) sobre a formação da primeira igreja em solo nacional. Em setembro de 1871, foi inaugurada a primeira Igreja Batista em solo brasileiro, contudo, ela foi criada sem a intenção de pregar o evangelho aos brasileiros. Pelo contrário, continha o intuito de ser apenas para os próprios imigrantes manterem sua fé. No entanto, os batistas demonstravam querer fixar morada e expandir a religião, haja vista que, muitas vezes, dirigiam-se à junta das Missões pedindo, através de cartas, mais missionários, para, segundo eles, salvarem cada vez mais almas. Yamabuchi (2009, p. 55) reflete sobre o tópico:

Em 10 de setembro de 1871, com cerca de trinta membros, foi organizada a Igreja Batista em Santa Bárbara, sendo Richard Ratcliff (1831-1912), um colono, o seu primeiro pastor e o primeiro pastor batista no Brasil. Em 12 de outubro de 1872, a Igreja de Santa Bárbara enviou carta à Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, comunicando a organização da igreja e solicitando um estudo para a nomeação de missionários para o Brasil. (YAMABUCHI, 1996, p. 55).

Neste aspecto, o casal William Buck e Anne Luther foi de imensa importância para a estruturação dos batistas no Brasil, visto que eles, juntos, fundaram diversas

³⁰ **Guerra de Secessão (Guerra Civil)** foi um conflito militar que ocorreu nos Estados Unidos, entre os anos de 1861 e 1865. De um lado ficaram os estados do Sul (Confederados) contra os estados do Norte (União).

igrejas em solo brasileiro. Pereira (1979) ressalta que esse processo de estabilização do grupo religioso levantou uma série de questionamentos. Por exemplo, houve uma intensa discussão sobre onde seria o local ideal para começar a pregação, se em Santa Bárbara do Oeste - SP ou em outro local. Por ser mais populoso, o interior da Bahia foi o lugar escolhido para o início das pregações. Percebemos também a estratégia religiosa praticada, haja vista que o lugar escolhido possuía menos igrejas para disputar a posse do campo religioso. Contudo, a adaptação dos missionários em terras desconhecidas não foi fácil, há relatos trazidos pelo autor que apontam a rejeição por parte da população baiana aos batistas. O autor também salienta que o catolicismo ainda se fazia presente na raiz cultural do local. Em suas palavras:

Um Jovem se convertera em Plataforma, e Bagby resolveu batizá-lo no mar. Havia um bom lugar protegido por rochedos. Voltando do batismo, veio-lhes ao encontro um grupo, que ameaçou o pregador de morte, caso insistisse em pregar na casa do jovem convertido. Bagby não deu importância a ameaça. Mal começou a pregar, começou o tumulto. Uma pedra atingiu o missionário na frente, e ele caiu, sem sentidos. Recuperado, reassumiu a direção da reunião, mesmo porque um casal estava à espera, desde o início, para que Bagby lhes oficiasse o casamento. Nesse tempo ainda não havia sido instituído o casamento civil, mas era permitido aos ministros protestantes efetuar casamentos, desde que os noivos se declarassem a-católicos. Assim, Bagby efetuou o casamento, já quase à meia-noite. Muitos ficaram impressionados com tudo quanto viram e houve conversões. (PEREIRA, 1979, p. 22).

Yamabuchi (2009) destaca que, após conseguirem a estrutura necessária para acomodarem-se no novo local, inaugura-se a primeira Igreja Batista do Brasil, reconhecida com data oficial de 15 de outubro de 1892, tendo, como membros fundadores, os casais Bagby, Taylor e Teixeira Albuquerque.

Não obstante o quadro negativo que tinham pela frente, Bagby, Taylor e o ex-padre Albuquerque resolveram viajar para a então Província da Bahia, aonde chegaram no mês de agosto de 1882. Alugaram uma casa com um grande salão para os cultos. O propósito dessa obra foi o de evangelizar os brasileiros. Bagby já pregava na língua nativa e ainda contava com o auxílio de Albuquerque. A igreja foi organizada em 15 de outubro de 1882, com cinco membros: os Bagby, os Taylor e Albuquerque (a esposa de Albuquerque, Senhorinha, ainda não havia se decidido pela fé batista). (YAMABUCHI, 1996, p. 55).

De acordo com Mendonça (1990), a Igreja Batista tem forte impacto no campo religioso brasileiro, ultrapassando até mesmo os presbiterianos que tinham maioria no país, em se tratando de protestantes. O fato deve-se, segundo o autor³¹, primeiramente, pelos batistas serem incisivos e trabalharem fortemente contra o catolicismo, também por sua ética ser bastante rigorosa e, por fim, o ritual do batismo era bastante ressaltado e tornava-se uma “atração” para as demais pessoas³².

A ascensão da religião batista foi notória. Pouco tempo depois de seu surgimento, por volta de 20 anos, contava com 83 igrejas e quase cinco mil membros.

Pouco tempo depois, Bagby, Taylor e Albuquerque concordaram que precisavam expandir o trabalho batista pelo Brasil. Assim, em 1884, Bagby resolveu seguir para o sul, para o Rio de Janeiro onde organizou, com quatro membros, a Primeira Igreja Batista do Rio, “a Segunda Igreja Batista Brasileira”, e, de lá entendeu que podia pastorear também em Santa Bárbara, que já contava apenas com uma igreja (a Igreja de Santa Bárbara desapareceu em 1910). (YAMABUCHI, 1996, p. 60).

Ao encontro disso, o *Jornal Batista* publica, em sua primeira página, em 1901, Figura 14, relato sobre a fundação da Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro:

Os dois factos, cujo conjunto constituem a obrigação da Igreja Christa para salvaguardar a mocidade, são os seguintes: Primeiro; que a esperança de qualquer nação está na sua Mocidade, os futuros legisladores, estadistas e governadores são os jovens de hoje, e sómente quando estes são moralizados pelo Evangelho pode resultar a felicidade da nação. Segundo; que em nenhuma outra época da vida do homem são tão graves os perigos e tão ferozes os tações como durante a sua juventude. [...] em 1893, contando com um maior número de elementos, foi definitivamente originalizada a associação de Moços do Rio de Janeiro. (CLARK, O Jornal Batista, 01, 1901, p.1). [Grifo nosso].

Figura 14 - Primeiro exemplar de O Jornal Batista – janeiro de 1901.

³¹ Mendonça (1990) aponta cinco principais motivos para a difusão acelerada da religião batista no Brasil, além dos mencionados, há ainda: a prioridade da evangelização direta e a eclesiologia bem mais simples do que as outras igrejas tradicionais.



Fonte: O Jornal Batista, jan., 1901.

Silva (1998) destaca que o anti-catolicismo batista foi crucial para a rápida expansão da religião no Brasil, com fim do padroado e com a liberdade religiosa do período republicano, a maior expressão do protestantismo missionário no país. Além disso, fazendo uma relação com os presbiterianos, o autor ressalta que eles, por sua vez, foram mais brandos, não disputando os fiéis com a religião católica. Neste sentido, a reação combativa do clero foi maior com os batistas. *O Jornal Batista* elucida essas questões em suas páginas, como pode ser visto no trecho:

Em nenhuma parte do Brazil o papismo está tão encarniçado como estado Pernambuco. Allí os Implacáveis **emissários das trevas** disputam a ferro e fogo cada palmo fazer terreno; porém, os Valentes pernambucanos, embora tão instigados contra nós, se detém para escutar doce, e maravilhosa voz evangelho: Prova e véde que Senhor é bom; bem-aventurado o Homem que nelle confia. (TAYLOR, *O Jornal Batista*, 01, 1903, p. 3, grifo nosso).

De acordo com Pereira (1979), após a fundação da primeira Igreja Batista brasileira, foi também em Salvador que a Convenção Batista Brasileira foi estruturada. Havia cerca de quatro mil adeptos no país. Segundo ele:

Francisco Fulgêncio Soren foi eleito presidente da Convenção e Teodoro Teixeira foi o secretário. Eram quarenta e cinco os mensageiros presentes. Quarenta e cinco homens e mulheres bem corajosos e cheios de visão em face das decisões que tomaram. Uma delas foi a criação de uma Junta de Missões Estrangeiras e outra a criação de uma Junta de Missões Nacionais. (PEREIRA, 1979, p. 95)

O autor supracitado revela que missionários da Junta de Richmond, Salomão Ginsburg, A. B. Deter e Zacharias Taylor, conceberam, pela primeira vez, a ideia de criar uma Convenção Batista no Brasil, haja vista o notório crescimento da religião. A Convenção batista, foi concretizada em 22 de junho de 1907 e perdura por 112 anos no país.

Tais juntas tinham como intuito a evangelização de países estrangeiros, naquele momento foi criada também a Casa Publicadora, que tinha como função a elaboração de livros, folhetos e o principal dispositivo de comunicação batista: O *Jornal Batista*.

3.3.2 O jornal Baptista

O *Jornal Batista* é o órgão oficial de comunicação da Convenção Batista Brasileira. O dispositivo impresso surge no dia 10 de janeiro de 1901, no Rio de Janeiro, pelas mãos de W. E. Entzminger. Contudo, apenas na Assembleia da CBB do ano de 1909, realizada na cidade de Recife, é que a publicação se tornou o órgão oficial da Convenção, com o propósito de servir, instruir e divulgar as ações dos batistas brasileiros, além de defender a causa da denominação³³.

Figura 15 – O Jornal Baptista passa a ser órgão oficial da Convenção Batista Brasileira – janeiro de 1910.

³³ Informações consultadas no site www.batistas.com.br. Acesso em: 25/08/2017



Fonte: O Jornal Baptista.

Segundo Pereira (1979), W. E. Entzminger, formado pelo Seminário Batista de Louisville, nos Estados Unidos, foi especialmente o “homem da página impressa”. Além de escrever vários livros, que tiveram notória relevância para o preparo dos fiéis, ele foi o fundador de *O Jornal Batista*, em 1901, e da Casa Publicadora Batista, a editora e tipografia Batista, atualmente, a maior tipografia evangélica da América Latina.

O Jornal Batista apresenta em seu editorial uma saudação à nação brasileira, manifesta a natureza e o propósito do periódico denominacional, além de trazer informações e posicionamentos acerca de outras comunidades batistas no Brasil,

inclusive a do Rio Grande do Sul, fato que foi intensificado com a aproximação entre a Convenção Batista Brasileira e os Batistas Pioneiros, em 1925.

3. 4 PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Como mencionado anteriormente, em janeiro de 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, Dom João de Bragança, e a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, o governo imperial concedeu amplos privilégios aos imigrantes de qualquer nacionalidade ou religião.

Em fevereiro de 1810, Portugal assinou com a Inglaterra dois acordos: tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, este último, de acordo com Vieira (1980), em seu artigo 12, concedeu aos estrangeiros “perfeita liberdade de consciência” para praticarem sua fé. Tratava-se de uma tolerância limitada, porque vinha acompanhada da proibição de fazer prosélitos e de falar contra a religião oficial. Além disso, as capelas protestantes não teriam forma exterior de templo nem poderiam utilizar sinos.

De acordo com Mendonça (2008), até o momento da independência do Brasil, poucos protestantes habitavam aqui e nenhuma igreja havia sido construída. O protestantismo tinha baixíssima expressão. Como já mencionado anteriormente, com a independência, houve grande interesse de imigrantes virem ao país e a constituição Imperial de 1824 teve papel fundamental para a liberdade religiosa e pela força adquirida pelo protestantismo.

Dreher (2003) apresenta aspectos que determinaram a vinda de alemães e outros imigrantes europeus para o Brasil. Segundo o autor, ao decorrer do século XIX e início do XX, a maioria dos países da Europa, com o intuito de possibilitar a industrialização, com uma taxa altíssima de população e, conseqüentemente, de desempregados, utilizou a emigração como um dos meios para aliviar tensões sociais internas.

O autor argumenta que os colonos enxergavam na América a possibilidade de prosperidade muito mais rápida do que na Europa, devido a sua estrutura social ser menos rígida do que a europeia.

Cunha (1996) aponta a busca desses colonos alemães por melhores condições de vida, dignidade e trabalho, pois, para que alguém saia do seu lugar de origem, é preciso uma forte motivação.

Para que alguém emigre são necessárias razões suficientemente fortes, para que abandone o conhecido e busque o desconhecido com todos os riscos e implicações dessa decisão. Essas razões são principalmente econômicas, isto é, alguém é levado a emigrar por pobreza. São os pobres que emigram, e emigram quando sua vida tradicional se torna difícil ou impossível. Juntam então os últimos recursos, vendem seus trastes e partem na busca de um lugar onde supõem realizar suas esperanças. (CUNHA, 1996, p. 256).

Diante disso, o período de crescimento demográfico acentuado da Alemanha, no século XIX, impulsionado pelo capitalismo, como mostra o autor, resultou em um enorme excedente populacional nas cidades alemãs, com a lei de oferta e procura, o desemprego gera uma grande crise no país. Quem não encontrava opções de trabalho, buscava em outro local a oportunidade de trabalhar. Enquanto isso, no Brasil, tinha uma escassez de mão de obra.

[...] em 1800 apenas Berlim e Hamburgo têm mais de 100 mil habitantes e nenhuma ultrapassa os 200 mil; em 1850, Berlim tem 400 mil habitantes e Hamburgo, Breslau, Munique, Dresden e Colônia contam cada uma com uma população entre 100 mil e 150 mil habitantes; em 1870, a Alemanha já conta com mais de dez cidades com mais de 100 mil habitantes e Berlim tem quase 1 milhão (4). Enquanto isso, o campo e esvaziado de sua população agrícola em proporcionalidade com o crescimento industrial: em 1820, 80% da população alemã ativa se dedicava as atividades agrícolas; no ano de 1850 são apenas 65% e, em 1870, este percentual cai para 49% da população ativa, continuando em declínio até atingir, em 1910, somente 18% da população ativa ligada as atividades agrícolas (5). (CUNHA, 1991, p. 13).

A degradação do trabalho campesino foi ponto fundamental para o êxodo rural, as únicas formas de evitar a miséria completa das regiões ocidentais da Alemanha foram a indústria em domicílio rural (Verlag) e o assalariamento rural. Essa indústria em domicílio é “uma forma de produção surgida no século XV, onde o processo de fabricação se dá através da ação de operários trabalhando em casa” conforme aponta o autor supracitado (1996, p. 258). Tal trabalho é praticado em

maior escala no Oeste e no centro da Alemanha, tendo maior destaque nas regiões pobres, como assinala o autor.

A revolução industrial na Alemanha alcança seu ápice logo após a unificação do país, contudo, no início do processo imigratório para o Brasil, a Alemanha ainda não era unificada, ficando a cargo de cada Estado decidir e gerir a migração para o nosso país.

Como forma de unificação, sendo uma estratégia para fortalecimento industrial e uma maneira de facilitar o comércio, em 1834, foi criado a Zollverein, uma união das alfândegas de quase todos os Estados da Alemanha. A unificação consolida-se em 1871, após a vitória em busca da unificação do país, quando Guilherme I, com auxílio de Otto Von Bismarck, o *chanceler de ferro*, coroa-se imperador da Alemanha.

Em virtude da forte industrialização, a miséria aumenta ainda mais, tornando-se presente em quase todo território. De acordo com o autor, o primeiro surto industrial ocorre no Leste, em virtude do bloqueio continental, em 1806, seguido pela expansão do império napoleônico, até 1830, há uma freada na expansão da indústria, retornando em definitivo em 1850. Com isso, o trabalho camponês é praticamente extinto, migrando para a proletarização. “As cidades alemãs, principalmente as do Oeste, são o primeiro destino dos deserdados e expropriados e muitas vezes representam um trampolim para a migração internacional.” (CUNHA, 1996, p. 23).

O crescimento populacional na Alemanha fora tão acentuado, que, no Sudeste, mais precisamente na Saxônia, um dos territórios com maior índice de habitantes, de 1816 a 1880, o contingente populacional triplicou. Em conjunto com tal crescimento, o setor alimentício estava em crise, não havia comida para tanta gente, milhares mortos pela fome, entregues e sem opção, muitos buscavam a migração para tentar sobreviver.

A Saxônia é uma das regiões mais densamente povoadas da Alemanha. Ali no século XIX a densidade populacional cresce de 78,7 habitantes por quilômetro quadrado, em 1816, para 114,0 em 1840 e continua em ascensão até atingir 198,3 habitantes por quilômetro quadrado, **em 1880, e 233,6 habitantes por quilômetro quadrado em 1890**. A Silésia e a Boêmia, esta última junto ao rio Iser, abrigam em cada quilômetro quadrado

cerca de 69,0 habitantes em 1815, 80,7 habitantes em 1840, 94,4 em 1870 e 104,8 em 1890. (CUNHA, 1991, p. 30, grifo nosso).

Refletindo acerca dessa onda imigratória, o autor destaca que, o estabelecimento das colônias agrícolas no Brasil inicia em 1818, com dois decretos de D. João VI: um que ensejava a vinda de 1.500 famílias trazidas dos Açores para a Capitania do Rio Grande do Sul, para ocuparem pequenos lotes de terra. O segundo, permite a concessão de terras a estrangeiros, com a estratégia de aumentar a lavoura e a população. Tais objetivos visavam o aumento da população para promoção da riqueza do sul do país e, sobretudo, para defesa das fronteiras em tempos de guerra.

Neste sentido, inicia-se a vinda de estrangeiros para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Na província do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi fixada em lotes doados a alemães. Cunha (1996) ressalta que não havia um respaldo legal nessas primeiras ocupações alemãs em terras gaúchas, que, por exemplo, não receberam as vantagens dos colonos estabelecidos anteriormente em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

Em contrapartida, para o Brasil, a vinda desses imigrantes representou a oportunidade de recebimento de trabalho em substituição à mão de obra escrava, além de representar a possibilidade de uma qualificação no trabalho. O imigrante alemão no Rio Grande do Sul, segundo o discurso oficial, deveria abastecer os núcleos urbanos. Os imigrantes utilizariam sua própria força de trabalho e, assim, deveriam diminuir os efeitos da crise de mão de obra na produção de alimentos, povoando as áreas devolutas.

A substituição de mão de obra escrava é, para Dreher (2003), o aspecto de maior relevância para a vinda de imigrantes europeus. Outro objetivo da emigração para o Brasil foi o de branquear a população brasileira. Dada a preocupação das elites, que, em quantidade, era esmagadoramente inferior em relação aos negros, escravos ou libertos, mestiços e indígenas.

Por outro lado, Cunha (1996), ao encontro de Dreher (2003), salienta que a política de imigração no Brasil também é motivada por uma política de branqueamento da população brasileira. Contudo, nem todo o contingente de imigrantes era destinado a tal objetivo, dependendo da região que chegavam, os

imigrantes eram encaminhados de acordo com a demanda da localidade. Por exemplo, no Sudeste, substituíam o trabalho escravo, no Sul, deveriam ocupar as divisas do estado para fazer frente às possíveis invasões dos países vizinhos.

Neste sentido, sendo o império pressionado pela Inglaterra para abolir o tráfico africano, surge uma necessidade de substituir essa mão de obra que já não poderia ser advinda do tráfico escravista. Havia também, como mencionado anteriormente, uma demanda iminente de soldados para o exército, dada a realidade na Província do Rio Grande do Sul devido a seu aspecto de região fronteira e de constante combate contra os platinos.

Nas palavras do autor:

Portugal, durante as guerras napoleônicas, inteiramente dependente da potência inglesa, vê-se obrigado, pelo tratado de amizade e comércio assinado em 19 de fevereiro de 1810 (no 109 artigo) a condenar por princípio o tráfico e limitá-lo ao sul do Equador. Em 1817, Portugal assina nova convenção com a Inglaterra onde é prevista a completa extinção do tráfico negreiro e estipulada a mútua investigação de seu cumprimento. (CUNHA, 1991, p. 62).

Além da exigência de contribuição às forças do exército, as pequenas colônias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul possuíam uma função de abastecimento de alimentos para a força militar do país. Desse modo, comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios proprietários, poderiam restabelecer o equilíbrio e a ordem política, especialmente, se possuíssem familiaridade com o regime monárquico.

Prosseguindo, o menor fluxo de imigração, se comparado com a França, por exemplo, não impediu que, no século XIX, o país recebesse uma grande e significativa leva de imigrantes alemães.

A vinda de alemães para o Brasil está ligada ao fato do Imperador brasileiro, Dom Pedro I, ser casado com a Imperatriz Leopoldina Carolina Josefa, filha de Francisco II, Imperador do Sacro Império Romano e Imperador da Áustria. Como reflete Dreher (2003), a Imperatriz brasileira, de origem germânica, desempenhou papel fundamental como grande incentivadora para vinda dos alemães ao país, sendo que esses emigrantes passaram a ocupar terras devolutas (em abundância

no Rio Grande do Sul). A partir de manobras do império, cria-se a Real Feitoria do Linho Cânhamo, futura cidade de São Leopoldo, primeira colônia de imigração alemã no Brasil, fundada com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, na província do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que a maioria dessa população imigrante para o sul era protestante.

A política de imigração trouxe à província o desenvolvimento de outros setores da economia e a possibilidade de estruturar serviços de infraestrutura na região. Pensar na criação de classes sociais intermediárias no sul do país como forma de atenuar o poder das elites latifundiárias e escravocratas era outra preocupação existente. Assim sendo, é possível afirmar que a pequena propriedade, o mercado interno, a ocupação do território e a constituição de força militar são algumas das razões que levaram a uma política de colonização por parte do Império brasileiro.

De acordo com Keidann (1998), muitos imigrantes batistas também chegaram a esse novo continente em busca de melhores condições. Suas igrejas começaram a surgir, contudo, as práticas de perseguições na Grã-Bretanha continuaram. É curioso perceber que, mesmo com as perseguições, era crescente o número de adeptos no decorrer dos anos. No final do século XVII, acentuou-se certa tolerância e, onde havia uma liberdade maior, os batistas conseguiram crescer.

3.4.1 Os Batistas no Rio Grande do Sul: os pioneiros.

No Rio Grande do Sul, os precursores do movimento batista foram imigrantes alemães. O cenário de criação de novas igrejas e, sobretudo, a divisão do cenário religioso propiciaram novas disputas, tanto no ambiente do sagrado quanto no político, uma vez que, após ser proclamada a república, essas disputas saem de um espaço “legal” desempenhado pelo Estado e ganham outros campos, sendo a mídia impressa um dos principais dispositivos desses embates.

A chegada dos batistas no Rio Grande do Sul é resultado de um protestantismo de imigração, como salienta Dreher (2003), imigração que se inicia no final do século XIX, quando, em meados de 1881, Karl e Frida Feurharmel, (Figura 16) pioneiros e líderes dos migrantes alemães, juntamente com outros imigrantes, instalaram-se na Linha da Formosa, atual Vale do Sol, interior do município de Santa

Cruz do Sul. Isto significa que, para o autor, a imigração batista não foi de missão, com o intuito de evangelização. No entanto, os jornais nos dão indícios de que a missão não estava dissociada destes imigrantes protestantes.

Figura 16 - Karl e Frida Feuerharmel³⁴ – outubro de 1881.



Fonte: filme dos 60 anos da chegada dos Batistas no Rio Grande do Sul.

Os batistas pioneiros fixaram sua primeira igreja em 1893, a igreja batista IB alemã de Li-nha da Formosa, conforme ilustrado na figura 17, com 45 membros de altura, sob liderança do pastor August Matschulat. Segundo Reinke (2000), quatro igrejas formaram o pilar do movimento pioneiro batista no Rio Grande do Sul, sendo que, em 1893, chegaram a Ijuí imigrantes letos batistas, ocupando a região da Linha Onze Leste, fundando a segunda Igreja batista Leta, em 1895. Na cidade de Porto Alegre, em 1898, um grupo de batistas organizou a primeira igreja Evangélica Batista alemã (atual PIB POA). A quarta igreja foi organizada em Panambi, então chamada de Colônia NeuWuer-temberg, em 1906. Vale salientar que, em 1991, a PIB

³⁴ Fonte disponibilizada pela Faculdade Batista Pioneira - em maio de 2018. Acervo Organizado pelo Historiador André Reink. Filme dos 60 anos da chegada dos Batistas no Rio Grande do Sul.

Brasileira de Porto Alegre desligou-se da Convenção Batista do Rio Grande do Sul por motivo doutrinário, unindo-se a Convenção Batista Nacional.

Figura 17 - Primeira Igreja Batista do Rio Grande do Sul³⁵ - Li-nha Formosa – maio de 1910.



Fonte: Filme dos 60 anos da chegada dos Batistas no Rio Grande do Sul.

Essas Igrejas organizaram várias congregações, que se espalharam com diversos nomes. Em 31 de maio de 1909, os pioneiros, representados pelas quatro principais igrejas, reuniram-se em Ijuí, na segunda igreja Leta Batista, onde, em votação, decidiram organizar a Associação Estadual das Igrejas Batistas, que foi oficializada em 1910, surgindo, em 31 de maio do mesmo ano, na Li-nha Formosa, a “Associação das Igrejas Batistas do Rio Grande do Sul”.

³⁵ Fonte disponibilizada pela Faculdade Batista Pioneira - em maio de 2018. Acervo Organizado pelo Historiador André Reink. Filme dos 60 anos da chegada dos Batistas no Rio Grande do Sul.

Sobre a primeira convenção batista do Estado, o informativo “Sendboten” publicou a seguinte notícia, cuja imagem pode ser observada na figura 18, a seguir:

Nas comunidades da linha Formosa, de 15 a 17 de maio deste ano, a primeira conferência das comunidades Batistas se reuniu no Rio Grande do sul. Há um ano, ao mesmo tempo, em Ijuí, em um festival onde várias paróquias estavam representadas, elas se organizaram e concluíram que Deus queria ter a primeira conferência no Pentecostes em 1910. Finalmente, o tão esperado dia chegou. Os convidados presentes estavam lá: Ijuí, Invernada, Barão de Triunfo e Guaporé. As seguintes comunidades foram representadas por carta: Neu-Wuertenberg, Ramada, Guarani, Porto Alegre. Sra. Leimann, missionária (SENBOTEN, 10 de agosto de 1910, p. 1, tradução nossa).

Figura 18 - Primeira convenção batista do Estado³⁶.



Fonte: Filme dos 60 anos da chegada dos Batistas no Rio Grande do Sul.

Ao total, segundo fonte oficial do jornal Nachrichtenblatt, a organização religiosa instala-se, em 1918, conta com 365 membros, variando de acordo com cada ano, como veremos a seguir.

Tabela 1 - números de adeptos Batistas no Rio Grande do Sul - 1918.

Igreja Batista do Rio Grande do Sul, 1918:

³⁶ Fonte disponibilizada pela Faculdade Batista Pioneira - em maio de 2018. Acervo Organizado pelo Historiador André Reink.

Cidade	Membros
Linha Formosa	44
Porto Alegre:	66
New-Württemberg:	101
Republica, Guarany:	71
Capo Eré:	38
Alemã de Ijuhy:	36

Fonte: jornal Nachrichtenblatt – março 1919.

Muitos desdobramentos ocorreram desde a fundação da primeira associação, por exemplo, em 13 de maio de 1910, era organizada, em Porto Alegre, a primeira Igreja Batista Brasileira de Porto Alegre, sob a liderança do missionário Albert Lafayette Dunstan, enviado pela Junta de Missões Nacionais. Logo, outras igrejas foram organizadas no interior e na capital do Estado. A Igreja Leta desvinculou-se da Associação, por não se identificar com a língua alemã, e a Associação passou a chamar-se “Associação das Igrejas Batistas Alemãs do Rio Grande do Sul”, atual “Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil” (CBP).

Percebemos que, a partir desse marco, a Convenção Pioneira passou a ser exclusivamente oriunda da imigração alemã. Porém, no início de sua estruturação no estado, devido à criação de novas igrejas, os números de adeptos por santuário diminuíram, contudo, mais templos eram construídos pelo Rio Grande de Sul. De acordo com os números trazidos pelo jornal *Grüss Gott*, o total de fiéis chegava a 447 em menos de dois anos de igreja.

Tabela 2 - números de adeptos Batistas no Rio Grande do Sul - 1920.

Igreja Batista do Rio Grande do Sul, 1920:	
Cidade	Membros
Linha Formosa:	33
Leta de Ijuhy:	73

Porto Alegre:	54
New-Württemberg:	40
2ª de New-Württemberg:	17
Republica, Guarany:	43
Capo Eré:	38
Ijuhy Linha 18:	42
Ijuhy Linha 14:	28
Ijuhy Linha 5:	21
Santa Rosa:	31
Ijuhy Linha 28:	27

Fonte: jornal Grüss Gott – março de 1921.

A consolidação da religião batista estava a caminho, aos poucos a organização espalhava-se pelo estado, conforme o avanço das igrejas, mais adeptos juntam-se à prática batista. Em trecho do jornal, Friedrich Matschulat destaca a importância do informativo para a manutenção das igrejas, haja vista que não recebiam mais revistas da Alemanha, nem dos Estados Unidos, em função da Primeira Guerra Mundial.

No informativo, uma matéria enfatiza a modernização dos templos batistas, conforme pode ser observado:

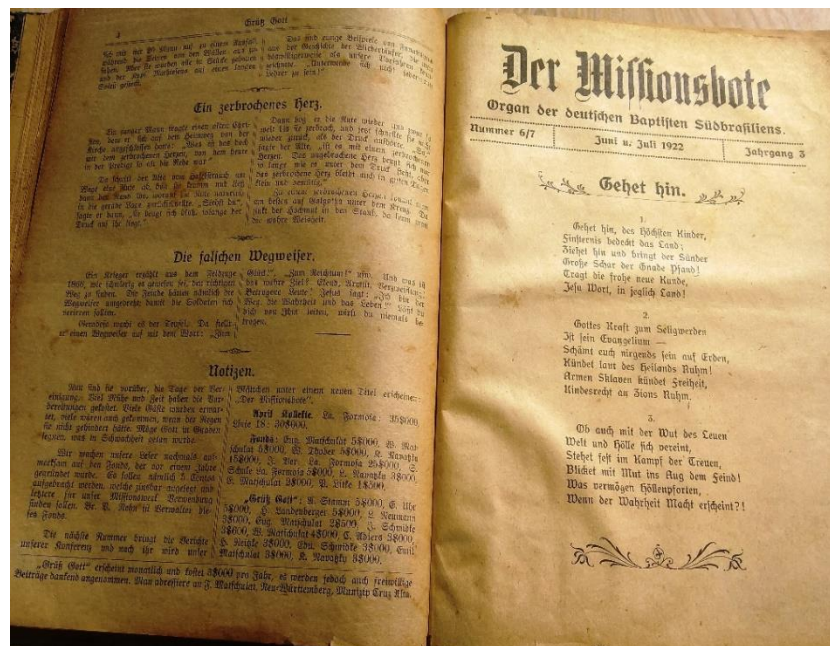
Nós nos alegramos em ouvir que em todas as colônias estão surgindo 'Casas de Deus', mas o que nos alegra ainda mais é que estes templos estão tendo uma boa aparência, tanto externa como interna. O que contribui bastante para um bom ambiente nos cultos à noite é a iluminação. Péssima iluminação ocasiona um ambiente sombrio. Nossos irmãos em Neu Württemberg (Panambi) estão ficando modernos, pois acabaram de instalar a luz elétrica em seu templo. Isto está certo. Nossos templos não devem ficar atrás de nossas residências e outras construções quanto à sua beleza e praticidade nas instalações. (MATSCHULAT, Grüss Gott, janeiro de 1919, p. 4).

A estética das igrejas mostrava-se de grande estima para os pastores, “o que nos alegra ainda mais é que estes templos estão tendo uma boa aparência, tanto externa como interna”, a atualização dos modos de culto e a tecnologia utilizada nos templos influenciava diretamente na satisfação dos fiéis.

Em maio de 1922, o último exemplar do Grüss Gott foi impresso, na última página, das quatro que normalmente o folhetim possuía, a chamada “notícia” informa alguns dados acerca das igrejas e anuncia que o dispositivo impresso religioso passaria a ser chamado de “Der Missionsbote”. Segundo o jornal: “O próximo verão trará os relatórios de nossa conferência e o folhetim sob um novo título ‘Der Missionsbote’”. (MATSCHULAT, Grüss Gott, maio, 1922, p. 4, tradução nossa).

Outro ponto relevante do folhetim foi a divulgação do custo do Grüss Gott: 3\$000 por ano, que eram arrecadados através de doação. Conforme ilustramos na imagem a seguir.

Figura 19 - Último Grüss Gott e primeiro Der Missionsbote



Fonte: Grüss Gott/Der Missionsbote – maio de 1922.

O primeiro *Der Missionsbote* é um marco histórico para o jornal impresso batista, nessa primeira edição, foram apresentados relatórios financeiros das igrejas e estatísticas de seus membros, como mostramos na terceira tabela. Na primeira folha, a poesia “Gehet hin” – Ide lá! –.

Tabela 3 - Relatório Financeiro 1922.

Relatório Financeiro, 1922			
Comunidade	Arrecadação por Cidade	Despesas	
Linha Formosa:	32.500	Viajem de pastores	700.00 0
Porto Alegre	85.100	Construção da Capela de Santa Rosa	200.00 0
New-Württemberg	82.000	Construção da Capela de Ijuhy	100.00 0
2ª de New-Württemberg	13.000	Conferências do Grüss Gott	126.00 0
Leta de Ijuhy	21.000	Despesas gerais com o Grüss Gott	5.400
Ijuhy Linha 18	25.000	----- -----	
Ijuhy Linha 5		Total arrecadado	1.960.5 20
Ijuhy Linha 28	16.000	Despesas totais	1.131.4 00
Ijuhy Linha 14	35.000	Restante em caixa.	829.12 0
Republica, Guarany	40.000	Observação: valor em Réis.	
Capo Eré	152.000		
Santa Rosa	46.000		
Outro	36.000		
Dinheiro em caixa até 1921	1.376.920		
Total arrecadado 1922	1.960.520		

Fonte: Der Missionsbote – julho de 1922.

Neste sentido, Giaretta aborda o assunto:

A colônia Erechim bateu recordes de rapidez em desenvolvimento, recebendo autonomia municipal em 1918. A Inspetoria de Terras e Colonização contribuiu muito para esse progresso, pois, em 1918, cadastrou

10.082 lotes rurais, 3.800 lotes urbanos, 868 km de rodovias, 2550 km de caminhos vicinais e construiu pontes. As regiões das colônias que não possuíam boas vias de transportes não suportavam o alto custo de levar o milho e o trigo até os centros maiores. Como o custo de transporte era muito alto, utilizava-se o milho para alimentar o suíno; quanto ao plantio do trigo, reduzia-se ao consumo próprio. (GIARETTA, 2008, p. 50).

Podemos observar o lucro considerável de Erechim/Capô Eré em relação às outras localidades, considerando o processo de desenvolvimento econômico vivenciado pela cidade no período em questão, sendo que Erechim/Capô Eré era uma das grandes potências do estado devido as colônias agrícolas.

No mesmo exemplar, a estatística de membros teve uma leve alta, de acordo com a tabela 4, a seguir, com um total de 470 membros, 23 a mais que a estatística anterior, de 1920.

Tabela 4 - números de adeptos Batistas no Rio Grande do Sul – 1921.

Igreja Batista do Rio Grande do Sul, 1921:	
Cidade	Membros
Linha Formosa	39
Leta de Ijuhy	83
Porto Alegre	45
New-Württemberg	51
2ª de New-Württemberg	16
Republica, Guarany	48
Capo Eré	36
Ijuhy Linha 18	43
Ijuhy Linha 14	31
Ijuhy Linha 5	21
Santa Rosa	32
Ijuhy Linha 28	25

Fonte: Der Missionsbote – julho de 1922.

Em relato registrado no folhetim, com publicação em fevereiro de 1925, o Pr. G. Henke informou sobre as dificuldades da passagem de ano novo, devido à revolta da coluna Prestes³⁷, assim, nas palavras do pastor:

Ao final do ano, de forma costumeira nos reunimos na casa de Deus e passamos ali, como já é tradicional, as últimas horas do ano que está findando. Como os nossos irmãos de outras igrejas foram impedidos de comparecer devido aos acontecimentos da revolução, só tivemos um pequeno grupo de pessoas presentes. (G. HENKE, Der Missionsbote, 06, 1925, p. 3).

Além disso, quatro integrantes das igrejas batistas foram detidos pelas tropas do exército e só seriam libertados mediante fiança, ademais, temos o registro que, por onde o exército passava, subjugava bens dos moradores, como cavalos, arreios, roupas, comida e dinheiro. Todo o episódio foi relatado no jornal. Essa não foi a primeira vez que a religião tinha problemas com o exército, anteriormente, em 1886, devido à carta de um pastor luterano, Frida Feurharmel fora acusada de curandeirismo, sendo conduzida até a cidade de Porto Alegre para prestar esclarecimentos. Esse fato que abordaremos no quarto capítulo deste trabalho. Nas palavras do jornal:

[...] Quatro dos nossos irmãos da segurança, apesar de serem admoestados a não irem, queriam ver esses hóspedes e ficaram aprisionados temporariamente e só foram liberados depois que um irmão deu como fiança um arreio novo do seu cavalo no valor de 200\$. No dia 2 de janeiro, o exército seguiu para Palmeira passando pelas propriedades dos nossos irmãos que moravam nas linhas 28 a 30 que perderam vários bens: G. Reinke – um arreio novo, L. Maip – 2 cavalos, P. Eickoff – 3 cavalos e miudezas, A. Schmidt – 3 cavalos, E. Pfeiffer – 1 bom cavalo de montaria, arreio novo e relógio de bolso, J. Pfeiffer – 1 cavalo, A. Kublik – 1 cavalo e 100\$, R. Schulz – 1 cavalo, capa de chuva e pelego, A. Pydd – 1 cavalo, P. Winter – 2 cavalos e miudezas, Martin Grubert – 1 terno novo, chapéu e capa de chuva. Até o Pr C. Swenson teve que entregar o seu cavalo, que recém havia adquirido por 250\$. Alguns dos nossos irmãos se comportaram como verdadeiros discípulos de Jesus, pois, durante o dia inteiro eles deram água para as tropas que passavam e, até onde havia reserva, também alimentos. No dia 3 de janeiro ouviram-se muitos tiros de espingardas e de canhões vindas do campo. Tropas do governo e dos rebeldes estavam se confrontando. Nossa oração foi: Senhor, livra-nos também do mal da revolução. (G. HENKE, Der Missionsbote, junho de 1925, p. 3).

³⁷ Movimento político, liderado por militares, suas bases eram contrárias ao governo da República Velha e às elites agrárias. Esse movimento ocorreu entre os anos de 1925 e 1927.

Em abril de 1925, ocorre uma modificação capital na filosofia da convenção Pioneira, com a chegada, ao Rio Grande do Sul, do casal norte-americano Harley e Alice Bagby Smith, precursores do trabalho missionário das igrejas brasileiras. Percebemos com esse fato que ocorre uma simbiose entre a então Convenção Pioneira e o propósito missionário da Convenção Batista Brasileira (CBB).

Em vista disso, no dia 17 de dezembro de 1925, foi organizada a “Convenção Batista do Rio Grande do Sul” (CBRS). De acordo com Reinke (2010), a convenção continha 45 mensageiros provenientes de 10 igrejas e tinha como objetivo congregar os batistas do estado no trabalho cooperativo de evangelização, missões e beneficência, características denominacionais presentes desde o século XVII. É importante salientar que a CBP não deixa de existir com a consolidação da CBRS, pelo contrário, obtém cada vez mais fiéis. Porém, há uma hierarquia consolidada na organização dos Batistas no estado e no Brasil, sendo a CBB tida como a “líder” do movimento no país, seguida no Rio Grande do Sul pela CBRS e, por último, a CBP.

3.4.2 A Muckerização Dos Pioneiros Batistas

A Revolta dos Muckers foi um embate que ocorreu no período de 1873 a 1874, em São Leopoldo, entre os representantes do Estado e os integrantes desse grupo religioso, liderada por Jacobina Mentz e João Maurer, imigrantes alemães. A religião representava um perigo iminente à administração política e religiosa da região, decorridos vários acontecimentos de conflitos e perseguições, os colonos conservadores organizaram um ataque aos muckers, tendo como liderança o Coronel Genuíno Sampaio. Segundo fontes oficiais da então província, o coronel e seus seguidores foram recebidos com extrema violência, houve um confronto armado, diversas mortes aconteceram e os muckers foram vencedores desse primeiro embate.

A notícia da derrota espalhou-se pelas regiões do Rio Grande do Sul. Genuíno Sampaio reforçou seus homens, pediu mais forças, cerca de quinhentos soldados, muita munição e quatro canhões. Casas dos simpatizantes e de membros foram

queimadas, os líderes perseguidos e mortos. Jacobina foi morta e teve sua boca cortada para não haver nenhuma chance de suas blasfêmias serem repetidas e servir como exemplo. Instaurou-se, então, uma memória de perseguição e ódio aos muckers, que vem sendo desconstruída somente nos dias atuais, mais de 100 anos após a “revolta”, conforme disserta Dreher (2017).

Em relato, Grellert, no jornal Batista Pioneiro de (1990, p.18), destaca a perseguição do que ele chama de “tragédia dos Muckers”: A tragédia em si ocorreu de 1873 a 1874, quase dez anos antes da imigração da família Feuerharmel para o Brasil.

Na chegada da família imigrante alemã nas terras gaúchas, instalou-se um desconforto evidente por parte de outras organizações religiosas que possuíam o poder religioso no estado, sendo elas católicas ou não. Uma medida para barrar a prospecção de fiéis e ganho de espaço político-religioso dos batistas no Rio Grande do Sul eram necessárias e, então, algumas medidas foram tomadas, conforme veremos a seguir.

Vale salientar que a semelhança entre o nome “Anabatista”, conhecidos como a “ala radical da reforma protestante”, e “batistas” influenciou para o início das acusações sofridas pela família Feuerharmel, embora os grupos sejam divergentes em inúmeros pontos. A ligação da memória da revolta dos muckers, que foram taxados como batistas, criava um cenário propício a novos conflitos e perseguições quando a família Feuerharmel chegou ao Rio Grande do Sul. Como destaca Grellert (1997, p.20), “a fama dos batistas fora manchada de antemão. O que pouco tempo depois traria consequências graves para a comunidade em Formosa.”.

O texto centra-se em problematizar os cultos religiosos batistas em um período que predominava a religião católica no país. Um dos principais motivos da perseguição aos batistas, episódio que também é conhecido como a Mukerização dos batistas, ocorreu quando um pastor que publicou, em maio de 1886, num almanaque, uma nota em que afirma que em Formosa havia uma parteira, mulher de Karl Feurharmel, que estava iniciando um movimento messiânico, semelhante a que Jacobina, dos Muckers, havia realizado no município de São Leopoldo.

A publicação mencionada causou um grande problema para os batistas pioneiros, pois muitos começaram a associar o movimento batista com o episódio dos Muckers, em São Leopoldo.

Diante da situação, as autoridades levaram presos quase todos os homens da comunidade batista e os líderes Karl Feuerharmel e Frida Feuerharmel também foram detidos. Para eles, a situação fora diferente, pois foram levados para o presídio do tribunal, em Porto Alegre, para serem interrogados. Os dois (Karl e Frida). A esperança era que, após o interrogatório, fossem considerados inocentes e pudessem reaver a sua liberdade. O que, pouco tempo depois, ocorreu.

Para que fosse realizada a liberdade, foi apelado a um renomado político alemão naturalizado, que foi representado nas páginas de OBP como pensador que se opunha politicamente à Monarquia e lutava pela República, indiretamente também pela separação entre Estado e Igreja, além da liberdade de religião, o deputado estadual, advogado e jornalista Karl von Koseritz.

Koseritz foi fundamental no processo, ele defendeu a comunidade religiosa dos batistas de Formosa em seu jornal, que tinha um peso muito expressivo, os grupos que se levantaram contra os Batistas também não conseguiram muitas provas contra eles, servindo a defesa de Koseritz para esfriamento das acusações.

3.4.3 O jornal O Batista Pioneiro

A circulação do jornal *O Batista Pioneiro* tem início em 1919, mas com o nome de *Nachrichtenblatt*, editado pelo Pr. Johann Landenberger, secretário da Convenção Pioneira. *Nachrichtenblatt* era um folhetim com o intuito de informar aos membros das igrejas no estado e no sul do país. O primeiro exemplar informa dados para outras igrejas da mesma congregação, sendo um dispositivo de comunicação entre elas.

O folhetim foi uma prévia do que vinha a seguir, nascendo, então, *GrüssGott*, criado a partir de uma necessidade de as igrejas trocarem informações, facilitando a integração entre diferentes locais. Segundo Reinke (2010), o responsável pela criação do periódico foi o Pastor e presidente da convenção Friedrich Matschular. O primeiro exemplar surge em 1919, com oito páginas, contendo notícias e artigos. O

jornal tem seu nome modificado em junho de 1922 e passa a chamar-se *Der Missionsbote*, trazendo consigo uma alteração entre os editais, passando a também divulgar os números de fiéis e de novas igrejas batistas no estado. Contudo, o periódico sofre com as mudanças de cenário político, principalmente com as leis de nacionalização impostas por Getúlio Vargas, no final da década de 30. Mesmo com algumas alterações nos editais de publicação, como acréscimo de páginas em português (inicialmente, poucas laudas eram destinadas à língua portuguesa), não foi suficiente para a manutenção da mídia impressa, que, em 1948, teve que encerrar suas atividades, retomadas em 1951.

Com a contínua mudança de cenário, tanto político, quanto cultural, o jornal passou a ser editado cada vez mais em português, visto que o número de leitores que não dominavam a língua alemã passou a ser cada vez maior. Assim sendo, em 1983, já quase que totalmente em português (contendo uma página em alemão), surge *O Batista Pioneiro*, com redação do Pastor e diretor do seminário teológico Bruno Seirz.

4 A PALAVRA É MINHA! A BUSCA DO RECONHECIMENTO DE IDENTIDADES NO RIO GRANDE DO SUL (1930 A 1950).

O último capítulo desta tese abordará as décadas de 1930 a 1950, ele é basilar, porque a época em questão foi crucial para um novo período do catolicismo brasileiro, assim como do protestantismo batista. Porém, há uma significativa mudança nas Estruturas Discursivas dos jornais abordados. O *Jornal Batista* tem uma estratégia de enunciação similar ao *Correio Riograndense*, ambos buscam a hegemonia e o reconhecimento de sua fé, para, assim, conquistar o campo religioso midiático. Contudo, O Pioneiro Batista mantém sua estratégia de permanecer o mais isento possível e é fortemente afetado durante o Estado Novo (1937 a 1945), inclusive, sendo fechado, obedecendo às políticas nacionalistas.

4.1 O CATOLICISMO E SUA REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA.

No dia 4 de novembro de 1930, Getúlio Vargas foi empossado e comanda o governo provisório, encerrando um antigo regime oligárquico presente até aquele momento. A década é importante para a consolidação do que, como apontado anteriormente, considera-se a tentativa de restauração da Igreja Católica no Brasil. O campo político e social foi essencial para a retomada desse capital simbólico, com o catolicismo tomando frente a vários movimentos de reestruturação de uma identidade nacional. Um dos líderes desse movimento foi D. Sebastião Leme, que, no mesmo ano, foi promovido a cardeal, no Rio de Janeiro.

Após o triunfo da Revolução, Leme procurou cada vez mais aproximar-se do governo. Em 1931, o Cardeal Leme organizou, no Rio de Janeiro, a “Semana da Padroeira do Brasil” (de 24 a 31 de maio), como destaca Soares (2014), o movimento foi político, com traços religiosos. O intuito do cardeal era demonstrar ao novo presidente as forças do catolicismo, seu alcance e seu prestígio. A igreja católica, mostrando toda sua hegemonia, demonstrava a Getúlio qual seria a religião ideal para o pleno reconhecimento.

Como abordado no capítulo anterior, o *Correio* apoiava Mussolini, ressaltava uma identidade católica e italiana, contudo, o novo regime era mais que bem-vindo, era a oportunidade de reaproximar o catolicismo com um movimento autoritário, no mesmo sentido da política do fascismo, ter a figura centralizadora de Vargas era ideal para a igreja retomar seu status, o que, mais tarde, aconteceria, assim sendo, o catolicismo buscava virar parte na identidade do brasileiro. O presidente sabia desse posicionamento e era favorável a ele, com os discursos de “salvar a nação, retomar sua dignidade, entre outros pontos nacionalistas.

Ao decorrer de 1930, o jornal não esconde seu apoio a Getúlio, inclusive passa, corriqueiramente, mensagens de apoio de seus leitores. Ao avançar dos meses e com o golpe cada vez mais evidente, o *Correio Riograndense* torna-se uma forma de proteção a Getúlio Vargas.

O impresso publica, no dia 28 de outubro de 1930, em sua primeira página, a notícia do final da revolução. Como mencionado anteriormente, Vargas torna-se um tipo de representação de um governo ideal e de um homem religioso, o que pode ser constatado na mensagem a seguir:

O Triunfo da Revolução: a revolução acabou. E terminou em triunfo completo. **Agradecemos ao Senhor tanto pela vitória quanto por abreviar os dias de luta. Rezemos fervorosamente de modo a que o Brasil, em plena e perfeita paz, possa rapidamente alcançar o progresso moral e material que o heroísmo de seus filhos tem como mérito.** O objetivo que deseja o novo governo é árduo e importante: mas esses saberão se portar dignamente se os acompanhar sempre **o espírito de sacrifício e de trabalho**; se a amada **pátria tiver o espírito do Senhor**. Com uma vida digna de cidadãos conscientes da grandeza ao qual **Deus dá ao próprio país.** (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 29 de outubro de 1930, p. 1tradução nossa, grifo nosso)

Notemos que a matéria é carregada de intenções ao falar do golpe e do novo governo provisório, há, claramente, uma mudança no que se refere à pátria, antes a pátria era a Itália e, neste ponto, o sentimento nacionalista refere-se ao Brasil. Segundo o jornal, “deve-se agradecer a Deus pela Vitória e por proteger os seus homens”, ou seja a Vitória de Vargas é uma Vitória de Deus” correio o correio deposita no novo formato de governo à expansão de um pensa grado, ou seja um homem de Deus está à frente do país, por isso, os cristãos devem apoiá-lo porque

ele trará de novo o catolicismo ao topo da hierarquia e do controle do campo religioso do Brasil.

Como já é marca registrada do jornal católico, ele traz a repercussão dos fatos ocorridos no Brasil em jornais de outros países, certamente, é uma estratégia para legitimar o seu discurso, mostrando que não é o único folhetim que apoia as decisões do governo. Esse tipo de recurso de enunciação é utilizado, muitas vezes, por ferramentas publicitárias, por exemplo: ao trazer um especialista para tratar das características de um produto produz-se no público um sentimento de certeza e de confiança no que está sendo apresentado, como mostrado a seguir:

Um cristão **exemplar O boletim dos terciários franciscanos da Itália** publica um **breve resumo da vida de um setor terciário, relatando fatos não tão comuns na vida de um cristão**. Rio - Estourou um movimento revolucionário nesta capital. O movimento é liderado por generais do exército e tem o apoio das forças terrestres e marítimas, da aviação militar. O depoimento do Dr. Luiz Washington é iminente. A notícia é posteriormente confirmada por telegramas do Dr. Getúlio Vargas e de sua Casa Civil. Os homens que ameaçavam Rio invadiram o salão. Unidades da equipe apoiaram o gesto dos fortes, hasteando a bandeira vermelha. Há uma grande exaltação nas mentes. As ruas estão lotadas de gente. Eventos notáveis são preparados. Os líderes do movimento em Porto Alegre - Intervêm aqui várias radiografias que o exército havia assumido em missão pacifista — Ele deu todas as garantias de vida ao presidente. Este respondeu que menos estava em jogo naquele momento era a sua vida. Depois da aposentadoria dos generais, foi formado o conselho provisório. Pouco depois, o Dr. Washington foi avisado de que a Polícia Militar não obedecia mais aos seus dirigentes, mas apenas ao general revolucionário. Enquanto isso, o prédio presidencial era cercado por canhões. A Junta Governativa Provisória telegrafou ao Dr. Getúlio Vargas convidando-o a assumir a presidência do governo do Brasil. Também é anunciado que as tropas gaúchas acompanharão o presidente ao Rio como garantia da nova ordem. As tropas paulistas na fronteira do Paraná com o estado de São Paulo se renderam. Assim fica aberta a marcha das tropas revolucionárias para S. Paulo, que será ocupada militantemente, colocadas em sentinelas com a baioneta em punho. **O Cardeal Leme Presidente por conta própria move as Verdadeiras intenções às 15h30 o Vigário gen. Dom Rosalvo Costa teve uma longa conferência com a Junta e com o Ministro.** (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 29 de outubro de 1930, p. 2, tradução nossa, grifo nosso)

Há inúmeros pontos que merecem destaque nesse anunciado, primeiramente, a forma discursiva: há criação de uma narrativa quase que heroica da tomada do poder pelo que é o governo provisório, segundo o folhetim, Getúlio Vargas assumiu o poder na presença e pela vontade de Deus. O semanário faz questão de ressaltar o apoio que a revolta possuía, em trechos que descreve as ruas tomadas de gente

e todos glorificando e apoiando um novo governo. Na última parte da matéria, quando tratam do cardeal, ficar explícita a nova relação que o catolicismo teria com o governo e, sem dúvida, uma tomada do poder simbólico da religião, entendendo que os gestores são, novamente, os católicos, o que por si só deflagra uma mudança pontual na construção e na produção de novos enunciados discursivos.

Obviamente, o discurso é carregado de uma ideologia, sendo que, neste sentido, Honneth (1996) concede particular atenção à coerência existente entre desenvolvimento dos indivíduos e práticas sociais de criação e de desrespeito, quando ele encontra alguns pontos-chaves sobre reconhecimento ou violação desse reconhecimento. Sendo assim, se, por um lado, compromete a condição essencial para a formação da própria autonomia, por outro, proporciona motivação moral para desencadear lutas por reconhecimento. Isso quer dizer que ao ascender novamente à posição ao lado do governo o catolicismo reestrutura o campo religioso midiático. Por reconhecimento distorcido, compreende-se como uma enunciação carregada de estereótipos negativos na representação dos sujeitos. Esses discursos podem promover a exclusão ou a banalização do mal, contar histórias particulares de maneiras que privilegiam algumas pessoas ou grupos e apresentar pontos de vista sobre outros.

A aproximação, contudo, não fica apenas na esfera discursiva, visto que, em 1931, o governo assina um termo de obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, o que demonstra, de maneira concreta, a atenção de Vargas ao catolicismo. Desde quando perder seu espaço em 1889, com a República, a igreja católica sempre buscou reaver esse espaço, a reivindicação de um ensino religioso nas escolas já era antiga, pois, eles afirmavam que o Brasil só encontraria realmente o sucesso se as crianças conhecessem Deus.

Sobre a enunciação, principalmente vinculada à representação negativa, o impresso publica uma matéria sobre a revista chamada *Pátria Nova* e que vai ao encontro dos ideais de Vargas, então, configurando-se como aliada. Porém, para exaltar a revista, o jornal critica uma série de outros impressos nacionais, afirmando que eles não passam de instrumentos voltados para o lucro, como constataremos no trecho citado. Ademais, outro fator relevante para a análise discursiva é que a matéria está na primeira página da edição do dia 24 de setembro de 1931, como pode ser observado na figura 20.

No Brasil, algumas revistas poluem o terreno. Revistas mundanas, econômicas, políticas, religiosas, de cultura, de "cavação". Há revistas que só têm um fim: obter prosperidade financeira dos seus proprietários. Inspirou-me essa nota uma revista graficamente falhada, uma publicação que não agrada aos olhos do comum dos leitores. Nada de papel lustroso, de clichês, de legendas rebuscadas tudo pensado e cristalizados tudo como uma ideia Patriótica, eu me refiro a Pátria Nova de São Paulo. Creio não haver regimes melhores nem piores porque, há países que a Coroa parece ser substituída pela República ao passo que há muitas repúblicas reclamando da intervenção de um imperador. Não constato na Pátria Nova a revista monarca que não reconhece nenhum fundamento no sistema republicano. **Vejo nela, porém, uma Sentinela do Brasil uma defensora intransigente do nosso patrimônio moral, é claro que a democracia é uma mentira, ela, de fato, não existe. Nenhum país e só o senso de ordem o centro da autoridade pode coibir os surtos da indisciplina.** A revista Pátria Nova seleciona ideias com o fim de demonstrar o erro dos que inspiraram a República e combate todos os fracassos acentuados que investiram contra as doutrinas que visavam minar os alicerces **da família católica brasileira.** Pátria Nova é uma revista brasileira que se opõe a podridão do meio, a penetração **bolchevista protestante e judaica** é uma revista nitidamente brasileira penetrada do espírito brasileiro desta hora de inquietude e fala, com sinceridade, do que realmente a nação brasileira precisa. (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 24 de setembro de 1931, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

A característica do interdiscurso faz-se presente mais uma vez, ao relacionar os textos produzidos pela revista, o jornal deixa claro que, para ter a característica necessária para o crescimento do Brasil, é imprescindível combater o mal comunista, ser fortificado a partir de um governo que manifeste liderança e autoritarismo. Como visto anteriormente, na função classificada como moralizadora, a imprensa local ganha novamente essa legitimidade para um discurso hegemônico. O campo político proporciona estabilidade para discursos mais polêmicos e doutrinadores, isso demonstra a simbiose entre a esfera política e religiosa, atravessadas pela mediatização da religião, sem dúvida, o campo religioso midiático é um dos dispositivos mais importantes para o cenário da época.

Figura 20 - *Pátria Nova* uma revista do bem.



Staffetta Riograndense: 24 de setembro de 1931.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Na segunda edição de maio daquele ano, sobre tal decreto, assim se referia o jornal: “a data de assinatura do decreto pode ser escrita em caracteres de ouro na história gloriosa do Brasil, já que tal decreto constitui o primeiro ímpeto de renovação espiritual e moral que deve levar o nosso país aos mais elevados destinos.” Getúlio Vargas era louvado e descrito como um genial e ilustre patriota, pela atitude de ter enfrentado todos os inimigos da civilidade e de não ter hesitado em dar aos “católicos o verdadeiro princípio da real liberdade, dirigindo o Brasil pela via segura de seu glorioso porvir”. Por vezes, o discurso é velado, ou seja, o enunciador constrói o seu texto para convencer o receptor de forma que ele não perceba ou perceba de forma sutil o texto produzido pelo *Correio Riograndense*, mas, nesse período, deixa de ser oculto, ele é explícito e carregado de ideologias. Ao encontro dessa percepção, para Pêcheux (1990), o discurso é uma forma de materialização ideológica. O sujeito é um emissor de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.

O autor supracitado refere como materialização ideológica os textos que perpassam os campos sociais, no contexto midiático que está inserida a sociedade, a partir da disseminação dos dispositivos de comunicação, as narrativas ganham uma importância jamais vista. Por isso, compreender os modos de produção de intenções desses discursos é entender a manipulação e administração do campo religioso das regiões.

Tais construções discursivas consideram todo o processo sócio-histórico da formação da linguagem, o texto é importante, mas ele é o acesso ao objeto discursivo e o que deve ser analisado pela AD é o mecanismo na produção do enunciado, as ideologias dos discursos. Certamente, existem diversas abordagens teórico-metodológicas acerca da enunciação, como a Análise Crítica Discursiva (ACD), porém, ela adequa-se a um processo de análise mais do textual do que da formação do arcabouço discursivo.

Os processos analisados são ideológicos, transformam a estrutura social na qual estão inseridos, tanto propenso à adequação ideológica e linguística quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Sendo assim, o discurso é uma atividade dialética que molda a sociedade sendo moldado por ela. A AD compreende que o sujeito é sempre condicionado por fatores sociais, por isso, a análise posiciona-se como um campo investigativo da sociedade, tende a analisar os processos de reprodução de poder a que são submetidos os sujeitos.

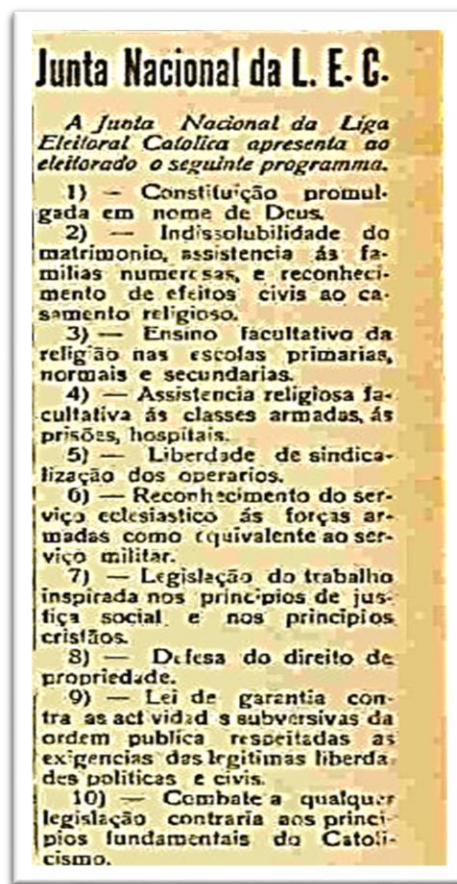
A união entre igreja e Estado fortalece os vínculos da imagem de Getúlio e da religião, por isso, ao decorrer dos anos, as representações do regime provisório e a relação com o campo religioso midiático são sempre reconhecidas de forma positiva. O jornal de Garibaldi destaca títulos como: a religião da nação, o caminho da salvação da pátria e outros, recorrentemente. Sempre presentes nos jornais, principalmente, a partir de partir de 1931, é o que alguns autores chamam de o mal vermelho, por exemplo, Bori (2010) aponta esse mal é referente ao comunismo, essas relações enunciativas são assimétricas, poder e representação. O dispositivo utiliza uma ficção narrativa com claro intuito de provocar o medo, fazendo-o para a regulação. Também há o que Honneth (2003) chama de reconhecimento desfigurado, este processo, como já dito anteriormente, é alicerçado numa

representação caricata de algumas de características. Para manter a união, utiliza-se a estratégia do inimigo em comum, todos unidos contra algo, gerando a necessidade de homogeneização, fato que é explorado por Vargas em seu Governo Provisório. Se todos possuem o “vilão”, teremos um inimigo comum, este que, em repetidos anos, é o comunismo, como vemos a seguir:

Essa grande massa, unânime, a dos proprietários ruraes grandes e pequenos, está justamente a que será tomada de surpresa pelo ataque do comunismo. Quando estiverem com o seu exército ver melho secretamente juramentado, espalhados por toda a parte, e da casa impura da baixa plebe que, em hora especifica, se lhe juntará na gana do saque, e esses serão incluídos nos senhores. Não queiram nos acusar de estarmos com um sombrio pessimismo. Somos pelo oposto otimistas: temos firme a fé de que ou Christo do Corcovado, ou Cristo Redentor, a quem erguemos ião soberbo monumento, inspira ao nosso grande povo **a decisão da luta e os meios de defesa**, mas a ameaça perigo são indisfarçáveis (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 10 de outubro de 1933, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Ocorreu também um intenso movimento político para as eleições, que se efetivaram indiretamente no período. A centralização do poder realizada por Getúlio era ideal para o campo religioso midiático e político. Com isso, a igreja católica organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC), cuja função era guiar os votos dos católicos no Brasil, a *Staffetta* publicou, em abril de 1933, a normativa completa da liga, em que destacamos os itens: “Reconhecimento do serviço eclesiástico às Forças Armadas como equivalente ao serviço militar; Combate a qualquer legislação contrária aos princípios fundamentais do Catolicismo.” (LA STAFFETA RIOGRANDENSE., 23 de abril de 1933, p. 1).

Figura 21 - A Junta Nacional da LEC.



Staffetta Riograndense: 26 de abril de 1933.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Como ilustrado na figura 21, que ocupa a primeira página da edição de 26/04/1931, o jornal trouxe todas as dez normativas da Liga Católica. Na coluna anterior, ainda na primeira página, o jornal lança a seguinte retranca³⁸: a nossa consciência de cidadão. Entre os textos da matéria que mescla, como de costume, uma narrativa ideológica pelo reconhecimento católico, disserta-se sobre a função e a consciência do cidadão brasileiro, assim sendo, segundo o jornal, o verdadeiro católico está ciente do seu compromisso com as eleições, ou seja, um cidadão brasileiro deve participar da eleição e escolher um representante que guiará o Brasil. Certamente, no próximo título, que se refere à liga eleitoral, há uma estratégia

³⁸ São chamadas de retransas as pausas usadas pelos jornalistas nas matérias. Dá-se uma quebra textual, porém o assunto permanece o mesmo.

discursiva que, primeiro, demonstra como um verdadeiro católico deve posicionar-se e, posteriormente, as diretrizes que deve seguir.

Como ressalta Isaia (1998), a atuação política dos católicos provocará a salvação da Pátria Brasileira, ameaçada pelos perigosos da modernidade e do comunismo. O dispositivo impresso é usado diretamente para intimar os católicos a votar. Desse modo, os votos dos católicos serão votos conscientes a favor dos candidatos que são dignos e verdadeiros cristãos, cuja amizade é vinculada à religião tradicional dos brasileiros.

O progresso da LEC deu resultado, quase todos que foram apoiados pela liga haviam sido eleitos, isso demonstra o poder e o reconhecimento que a mídia católica e o próprio campo religioso possuíam na época. Posteriormente, a liga foi substituída pela ação católica que também desempenhava, praticamente, a mesma função. Na Constituição de 1934, era evidente a ligação populista que a religião católica formulou no período Vargas, as representações apareceriam em 1935 no *Correio*:

Ação Católica Brasileira mandamentos dos Arcebispos e Bispos do Brasil Correspondendo aos desejos paternais e elevados propositos de S. Santidade o Papa Pio XI, que, por toda a parte, quer se organize a Acção Catholica, de maneira efficiente e, quanto possivel, uniforme, nós, Arcebispos e Bispos do Brasil, havemos por bem promulgar, cada um para a própria diocese, os presentes estatutos da Acção Catholica brasileira, já revistos e abençoados pela Santa Sé. Portanto, para a maior gloria de Deus, salvação das almas e bem espiritual de nossa pátria, enquanto os damos por promulgados, mandamos igualmente que de accordo com estes Estatutos Geraes, em todas as dioceses e parochias do territorio nacional, seja, quanto antes, organizada a Acção Catholica Brasileira. (*LA STAFFETA RIOGRANDENS*, 24 de julho de 1935, p. 1).

O campo religioso midiático torna-se, na região de Garibaldi, um completo domínio, os textos católicos com desavenças ou sobre outras religiões começam a quase não aparecer no jornal, o status de órgão, quase oficial de governo, abre margem para uma incessante prática de enunciação moralizadora que, cada vez mais, ocorre de forma ditadora, apontando hábitos, costumes e comportamentos. O projeto que foi iniciado com *La Liberta*, de fato, prospera a partir de 1930.

4.2 A BUSCA POR RECONHECIMENTO DOS BATISTAS PIONEIROS NA ERA VARGAS

A Convenção Pioneira sofreu grandes abalos durante a década de 30, os primeiros anos ainda da década foram mais tranquilos, quando chegou à instituição referida, o pastor Johann Krause, que realizou trabalho no interior das igrejas de Ijuí. Diferente da grande massa católica, Batistas Pioneiros faziam a distribuição dos seus dispositivos manualmente, imprimindo poucos exemplares, mas com grande qualidade.

Ainda pouco foi noticiado sobre Vargas e o governo no período, as mensagens eram mais religiosas e continham informações sobre a comunidade batista, como observamos:

Devemos descobrir novas ideias e compartilhar uma visão geral, de que algumas pessoas despertam algum prazer neste trabalho. "Eu sei desde o início que as opiniões sobre isso." Esse é um trabalho muito ingrato ", afirma outro: não só você vai receber aplausos, ao contrário, você dará motivo para todo tipo de conversa, sim, até raiva aqui e ali, um tema adorável! "alguns acharão talvez sim, o que faz mal se apenas mais luz sobre este assunto um e outro se posicionem sobre esta questão, seja a favor ou contra descobrir novas ideias e dar uma visão geral da situação financeira de nossas comunidades no Rio Grande do Sul, é fundamental para nossa comunidade. (DER MISSIONSBOTE, julho de 1930, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Como já mencionado, as notícias são mais da comunidade do que da região do estado ou do país, sendo interessante perceber que, mesmo o jornal tratando de assuntos locais, ele faz referência a uma importante função, a gestão financeira. A matéria continua:

A compilação de estatísticos tornou-se uma necessidade da vida. Um estado ou comunidade bem ordenados podem existir sem isso. Sim, existem grandes escritórios e escritórios de advocacia que lidam exclusivamente com este material. É com o status com a escrituração: com base nisso e naquilo ganha o andamento do negócio e descobre se o negócio ou Estado ou a comunidade local está se movendo em uma direção saudável ou

fazendo progressos. (DER MISSIONSBOTE, julho de 1930, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

A preocupação, evidentemente, é guiada pela crise de 29, mesmo sendo um impresso de circulação quase que exclusivamente local e de cunho religioso, o OBP mostra-se atento ao cenário mundial econômico. As notícias do Rio Grande do Sul, da Alemanha ou de Vargas pouco apareciam, um dispositivo principal foi o destaque daquele ano referir-se à colportagem que era uma ideia defendida desde a primeira assembleia da convenção e que, até 1930, não fora colocada em prática. O referido trabalho é de levar, de residência em residência, bíblias, livros e jornais sempre ligados à religião Batista, sendo que, nos primeiros, anos fazia-se a distribuição a pé e, posteriormente, foi adquirido um carro.

As magnitudes, os objetivos dos batistas pioneiros eram muito diferentes dos católicos de Garibaldi, se, por um lado, o catolicismo ganharia um poder de domínio do campo religioso midiático do Rio Grande do Sul, os batistas de imigração importavam-se em divulgar suas doutrinas através dos seus livros, folhetos, bíblias e jornais.

Tabela 5 - Número de membros em 1930.

Linha Formosa:	20
Porto Alegre: 88	88
New-Württemberg: 5	151
Linha Republica: 288	288
Capo Eré:	62
Ijuhy Linha 18:	140
Ijuhy Linha 28:	85
Santa Rosa:	267
Total de membros	1001

Fonte: jornal *Der Missionsbote* — dezembro 1930.

Em comparação com a última tabela trazida em 1922, neste caso, há o total de membros de 531 a mais do que a tabela anterior. A média é um acréscimo de 66 membros por ano. O que, significativamente, não é um crescimento real, apenas a manutenção da religião, visto que os membros eram da mesma família. Durante os anos de 31 e 32, não há registros dos jornais no acervo consultado, por isso, não há como conduzir uma análise discursiva se não há material. Em 1930, o OBP, em sua versão *Missionsbote*, tem uma tiragem de apenas 500 exemplares, sendo que 400 são enviados para assinantes, alguns para institutos e amigos. Na edição final de 1930, há uma sobra de 30 exemplares. Segundo a igreja, para não haver prejuízo, o número de assinantes deveria subir para 500 ou serem feitas apenas 10 edições por ano, ao invés de 12.

4.2.1 Batistas de missão no Brasil

Os batistas ligados a CBB, já denominados aqui como batistas de missão, possuem uma escala de membros totalmente diferente. Em termos de comparação, Adamovicz (2009) e Pereira (1979) calculam que, na década de 30, havia cerca de 40.500 membros da *Igreja Batista Brasileira*, número que ultrapassa 4000% o valor do grupo de imigração do Rio Grande do Sul, sendo que o jornal da CBB atingia o número de 13.500 exemplares, de acordo com Pereira (1979), contra 500 do OBP, ou seja, 2700% a mais do que os batistas de imigração no Rio Grande do Sul. Não podemos, simplesmente, apegarmo-nos aos números, é evidente que a Convenção Nacional possui centenas de filiados sendo motivados pela evangelização, a Convenção Pioneira tem um intuito missionário, porém, muitíssimo mais discreto. Os números do OJB são próximos do jornal *Correio Riograndense*, que, à época, possuía cerca de 10 mil assinantes. Por se tratar de um jornal de circulação local, é extremamente expressivo esse número de parceiros, a diferença é que o impresso batista é estritamente mais ligado à religião, enquanto o capuchinho performa também como um jornal com informações variadas.

Certamente, a estrutura discursiva é totalmente diferente entre as duas instituições, sendo que os batistas brasileiros possuem um poder discursivo semelhante aos católicos da região de Garibaldi e Caxias. O OJB é um dispositivo caracterizado pelo embate em larga escala, ao passo que o catolicismo aproxima-se

do Estado, eles repudiam o ato alegando que ele deveria ser laico. Contudo, ao perceber que, cada vez mais, era uma batalha perdida, o impresso adotou uma estratégia arrojada, usar sua influência para a evangelização, as semelhanças com o *Correio Riograndense*, representado ainda pelo *Staffeta*, com um posicionamento forte, em que relatavam os progressos e as dificuldades das missões e, sempre que possível, solicitavam recursos para custear tais missões. Segundo Adamovicz (2009, p. 14):

O Jornal Batista refletia o pensamento destes evangelistas preletores que procuravam transpor as limitações sociais encontradas neste campo missionário — seja no campo educacional ou em seu programa de publicações — e se mobilizou no sentido de implantar um projeto editorial com vistas à promoção de um modelo ético-social e a construção de um “processo de cidadania”. Este projeto previa não somente a extensão do programa de Educação Religiosa, mas também o acesso à informação, por meio da qual os seus interlocutores poderiam estar mais bem capacitados para participar dos debates em que eram discutidas questões de natureza política e social, sobretudo no que diz respeito ao encaminhamento da questão dos direitos cívicos e da democracia na recém-estabelecida ordem republicana. O referido Jornal tem sido considerado pelas Igrejas Batistas que integram o quadro de membros da Convenção Nacional como o grande porta-voz da denominação perante a comunidade evangélica e ao público, tendo sido reconhecido como um veículo de comunicação cujo alcance e repercussão tem favorecido tanto o crescimento numérico deste grupo religioso quanto o próprio processo de construção de sua identidade.

Para a autora, é evidente que o jornal serve como uma maneira de evangelização, sendo assim, o *Batista Brasileiro* possui as mesmas estratégias de enunciação, por exemplo, utilizando, de maneira recorrente, a intertextualidade, para dar legitimidade ao seu texto. Como mostrado a seguir:

Do jornal Notre Espérance. Um dos padres da Universidade de Salamanca queixou-se há já alguns dias, num jornal católico, da ignorância deplorável em que o povo se encontra, narrando o caso seguinte: uma mulherzinha, vindo ao meu encontro, disse-me: senhor prior; tendo feito parte duma peregrinação a Roma, trouxe de la um pouco da cruz, um espinho da corda do Senhor, um pedaço da Sua Túnica e outro do vestido da Virgem Maria; mas não fui capaz. apesar de bastantes esforços, de obter "uma pena do Espírito Santo". Oh! irmãzinha como você é ignorante que histórias são essas que me está contando? Não, senhor, não são histórias nenhuma; pois eu bem sei, que o Espírito Santo desceu sob fórmula de "pomba" no momento em que nosso Senhor Jesus Cristo em pleno Rio Jordão foi batizado por João Baptista e nada mais natural, que, quando uma pombinha esvoaçava, esta ter perdido uma pena da cauda ou duma das asas "O padre acrescentava, comentando: Ora aqui está a ignorância da qual nos

devíamos libertar os nossos fiéis; e dizia mais : "Somos obrigados a reconhecer que os protestantes trabalham nesta grande obra numa maneira muito superior à nossa. Como é triste, prezado leitor, que em pleno século XX, aqueles que se dizem ministros de Cristo, têm a audácia de **introduzir com um tal cinismo, no cérebro fanatizado de seus fiéis, doutrinas e absurdos de tal ordem, que não espírito de temor e ignorância são estupidamente aceites, como sendo "puras verdades "** Lutemos contra tais bárbaros ensinamentos que em vez de esclarecerem a mente e santificarem a alma, vem dia a dia sepultando **a humanidade num abismo de verdadeira decadência moral e espiritual. Lutemos contra os erros do romanismo, ensinando e propagando como simples e verdadeiras doutrinas de nosso Senhor Jesus Cristo**, que a todos trazem a paz e a Salvação por Graça. Lutemos por Cristo e Portugal. (O JORNAL BATISTA, 7 de agosto de 1930, p. 12, grifo nosso).

A **não-reversibilidade** é um atributo presente também no folhetim nacional, segundo ele, o catolicismo e os padres católicos estão propagando “abismos de verdadeiras decadências” da palavra correta de Jesus, ou seja, quem pode e deve fazer esse trabalho é o dispositivo midiático dos batistas. Por isso, a disputa de poder dá-se pela palavra e através da palavra. O intuito dos batistas é, da mesma maneira que enuncia a *Staffeta*, salvar a pátria, porém, com metodologias distintas. Para os protestantes, a salvação vem pela modernidade, enquanto, para o catolicismo, pela negação da modernidade.

O cenário do início da década era devastador aos planos dos batistas, a mudança no quadro político brasileiro e a ascensão de Getúlio ao poder freavam o intento batista de se espalhar, porém, estrategicamente, a convenção não poderia ser contra o novo presidente, por isso, efetuou um documento que deveria ser entregue pessoalmente ao presidente por Teixeira, editor chefe de OJB e uma das figuras mais influentes do protestantismo brasileiro na época. Contudo, não foi possível a entrega e, mais tarde, o texto foi publicado na íntegra no folhetim, conforme observado na passagem a seguir:

Exmo. Dr. Getúlio Vargas, Ilustre Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil. A Convenção Baptista Federal. constituídas das Igrejas batistas desta Cidade, reunida em assembleia anual no santuário da Igreja Baptista do Meyer, de 10 a 16 do corrente ano, assentou em deliberação unanime, não encerrar seus trabalhos sem apresentar a Vossa Excelência os seus sinceros votos em prol da harmonia e prosperidade desta nossa boa e grande pátria; significando mesmo tempo o seu particular apreço a V. Excita. pelo justiceiro critério com que, inspirado em seu patriotismo e firmado em sabia resolução, acaba de assegurar a Família brasileira os elevados e esclarecidos princípios de liberdade de consciência, elemento

preponderante na garantia da paz e dos princípios de liberdade da nação. (O *JORNAL BATISTA*, 18 de dezembro de 1930, grifo nosso.).

O discurso delimita a preocupação dos protestantes, ele destaca a liberdade religiosa ao afirmar que vai orar pelos governantes, que serviria como instrumento de legitimação do governo. O impresso deixa evidente que apenas Deus pode livrar-nos dos problemas e Vargas o auxiliaria a salvar o país, como uma espécie de mediador. Nos textos católicos analisados, esse posicionamento é bem diferente. Para eles, Getúlio é o escolhido de Deus para governar e o conduz com a vontade dele. O ponto convergente entre os dois discursos é que Deus está presente e somente com ele é possível resolver os problemas políticos e sociais do Brasil. A interpretação batista sobre a Revolução de 30 restringe-se a comentários sobre o novo governo, ainda assim não tecem considerações sobre a aproximação entre o Estado e a igreja católica, mas, certamente, isso os incomodava e ameaçava o domínio e o reconhecimento do campo religioso.

O cenário altera-se em 1931, assim como o grupo de imigração, os Batistas Nacionais estavam mais “tranquilos” com o presidente provisório, fato que se modificou quando ele avisou que seria realizada uma reforma na constituição e com a formação da organização da Liga Eleitoral Católica, que se espalhava fortemente pelo país.

Diferente dos católicos, os protestantes tinham extrema dificuldade em se organizar de forma homogênea (não que a organização católica fosse perfeita), Valduga (2007) esclarece que o grupo protestante tinha pouca experiência de unificação no campo político, ainda mais por suas desavenças doutrinárias. Houve, em 1934, uma tentativa de cooperação com a União Cívica Evangélica, que surgiu com a Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, o referido grupo possuía um fim político guiado pela liberdade e justiça. Efetivamente, a União não chegou nem próximo dos resultados desejados, fato divergente da LEC.

Quando Vargas foi eleito indiretamente, a sensação dos batistas era de derrota e frustração, segundo Pereira (1979). A edição do jornal Batista, publicada após Vargas escolhido como presidente do país, estampava em sua capa um texto de que tratava sobre sua contrariedade de a igreja católica ter uma relação tão próxima com o Estado.

Na referida edição, o dispositivo apresentava uma longa reflexão sobre a nova constituição, sendo que, ao longo da edição, artigos como: liberdade de pensamento, crenças e livres exercícios religiosos, foram trazidos. O que, objetivamente, demonstra o receio de uma dominação católica semelhante à antes da república, isso fica nítido na matéria intitulada **“A Voz De Ruy Barbosa Contra A Pretensa Supremacia Do Bispo De Roma”**:

Sobre fins do seculo III, quando o imperio dividiu-se nos quatro departamentos do Oriente, Illyria, Itália e Gallias, subdivididos em dioceses, que no que lhe concerne fraccionavam-se em provincionavam, o bispo da diocese romana tinha apenas, como de Antiochia e Jerusalém, um patriarchado e estava, tanto quanto elles, sujeito a assembléa diocesana dos bispos. A investidura canonica-lhe era conferida, a elle como aos outros, mediante sempre eleição anterior, pelos bispos da provincia ou da diocese. Três seculos depois, sem embargo do cerimonial com que uma pragmática de cortezia começava a rodear os papas, a independencia das igrejas não se tinha ainda alterado. (O *JORNAL BATISTA*, 26 de julho de 1934, grifo nosso.).

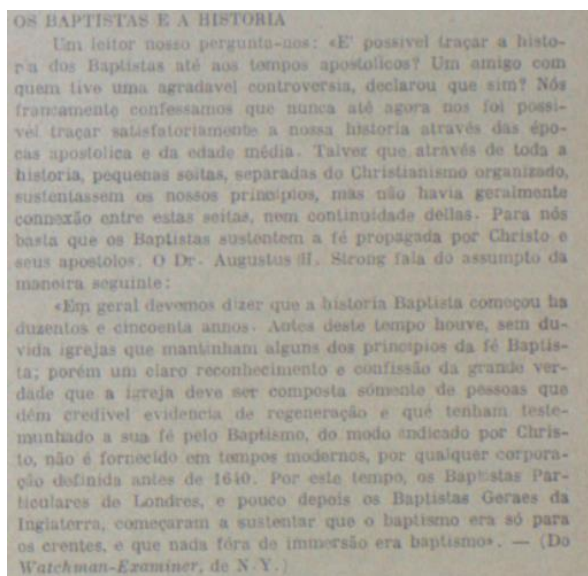
Algumas páginas adiante, conforme figura 22, o exemplar trazia uma sessão muitíssimo interessante que versava sobre a história dos batistas. Durante a matéria, o diretor afirmou que um leitor perguntara sobre a história dos batistas e ele responde o seguinte:

[...] Para nós basta que os Baptistas sustentem a fé propagada por Christo e seus apóstolos. O Dr. Augustus H. Strong³⁹ fala do assumpto da maneira seguinte: "Em geral devemos dizer que a história Baptista começou há duzentos e cinquenta annos. Antes deste tempo houve, sem dúvida igrejas que mantinham alguns dos principios da fé Baptista; porém um claro reconhecimento e confissão da grande verdade que a igreja deve ser composta sómente por pessoas que deem credivel evidência de regeneração e que têm testemunhado a sua fé pelo batismo, do modo indicado por Cristo, não é fornecido em tempos modernos, por qualquer corporação definida antes de 1610. Por este tempo, os Baptistas Particulares de Londres, e pouco depois os Baptistas Geraes da Inglaterra, começaram a sustentar que o batismo era só para os crentes, e que nada fóra de immersão era baptismos. -(Do Watchman-Examiner, de NY) (O *JORNAL BATISTA*, 26 de julho de 1934, grifo nosso.).

³⁹ Augustus Hopkins Strong era um ministro batista e teólogo que viveu nos Estados Unidos durante o final do século XIX e início do século XX, ele é considerado um dos pioneiros das teorias sobre os batistas no mundo.

Para o jornal, antes de 1610, poderia haver alguma doutrina semelhante aos batistas, mas somente com os batistas gerais e particulares que, efetivamente, iniciou-se a saga batista. O que já descarta a teoria do “Rastro de Sangue”, para a CBB, o trabalho da organização religiosa iniciou com os movimentos separatistas ingleses.

Figura 22 - A história dos batistas pelo O Jornal Batista.



Fonte: O Jornal Batista 26 de julho de 1934.

O Batista Pioneiro não menciona a reformulação em 1934, o dispositivo confessional torna-se estritamente ligado a comunidade e informa as ações de seus pastores. Quase como um silêncio para não ser visto. A parte informativa, que não seja da comunidade, é dificilmente mencionada, nem artigos sobre a economia do estado aparecem nas páginas do impresso.

4.3 ESTADO NOVO (1937 – 1945) MEDO ANTIGO.

O Estado Novo é um dos períodos mais importantes para a retomada da hegemonia no campo midiático religioso por parte da igreja católica. Vargas entre o período de 37 e 45 assume status elevados de legitimidade e um poder de dominação simbólica através do seu reconhecimento. O Estado Novo pode ser considerado como um período em que o poder político de Getúlio Vargas consolidou-

se. Neste sentido, um dos motivos que formaram as ideologias ocorreu através das práticas educativas ou da dispersão das propagandas políticas governamentais. A mídia impressa é tida como o “carro-chefe” desse processo, mas acompanhada de perto pelo rádio. Como já debatido por inúmeros autores, Vargas dá o golpe de Estado sob a justificativa de proteger o país da eminente ameaça comunista, ele organiza-o com o auxílio dos militares, além de assegurar-se de que os jornalistas estrangeiros estavam transmitindo notícias de que, no Brasil, tudo estava sobre controle.

O que o líder da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, inocentemente acreditava era que, ao final do golpe integralista, Getúlio iria ceder o poder a ele, porém a atitude esperada nunca se concretizou o que resultou na manutenção de Vargas no poder por meio da implantação de um regime autoritário, o Estado Novo. Para Getúlio Vargas, o discurso autoritário presente nas proposições dos integralistas era conveniente, a tal ponto que suas ações davam a entender que ele aceitava a posição ideológica da extrema-direita conservadora. Porém, esse cenário modifica-se logo depois do golpe, quando, ao invés de conferir maiores poderes aos Integralistas, Vargas oferece apenas a pasta da Educação ao líder do grupo, Plínio Salgado, que, prontamente, negou a oferta, confirmando a consolidação do governante. Plínio foi exilado em Portugal, quando, após 8 de maio de 1938, tropas integralistas invadirem o Palácio do Cacete. Não há como percorrer esse período sem pontuar uma das principais estratégias discursivas do governo, a enunciação nacionalista que foi veiculada em massa pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, com ela, uma série de decretos nacionalistas, como a proibição do uso de línguas estrangeiras em espaços públicos.

O processo de nacionalização atinge de maneira enfática os imigrantes no Rio Grande do Sul, muitos desses imigrantes, incluindo os batistas pioneiros e os católicos de Garibaldi e região, pouco utilizavam o português em suas localidades. Outro ponto fundamental era os impressos, de um lado, em italiano, de outro, em alemão. Fortes demandas para que os jornais fossem em português resultaram numa reestruturação discursiva, valendo lembrar que, a pedido de Getúlio, a Academia Brasileira de Letras reformulou as regras do português escrito no Brasil, simplificando a ortografia e ampliando a diferença entre o idioma do Brasil e o de Portugal. Por isso, conduziremos um salto temporal, já ao final da década de 30,

quando, de fato, as mudanças começaram a ocorrer motivadas pela ditadura de Vargas e pelo início da Segunda Grande Guerra (1939 – 1945).

Sendo assim, o Estado Novo utilizava sua propaganda político ideológica, em conjunto com a censura para definir os rumos e os moldes que o campo religioso midiático deveria seguir, aqueles que, por um motivo ou outro, não se encaixavam nas determinações exigidas tinham suas publicadoras fechadas, como é o caso do *O Batista Pioneiro*.

A DIP, conferida de seu poder, justificava as abordagens nacionalistas do governo, regia e controlava também a imagem de Vargas, instruindo representar ser um “homem do povo”. Assim, a sua popularidade expandia-se por meio do discurso de “Pai dos Pobres”, enquanto a repressão política estabelecia-se através da polícia que, nesse período, investia contra os sindicatos não governamentais. Porém, esse órgão não resume sua importância em criar uma imagem de Vargas para a população, pois, desde 1938, ainda como DNP (Departamento Nacional de Propaganda), ele dominava os meios de comunicação impressos. Nesse período, muitos dos artigos em jornais e revistas eram matérias que o DIP distribuía.

Isaía (1998) observa a relação de aproximação entre o Estado e a Igreja, como já mostrado aqui, antes mesmo de 1939. Segundo o autor:

O consentimento da Igreja à nova ordem social proposta por Vargas, que se propunha antiliberal e autoritária, mas respeitadora do direito de propriedade e perseguidora de uma coexistência corporativa entre as classes, acontecia dentro de um processo mundial de aproximação entre o catolicismo e o moderno capitalismo. (ISAIA, 1998, p. 150).

A aproximação de igreja e Estado, como um dos pilares da identidade nacional, foi benéfica para os dois lados. À igreja foram concedidas vantagens e um grande espaço no campo religioso midiático e político.

Podemos considerar que tal simbiose, durante o período supracitado, cedeu à igreja um poder semelhante à antes da república, quando se puniam ações e práticas que não eram consideradas cristãs. Porém, como mencionado anteriormente, o Brasil caminhara para uma nacionalização e o *Staffeta* era publicado ainda, em maior parte, em italiano. Isso gera uma grande crise interna no

periódico que era criticado pelo idioma de seus exemplares e de seu apoio incondicional à aliança italiana durante a Segunda Guerra, como podemos observar:

Situação europeia um discurso anti-inglês de Hitler — Declarações imprudentes de um ministro britânico. Um golpe repentino: a Itália ocupa a Albânia. A situação está cada vez mais tensa. Na primeira parte deste discurso, o ditador alemão falou sobre a situação da Alemanha antes da grande guerra. Segundo Hitler, era então o melhor das nações, um verdadeiro modelo. Enquanto ela se dedicava totalmente ao trabalho e à mais intensa cooperação para o bem-estar e o progresso da humanidade, seus inimigos a fechavam em um círculo na segunda parte, o palestrante descreveu a situação instável na Alemanha após a guerra, uma verdadeira catástrofe. Promessas pisoteadas, a paz entre os povos tornou-se um sonho, pactos violados, o ódio dos inimigos é lançado com força na Alemanha. (*LA STAFFETA RIOGRANDENSE*, 12 de abril de 1939, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

A representação do discurso de Hitler é interessante em vários aspectos, primeiramente, no próprio título da matéria que se refere ao **discurso de Hitler e declarações imprudentes de um representante inglês**, o alemão representa, nesse contexto, um aliado da Itália, as ações do ditador são representadas como uma narrativa em busca da construção de um **herói**, semelhantemente o que era feito em relação a Mussolini e, depois, Vargas.

Então, percebemos que, ao mudar a situação principalmente da Itália, o jornal altera o seu discurso, isso, inclusive, traz diversos problemas para o dispositivo impresso no Brasil, como refletido anteriormente, visto que o decreto de nacionalização e o processo de identidade nacional proposto por Vargas desejavam o Brasil católico, é verdade que, nisso, o *Correio Riograndense* levava vantagem, o posicionamento do periódico buscava uma homogeneidade nacional. Contudo, por certo, um folhetim publicado em italiano é contra a vontade de nacionalização do governo, por isso, ele sofreria repressões, mesmo que menos de que O *Batista Pioneiro*.

Diante do avanço da guerra, até 1940, houve, mesmo que muito sensível, uma tentativa de “neutralidade enunciativa”, entendemos, assim, essa estratégia pela diminuição na **assimetria discursiva**, ou seja, há menos evidência e polarização nos textos do periódico, embora ela ainda exista. Os materiais veiculados dão ênfase ao desenrolar do conflito, trazendo pontos dos dois lados. Porém, como apontado no trecho trazido, há uma construção narrativa de redenção ao ditador alemão.

Como referido, o jornal adéqua-se constantemente ao movimento político mundial, às vezes, faltando até mesmo percepção do cenário político em sua localidade. Como já deixamos claro durante a tessitura da tese, a política está infiltrada no campo religioso midiático e ele em meio à política, há uma troca, uma relação. Não são campos isolados, a religião, a política e a economia são estruturas sociais em permanente relacionamento, construindo uns aos outros.

Como o exemplo da maneira que a representação e a busca pelo reconhecimento italiano se modificaram é a estratégia que eles destacam a Europa e a guerra, o presidente da República e a República brasileira, fato que geraria grandes conflitos internos mesmo em Garibaldi e Caxias do Sul.

Figura 23 - O destaque da guerra.



Staffetta Riograndense: 20 de setembro de 1939.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Identificamos, na imagem, nitidamente dois pontos importantes, primeiro, o destaque das “notícias da guerra europeia” com a retranca “um discurso de Goering”, militar que já era veterano da Primeira Guerra e era um dos líderes do partido alemão. Termos estéticos: notícias e um discurso — são colocadas em negrito, portanto, destacados. O resto está em fonte padrão. À esquerda, “um discurso do presidente da república” título sem destaque, em fonte com tamanho comum. Não há intenção discursiva de dar destaque ao Brasil.

No mesmo período, como salientam Gertz (2004) e Valduga (2007), mas que não é intuito desta pesquisa analisar, surgem frentes contrárias ao jornal, principalmente, sobre o posicionamento extremamente italiano. Surgiram, nas colônias próximas, revistas e periódicos nacionalistas, que traçavam críticas severas ao semanário de Garibaldi.

A *Staffeta* estava com os dias contados, em dezembro de 1940, o decreto de nacionalização e acompanhamento do campo midiático foi emitido, instaurava-se o DIP⁴⁰, cuja liberdade era total em qualquer instância sobre qualquer dispositivo midiático. Do decreto, destacamos:

Art. 2º O D. I. P. tem por fim:

c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais; (Decreto-lei, Nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939).

No mesmo dia, o periódico publica:

Mas porque a perseguem, por quê? Se não a amam por que não deixam que nós a gozemos? Será por que ela nos lembra um Céu e um Inferno? Se na vida de gozos e diversões em que se submerge a consciência culpada pudéssemos esconder esta verdade, mas, a menor dor, o mais pequenino obstáculo, a mais diminuta desilusão nos patenteia, bem claro, o que desejaríamos poder esconder e a verdade surge, única e clara, embora procuremos convencer-nos que somos nada", do nada viemos e que o "nada" nos espera! Sobrevem, então, o desespero se não encahamos num porto de salvação, e o mundo nos apresenta o "nada" de suas misérias. Mas a Ignorância religiosa se não o amor próprio, atira-nos de degrau a degrau no terrível sofrer do sofrimento eterno. Então, nos perseguem por quê? Por que não nos deixam gozar do mundo a nossa vontade, não nos abstraindo do são divertimento, necessário à alma e ao corpo, mas evitando tudo que mancha a consciência e nos rouba a paz ? **Não há região civilizada onde não reine a Santa Religião.** (LA STAFFETA RIOGRANDENSE, 12 de dezembro de 1939, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

⁴⁰ decreto-lei nº 1 915, de 27 de dezembro de 1939.

Já com as normativas instauradas, o jornal começa a ser publicado praticamente todo em português, ao sofrer duras críticas pelos rivais na mesma localidade e as sanções do Departamento Nacional de Propaganda, o *Correio Riograndense*, em sua última matéria ainda nome de *La Estafeta Rio Grandense* publica esse desabafo.

Com nitidez, há uma quebra de protocolo, uma inversão na ordem do poder político, o que afeta diretamente o campo discursivo; ao declarar-se um jornal católico, segundo o pensamento dos capuchinhos, era suficiente para manter suas publicações em italiano, argumentando que “a religião da salvação” não deve ser cobrada ou sofrer desaprovações.

4.3.1 Os batistas e o fechamento de seu dispositivo impresso

De forma convencional, o jornal de imigração batista pouco se referia a qualquer categoria de atividade política no Brasil ou no mundo, a guerra não era quase comentada, justamente para evitar represálias. A situação e o posicionamento político do grupo eram mais diplomáticos do que os católicos de Caxias e Garibaldi, certamente, porque se considera o número reduzido de membros. Estima-se que, em 1938, havia cerca de 1100 membros, o que, perto dos católicos das colônias supracitadas, era um valor ínfimo. As notícias continuaram a ser, durante o final da década de 30, como de costume: tabelas de membros, número de assinantes, notas de falecimento e narrativas sobre a evangelização de algumas regiões, de algumas localidades da região. O padrão das informações segue essa lógica de normalidade, evidentemente, que as estruturas discursivas não permitiam nada mais arrojado, assim sendo, para ilustrarmos a situação, citamos duas matérias: uma de setembro de 1939 e outra de dezembro do mesmo ano.

Biografia do Pr. August Matschulat

Nasceu no dia 1 de agosto de 1853 em Kussen, Prússia Oriental, filho de Heinrich Matschulat e Luise Henriette, nascida Brandt. Em 1860 a família mudou de Kussen para Eidtkuhnen. **Aos 14 anos, o pai exigiu que se definisse para aprender uma profissão ou trabalhar como operário. O pai desejava que se tornasse professor. Decidiu fazer isso, mas esbarrou na mãe que não aprovou essa decisão. Em 1867 houve um ano de muita chuva e no ano seguinte uma grade seca. Ficou muito difícil encontrar um trabalho, até que surgiu a oportunidade de aprendiz de sapateiro. Depois quando irrompeu a guerra França-**

Alemanha, ele passou por várias cidades. Em Königsberg, onde ficou 3 anos, trabalhou por 9 meses na casa do famoso filósofo Kant. Ali também conheceu a sua futura esposa, mas decidiram só se casar depois dele ter concluído o serviço militar. [...] No dia 27 de setembro chegou ao destino em Linha Formosa. Ficou ali por 14 anos servindo à igreja. Depois que os filhos saíram de casa, ele e a esposa se mudaram para Porto Alegre. Em 1913 faleceu a esposa. Dois anos depois, conseguiu emprego no Banco brasileiro para a Alemanha, do qual até recebeu uma pensão. Faleceu no domingo, dia 28 de agosto de 1939 em Porto Alegre. (*DER MISSIONSBOTE*, janeiro 1939, p. 1)

Nos padrões supracitados, numa nota de falecimento referente a um importante membro da igreja Batista alemã Rio Grande do Sul, August Matschulat, quem foi referenciado diversas vezes no texto foi o diretor do *Grüss Gott*. Porém, no estopim da nacionalização de Vargas, o periódico foi obrigado a, finalmente, manifestar-se em relação ao cenário político brasileiro e deu-se o seguinte posicionamento:

Pregações em Línguas Estranhas I — Em face do disposto no Decreto-lei de 1939, sem prejuízo do exercício público e livre do culto, os discursos religiosos deverão ser realizados na língua nacional. II — Após realizada a prédica em vernáculo, é permitido aos sacerdotes ou ministros do culto repetirem a mesma no idioma das pessoas estrangeiras presentes à cerimônia religiosa, se o número delas for bastante elevado e se o julgarem oportuno. III — A permissão concedida nos termos do inciso anterior somente se refere às sedes distritais (vilas) e núcleos coloniais afastados, onde existem fieis estrangeiros que ainda não sabem bem o português. IV — Todo sacerdote ou ministro de culto religioso que, em suas prédicas ou sermões, cometer infração de qualquer lei, ou das presentes instruções, além de sujeito às sanções legais que no caso couberem, não poderá usar da faculdade ora concedida, devendo falar a seus fieis exclusiva e obrigatoriamente, em língua nacional. (*DER MISSIONSBOTE*., dezembro de 1939).

A mudança no enunciado demonstra, sutilmente, a insatisfação por ter que, a partir do decreto, realizar os seus cultos em língua portuguesa. Desde o início de 1939, o jornal ia, gradualmente, publicando algumas notícias em português, o mapa discursivo evidencia que essa mudança não é à toa, além da nacionalização proposta por Vargas, em março, na 28ª assembleia da Linha República, a situação ia se tornando cada vez mais difícil. O *Missionsbote* foi diretamente atingido e seu diretor teve que ser trocado, pois, tinha vindo direto da Alemanha, em seu lugar, e assumiu um batista nascido no Brasil. A liberdade para os imigrantes cultivarem a

sua língua e cultura no Brasil estava em xeque e, para contornar o problema que se impunha, de acordo com Reink (2010), a assembleia decidiu pela filiação à Convenção Estadual, o presidente da CBRS orientou os procedimentos: cada igreja alemã deveria associar-se à Convenção Gaúcha, de modo que, no ano seguinte, 1940, seria confirmada a filiação.

Lembremos que a CBRS era uma convenção gaúcha afiliada a CBB, Convenção Batista Brasileira, de origem missionária e de um protestantismo igualmente missionário, sua origem, como já abordado, é de vertentes norte-americanas, que se caracterizam por ser muito mais reacionárias do que o discurso batista alemão. Essa afirmação fica em evidência no seguinte trecho:

Que é liberdade religiosa? John Garland um artigo de autoria deste proeminente político Batista norte-americano ex-governador do Estado da Virgínia, publicado em vários semanários do sul dos Estados Unidos em 1936 *Baptiste and Reflector*, do qual traduzimos.

A mentalidade superficial, liberdade religiosa quer dizer apenas o direito de qualquer adorar a Deus segundo os ditames de sua própria consciência; mas liberdade religiosa significa muito mais do que isso. Importa, em verdade, numa absoluta separação entre Igreja E Estado e dizer que Estado não tem função alguma religiosa fora de sua obrigação de proteger todos os seus cidadãos nos usos do seu sagrado direito de consciência, como proteger o uso de seus direitos individuais de cidadania ou liberdade política. Liberdade religiosa quer dizer que nenhuma corporação religiosa ou todas combinadas têm o direito de obter dinheiro do Tesouro do Estado sob qualquer pretexto para manter e promover suas atividades religiosas, educacionais ou missionárias fundos públicos não são arrecadados compulsoriamente na forma de impostos de todo cidadão e é a própria essência da tirania forçar os devidos sustentarem as igrejas ou suas missões. Religião é amor enquanto o governo apoia-se na força. A Igreja e Estado não são inimigos tem muitos objetivos em comum, mas ambos são de caminhos diferentes. (DER MISSIONSBOTE, novembro de 1939, p. 1).

Nota-se traços semelhantes aos discursos de *O Jornal Batista*, sendo que muito disso se deve à filiação dos pioneiros à hierarquia da Convenção Batista Brasileira, de certo modo, isso legitima a enunciação e empodera o dispositivo que busca o reconhecimento na forma de libertação da perseguição religiosa e da desvinculação entre igreja e Estado; temáticas que foram raramente trazidas pelo jornal de imigração. Contudo, já era tarde, pouco tempo depois, pelo desenvolvimento da guerra e pelas ações de combate ao estrangeirismo, o impresso batista *Der Missionsbote* foi fechado.

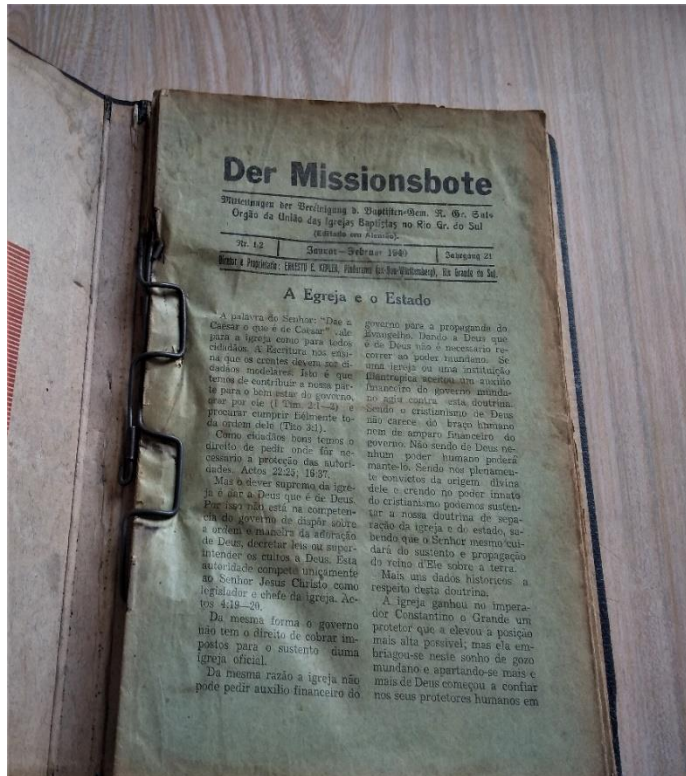
Ainda no início de 1940, o OBP insistia na estratégia de sua nova associação, conforme ilustrado na figura 24, através do discurso de questionar a relação, cada vez mais firme, entre igreja e Estado, tal estratégia é frágil, como elo fraco da associação, devido ao número extremamente reduzido de integrantes e por serem em alemão, o folhetim não tem a mesma resistência política de OJB, nem a quantidade de assinantes e fiéis. Como ilustrado a seguir, percebemos o novo posicionamento:

A igreja e o Estado

O dever supremo da igreja é dar a Deus que é de Deus. Por isso não está na competência do governo de dispor sobre a ordem em maneira da adoração de Deus, decretar leis ou superintender os cultos a Deus. Essa autoridade compete unicamente ao senhor Jesus Cristo como legislador e chefe da igreja, da mesma forma o governo não tem direito de cobrar impostos para o sustento de uma igreja oficial na mesma razão a igreja não pode pedir auxílio financeiro ao governo para a propaganda do evangelho. Dando a Deus que é de Deus não é necessário recorrer ao poder mundano, se uma igreja ou uma instituição **filantrópica aceitou um auxílio financeiro do governo mundano agiu contra a doutrina**. (DER MISSIONSBOTE, janeiro de 1940, p. 1, grifo nosso.).

É uma das primeiras vezes que aparece uma **característica discursiva assimétrica** no jornal Batista em relação à sociedade, ao Estado e à igreja católica, percebemos que, ao expressar “poder mundano”, a religião Batista do Rio Grande do Sul coloca-se como representante da palavra de Deus. Não há espaços para questionamento ou busca de auxílios que não forem realmente próprios à religião. Isso demonstra que a relação de poder é fundamental nas estruturas discursivas, aos sentidos do texto, sentindo-se pertencente a um grupo mais poderoso, não há dúvida que a enunciação de OBP torna-se mais enfática e semelhante, em alguns pontos, como **assimetria e não-reversibilidade discursiva** do *Correio Riograndense*, embora, por vezes, cite a relação da liberdade religiosa, livre culto, ao alterar a hegemonia ou perceber seus textos mais legitimados, o grupo adota uma estratégia semelhante ao catolicismo da região analisada.

Figura 24 - A igreja e o Estado.



Fonte: Der Missionsbote — janeiro de 1940.

Não há, nos registros das fontes consultadas, algo específico que retrate o fechamento de OBP em 1941, o que traremos adiante será quando ele retorna sete anos depois, em 1948, sendo que, segundo Reink (2010), o impresso sofreu o maior baque da sua história, quando Kepler encaminhou o pedido de registro do informativo, que foi negado. Tal fato está, certamente, ligado à nacionalização do período Vargas, mas muito se deve à nova estratégia que foi adotada, principalmente, nos dois últimos anos de sua circulação. É importante compreender que o campo político e social influenciou diretamente no fechamento do jornal. Mesmo fazendo parte da Convenção Batista Brasileira não se dá o respaldo suficiente para manter OBP aberto, O Jornal Batista, por exemplo, mesmo traçando estratégias semelhantes de discurso: separação entre igreja e Estado, adota uma abordagem em prol de Vargas, sem contar que sua circulação e sua vinculação política eram bem maiores que o jornal alemão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Italiano? Não. Brasileiro! Em sua última edição como *Staffeta*, *O Correio Rio Grandense* já assumia sua brasilidade, sendo então publicado totalmente em português, conforme figura 25, reforçava, a cada parágrafo, a identidade e a ligação com o Brasil, o discurso de salvação da pátria brasileira, importando ideais italianos ou até mesmo alemães, dera espaço para um jornal “da pátria amada”. Não havia espaço para contestação, a ordem era adequar-se ao governo ou eram fechadas as publicadoras, por isso, o campo religioso midiático tem fortíssima influência no campo político, como já demonstramos nesta tese, mas igualmente um é afetado por outro. Sendo assim, num regime onde não há espaço para discussão, argumentos e liberdade religiosa, há censura, até mesmo daqueles que a praticavam quando estavam no poder. O domínio do prestígio, dos bens simbólicos, altera-se a cada período, por isso é importante sempre estar apto e interligado ao que diz respeito aos diversos campos para manter-se no poder.

Figura 25 - Nossa pátria, Brasil.



Staffetta Riograndense: 3 de setembro de 1941.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Já na outra edição do semanário, que passa a chamar-se o **Correio Riograndense**, destacamos as matérias:

O "STAFFETTA RIOGRANDENSE" autorizado a mudar título.

Em janeiro do corrente ano o diretor desta folha de comunicação ao Departamento de Imprensa e Propaganda, no Rio, um requerimento pedindo autorização para traduzir para vernáculo o título deste. A 3 do corrente mês a diretoria do *Staffetta*, recebeu o seguinte despacho: **Rio — O Diretor Geral do DIP, em face da resolução do Conselho Nacional de Imprensa, resolveu autorizar Antonio Francisco Bianchi, diretor do jornal, que edita em Garibaldi, Rio Grande do Sul, a mudar o nome dessa publicação para Correio Riograndense, em face do ato presidente da República que tornou obrigatória a nacionalização da imprensa no país.** Em vista de ter sido deferido o pedido do Diretor desta publicação de hoje em diante o *Staffetta* sairá com o novo título de CORREIO RIOGRANDENSE. (CORREIO RIOGRANDENSE, 10 de setembro de 1941, p. 1, grifo nosso).

A situação reflete as ideias balizadoras do texto, de adequação à política nacional, sendo que, mais adiante, o jornal ainda reforça que toda sua redação é composta por brasileiros natos e que eles têm consciência de serem bons brasileiros:

“Respondemos não haver maior obstáculo do que a origem lusa de nossos concidadãos — como eles são bons brasileiros, reconhecendo embora, venerando e **respeitando Portugal a pátria gloriosa de seus antepassados**, da mesma forma que somos bons brasileiros, embora reconheçamos, veneramos e respeitamos nossa **pátria Itália, mãe de nossos pais e avós.**” (CORREIO RIOGRANDENSE, 10 de setembro de 1941, p. 1, grifo nosso).

Encontra-se o reconhecimento em ser um periódico, a partir de então brasileiro, embora retrata-se, características da Itália não mais se faziam presentes nem tantos editoriais internacionais. O jornal, de fato, é de circulação das informações locais, tornando-se, a cada dia, mais informativo do que confessional.

Tudo termina e assim também ocorreu com a Segunda Guerra Mundial, o periódico nacionalista emana diversos esforços para legitimar e reconhecer a evolução do catolicismo nas nações rivais à Itália, as religiões pagãs voltam a dominar a Alemanha nazista, silenciam-se os discursos contra nações que eram rivais.

A materialidade simbólica está mais presente do que nunca no nacionalismo, a religião e a nação formam o patriotismo e o catolicismo no Brasil a partir da representação do jornal são inseparáveis, segundo eles, servem a Deus com fidelidade e da mesma maneira ao Brasil. Enquanto a Itália é retratada com o final

da era de Mussolini, havendo a notícia de seu fuzilamento na mesma página em que se informa a morte de Hitler.

O viés de combate à modernidade, que figurou por diversas edições de quase todos os antepassados do **correio Riograndense**, termina, o clero conservador dava lugar a um projeto de nacionalização, não havia tanto espaço para um discurso italiano, no máximo, efetuavam-se referências à pátria mãe saudosamente.

Depois de sete anos, voltou a circular o O Batista Pioneiro, os diretores comemoravam o retorno do jornal, evidentemente, que o fim do Estado Novo foi crucial para retomada do impresso, que, já traumatizado com situações passadas, limitava-se a expressar sua alegria através da poesia.

Deus vos saúde, vocês queridos leitores do MB e a vocês, interessados! O MB, que havia **sido levado ao descanso**, está de novo aí. **Como são os tempos, que mudam circunstâncias e situações.** Nós não devemos julgar o futuro pelo presente, isto quer dizer, não imaginar que no futuro tudo ficará como era no presente. **Depois da chuva sempre vem o sol e vice-versa. Deus humilha e exalta**, ele fere e cura. Se assim ou de outra forma, o nosso Deus vai agir, mesmo que não seja como quero ou como você quiser, o seu caminho é o melhor, com certeza Deus vai agir. Portanto, nos é permitido voltar a aparecer em público. O MB se tornou uma necessidade para as nossas igrejas. Ele não traz apenas edificação e conversões nas casas, mas também **informações sobre os acontecimentos nas igrejas como em todo o mundo.** Seria ótimo se ele também pudesse fornecer materiais **para o ensino nas Escolas Dominicais.** Com gosto ele quer dar orientações de interesse para as nossas donas de casa. A nossa Mocidade vai ter de volta o seu Cantinho da Mocidade, do qual poderá tirar bastante proveito. Nós pedimos para **publicação relatórios das nossas igrejas e nossos círculos de jovens. Mais uma vez: Deus vos saúde!**". (DER MISSIONSBOTE, 1 de janeiro de 1948, p. 1, grifo nosso).

O regresso é marcado pela singularidade no discurso, embasada no proselitismo, usando a divulgação e a fidelização através do jornal, que, de fato, não acontecem. Os ideais batistas pioneiros foram arrojados é verdade, sua imprensa de alta qualidade gerou edições mensais que valiam pelas que se equiparavam em quantidade de conteúdo ao jornal católico de Garibaldi, as 16 páginas publicadas, por vezes, estendidas a 22, representavam o intuito Batista de buscar o reconhecimento e a legitimidade através do discurso religioso midiático.

Contudo, o crescimento dos fiéis batistas deu-se regularmente, mantendo-se apenas com os números de descendentes, não há um crescimento real, como podemos conferir na tabela 6

Tabela 6: membros a cada 10 anos.

Ano	Membros
1910	415
1920	893
1930	1101
1940	1194
1950	1925

Fonte: O Batista Pioneiro e Os Pioneiros 1910 a 2010.

Em 2010, o número de batistas pioneiros chegou a 9000, segundo Reink (2010), esse total não atinge o número de exemplares dos jornais católicos analisados em 1930. A distância de representatividade é muito ampla, pensamos no início da tese, que os batistas ganhariam espaço através dos embates provocados pela mídia. Contudo, concluímos que a luta não foi por espaço ou reconhecimento, mas, sim, pela manutenção desse reconhecimento. A perda do jornal em 1941 deixou uma profunda marca e ressentimentos, os batistas pioneiros no referido ano e no ano anterior, que eram eles filiados à Convenção Batista Brasileira haviam ensaiado publicações combativas ao Estado e à igreja católica, porém, eles foram fortemente rechaçados, trauma que levou à manutenção de um discurso discreto visando à sobrevivência da religião batista.

Neste trabalho, perpassamos pela temática do reconhecimento, mídia e da religião, à luz da historiografia. Pode-se afirmar que há uma dualidade na estratégia discursiva dos exemplares analisados, considerando duas temáticas centrais: a

doutrina e os demais assuntos. A busca pelo reconhecimento da religião católica, sobretudo, a ótica dos periódicos analisados, intenta por regravar a ordem social, colocando o Vaticano como centro, o papa como o poder e o jornal como a representação da palavra papal. Os cenários são alterados durante a era Vargas, há uma ressignificação da essência do jornal católico, tornando-se mais brasileiro do que italiano, mas sempre semanário, ele esteve alicerçado em estratégias discursivas de **assimetria, não-reversibilidade, superioridade e dominação**. Diversos são os contextos trazidos ao longo dos anos, contudo, quase sempre se articulam nesses dois sentidos. Por isso, optou-se por trazer exemplos pontuais na análise.

Discursivamente, *La Libertá* e seu sucessor, *O Colono italiano*, assumem o poder de Deus, da fala dele, do sagrado, ou seja, a enunciação do jornal é a transmissão da palavra de Deus para o leitor. Discursivamente, para isso ocorrer, uma série de gêneros é empregada, conforme demonstrado anteriormente. Esses recursos que buscam o reconhecimento e a legitimidade que advém dele são ampliados com as publicações polêmicas, os embates e o uso do capital simbólico. No complexo enredo de um campo religioso midiático, novos jornais surgem, desafios políticos também são rivais do folhetim. O texto está situado em um contexto em que o leitor se encontra subordinado ao emissor da mensagem de Deus e, com isso, o discurso imprime um caráter assimétrico a sua mensagem, o que resulta numa estratégia que confere credibilidade e autoridade. Portanto, com isso, reforça a posição de poder e domínio do campo. O papel desejado é o da Boa Imprensa, o resultado é desavenças. Coube a *Estafeta* e, depois, ao *Correio Riograndense* exaltar características nacionais, mas sempre com o intuito do amplo reconhecimento.

Por fim, a relação entre reconhecimento e religião é um tema complexo e com diversas abordagens teóricas e metodológicas. Nesta tese, não tivemos como objetivo esgotar as reflexões sobre o assunto, mas, sim, elucidar o contexto social e cultural dos jornais analisados e seus posicionamentos discursivos na luta pela manutenção/obtenção do seu reconhecimento.

Por vezes, há relatos sobre ameaças ou outras ações que saíram da esfera discursiva dos jornais, com este trabalho fica em evidência que o campo religioso midiático não é um lugar abstrato, das ideias. Sempre os discursos saem do papel,

porque eles são formados a partir de estruturas, modos de vida, culturas ordinárias, do cotidiano e das relações sociais. Os jornais italianos demonstraram o quão perigoso pode ser um enunciado mal interpretado, a difusão midiática, a midiaticização da religião, concedendo uma representatividade e um alcance dos reconhecimentos inimagináveis. A história é uma ciência do presente, diversos fatos retratados e discursos analisados se não fossem datados encaixam-se perfeitamente no atual cenário religioso e político mundial. A intolerância acena de braços abertos, a cada década que passa, as formas de representação, as lutas por reconhecimento permanecem a cada página, sendo ela impressa ou digital.

O campo midiático religioso é uma fonte rica de informações, a maneira que a religião estrutura-se a partir da mídia é uma forma crucial para entendermos os cenários e os períodos analisados. Sendo assim, há um campo religioso, da mesma maneira um midiático que se entrelaçam, formando um novo dispositivo capaz de influenciar e modificar toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMOVICZ, Anna Lucia Collyer. **Imprensa protestante e república**: evangelismo, informação e produção cultural – O jornal Batista (1901-1922). 2008. 432 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ADORNO, T. HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**. Os anos pioneiros da colonização italiana no RS. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**. 2ª ed. São Paulo: Paullus, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrant, 1997.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso: Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil Católico**: Tensão e conflito no campo religioso da República (Rio Grande do Sul, 1900-1950). 2010. 325 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césares**: secularização, laicidade e religião civil. 1. ed. Coimbra, Almedina, 2006.

CORREA, Rogério Saldanha. **A construção da brasilidade**: uma análise cultural midiática de brasilidade no programa esquentado. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CUCHÊ, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 2002.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

_____. Da miséria fugiram! (Pelo menos a maioria). In: FISCHER, Luis Augusto; GERTZ, Renê E. (Org.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1996, p. 255-266.

_____. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. (Dir.) **Império**. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) vol. II. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.

DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**, v. 3. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

DREHER, Martin. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin N. (Org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. 57-73.

_____. **Igreja e Germanidade. São Leopoldo**: Sinodal; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 2003.

_____. **A Religião de Jacobina**. 01. ed. São Leopoldo/RS: OIKOS, 2017. v. 01. 228p .

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin; RAMBO, Blásio; TRAMONTINI, Marcos. **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GIARETTA, Jane G. S. **O Grande e Velho Erechim**: Ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908 – 1960). *Getúlio Vargas: Gráfica Alternativa, 2008*.

GIUMBELLI, Emerson. **A presença do religioso no Espaço Público**: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, vol. 28, nº 2, 80-100, 2008.

GONÇALVES, M. **Missionários da 'boa imprensa'**: a revista Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 55, 63-84, 2008.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation**. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 7 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto alegre: EDIPUCRS, 1998.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 3.ed. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KEIDANN, Daltro Miguel. Os rostos batistas rio-grandenses. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos da igreja**. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Sinodal, 1998, p. 310-325.

_____. **Batistas no Rio Grande do Sul: Uma introdução a sua História**. 1996. 299 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-graduação Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1996.

KLEIN, Carlos Jeremias. **História e Pensamento da Reforma**. 1. ed. Londrina: Editora da Universidade de Londrina Eduel, 2014.

KLAUCK, Samuel. **O Apostolado da Imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LUSTOSA, Oscar de F. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. A proposta de emenda à constituição 99/2011 da frente parlamentar evangélica e suas implicações no estado laico brasileiro. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v.6, nº 1, p.108-144, jan./jun. 2016.

_____. **A proposta de emenda à Constituição 99/2011 da Frente Parlamentar Evangélica e suas implicações no Estado laico brasileiro**. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 6, p. 108-144, 2016.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. O período da reforma. São Paulo: Loyola, 1997.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**: Um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Comunicação e identidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **Mídia, religião e sociedade**: das palavras às redes digitais. São Paulo: Paulus, 2016.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo II. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Vocação ao fundamentalismo: Introdução ao espírito do protestantismo de missão no Brasil. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. In: **Revista USP**, São Paulo, nº 67, p. 48-67, setembro/novembro 2005. Disponível em:
<[Http://www.usp.br/revistausp/67/05-mendonca.pdf](http://www.usp.br/revistausp/67/05-mendonca.pdf).> Acesso em: 27 out. 2018

_____. **O Celeste Porvir**: A Inserção do Protestantismo no Brasil.3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PADOIN, Maria M.; PICCOLO, H. I. L. (Orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul – Império**. Passo Fundo: Méritos, 2019. v. 1.

_____.; FREGA NOVALES, Ana (Orgs.) . **História: poder, cultura e fronteiras**. Santa Maria,RS: FACOS-UFSM, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, n.19. Campinas: Unicamp. 1990

PEREIRA, José Reis. **Breve história dos batistas**: 2ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

PIERUCCI, A. **Secularização em Max Weber**: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, Nº 37. São Paulo: ANPOCS, 1998.

RAMBO, Arthur Blasio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto. **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 147-161.

REINKE, Andre Daniel. **Os pioneiros 1920-2010**: 100 anos de história da convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil. Curitiba: Editora Batista Pioneira, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Biblioteca OnLine de Ciências a Comunicação. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 30/08/2018.

RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade**: o luteranismo gaúcho do século XIX. Caxias do Sul, RS: Educs; Edunisc, 2008.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. v. 1 - 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SILVA, Elizete. **Cidadãos de Outra Pátria**: anglicanos e batistas na Bahia. 1998. 405 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo. 1998.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro**: influências e tendências. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

STEIL, Carlos Alberto, **Renovação Carismática Católica: Porta de Entrada ou de Saída do Catolicismo?**, in **Religião e Sociedade**, v. 24, n. 1, 2004.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus**: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). 2007.205f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Everton Vieira. **O legado do discurso**: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: UnB, 1980.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WERNER, Christian Georg. **Die Debatte amerikanischer Kirchen über den Eintritt der Vereinigten Staaten in den Zweiten Weltkrieg**. 2016. 405 f. Tese (Doutorado em História e Estudos Culturais) - Freien Universität Berlin, Berlin, 2016.

WALKER, W. **História da igreja cristã**, vol. 3. São Paulo: ASTE, 2006.

WEIZENMANN, Tiago. **Sou, como sabem...** : Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

YAMABUCHI, Alberto Kenji. **O Debate Sobre A História Das Origens Do Trabalho Batista No Brasil: Uma Análise Das Relações E Dos Conflitos De Gênero E Poder Na Convenção Batista Brasileira Dos Anos 1960-1980**. 2009. 387 f., Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST, 1975.

ZEPEDA, José de Jesus Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v 25, nº 73, p. 129 –141 2010.

PEREIRA, J. Reis. **História dos Batistas no Brasil, 1882-1982**. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa, 1982.

JORNAIS CONSULTADOS

Il Colono Italiano – janeiro de 1898 a agosto de 1898
La Libertà – fevereiro de 1909 a dezembro de 1909
Il Colono Italiano – janeiro de 1910 a julho de 1917
Staffetta Riograndense – julho de 1917 a setembro de 1941
Correio Riograndense – setembro de 1941 a dezembro de 1950.
O Jornal Batista – janeiro de 1901 a dezembro de 1950.
Nachrichtenblatt – abril de 1919 a setembro de 1919.
Grüss Gott – setembro de 1919 a junho de 1922.
Der Missionsbote – junho de 1922 a dezembro de 1940.
Der Missionsbote – janeiro de 1948 a dezembro de 1950.

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, Caxias do Sul – Acervo Digital –
Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>
Acervo Digital – O Jornal Batista – Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>
Acervo da Faculdade Batista Pioneira – Ijuí, Rio Grande do Sul.